

Crônica Política do Rio de Janeiro

Depoimentos de

Barbosa Lima Sobrinho

Villas-Bôas Corrêa

Murilo Melo Filho

Pedro do Coutto

Marcio Moreira Alves

Rogério Coelho Neto

Paulo Branco

Coordenadora

Marieta de Moraes Ferreira



NÚCLEO DE MEMÓRIA POLÍTICA
CARIOCA E FLUMINENSE

Crônica Política
do
Rio de Janeiro

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

6ª LEGISLATURA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

MESA DIRETORA

Sérgio Cabral Filho
PRESIDENTE

Tânia Jardim
1º VICE-PRESIDENTE

Neirobis Nagae
2º VICE-PRESIDENTE

Hairson Monteiro
3º VICE-PRESIDENTE

Pedro Fernandes
4º VICE-PRESIDENTE

Jorge Picciani
1º SECRETÁRIO

Jarbas Stelmann
2º SECRETÁRIO

Ricardo Gaspar
3º SECRETÁRIO

José Cláudio
4º SECRETÁRIO

José Amorim
1º SUPLENTE

Nelson Gonçalves
2º SUPLENTE

Magaly Machado
3º SUPLENTE

Renato de Jesus
4º SUPLENTE

Angelo C. R. Amarante
Secretário-geral da Mesa Diretora

Crônica Política do Rio de Janeiro

Depoimentos de

Barbosa Lima Sobrinho

Villas-Bôas Corrêa

Murilo Melo Filho

Pedro do Coutto

Marcio Moreira Alves

Rogério Coelho Neto

Paulo Branco

Coordenadora

Marieta de Moraes Ferreira



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
EDITORA

Copyright © Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro — Alerj

Direitos desta edição reservados à
EDITORA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
22253-900 — Rio de Janeiro — Brasil
Tel.: (021) 536-9110 — Fax: (021) 536-9155
e-mail: editora@fgv.br
http://www.fgv.br/publicacao

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra

1ª edição — 1998



COMISSÃO DA ALERJ designada pela Portaria "N"/DG/nº 04-97 para acompanhar a implantação do Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense: Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, Arlindenor Pedro de Souza e Marcos da Silva Neves

COORDENAÇÃO GERAL DO NÚCLEO DE MEMÓRIA POLÍTICA CARIOCA E FLUMINENSE: Marly Silva da Motta

COORDENAÇÃO DE VOLUME: Marieta de Moraes Ferreira

ENTREVISTAS: Marieta de Moraes Ferreira, Marly Silva da Motta, Carlos Eduardo Sarmento e Américo Freire

EDIÇÃO DE TEXTO: Dora Rocha

AUXILIARES DE PESQUISA: Marcela Gonçalves Rocha e Filipe Aprigliano

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Denilza da Silva Oliveira

REVISÃO: Fatima Caroni e Mauro Pinto de Faria

PRODUÇÃO GRÁFICA: Helio Lourenço Netto

CAPA E CADERNO DE FOTOS: Tira linhas studio

FOTO DE CAPA: Gilson Ribeiro

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Mario Henrique Simonsen/FGV

Crônica política do Rio de Janeiro / Coordenadora: Marieta de Moraes
Ferreira — Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

292p.

Inclui índice.

I. Jornalismo — Aspectos políticos — Rio de Janeiro (Estado). 2. Imprensa e política — Rio de Janeiro (Estado). 3. Jornalistas — Entrevistas.
I. Ferreira, Marieta de Moraes. II. Fundação Getulio Vargas.

CDD-079.81

SUMÁRIO

7	Apresentação
9	O Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense
13	Introdução
17	Barbosa Lima Sobrinho
27	Villas-Bôas Corrêa
61	Murilo Melo Filho
95	Pedro do Coutto
175	Marcio Moreira Alves
199	Rogério Coelho Neto
231	Paulo Branco
267	Índice onomástico

APRESENTAÇÃO

Com o lançamento deste volume, *Crônica política do Rio de Janeiro*, o Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado a partir da cooperação entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, dá mais um passo em seu objetivo de recuperar a trajetória política do nosso estado, tradicionalmente o mais importante centro político do Brasil.

Os primeiros frutos deste trabalho de mais de um ano de pesquisas e entrevistas com personagens da nossa política regional surgiram com o lançamento dos dois primeiros volumes da série *Conversando sobre Política*, dedicados aos depoimentos do ex-deputado José Gomes Talarico e do deputado estadual Paulo Duque. Nos próximos meses, outros três depoimentos de ex-parlamentares serão lançados, concluindo o primeiro ciclo dos títulos previstos para a coleção.

Ao dedicar um livro integralmente ao registro de depoimentos de destacados jornalistas políticos com militância nos principais jornais e revistas editados no Rio de Janeiro, o Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense buscou reconhecer o importante papel exercido pela imprensa no rumo dos acontecimentos políticos de caráter nacional e local.

O painel aqui desenhado pelas entrevistas concedidas por estes sete jornalistas políticos começa ainda na Primeira República, com as memórias do glorioso Barbosa Lima Sobrinho, atual presidente da Associação Brasileira de Imprensa e um dos mais importantes representantes do pensamento nacionalista de caráter progressista no Brasil.

Os depoimentos de Villas-Bôas Corrêa e Murilo Melo Filho nos dão um rico panorama da imprensa na cidade do Rio de Janeiro, então capital

federal, no período que se seguiu à queda do Estado Novo. O primeiro nos fala, entre outras coisas, do aparecimento dos dois mais importantes representantes da imprensa popular carioca, os jornais *O Dia* e *A Notícia*, nos quais desenvolveu uma original abordagem dos temas políticos e dos assuntos ligados ao funcionamento dos serviços públicos. Já Murilo Melo Filho, jovem jornalista vindo do Rio Grande do Norte para a capital no início dos anos 50, foi testemunha e protagonista das grandes batalhas travadas entre a *Tribuna da Imprensa* e a *Última Hora* durante o segundo governo Vargas, atuando como editor de política do jornal de Carlos Lacerda.

Pedro do Coutto e Marcio Moreira Alves dedicam bastante atenção à trajetória do *Correio da Manhã*, da década de 50 até seu fechamento em 1974. Marcio ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo pela dramática cobertura do *impeachment* do governador de Alagoas em 1957, em que, num tiroteio em plena Assembléia Legislativa, quase perdeu a vida. Anos mais tarde, o prestígio conseguido como articulista político do *Correio da Manhã* o levaria até a Câmara dos Deputados, onde teve seus direitos políticos cassados. Pedro do Coutto, pioneiro no uso das pesquisas eleitorais como tema do comentário político na imprensa, fala disso e de memoráveis passagens da vida política da Guanabara, como as eleições para governador polarizadas entre Carlos Lacerda e Sérgio Magalhães, em 1960, e entre Negrão de Lima e Flexa Ribeiro, em 1965.

Rogério Coelho Neto nos proporciona uma interessante visão da imprensa do antigo Estado do Rio e de sua articulação com as disputas da política fluminense desde o governo Roberto da Silveira até a fusão. Além disso, traça perfis valiosos dos principais personagens da política do antigo Estado do Rio, como o próprio Roberto da Silveira e Amaral Peixoto, entre outros.

Finalmente, Paulo Branco trata das agruras da profissão de jornalista durante os anos de chumbo da ditadura militar e das perspectivas do jornalismo político contemporâneo em face do advento de novas mídias, como a Internet.

Se os leitores desta obra bastante original, por sua abordagem das relações entre jornalismo e política, tiverem material suficiente para novas reflexões a respeito deste importante tema, ela terá justificado sua edição. Essa é a nossa expectativa e a razão pela qual desejamos continuar contribuindo para o debate a respeito das tendências históricas da nossa política estadual.

Deputado Sérgio Cabral Filho
Presidente da Assembléia Legislativa
do Estado do Rio de Janeiro

O NÚCLEO DE MEMÓRIA POLÍTICA CARIOCA E FLUMINENSE

Em maio de 1997, foi firmado um convênio entre o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), com o objetivo de constituir o Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense. A proposta de constituição do Núcleo, como um centro permanente de produção intelectual e de referência documental sobre a história política contemporânea da cidade e do estado do Rio de Janeiro, veio ao encontro do desejo dessas duas instituições, há muito comprometidas com iniciativas voltadas para a preservação da memória política carioca e fluminense. No caso do CPDOC, a linha de pesquisa sobre as elites políticas cariocas e fluminenses, desenvolvida desde 1983 sob a coordenação de Marieta de Moraes Ferreira, resultou em uma série de trabalhos que inclui desde a publicação de livros e artigos sobre o tema até a constituição de um importante acervo de arquivos privados e de depoimentos orais de lideranças políticas da cidade e do estado do Rio de Janeiro.

Para dar início às suas atividades, o Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense se propôs a elaboração de dois conjuntos de produtos culturais, com suportes diferentes e ancorados em eixos específicos. O primeiro deles tem a Alerj como objeto principal e engloba um CD-ROM sobre a história, a estrutura e o funcionamento desse órgão legislativo, e uma exposição multimídia permanente sobre o Palácio Tiradentes, instalada no próprio palácio, que atualmente abriga a Alerj.

Tendo como tema a trajetória de figuras relevantes do mundo político carioca e fluminense, o segundo conjunto de produtos do Núcleo são as séries Perfis Políticos e Biográficos e Conversando sobre Política, e ainda o livro *Crônica política do Rio de Janeiro*.

O primeiro volume da coleção Perfis Políticos e Biográficos é dedicado a Chagas Freitas. O espaço que a biografia política vem ocupando na produção acadêmica e no mercado editorial pode ser explicado, entre outros motivos, pela crescente demanda da sociedade, cada vez mais interessada em compreender o papel do indivíduo na história. No caso de Chagas Freitas, considerado um dos políticos mais importantes da história contemporânea da cidade e do estado do Rio de Janeiro, o interesse principal reside no exame do cruzamento da sua trajetória individual com o contexto histórico de um dos mais importantes períodos da história recente do país.

A série Conversando sobre Política compreende livros de depoimentos de políticos, filiados a diferentes correntes ideológicas e partidárias, que tiveram participação destacada na vida política carioca e fluminense nos últimos 50 anos. Os cinco primeiros volumes da série reúnem os depoimentos de José Gomes Talarico, Paulo Duque, Erasmo Martins Pedro, Célio Borja e Hamilton Xavier.

O jornalismo político, que sempre desempenhou um importante papel na dinâmica política do Rio de Janeiro, está representado no presente volume, *Crônica política do Rio de Janeiro*, que reúne entrevistas com jornalistas que atuaram — e ainda atuam — em diferentes órgãos da imprensa da cidade e do estado.

Os depoimentos de jornalistas e políticos foram tomados e editados de acordo com a prática de trabalho do Programa de História Oral do CPDOC. Eles são o resultado de um diálogo entre entrevistado e pesquisador. O primeiro é o protagonista que, por meio da memória, reconstrói a própria trajetória. Ao pesquisador cabe a tarefa de ampliar o sentido do depoimento, suscitando questões que produzam uma relação constante entre a peculiaridade daquela trajetória e seu significado mais geral para um determinado grupo, instituição, sociedade. Os depoimentos assim obtidos transformam-se em fontes de valor inestimável para o estudo de acontecimentos, conjunturas e formas de vida do passado.

A constituição do Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense foi possível graças à iniciativa da Mesa Diretora da Assembléia Legisla-

tiva do Estado do Rio de Janeiro, presidida pelo deputado Sérgio Cabral Filho, e à acolhida da Fundação Getúlio Vargas, representada por seu presidente, Jorge Oscar de Mello Flôres. A comissão designada pela Alerj para o acompanhamento dos trabalhos, composta por Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, Arlindenor Pedro de Souza e Marcos da Silva Neves, teve decisiva participação na implantação do Núcleo.

O projeto de criação do Núcleo foi inicialmente desenvolvido, no CPDOC, sob a coordenação de Verena Alberti, à época coordenadora do Setor de História Oral. Os pesquisadores Marieta de Moraes Ferreira, Marly Motta, Américo Freire e Carlos Eduardo Sarmiento foram responsáveis pelo desenho e a realização efetiva dos primeiros produtos. Para a execução destes, foram convocadas Dora Rocha, que se incumbiu da revisão final dos livros, e Adelina Cruz, do Núcleo de Informática, que se encarregou do gerenciamento da produção do CD-ROM.

No CPDOC, a diretora Lucia Lippi Oliveira acompanhou desde o início os esforços da equipe. O gerente administrativo Felipe Rente enfrentou os meandros da execução do convênio com a Alerj com inigualável capacidade de trabalho. O Setor do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, coordenado por Alzira Alves de Abreu, e composto pelos pesquisadores Cristiane Jalles, Sérgio Lamarão, Fernando Lattman-Weltman e José Alan Dias Carneiro, foi indispensável, uma vez que franqueou aos pesquisadores do Núcleo o acesso aos dados coletados para a atualização daquela publicação. Mônica Kornis e Aline Lacerda, do Setor de Documentação, prestaram valioso auxílio na localização do material iconográfico utilizado no projeto. Clodomir de Oliveira Gomes garantiu a qualidade da gravação das entrevistas e a preservação das fitas. Luciana Valente, secretária do Setor de História Oral, colaborou com presteza e eficiência.

Marly Silva da Motta
Coordenadora

INTRODUÇÃO

Crônica política do Rio de Janeiro reúne depoimentos de sete jornalistas que atuaram ou atuam em diferentes jornais e emissoras de televisão cariocas. São eles Barbosa Lima Sobrinho, Villas-Bôas Corrêa, Murilo Melo Filho, Pedro do Coutto, Marcio Moreira Alves, Rogério Coelho Neto e Paulo Branco.

Ao escolher esses nomes, tínhamos em mente uma dupla preocupação: acompanhar a evolução da imprensa carioca e, ao mesmo tempo, recuperar a memória dos eventos-chave da história recente da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Para isso, entrevistamos jornalistas políticos de diferentes gerações: desde Barbosa Lima Sobrinho, o decano dos jornalistas do país, que nos relatou seu ingresso no *Jornal do Brasil* nos anos 20, até Paulo Branco, que nos contou sua vida de jovem repórter da *Tribuna da Imprensa* nos duros tempos da censura, sob a ditadura militar.

Pedimos aos nossos entrevistados que nos falassem sobre suas experiências no cotidiano dos jornais, sobre as características dos diferentes órgãos de imprensa e sobre as transformações sofridas pelo jornalismo ao longo das últimas décadas. Procuramos ver como os repórteres políticos cumpriam suas tarefas, como trabalhavam na Câmara e no Senado no Rio de Janeiro, e como trabalham hoje em Brasília.

Certamente há diferenças aí. Os relatos de Barbosa Lima Sobrinho, Villas-Bôas Corrêa, Murilo Melo Filho e Pedro do Coutto falam de um Palácio Tiradentes palco de um espetáculo permanente, protagonizado por oradores apaixonados e assistido por um público igualmente

vibrante. Tem-se a impressão de que, nos anos 40 e 50, assistir a um debate parlamentar era um programa carioca.

Vários fatores teriam contribuído para que a vida parlamentar despertasse tamanho interesse nos tempos do Rio de Janeiro capital da República. Barbosa Lima Sobrinho chegou a conhecer o Congresso nos anos 20 e 30, mas os outros estrearam no jornalismo político no pós-45, quando se encerrava uma abstinência de sete anos da atividade parlamentar imposta pelo Estado Novo. Era uma época de entusiasmo pela volta à democracia. A retomada democrática incluía o confronto entre governo e oposição na tribuna do parlamento. Eram a presença da oposição e o amparo do povo nas galerias que, segundo Barbosa Lima Sobrinho e Villas-Bôas Corrêa, tornavam tão intenso o dia-a-dia do Congresso. Para os jornalistas, segundo Pedro do Coutto, encontrar os políticos no Palácio Tiradentes ou no Monroe era uma verdadeira festa. A própria proximidade entre a bancada da imprensa e a tribuna, separadas por apenas dois passos, criava, segundo Murilo Melo Filho, um clima de confraternização. Em Brasília, toda essa efervescência teria acabado.

Sem dúvida, há nessa visão uma nostalgia do Rio capital federal, cidade charmosa, onde não só o Congresso, mas todo o resto, era muito diferente do que é hoje. Não é esse o sentimento de Marcio Moreira Alves, que vê o Congresso em Brasília como um espaço vivo, onde se exercem pressões, atuam *lobbies*, enfim, há um “contraditório permanente”. Aliás, seu interesse como jornalista está menos voltado para o dia-a-dia do Congresso, ou o que chama de “política dos políticos”, do que para as políticas públicas, que cobra dos eleitos e cuja execução vai acompanhar nos ministérios.

Outro tema interessante levantado pelos depoimentos é o da relação entre política e imprensa. Se a imprensa refletia o interesse da população abrindo amplos espaços para a cobertura política — vejam-se a crônica parlamentar de Heráclio Salles no *Correio da Manhã*, os “Comandos parlamentares” de Villas-Bôas Corrêa n’*O Dia*, o programa “Congresso em revista” de Murilo Melo Filho na antiga TV Rio —, ela também realimentava esse interesse, criando inclusive fatos políticos. Há um consenso entre os entrevistados de que a briga entre a *Tribuna da Imprensa* e a *Última Hora* teve importante papel na derrocada do governo Vargas em 1954. Carlos Lacerda, na *Tribuna*, e Paulo Bittencourt, no então poderoso *Correio da Manhã*, muitas vezes trocaram farpas por diver-

gências políticas. Donos de jornais se tornavam políticos, como Lacerda e Chagas Freitas, jornalistas se tornavam parlamentares, como Barbosa Lima Sobrinho, Mário Martins ou Marcio Moreira Alves. Era um tempo em que os jornais, com toda a influência que exerciam, não tinham mais que 20 páginas. Na opinião de Paulo Branco, era uma época mais saudável. Ao fazer uma opção pelo jornalismo americano, os jornais-empresa de hoje se teriam transformado em verdadeiros dinossauros que se movem com grande lentidão.

No que diz respeito à memória política da cidade e do estado do Rio de Janeiro, concentramos a atenção em dois momentos que funcionaram como divisores de águas na história carioca e fluminense: a transferência da capital para Brasília e a criação do estado da Guanabara, em 1960, e a fusão entre o antigo estado do Rio de Janeiro e a Guanabara, em 1975. Esses dois momentos estão estreitamente vinculados a uma problemática mais ampla, que tem sido objeto de nossas reflexões e pesquisas: a da identidade do atual estado do Rio de Janeiro.

Os depoimentos ilustram bem a diversidade das experiências e das visões de mundo de cada jornalista, mas além disso traduzem certas posições comuns. A mudança da capital é vista como uma perda de *status* para o Rio de Janeiro. Não que se questione a irreversibilidade da transferência ou a consolidação de Brasília. Como diz Paulo Branco, um presidente que hoje despachasse no Catete estaria sujeito a levar uma pedra na cabeça atirada da rua por um passante qualquer. O que se reitera é que a mudança custou a se consumir e que o Rio, ainda por algum tempo, continuou sendo o centro político do país. Brasília só se teria firmado plenamente como capital a partir do governo Médici. Segundo Murilo Melo Filho, por ironia do destino, foram os militares — que casaram Juscelino — que consolidaram a obra de Juscelino.

A fusão é vista pelo conjunto dos entrevistados como traumática para a cidade e para o antigo estado do Rio de Janeiro. Segundo Pedro do Coutto, dividiu-se o bolo produzido pela cidade do Rio entre os municípios do interior, empobrecendo-se a primeira e não se chegando a alavancar os últimos. Rogério Coelho Neto concorda com a tese do empobrecimento econômico trazido à cidade do Rio pela fusão, mas chama a atenção para o empobrecimento cultural sofrido pelo antigo estado. Os fluminenses teriam uma cultura própria, uma identidade. Hoje não têm mais e tampouco criaram uma nova.

Dos relatos desses dois episódios emergem perfis extremamente ricos das mais importantes lideranças neles envolvidas. O retrato de Carlos Lacerda, governador do recém-criado estado da Guanabara, pintado por Pedro do Coutto, enfatiza seu individualismo exacerbado e a orientação nacional de sua atuação política. O de Chagas Freitas, feito também por Pedro do Coutto, e ainda por Rogério Coelho Neto e Paulo Branco, revela um líder provinciano, de estilo rural, vivendo numa sociedade urbana. O de Amaral Peixoto, traçado por Rogério e Paulo Branco, ressalta a capacidade de articulação e de renovação de um líder cosmopolita. No entanto, Chagas era o cacique carioca, enquanto Amaral reinava no interior. O retrato de Brizola, apenas esboçado, traz de volta a discussão sobre projeto individual e aspiração nacional.

Surtem dessas análises contradições suficientes para impedir que se reduza a identidade do estado do Rio de Janeiro a uma equação simplista que conduz a um beco sem saída: o Rio de Janeiro seria um estado que não consegue defender seus interesses regionais na Federação porque sua capital, ex-Distrito Federal, não consegue se libertar de uma vocação nacional. Seria um território dividido entre duas culturas políticas, uma fluminense e provinciana, e outra carioca e cosmopolita. Nem sempre, porém, esses atributos estão nitidamente distribuídos entre dois campos opostos. Muitas vezes eles se entrecruzam, se misturam, interagem. Às vésperas dos 25 anos da fusão, talvez esteja na hora de tirar proveito disso, em vez de olhar com pessimismo para as perspectivas do estado.

Os depoimentos aqui apresentados são o resultado de entrevistas realizadas em 1997 e 1998 pelos pesquisadores Marieta de Moraes Ferreira, Marly Silva da Motta, Carlos Eduardo Sarmento e Américo Freire. A edição de texto do livro foi feita por Dora Rocha. Os auxiliares de pesquisa Marcela Gonçalves Rocha e Filipe Aprigliano participaram da elaboração das notas e do índice onomástico.

Agradecemos aos entrevistados, que se prontificaram a conversar conosco e a rever seus depoimentos.

*Marieta de Moraes Ferreira
e Dora Rocha*

BARBOSA LIMA SOBRINHO

ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA LIMA SOBRINHO nasceu em Recife em 22 de janeiro de 1897. Bacharel em direito em 1917, colaborou em jornais pernambucanos até 1921, quando se transferiu para o Rio de Janeiro e ingressou no *Jornal do Brasil*. Além de jornalista, fez carreira política: foi deputado federal de 1935 a 1937, de 1946 a 1948 e de 1959 a 1963, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool de 1938 a 1946 e governador de Pernambuco de 1948 a 1951. Sempre marcou sua atuação pela defesa de posições nacionalistas, a que veio se somar, após 1964, a defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão. Presidente várias vezes reeleito da Associação Brasileira de Imprensa, membro da Academia Brasileira de Letras, é autor de extensa bibliografia e até hoje, aos 101 anos de idade, publica artigos no *Jornal do Brasil*.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e a Américo Freire em 5 de setembro de 1997.

O jornalista e o político

Como foi o início de sua carreira de jornalista no Rio de Janeiro?

Creio que não há jornalista que tenha trabalhado mais tempo do que eu no jornalismo aqui do Rio de Janeiro. Entrei em 1921 para o *Jornal do Brasil*, e o redator-chefe, que fazia os artigos de fundo, era o conselheiro e professor Nuno de Andrade. Com a morte de Nuno de Andrade, eu, que era redator político junto, primeiro, ao Senado e, depois, à Câmara dos Deputados, fui então investido nas funções de redator-chefe do *Jornal do Brasil*. Daí em diante exerci essas funções durante um período longo, até depois da Revolução de 30. A partir de 1927 comecei a publicar artigos assinados. Os artigos assinados é que representam a minha visão do Brasil, o meu ponto de vista, as atitudes que tenho tomado.

O senhor sempre quis ser jornalista?

O meu destino não era ser jornalista. Eu estava em Pernambuco, e não havia condições financeiras para exercer realmente o jornalismo nos jornais de lá. Eu pensava em ser professor da Faculdade de Direito e me preparei para isso. Mas eles resolveram dar a cadeira a um outro professor, sem concurso. Depois de escrever três artigos censurando a nomeação desse candidato, tive que sair de Pernambuco, porque não tinha mais condições, não podia mais pensar na Faculdade de Direito. Mas era esse o meu sonho.

E aí o senhor veio para o Rio de Janeiro, para o Jornal do Brasil.

Sim. Eu já tinha relacionamento, através do Clube Náutico Capiba-ríbe, com o conde Pereira Carneiro.¹ O conde Pereira Carneiro e o irmão

¹ Ernesto Pereira Carneiro (1877-1953), empresário de origem pernambucana, transferiu-se em 1914 para o Rio de Janeiro e em 1918 adquiriu o *Jornal do Brasil*. Fundado em 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, o jornal pertencia então a Fernando e Cândido Mendes de Almeida e passava por dificuldades financeiras. Pereira Carneiro, conde papal desde 1919, promoveu a recuperação do jornal, fortalecendo sua equipe com colaboradores de renome. Além de Barbosa Lima Sobrinho, escreviam no *Jornal do Brasil* do início dos anos 20 o conde Afonso Celso, Aníbal Freire, Carlos de Laet, Luís Murat, Medeiros de Albuquerque e Múcio Leão, entre outros. Ver *Dicionário histórico-biográfico brasileiro; 1930-1983*, coordenado por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (Rio de Janeiro, FGV-CPDOC, Forense-Universitária, Finep, 1984), daqui em diante referido como *DHBB*.

dele, Camilo, eram entusiastas do Clube Náutico Capibaribe. Joguei futebol lá, depois fui até diretor.

Como foi sua experiência de repórter político na Câmara dos Deputados aqui no Rio?

Muito intensa. Naquela época havia uma oposição legítima. Tenho a impressão de que o Congresso, depois que se mudou para Brasília, se transformou totalmente. Não se sentia a presença de uma oposição quando o Congresso foi para Brasília, não é verdade? O pessoal da Novacap não ia assistir às sessões do Congresso. Só foi assistir quando se passou a discutir os problemas da própria Novacap: aí eles iam. Fui da primeira turma que foi para Brasília — era deputado na primeira legislatura que foi para lá² —, e a gente tinha a impressão de que trabalhava num deserto. Essa impressão durante algum período ou outro desaparece, mas volta permanentemente.

Aqui no Rio, não só havia oposição no Congresso, como havia assistência para a oposição. Em grande parte o problema também é esse: a oposição precisa sentir o amparo do povo. As galerias atentas acompanhavam os debates, se interessavam realmente pelo que acontecia na Câmara. A gente não tem a impressão de que isso continuou em Brasília, senão nos momentos raros em que Brasília se integrou nas causas nacionais. Houve um momento em que Brasília comungou realmente com as causas nacionais, que foi o do *impeachment* do Collor. Ali eu senti a presença de Brasília me acompanhando. Quando fui lá apresentar o *impeachment*, senti que a população estava presente.³

Durante o tempo em que fui deputado, aqui no Rio, eu sentia a presença do povo. Em Brasília, pelo menos de começo, não senti nem a pre-

² Deputado federal por Pernambuco de 1959 a 1963, Barbosa Lima Sobrinho estava portanto na Câmara quando a capital foi transferida para Brasília, em 21 de abril de 1960. Ver *DHBB*, op. cit.

³ Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Marcelo Lavenère Machado, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foram os autores do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. De acordo com a Constituição, fizeram-no na condição de cidadãos, e não como representantes das instituições que presidiam, e constituíram Evandro Lins e Silva como seu advogado. Ver Evandro Lins e Silva, *O salão dos passos perdidos; depoimento ao CPDOC* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Fundação Getúlio Vargas, 1997).

sença nem o amparo do povo. Acho que em Brasília havia deficiência no interesse pelos trabalhos do Congresso. Ausência do povo.

O senhor foi contrário à mudança da capital para Brasília?

Não. Eu estava como deputado na ocasião e até fui voto favorável à mudança, porque ela estava na Constituição. Tínhamos que cumprir a Constituição, para que ela não se tornasse letra morta em um aspecto essencial. Mas hoje eu penso se foi um benefício para o Brasil esse deslocamento para Brasília.

O senhor foi eleito deputado pela primeira vez em 1934. O fato de ser redator-chefe do Jornal do Brasil serviu à divulgação das suas idéias políticas?

Há o seguinte aspecto a considerar: nem sempre a orientação do *Jornal do Brasil* interpretava o meu pensamento. A partir de 1927, como acabei de dizer, comecei a publicar artigos assinados. Evidentemente, nos artigos assinados, estou integralmente dentro das minhas teses e pontos de vista. Já nos editoriais eu tinha que procurar interpretar os sentimentos dos diretores e proprietários do jornal.

Tenho mais de 3 mil artigos assinados. De 1927 até agora houve apenas uma fase em que os interrompi, que foi a fase dos anticandidatos.⁴ Quando Ulisses Guimarães e eu nos apresentamos como candidatos, sabíamos que era apenas uma contestação, não havia nenhuma probabilidade de eleição. Mas havia a necessidade de contestar. E tanto foi útil contestar que nós verificamos que na eleição de 74 foram eleitos cerca de 14 senadores da oposição. Tínhamos até a impressão de que, se aquela fosse a época de eleger dois senadores por estado, podia-se ter conquistado a maioria do Senado. Mas como era época de eleger só 1/3...

⁴ Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho apresentaram-se como "anticandidatos" do MDB às eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República realizadas em 15 de janeiro de 1974 e, como era esperado, foram derrotados pelos generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos. Nas eleições legislativas de novembro daquele ano o MDB obteve realmente uma consagrada vitória, elegendo 15 em 21 senadores e 165 em 364 deputados, contra três em 42 e 87 em 310, respectivamente, em 1970. Ver *DHBB*, op. cit.

Quando, nos anos 30, o senhor deixou a posição de jornalista que cobria o Congresso para ocupar a posição de parlamentar, como viu o papel da imprensa na discussão dos assuntos políticos?

Alguns jornais tinham um pouco mais de liberdade. Antigamente havia vários jornais de oposição. Hoje só há um aqui no Rio de Janeiro, que é a *Tribuna da Imprensa*. Leio diariamente a *Tribuna da Imprensa*, porque afinal é um jornal que reflete o ponto de vista da oposição.

Antigamente a oposição era mais combativa. Hoje a gente tem a impressão de que há deficiência na própria oposição. Há divisões em vários partidos, que se formam aí ninguém sabe como, e o resultado, de certa maneira, é que o quadro político do Brasil é um quadro em que não se tem a impressão de que haja realmente uma oposição. Antigamente, a atitude da oposição presente nas sessões da Câmara dos Deputados tinha uma grande influência. Será que hoje a oposição tem o apoio do público, será que as sessões no Senado são concorridas? Tanto não são, que eles adotaram o sistema de transmitir pela televisão. É a prova de que não sentiam a presença do povo. Porque se sentissem, não precisavam desse recurso.

Há várias coisas que se modificaram profundamente. Nós estamos hoje com um Congresso em que há senadores que não tiveram o voto do povo. Isso não pode deixar de se refletir. Esses senadores são o quê? São financiadores da eleição de outros, apenas financiadores. Concorrem para diminuir as despesas dos que são eleitos. Mas exercem uma função que não tem nenhum aspecto de representação popular. Acho que isso é contra o regime, é contra a democracia. Afinal de contas, no Senado, haver senadores que não receberam o voto do povo! Como são financiadores do mandato dos outros, os outros os respeitam e abrem espaço para que eles intervenham sempre que quiserem. Quando assim o desejam, eles conseguem dos senadores cuja eleição financiaram a necessária concordância com a sua presença.

Mudou a qualidade da representação, mudou a oposição, mudou a participação popular nas sessões do Congresso... Mudou o jornalismo político?

Realmente, aqui no Rio o jornalismo acompanhava de perto o trabalho do Congresso. Será que esse ambiente continuou, será que o jornalismo de Brasília tem uma influência permanente nas sessões do próprio Congresso? Isso é uma coisa sobre a qual não posso ter uma opinião definitiva, pois estou afastado, mas fico a me perguntar se de fato o Congresso

está atento ao que dizem os jornais. Afinal, houve esses aspectos todos, desapareceu a influência popular nas sessões do Congresso... Aqui no Rio o povo estava sempre presente, acompanhando, participando das sessões.

A tradição política de sua família era de oposição?

Sim. Meu tio, que tinha o nome que herdei, era um deputado de oposição e estava constantemente na tribuna criticando, falando etc. Tanto que eu, em Brasília, consegui uma aprovação do Mazzilli para a edição de dois volumes contendo os discursos do velho Barbosa Lima.⁵ Eram discursos de oposição.

Nos anos 20 o senhor foi pela primeira vez presidente da ABI.⁶ Como foi essa experiência?

Quando fui presidente da ABI, já havia um projeto de construção de um grande prédio, mas todas as vezes que eu procurava as autoridades, elas diziam: “Existem três associações de imprensa. Como é que nós vamos decidir entre as três?” De modo que o meu primeiro trabalho foi unificar o jornalismo e fazer com que as três associações se reduzissem a uma só com a renúncia dos presidentes, inclusive a minha. Formou-se então uma única associação, que foi exatamente a Associação Brasileira de Imprensa. Só por isso nós temos este prédio, que de outra maneira, com três associações, não poderíamos ter.

⁵ Alexandre José Barbosa Lima (1862-1931), político da República Velha e grande orador parlamentar, teve seus discursos publicados no livro *Discursos parlamentares* (Brasília, Câmara dos Deputados, 1963-66. 2t). Ver *Grande enciclopédia Delta-Larousse* (Rio de Janeiro, Delta, 1977), daqui em diante *GEDL*.

⁶ A Associação Brasileira de Imprensa foi fundada por Gustavo de Lacerda em 1908, sendo a seguir presidida pelo próprio, por Dunshee de Abranches, Belisário de Sousa, Raul Pederneiras, João Melo e Dario de Mendonça. Eleito presidente em 1926 e reeleito em 1930, Barbosa Lima Sobrinho pacificou a classe, dividida em três associações — além da ABI, havia a Associação de Imprensa Brasileira e o Clube de Imprensa — e obteve a escritura definitiva do terreno doado à ABI na esplanada do Castelo, lavrada afinal em 1932 pelo interventor Pedro Ernesto. A partir de 1931, durante 33 anos, a ABI foi presidida por Herbert Moses. Em 1935 os arquitetos Marcelo e Milton Roberto venceram o concurso de projetos para a sede da ABI, para cuja construção o governo de Getúlio Vargas concedeu um crédito especial. Em 1978 Barbosa Lima Sobrinho voltou à presidência da entidade, cargo que ocupa até hoje. Ver *DHBB*, op. cit.

O nacionalista

*Em 1922, pouco depois da sua chegada ao Rio, teve início o governo Artur Bernardes. A perseguição aos jornais naquela época, em termos de censura, foi muito grande, não?*⁷

Sim, mas depois Artur Bernardes se redimiou, porque a atitude dele na criação da Petrobras foi exemplar. Defendeu a Petrobras como ninguém. Já como presidente da República ele obedecia às correntes nacionalistas, que tinham uma grande influência em Minas Gerais. O primeiro grande nacionalista dos nossos tempos foi Artur Bernardes, com a influência de Minas, e o segundo foi Getúlio Vargas. Realmente, examinando o conjunto das atitudes de Getúlio Vargas, verifica-se que ele sempre defendia soluções nacionalistas. Eu no começo não tinha simpatia por ele. Mas passei a ter desde o momento em que se discutiu na Câmara o projeto de Agamenon Magalhães de criação do Instituto de Resseguros, que era um projeto realmente nacionalista, e que Getúlio apoiou integralmente. Até então todos os seguros do Brasil eram feitos no estrangeiro. As companhias de seguros estrangeiras é que lucravam. Foi com a criação do Instituto de Resseguros que se passou a ter a receita de resseguros no Brasil.⁸

Hoje estão querendo voltar ao regime antigo e levar os seguros do Brasil para o estrangeiro. Contam com a boa vontade de um presidente da República que, embora pertença a uma família profundamente nacionalista — tanto o avô dele, que conheci pessoalmente, foi comandante da

⁷ Artur Bernardes (1875-1955) assumiu a presidência da República em 1922 sob estado de sítio e realizou um governo marcado pela repressão à oposição, sobretudo ao movimento tenentista, pela intervenção nos estados e pela censura à imprensa. Em 1923 foi sancionada a Lei de Imprensa, denominada “Lei Infame”, que deu ao governo armas legais para controlar os meios de informação. Entretanto, outra faceta de Bernardes foi seu nacionalismo, anunciado já durante seu governo em Minas (1918-22), quando combateu a Itabira Iron Ore Company, e manifestado durante toda a sua vida política. Ver *DHBB*, op. cit.

⁸ Em julho de 1936 o então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Agamenon Magalhães, enviou à Câmara o anteprojeto de criação do Instituto Federal de Resseguros. Barbosa Lima Sobrinho, então deputado, foi o relator do projeto. Os debates foram interrompidos com o fechamento do Congresso em 10 de novembro de 1937, mas já sob a vigência do Estado Novo, em 3 de abril de 1939, o Decreto-lei nº 1.186 criou o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Ver *DHBB*, op. cit.

guarnição de Pernambuco, como o pai e o tio dele foram profundamente nacionalistas —, não merece esse título. Não podemos dar o título de nacionalista a Fernando Henrique Cardoso.⁹

Mas podemos dá-lo a Barbosa Lima Sobrinho...

Realmente, sempre defendi teses nacionalistas. Eu considerava, por exemplo, a situação do Brasil, da Argentina e do México, e verificava que nenhum deles tinha conseguido capitais próprios para o seu desenvolvimento. Mas havia um país no mundo que tinha conseguido isso. Esse país era o Japão. Então, estudei longamente as soluções usadas no Japão e cheguei à convicção de que devia publicar um livro com o título *Japão: o capital se faz em casa*.¹⁰ Era um exemplo, e a gente vê a prosperidade do Japão como é considerável. Hoje, um dos maiores capitais do mundo é o capital japonês. E isso apesar de os Estados Unidos terem feito todo o esforço possível para que o Japão cedesse em aceitar as receitas que eles levavam para lá. Procuraram despertar o Japão mandando para lá um navio americano — isso está no meu livro —, e o Japão, apesar da presença desse navio, não admitiu curvar-se perante o capital estrangeiro. Queria o seu próprio capital para o financiamento do seu desenvolvimento. Porque só há realmente desenvolvimento de um país com capital próprio do país. Se o capital não é próprio do país, há desenvolvimento do capital dos Estados Unidos, como antigamente havia da Inglaterra. Aí está a minha tese.

O senhor defendeu essas teses nacionalistas desde o começo da sua vida pública?

Sim. Escrevi vários livros sobre a estratégia nacionalista. Realmente, a partir do século XVII, quando repeliu os holandeses, o Brasil tinha

⁹ Fernando Henrique Cardoso, presidente da República desde 1994, é neto do general republicano Joaquim Inácio Batista Cardoso e filho do general Leônidas Cardoso. Este último foi um dos fundadores, em 1948, do Centro de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen), participou da campanha do petróleo que antecedeu a criação da Petrobras e foi procurador da Liga de Emancipação Nacional, além de deputado pelo PTB paulista (1955-59). O tio de Fernando Henrique, general Felicíssimo Cardoso, destacou-se na liderança da corrente nacionalista do Exército. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁰ O livro foi editado no Rio de Janeiro, pela Paz e Terra, em 1973.

consciência das causas nacionais. Mas tudo isso acabou com a penetração do capital inglês, primeiro, e depois do americano.

Não houve um marco na estruturação desse pensamento nacionalista que o senhor vem esboçando ao longo dos anos?

Atribuo o desenvolvimento das minhas idéias ao longo parecer, de cerca de 50 páginas, que fiz sobre a questão do Instituto de Resseguros. Estudei o assunto para verificar o que se fizera no Brasil. Quando o Brasil quis verificar qual era o capital que estava nos seguros, não encontrou nada. O capital tinha fugido.

Desde 1934, quando passei a deputado federal, pude me integrar totalmente na defesa das causas nacionais. Naquela ocasião deixei o *Jornal do Brasil*, mas continuei com os artigos assinados, que o jornal manteve. Naturalmente procurei ter uma certa reserva no que escrevia. Mas qualquer um pode examinar os meus artigos assinados, desde 1927, e não vai encontrar nenhuma demonstração de que eu tenha mudado de idéia. Duvido que se encontre algum artigo que não tenha sido profundamente nacionalista.

*O senhor também desenvolveu idéias nacionalistas no livro Presença de Alberto Torres.*¹¹

Presença de Alberto Torres foi o livro com o qual respondi ao regime militar. Quando Castelo Branco tomou posse do poder e chamou para mentor das suas finanças Roberto Campos, achei que havia necessidade de procurar um verdadeiro nacionalista. Em um regime de censura, escrevi então a biografia de Alberto Torres. Alberto Torres foi um defensor do nacionalismo de tal maneira sincero que, como não encontrava ambiente, decepcionado, chegou a pensar em suicídio. O nacionalismo no Brasil pode levar a isso. Felizmente eu fugi disso, mas seria realmente um auxílio a eles eu desaparecer...

¹¹ O título completo é *Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968). Entre outros livros de teor nacionalista de Barbosa Lima Sobrinho, podem ser citados *Antologia do Correio Brasiliense* (Rio de Janeiro, Cátedra, 1977), *Desde quando somos nacionalistas* (Petrópolis, Vozes, 1995) e *Hipólito da Costa: pioneiro da Independência do Brasil* (Brasília, Fundação Assis Chateaubriand/Verano, 1996).

VILLAS-BÔAS CORRÊA

LUIZ ANTONIO VILLAS-BÔAS CORRÊA nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1923. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1943 e formou-se em 1947. No ano seguinte iniciou a carreira jornalística n'*A Notícia*, onde trabalharia por 30 anos. Dedicado desde o início ao jornalismo político, colaborou também em outros jornais como a *Tribuna da Imprensa*, *O Dia*, o *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*. Foi um dos pioneiros da crônica política na televisão, tendo participado dos programas "Jornal de Vanguarda", na TV Rio, "Abertura", na TV Tupi, e "Jornal da Manchete", na TV Manchete. É hoje articulista do *Jornal do Brasil* e comentarista da TV Manchete.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e a Américo Freire em 10 de setembro de 1997.

Um filho de classe média da Tijuca

Como foi sua infância, como era sua família?

Sou tipicamente um filho de classe média carioca. Meu pai, Mero-lino Raymundo Lima Corrêa, morto há 10 anos, aos 88 de idade, era um cearense meio por acaso, porque a família toda era amazonense. Aos 13 anos veio para o Rio estudar, aqui se formou, mas fez toda a sua vida na Justiça mineira: de promotor a desembargador. Minha mãe, Maria Saphira Villas-Bôas Corrêa, era fluminense, de Angra dos Reis. Meu avô materno, Luiz de Castro Villas-Bôas, era jornalista de província em Angra, depois veio para o Rio e aqui se tornou fiscal do Imposto de Consumo. Era um sujeito de primeiríssima ordem.

Minha mãe morreu quando eu tinha oito anos, adoeceu quando eu tinha seis. Nesse tempo meu pai era juiz de direito na cidade mineira de Carmo do Rio Claro, pertinho de Furnas, a que voltei dois anos atrás, depois de 60 anos de ausência. Vim para o Rio quando minha mãe adoeceu, para a casa do meu avô, e aqui fiquei: aqui estudei, me formei, me casei, constituí família e trabalho até hoje. Posso dizer que nunca morei em outro lugar a não ser no Rio, tirando, é claro, a minha remota infância, até os seis anos de idade, quando fiz a peregrinação do juiz de direito pelas comarcas mineiras. Meu pai ficou em Minas e se casou pela segunda vez, quando eu tinha 13 anos, com uma senhora de Cataguases com quem fez bodas de ouro. Essa senhora, Carlota Cruz de Lima Corrêa, mais conhecida pelo apelido de Tatá, é praticamente uma segunda mãe para mim. Vive ainda, em Belo Horizonte.

O que eu quero dizer é o seguinte: fui criado numa família de classe média tijuicana. Nasci na mesma casa em que minha mãe morreu, na rua São Francisco Xavier, 127, quase esquina de Almirante Cochrane. Era uma casa alugada pelo meu avô, uma casa tão grande que, no seu quintal em L, há hoje três prédios.

Seus estudos?

Comecei na escola pública, mas por muito pouco tempo. Do segundo ano primário até o segundo ano complementar, estudei no Insti-

tuto Lafayette, masculino, na rua Haddock Lobo. Ali, portanto, estive 10 anos: três de primário, cinco de ginásial e dois de complementar. Depois, fiz exame para a Faculdade Nacional de Direito, passei até bem, e ali fiz o curso de cinco anos até me formar, em 1947.

Como era o clima político na Faculdade de Direito na sua época?

Para responder, vou voltar um pouco mais atrás. Na minha família, essa família de classe média da Tijuca, lia-se. Liam-se livros — meu avô não tinha uma grande biblioteca em casa, mas comprava livros — e liam-se jornais. Era o velho tempo em que os matutinos e vespertinos eram realmente separados. Hoje, não existe mais vespertino. Não me lembro de ninguém lá em casa ser assinante de jornais, mas todos os dias comprava-se o *Correio da Manhã*. E à tarde, os homens que chegavam — essa fauna era meio variada, às vezes havia uns tios lá em casa — traziam, cada um, um jornal diferente. Eu me lembro de que havia sempre *O Globo*, *A Noite* e freqüentemente o *Diário da Noite*, um vespertino Associado capeado com papel verde. Eram os jornais que se lia em casa. E livros. Eu tinha um tio, que foi juiz no Estado do Rio, que gostava muito de romance histórico. Li muito Paulo Setúbal, nos livros que meu tio Saragoça Santos comprava. Meu avô, Luiz de Castro Villas-Bôas, gostava dos autores um pouco mais antigos, daquela turma portuguesa do Eça, Camilo; no Brasil, José de Alencar, Machado de Assis, Paulo Setúbal, Humberto de Campos, enfim, autores dessa época. Eu me lembro também de que depois chegou o rádio. O primeiro rádio que entrou lá em casa, na década de 30, foi dos primeiros que apareceram, um Pilot enorme, de madeira, hoje peça de museu.

Lá em casa, portanto, lia-se, ouvia-se rádio, mas não se falava praticamente em política, a não ser na política antiga do Estado do Rio, porque na época simplesmente não havia política. Nasci em 1923, vim para a casa dos meus avós com sete anos, portanto no começo da década de 30, e quando comecei a pensar na vida, a tomar conhecimento das coisas, estávamos no Estado Novo. Minha conversa política começou exatamente na faculdade, onde entrei em 1943 e vivi um clima de agitação es-

tudantil. Fui presidente do Caco¹ de 1945 a 46, no terceiro e quarto anos, tanto que o manifesto da faculdade saudando a queda do Getúlio e do Estado Novo foi redigido por mim e por um rapaz que depois foi deputado do PR mineiro, chamado Ciro Maciel. A faculdade era maciçamente antigetulista.

Sua família também era antigetulista?

Minha família não tinha muita posição. A sensação que eu tenho é de que aquele longo período de ditadura como que amorteceu o pensamento político da classe média em geral. Meu pai era juiz no interior de Minas, onde quem cuidava da política era Benedito Valadares. Até pela profissão, meu pai era inteiramente apolítico, e o que ele conversava de política era sobre o Valadares. Não me lembro, realmente, de muita conversa política, a não ser, como disse, conversas de reminiscências dos tempos das lutas antigas do Estado do Rio. A faculdade é que foi o caldeirão. Foi quando descobri que existia um Partido Comunista na clandestinidade. Quando ele voltou à legalidade, com a queda do Estado Novo, descobrimos que era um partido organizado. Havia vários colegas com quem fazíamos política estudantil de cujas posições mais ou menos suspeitávamos, mas não sabíamos que eles eram filiados ao Partido Comunista, nem que existia uma atividade política clandestina. Essa era a turma mais politizada da faculdade. Além disso, evidentemente, havia a corrente libertária, amplamente majoritária.

Nesse final do Estado Novo, como o senhor se colocava diante da UDN?

Comecei evidentemente engajado na luta anti-Estado Novo, anti-Getúlio, e era inevitável que isso levasse você para uma simpatia pela UDN, embora logo em seguida eu tenha me aproximado muito mais da

¹ Sigla do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. A entidade foi criada em 1916 pelos estudantes da então Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e ao longo dos anos assumiu posição destacada no movimento estudantil brasileiro. Ver *DHBB*, op. cit.

Esquerda Democrática.² Nunca fui nem filiado nem militante de partido, mas as minhas simpatias iam para a Esquerda. Eu me lembro de que já resisti, na faculdade, quando o brigadeiro Eduardo Gomes foi eleito patrono da minha turma. Achava que era pouco adequado um ex-candidato a presidente da República, político militante, ser patrono de uma turma da faculdade.

Fez parte das suas cogitações ser advogado, exercer a profissão?

Fez. Pretendia ser advogado. Estudei, fui bom aluno, me formei. Não tive problema nenhum para passar. Não era o primeiro da turma, mas estava no primeiro lote. Em algumas matérias, tinha muito bom rendimento. De direito penal, por exemplo, eu gostava muito. O professor, Demóstenes Madureira de Pinho, também influenciava. Mas a minha idéia era trabalhar, tanto assim que casei no fim do quarto ano. Fiz um concurso público quando estava no Exército e quando dei baixa tinha dois lugares para escolher. O quinto ano, já fiz trabalhando, desligado da atividade política da faculdade. Aliás, a cabeça do quintanista naquele tempo mudava muito: o sujeito já começava a sair da faculdade e a cair na vida, começava a trabalhar.

Que emprego público foi esse que o senhor teve no início da vida?

Eu era técnico de propaganda alimentar no Saps, aquele Serviço de Alimentação da Previdência Social. Quando fui trabalhar em jornal, já depois de formado, ia para a redação de manhã muito cedo, ficava das sete às 11 horas, saía, pegava no Saps e lá dava o expediente todo.

² Grupo de intelectuais e políticos de tendência predominantemente socialista que se reuniu nos primeiros meses de 1945 para consolidar a oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. O movimento surgiu publicamente em 12 de junho de 1945, ao apresentar uma moção de apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, lançada pela União Democrática Nacional (UDN). Em agosto de 1946 a Esquerda Democrática se transformou em partido político e em agosto de 1947 passou a se chamar Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ver *DHBB*, op. cit.

O aprendizado do jornalismo: *A Notícia*

No tempo da faculdade o senhor já escrevia em jornais?

Participei muito do jornal da faculdade, *A Crítica*, e fiz alguns artigos para a revista da faculdade, *A Época*, que no meu período teve uma fase de ouro, porque o Capanema³ deu condições materiais. Ciro Maciel era o diretor e fez uma revista de primeiríssima qualidade. Tenho alguns exemplares em casa, é uma revista excepcional. Mas foi uma atividade jornalística muito reduzida, passageira. Se eu for ler esses textos hoje, sei que vou morrer de constrangimento, pela ingenuidade.

Acho que a minha primeira experiência em jornal, realmente, aconteceu num jornal extraordinário, um jornal de férias. Meu pai, nesse tempo, era juiz em Araguari, no Triângulo Mineiro. Araguari era uma cidade já muito desenvolvida, e um centro de correntes estudantis. Algumas vinham de Belo Horizonte, mas muito poucas, porque Araguari era uma cidade praticamente paulista — na época, toda a cabeça do Triângulo Mineiro era paulista: torcia-se pelos clubes de futebol de São Paulo, estudava-se em São Paulo, era muito mais perto ir a São Paulo do que a Belo Horizonte. E havia também a turma do Rio. Nós nos reuníamos nas férias da faculdade, e daí surgiu um jornalzinho chamado *O Grã-fino*, que teve um sucesso fantástico na cidade. Era um jornal de futrica, de fofoca, mas fez muito sucesso. E revelaram-se lá algumas vocações que eu até hoje lamento que não tenham continuado no jornalismo, porque eram sujeitos que escreviam admiravelmente bem: Calil Canut e Herval Gomides. Revi o Calil em Araguari 30 anos depois, quando voltei lá com Tancredo Neves.

Como foi sua entrada no jornalismo profissional?

Caí no jornal mais ou menos por acaso, e foi um deslumbramento. Na verdade, entrei no jornalismo por necessidade de pagar o parto do meu segundo filho, uma cesariana que custou 13 contos. Naquele tempo, era dinheiro pra burro: eu ganhava no Saps um conto e pouco, eram uns seis meses de salário. Foi portanto a necessidade de pagar uma dívida que me levou a procurar um segundo trabalho. Meu sogro, Joa-

³ Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde.

quím Bittencourt Fernandes de Sá, lembrou que eu podia entrar no jornalismo. Tinha sido jornalista muito tempo, era amigo de mocidade do Cândido de Campos e me deu um bilhete para eu me apresentar a ele n'*A Notícia*.⁴ Cândido de Campos me mandou para o Silva Ramos, que era quem realmente dirigia o jornal, e o Silva Ramos me recebeu com essa frase de que nunca me esqueci: "Seu sogro está dizendo aqui que você é bacharel, mas isso não quer dizer que você seja necessariamente analfabeto. Tira o paletó, senta aí!"

Foi assim que eu comecei. Com seis meses de jornal, caí por acaso na política e nunca mais deixei esse batente. Comecei em 1948, portanto em 1998 faço 50 anos. No dia 27 de novembro, segundo a carteira de trabalho. Essa data, inclusive, é fajuta, porque é a data do registro profissional, e trabalhei alguns meses sem registro, como todo mundo fazia na ocasião. Depois que o foca revelava disposição de continuar, havia quase como que a efetivação no jornal, e aí ele era registrado.

A Notícia foi a minha grande escola. Trabalhei lá 30 anos, só não trabalhei quando o jornal fechou. *A Notícia*, para mim, foi uma experiência fantástica, porque era um jornal popular. Quem tem a imagem d'*A Notí-*

⁴ *A Notícia*, jornal carioca diário e vespertino, circulou em sua primeira fase de 17 de setembro de 1894 a 4 de julho de 1979. Foi fundado pelo jornalista de origem portuguesa Manuel de Oliveira Rocha, conhecido como Rochinha, e na época provocou impacto nos meios jornalísticos por sua forma gráfica arrojada e seu estilo inovador. Em 1924, Cândido de Campos assumiu a propriedade do jornal, que iria caracterizar-se como porta-voz das idéias do governo, a tal ponto que em 1930, com a vitória da revolução, foi incendiado por populares. Reaberta tempos depois, *A Notícia* tornou-se, por influência do novo secretário de redação Silva Ramos, um jornal de denúncias sensacionalistas extremamente popular. Em 1950, Cândido de Campos vendeu o jornal a Ademar de Barros e Chagas Freitas, passando este último a dirigi-lo. A linha do jornal foi mantida, mas o noticiário político foi fortalecido, já que Ademar queria usar *A Notícia* como base para a penetração do Partido Social Progressista (PSP) no Rio de Janeiro. Quando Ademar foi obrigado a exilar-se, em 1952, Chagas Freitas tornou-se sócio majoritário do jornal, o que deu origem a longo litígio. Sob Chagas Freitas *A Notícia* tornou-se cada vez mais um par do matutino *O Dia*, também de sua propriedade. Ambos os jornais tiveram importância decisiva para a carreira política de Chagas Freitas na Guanabara e para o controle que este veio a exercer sobre o MDB carioca. A segunda fase de *A Notícia*, comprada por Ary de Carvalho, teve início em 2 de maio de 1991. O jornal hoje traz matérias que tratam de sexo e violência. Ver *DHBB*, op. cit.

cia, hoje, não tem uma pálida referência do que era o jornal antigamente. Era um jornal popular, mas um jornal cuja primeira página era política. Entrei em 1948, Getúlio tinha caído em 45, o Congresso já estava funcionando. Não peguei a Constituinte de 46, mas peguei uma fase de ouro do Congresso — uma fase dourada, pelo menos. Para nós aquilo era um espetáculo, porque foi o último período da grande eloquência, dos grandes oradores, em que a tribuna era um *show*, uma atração: o grande orador enchia o plenário de pessoas que não tinham nada a ver com aquilo, pessoas que eram atraídas pelo brilho oratório, pela rixa que estava sendo travada ali. Um discurso anunciado do Carlos Lacerda, do Otávio Mangabeira, do Góis Monteiro, do Afonso Arinos, especialmente encaixado em uma controvérsia política importante, lotava a Câmara.

Além do clima da época, por que A Notícia foi para o senhor uma grande escola?

Primeiro, pelo seguinte: n'A *Notícia*, você se despojava, se despia de toda a frescura que por acaso tivesse quando chegava ali. Qualquer presunção literária, qualquer grã-finismo, tudo isso acabava, porque a redação era pra valer. Mesmo quando estava começando, freqüentemente eu fazia matéria de primeira página, porque não havia essa história de cobrir setor. Dois ou três copidesques ficavam na redação refazendo as matérias, e o resto, a turma da briga, cobria tudo. A única coisa separada no jornal era esporte — separada e desdenhada, porque a turma trabalhava numa salinha e quase não se tinha muito contato com eles. Nós não tínhamos nenhum tipo de discriminação contra os esportes, mas era evidente, naquele tempo, que era considerada uma atividade de segunda ordem.

Como era organizada internamente A Notícia? Direção, instalações etc.?

Quem dirigia tudo, como já disse, era o Silva Ramos: Francisco Otaviano da Silva Ramos. Fantástico cozinheiro de jornal, em um tempo em que o secretário do jornal acumulava funções que hoje são exercidas por 10, 12 pessoas. O secretário era o editor-chefe, o subeditor, o secretário da redação, o editor de política, o editor de economia, o editor de esporte, tudo passava por ele.

O jornal funcionava num conjunto de salas num segundo andar da avenida Rio Branco, do tamanho de um apartamento médio de três quar-

tos. A redação era uma sala comprida, com uns cinco, seis metros de frente, dando para a avenida Rio Branco, e uns 15 metros de profundidade. Havia um mesão no meio, onde a maior parte da turma desunhava as matérias na munheca. Alguns, muito poucos, escreviam a lápis, aquele lápis preto Faber nº 1, mas a grande maioria escrevia a caneta tinteiro, e generosamente a empresa fornecia uma tinta vagabunda. Papel era apara de bobina cortada a faca. Foi um enorme progresso quando se comprou uma guilhotina para, pelo menos, as laudas saírem com uma margem limpa... Naquele tempo não havia paginação, paginava-se na oficina. No caso d'*A Notícia*, você nem via a paginação, porque o jornal era impresso na gráfica do *Diário de Notícias*, na praça Tiradentes. Enfeitava-se a primeira página com o começo das matérias principais e jogava-se a sobra no corte. Havia página inteira de corte. Mas a manchete d'*A Notícia* era — o que era incrível para um jornal popular — um comentário político.

Qual era a tiragem d'A Notícia?

Lembro-me de que se comemorou com um cafezinho quando a tiragem bateu em 100 mil exemplares. É o que tira o *Jornal do Brasil*, hoje, aos domingos... *A Notícia* tinha a pretensão de disputar com *O Globo* e encostava n'*O Globo*, que não tirava muito mais do que 150 mil.

A cobertura política no fim dos anos 40, início dos 50

Como era feita a cobertura da Câmara dos Deputados na época em que o senhor começou a trabalhar em jornal?

Havia vários setores de cobertura. A cobertura do *Correio do Povo*⁵ era a mais completa do país, de uma página inteira. Não havia um discurso na Câmara, por mais insignificante, que o *Correio do Povo* não registrasse. Era uma matéria estilo relatório, feita pelo Francisco de Pau-

⁵ Jornal gaúcho fundado em Porto Alegre em 1º de outubro de 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Jr. e ainda hoje em circulação, o *Correio do Povo* tinha uma sucursal no Rio de Janeiro na rua da Quitanda encarregada da cobertura da Câmara dos Deputados. Ver DHBB, op. cit.

la Job e depois pelo José Barriga Filho, quando o Job morreu. O Job desenvolveu uma taquigrafia própria e pegava os discursos praticamente na íntegra. Registrava tudo e depois resumia.

Já o *Correio da Manhã* dava quase toda a última página, e quem fazia era o Heráclio Salles, que morreu há pouco tempo. Esse era um primoroso escritor, um grande cronista do Congresso da minha época, e acho que de todos os tempos. O Heráclio hierarquizava a sessão. Contava uma história da sessão que podia começar por um aparte no final do expediente. Fazia uma reportagem, uma crônica, tanto que só começava a escrever depois de terminada a sessão. Ele então ia para o jornal e aí é que ia montar a crônica do dia. Não tinha nenhuma preocupação de registrar tudo o que tinha acontecido.

Quando havia um grande discurso, era muito comum os jornais o tirarem da página da Câmara e o publicarem na íntegra, em páginas inteiras. Os grandes discursos do José Américo, do Góis Monteiro, os discursos políticos mais importantes, freqüentemente eram dados na íntegra porque havia uma grande avidez da classe média, do leitor de elite, pela política, que tinha ficado 15 anos soterrada.

Os jornais cobriam também o Senado?

Sim. Todo jornal matutino tinha uma seção da Câmara e outra do Senado. O Senado era coberto com bastante generosidade de espaço, mas o destaque era menor que o da Câmara. E havia ainda a reportagem política, que convivia com essas seções, e na qual nós tínhamos um outro tipo de preocupação. No *Correio da Manhã*, por exemplo, o Costa Rego tinha uma grande implicância com a política, achava aquilo uma coisa subalterna, fofoca etc. Uma das descobertas do Heráclio foi embutir a cobertura política na seção da Câmara. Quer dizer, ele encaixava a crise política na moldura da crônica parlamentar.

Naquela época, na reportagem política, nós cobríamos o quê? Articulação política. Como as fontes de acesso direto ao governo eram muito difíceis, muito escassas, como não tínhamos acesso ao presidente da República — lá uma vez ou outra alguém conversava, todo presidente tinha um ou outro repórter da sua preferência, mas quem fosse fazer cobertura política dependendo do acesso ao presidente iria morrer de fome —, tínhamos que cobrir o dia-a-dia basicamente através da Câmara e do Sena-

do. Havia também os ministros mais políticos que nós freqüentávamos: o ministro da Justiça eventualmente, ou freqüentemente o ministro da Fazenda, que tinha uma face política importante. Finalmente, havia os partidos. Cobríamos as reuniões partidárias: a famosa reunião das quartas-feiras da UDN, que era aberta; as reuniões do PSD, que eram episódicas, convocadas especialmente, e em geral constituíam um grande acontecimento político; e até as reuniões dos partidos menores, o PR, o PTB etc. As reuniões do PTB eram sempre na base do escândalo. O PTB carioca era o PTB da pelegada, muito ruim. A limpeza do PTB, a valorização do partido, sua respeitabilidade, veio muito da seção gaúcha, que tinha em Alberto Pasqualini a sua principal estrela. Mas havia também Brochado da Rocha, Temperani Pereira, Fernando Ferrari, que era meio ingênuo mas era um sujeito sério, Rui Ramos, um orador torrencial...

Enquanto isso o PTB carioca era politicamente fraco, muito colado aos órgãos do Ministério do Trabalho...

Era a pelegada. O partido era a sanguessuga da Previdência Social. Havia algumas figuras melhores: Segadas Viana, um deputado razoável, mas também muito ligado a essa área. O PTB carioca era um lixo.

Havia Lutero Vargas...

Lutero não tinha importância nenhuma. Ele não chegou nem a ser filho do Getúlio. O filho político do Getúlio era a Alzira, não é?... Mas, enfim, cobríamos a vida política que escoava pelos discursos parlamentares.

O senhor fazia esse tipo de cobertura mesmo num jornal popular como A Notícia?

Sim, mas o grosso da minha atividade para *A Notícia* era feito de manhã, de modo que eu não cobria o parlamento diariamente. Chegava no jornal às sete horas da manhã e pegava aqueles políticos que acordavam cedo, que atendiam o telefone cedo. As reuniões de partido também eram feitas de manhã. Uma coisa que hoje é impensável é a repercussão do grande discurso parlamentar, ou o anúncio do grande discurso parlamentar. Num dia qualquer, por exemplo, fulano de tal ia fazer um discurs-

so importante na Câmara ou no Senado. Você amanhecia na casa daquele sujeito para tentar antecipar o discurso, quer fosse um discurso escrito — porque muitos davam cópia, passavam um resumo —, quer fosse um discurso de improviso — porque sempre havia uma linha memorizada.

Essa agitação da vida parlamentar o seduzia, o fascinava?

Sem dúvida: eu, que era um jovem de classe média tijucano, de repente passei a conviver com grandes figuras da República, a conversar de igual para igual com as lideranças, com políticos famosos, até porque havia muita gente jovem na Câmara, as idades eram muito próximas. Conheci por exemplo o José Sarney, e ele tinha a minha idade, deve ser um pouquinho mais moço do que eu. Da mesma forma travei conhecimento com vários deputados. De repente, eu via o poder se decidindo ali, na minha frente. Via nascerem as crises, via se desenvolverem as crises. Era muito bom poder conviver com aquela gente, poder escrever sobre aquilo, enfim, tentar entender o que acontecia. Mas devo dizer que o meu amadurecimento como repórter foi muito lento, porque eu sou uma mediocridade bem administrada... Até pegar o traquejo, a malícia na avaliação das coisas, na análise, demorou muito.

Vida de repórter

Quando começou a trabalhar n'A Notícia, o senhor também colaborava em outros jornais?

Fiz incursões por outros jornais. Acumulava. Por exemplo, fui quase fundador da *Tribuna da Imprensa*. Fui fundador d'*O Dia*.⁶ Chagas Freitas se dava muito bem comigo e me convocou. Foi o primeiro matutino em que eu trabalhei, também jornal popular.

⁶ Jornal carioca diário e matutino fundado em 5 de julho de 1951 por Chagas Freitas, que na época era co-proprietário de *A Notícia*, ao lado de Ademar de Barros, *O Dia* serviu para a ampliação do prestígio político pessoal de Chagas. Com uma linha popular semelhante à de *A Notícia*, acabou por suplantá-la, já que as mesmas notícias eram publicadas com diferenças de horas. Hoje de propriedade de Ary de Carvalho, continua em circulação. Ver *DHBB*, op. cit.

Seu assunto n'O Dia também era política?

O primeiro secretário d'O *Dia*, quando o jornal foi lançado, era o Santa Cruz Lima. Ele me disse: "Ô Villas, esse negócio de partido aqui, no tipo de jornal que eu vou fazer, que vai ser um jornal muito popular, é muito chato. Vê se você bola uma coisa mais popular". Eu então aproveitei a fórmula que o Heráclio Salles criou com Café Filho no *Correio da Manhã* numa faixa mais nobre, mais elitista, e resolvi ampliar para temas populares: "Vamos fazer reportagens com parlamentares" — era o meu encaixe. E assim criamos os "Comandos parlamentares" d'O *Dia*. Como é que funcionava? Às quartas-feiras, eu marcava encontro com dois, três deputados, raramente com senador. Não necessariamente do Rio — usei muitos parlamentares de outros estados. Mas era mais fácil o deputado do Rio, porque ele evidentemente tinha interesse em aparecer. Breno Silveira, por exemplo, que era um deputado muito bem disposto, praticamente passou a ser efetivo nos "Comandos". Estava sempre pronto. Mas eu dosava e variava muito, porque dependia do assunto. Por exemplo, na faixa de penitenciária, de distrito etc., levava o Tenório Cavalcanti, porque era um *show* à parte. Durou uns três anos essa história de "Comandos". Parou quando Chagas Freitas entrou na política, porque criou-se uma situação de constrangimento.

Se estamos entendendo bem, esses "Comandos" eram reportagens em que o senhor se fazia acompanhar de parlamentares?

Sim. E nunca fomos barrados em lugar nenhum. Naquele tempo, a carteira de deputado abria qualquer porta. Chegávamos: "Comandos parlamentares!", e entrávamos todos juntos. Não pedíamos licença, não. Invadimos o Arsenal de Marinha, invadimos o presídio da Ilha Grande às três da madrugada. Quando o diretor acordou, já estávamos lá dentro havia muito tempo. Eu escolhia o assunto. No princípio lembro-me de que quebrava um pouco a cabeça para procurar o assunto, mas depois os assuntos me procuravam, e era até preciso selecionar. O parlamentar nunca sabia aonde ia — isso era uma regra dos "Comandos" —, a não ser nos casos excepcionais. Por exemplo, para a Ilha Grande fomos de madrugada e voltamos no dia seguinte. Como é que você ia pegar um deputado e dizer: "Entra no carro que vamos para a Ilha Grande"?

Os deputados lucravam com isso, conseguiam dividendos políticos?

Sim, porque repercutia na mídia, e *O Dia* era uma grande vitrine na época. Algumas denúncias repercutiam no Congresso. O grande mote era a denúncia. Em geral, tentava-se apurar denúncias que chegavam. Denúncias de todos os tipos, desde violência policial até roubar-lheira.

Qual era o papel do parlamentar nos "Comandos"? Ele de uma certa maneira validava a reportagem?

Ele abria as portas e garantia a repercussão. Valorizava a fotografia, valorizava a matéria. Com o deputado, eu não precisava marcar nada, entrava em qualquer lugar, a qualquer hora. Vou contar dois ou três casinhos, rapidamente. Um, pitoresco. Um dia, o Breno Silveira propôs visitar uma colônia de pesca. Fomos lá com dois deputados, não lembro quem era o outro, e não havia nada de interesse. Aquela coisa de colônia de pesca, muita dificuldade e tal, eu já desanimado com a historinha frouxa. De repente, paramos numa birosca, ficamos conversando com o birosqueiro, chega um bode, e ele serve um copo de cachaça ao bode. Perguntei: "Que negócio é esse? Esse bode é cachaceiro?" Ele disse: "Ah, esse bode ninguém sabe de quem é, não tem dono, apareceu, está sempre aqui em volta, e é um cachaceiro. Todo mundo paga bebida pra ele. É popularíssimo". Como todo bode, se chamava Cheiroso. Fiquei curioso, chamei o Parreira, que era o meu fotógrafo, e ele fez uma foto do bode bebendo cachaça no bar. Fiz a reportagem sobre a colônia e um box com a história do bode. Poucas vezes fiz uma coisa de tanto sucesso. Onde eu ia, me perguntavam pelo bode. Uma matéria boa, não é?

Outra ocasião recebi denúncia de que numa dependência do SAM de meninas, em Vila Isabel, havia uma pancadaria violenta. Convoquei o Tancredo Neves, que era ministro da Justiça, e perguntei se ele queria fazer um comando comigo. Ele já tinha participado de um comando, como deputado. Lá fomos nós. Na casa, aquela bagunça horrível. Botavam moças demais, prostitutazinhas, coitadas, tudo embolado, a cama não tinha colchão. Espetáculo horrível. Mas não vimos evidência de violência, às duas da manhã, quando chegamos. Tancredo Neves levou o carro da Polícia Militar para arrebentar o portão... Cheguei perto de

uma menina e perguntei: “Me disseram que aqui o pau canta, mas não estou vendo nada”. Uma delas respondeu: “O senhor vai ali e levanta o colchão da cama daquela inspetora, que é a braba daqui. Mas cuidado, disfarça, ela não pode saber que o senhor vai lá”. Chamei o Parreira, chamei o Tancredo, e quando levantamos o colchão vimos uma coleção de porretes, tudo manchado de sangue, com cabelo de gente, um horror! Tancredo fechou na hora o centro de tortura do SAM.

Saiu uma matéria sobre isso?

Saiu, foi um escândalo! Rendeu discursos na Câmara, o diabo a quatro. Na Ilha Grande, entramos de madrugada, o diretor era um primo do João Goulart, que era o homem forte do Getúlio, e foi demitido de manhã cedo. Uma vez, estava no jornal à tardinha e recebi um telefonema. Uma voz meio estranha: “Seu Villas, eu sou aqui da penitenciária de Bangu, e nós vamos fazer um levante na hora do jantar”. Corri na Câmara, arranjei dois deputados, fotógrafo, e fomos para lá. Chegamos pouco antes da hora, percorremos a penitenciária e dissemos que íamos assistir ao jantar. No começo do jantar, estourou a revolta, os presos começaram a jogar pratos. Fizemos fotos fantásticas. Uma rebelião! O pessoal jogava prato para o ar, aquela gritaria etc. Éramos o único jornal presente. Agora, visitamos também a Biblioteca Nacional, Manguinhos, corremos toda essa praça.

Além de Breno Silveira e Tenório Cavalcanti, quem mais participava desses comandos?

Gama Filho. Por exemplo, nesse da penitenciária foram Breno, Tenório e Gama Filho. Lopo Coelho também participava. Já esse era um deputado para os assuntos do funcionalismo público, da área administrativa. Gurgel do Amaral, do PTB, levei a vários, também. Segadas Viana. Não fazia seleção partidária. Íamos descobrindo o deputado mais disposto a ir. Levei, por exemplo, o velho Heitor Beltrão à favela. Existe uma fotografia linda do Beltrão comendo caranguejo na favela. Frota Aguiar, outro parceiro freqüente. Levei senadores também. Nunca levei vereadores. Não os conhecia, nunca fui à Câmara de Vereadores. Não é que eu tivesse qualquer tipo de preconceito, é que não era a minha área.

Além d'A Notícia e d'O Dia, o senhor também trabalhou no Diário de Notícias,⁷ n'O Estado de S. Paulo,⁸ no Jornal do Brasil... Poderia recuperar essa cronologia?

Fui para o *Diário de Notícias* chamado pelo Odylo Costa Filho, pouco antes do suicídio do Getúlio. Havia uma seção no *Diário de Notícias*, "Notas políticas", que era feita por vários jornalistas — quando entrei, éramos Odylo, Heráclio, que deixou a crônica parlamentar do *Correio da Manhã* e foi para lá, Pedro Gomes e eu. Cada um encaixava a sua nota ali. Às vezes, um tinha uma nota muito importante e dizia: "Hoje eu faço sozinho". Mas essa fase de muita gente durou pouco: Pedro Gomes saiu logo, Odylo foi convocado pelo presidente Café Filho,⁹ e ficamos Heráclio e eu. Foi uma fase curiosa, porque eu era chefe do Heráclio n'O *Estado de S. Paulo*, e ele era meu chefe no *Diário de Notícias*.

Como foi a entrada n'O Estado de S. Paulo?

Aconteceu o seguinte: no *Diário de Notícias*, estreitei a convivência com Osório Borba, uma figura estelar da imprensa brasileira, um velhinho de uma dignidade absoluta, meio ranheta, meio mal-humorado, embora fosse muito bem-humorado na convivência. O Borba fazia, no *Diário de Notícias*, crônicas assinadas; mas praticamente trabalhava na editoria política botando títulos e reescrevendo telegramas, porque não tinha informação política, e sim um belíssimo texto. Além disso, fazia n'O *Estado de S. Paulo* uma cronicazinha que abria o noticiário político. Acontece que o Borba, por duas ou três vezes, foi convocado para a Câmara como suplente de deputado por Pernambuco, do Partido Socialista Brasileiro, e me pedia para substituí-lo n'O *Estado de S. Paulo*. Até que

⁷ O *Diário de Notícias*, diário e matutino carioca, foi fundado em 12 de junho de 1930 por Orlando Ribeiro Dantas e saiu de circulação em 1974. Ver *DHBB*, op. cit.

⁸ Jornal paulista diário e matutino fundado em 4 de janeiro de 1875 com o nome de *Província de S. Paulo* por um grupo liderado por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales. Em 1885, ingressou em sua redação Júlio César Ferreira de Mesquita, que em pouco tempo passou a diretor. Desde então, a direção do jornal permaneceu nas mãos da família Mesquita. Ver *DHBB*, op. cit.

⁹ No governo Café Filho (agosto de 1954 a novembro de 1955), o jornalista Odylo Costa Filho foi secretário de Imprensa da Presidência da República e superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. Ver *DHBB*, op. cit.

um dia ele me disse: “Olha, Villas, eu não agüento mais esse negócio de fazer crônica n’*O Estado de S. Paulo*. Eu não tenho mesmo informação, fico aí cafetinizando vocês, pedindo coisas... Eu não quero mais essa merda, não. Vou sair e vou indicar você”. E me indicou. Fiquei fazendo então *A Notícia*, o *Diário de Notícias* e *O Estado de S. Paulo*. Mais tarde, o *Diário de Notícias* começou a entrar em parafuso, o Odylo foi para o *Jornal do Brasil*, e eu também fui. A partir daí fiz durante muito tempo três seções diárias em três jornais: *A Notícia*, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*.

*O senhor foi para o Jornal do Brasil com o Odylo Costa Filho, na época em que ele foi atuar na reforma do jornal?*¹⁰

Fui. E a primeira seção de análise política — “Coisas da política” —, de cobertura política propriamente dita, no *Jornal do Brasil*, quem fez fui eu, quando o Odylo foi para lá. Depois que o Odylo saiu, ainda fiquei. Quando da mudança da capital, o *Jornal do Brasil* me convidou para instalar e dirigir a sucursal em Brasília. Uma proposta milionária, na época: teria direito a uma Rural Willys zero km, hotel em Brasília, passagem para o Rio duas vezes por mês... Fui então a São Paulo falar com o dr. Júlio de Mesquita Neto: “Já que *O Estado de S. Paulo* não se interessou por mim, estou com essa proposta do *Jornal do Brasil*...” Ele me disse: “Tudo bem, Villas, eu compreendo. Você faça a sua opção profissional. Nós não mandamos você para Brasília porque queremos você no Rio, porque não queremos despir um santo para vestir outro. E é uma bobagem você pensar que a capital vai mudar logo para Brasília. Não vai. Vamos ter duas capitais durante muito tempo. Aconteceu assim com Washington e Nova York. De modo que nós queremos você no Rio. Mas se você quer ir com o

¹⁰ A chamada reforma do *Jornal do Brasil* teve suas origens em 1953. Nesse ano, após o falecimento do conde Pereira Carneiro, assumiu a direção do jornal sua viúva, Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, a Condessa, que encarregou seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito, de renovar o equipamento gráfico. Em 1956 fizeram-se sentir as primeiras alterações, quando Reinaldo Jardim criou o Suplemento Dominical. Em seguida Odylo Costa Filho foi convidado a coordenar a reformulação do *JB* e, para fazê-lo, convocou uma equipe de jovens jornalistas. Mesmo após a saída de Odylo, em 1958, as reformas prosseguiram, consolidando-se com a entrada de Alberto Dines, em 1961. Ver *DHBB*, op. cit.

Jornal do Brasil para Brasília, tudo bem”. Recuei: “Bom, se é assim, eu fico no Rio”. Não estava muito entusiasmado em ir para Brasília naquela hora, não. Aquilo era uma bagunça. Fui até lá várias vezes e me espantei com a improvisação. Aquilo não tinha nada. Foi nessa hora que eu me despedi do *Jornal do Brasil* e fiquei na sucursal d’*O Estado de S. Paulo*.

Na sua vida de repórter político o senhor também teve uma experiência no rádio, não é?

Tive. Curta e grossa. No governo Café Filho, o Odylo foi superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União: *A Noite* e Rádio Nacional. A Rádio Nacional era a TV Globo de hoje. O Odylo resolveu fazer lá uma seção política e chamou a mim e ao Carlos Castello Branco. Nós cobrimos a eleição do Juscelino de maneira exemplar. Ouvimos todos os candidatos. O programa tinha meia hora por dia, em horário nobre, e era dividido em dois blocos: Castello escrevia um pingue-pongue com as notícias do dia, que era lido por dois locutores, os melhores da Rádio Nacional da época, e eu fazia uma entrevista parlamentar na Câmara, ou com um ministro etc. Raramente por telefone, porque era muito ruim. Usávamos aqueles primitivos gravadores. Era uma traquitana do tamanho dessa mesa, com duas alças. Telefonava para a Rádio Nacional, saía um jipe com esse caixão, o técnico e o motorista. O motorista pegava numa das alças na hora de subir com aquela geringonça para a Câmara, aquilo era instalado num daqueles nichos do Palácio Tiradentes,¹¹ e eu ia buscar o deputado, que já tinha convidado, para dar a entrevista. Depois montava o programa na rádio. Chamava-se “Antena política”. Depois disso, fiz na Rádio *Jornal do Brasil* um pequeno comentário diário. Mas como complemento do que eu fazia no jornal. Era só subir um andar.

¹¹ O Palácio Tiradentes, inaugurado em 6 de maio de 1926, serviu de sede à Câmara dos Deputados até 1937, alojou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo, abrigou a Assembléia Constituinte em 1946 e novamente a Câmara dos Deputados até a mudança da capital para Brasília em 1960. Depois disso abrigou a Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara (1961) e a Assembléia Legislativa da Guanabara (1961-63). A partir de 1975, tornou-se a sede da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Ver Israel Beloch e Carlos Eduardo Sarmento, *Palácio Tiradentes: 70 anos de história* (Rio de Janeiro, Alerj-Memória Brasil, 1996).

O senhor hoje escreve no Jornal do Brasil e faz comentários políticos na TV Manchete. Como foi sua volta ao Jornal do Brasil?

Só voltei para lá quando me aposentei d'O Estado de S. Paulo, em 1980. Na época houve a fusão das duas sucursais, do *Estadão* e do *Jornal da Tarde*, fui eu que propus a fórmula, mas a maneira como foi realizada foi muito pouco ética, e fiquei querendo sair. Tinha que esperar apenas mais um tempinho para sair bem. Oliveiros Ferreira me garantiu que ia cavar para mim um complemento de aposentadoria pela Fundação Júlio Mesquita. Na época era importante, hoje não é mais. Esperei, até completar o tempo para sair, e saí com o esquema armado. Fui para a *IstoÉ* desde o número zero, junto com o Mino Carta, e já tinha sido convocado pelo Fernando Barbosa Lima para fazer o programa "Abertura", na TV Tupi. Eu me aposentei com essas duas atividades. Mas me desentendi na *IstoÉ* e me despedi com um telex malcriado. Foi o meu último gesto juvenil, mas irreversível, porque toda a redação tomou conhecimento. A Tupi, por sua vez, fechou, e fiquei desempregado. Passei uns três ou quatro meses miseráveis, me sentindo um bagaço, quando o Paulo Henrique Amorim me convidou para ir à casa dele tomar um uísque. De madrugada, na calçada, ele me disse: "Eu queria te convidar para o *Jornal do Brasil*". Respondi de pronto: "Aceito". Ele: "Mas você não sabe o que é!" Completei: "Qualquer coisa. Segurança? Aceito!" Ele esclareceu: "Não, chefe da seção política". Não queria mais ser chefe de nada, mas aceitei. Aí fui para o *Jornal do Brasil*. Fui editor político alguns anos, houve lá um início de uma crise interna, e aproveitei a oportunidade para cair fora da editoria e passar a fazer reportagem, matérias, artigos e crônicas, duas vezes por semana. Atualmente faço mais umas coisinhas, dou uns palpites na pauta.

Jornalismo político: do partidarismo ao profissionalismo

Voltando aos anos 50, que jornais naquela época faziam uma cobertura política realmente importante no Rio de Janeiro?

Se vocês quiserem uma hierarquia, é o seguinte: havia mais ou menos 17, 18 jornais no Rio. Certamente, disparado, o *Correio da Manhã* era o mais importante, com mais peso político; o *Diário de Notícias* era o segundo, pela respeitabilidade. Era um jornal mais duro, menos malicioso.

Nós melhoramos muito o *Diário de Notícias* — quer dizer, o Odylo e a equipe que ele levou. Em seguida vinha *O Jornal*, dos Diários Associados, que tinha o seu peso; o *Diário Carioca*, um jornal muito vivo, muito inteligente, mas de tiragem relativamente pequena. Depois os jornais mais populares: *Gazeta de Notícias*, *O Dia*, de grande tiragem mas sem peso político. Os vespertinos eram *O Globo*, no princípio, *A Noite*, o *Diário da Noite*, um jornal mais escandaloso, dos Associados, *A Notícia*, na área popular, *Correio da Noite*, jornal dos padres, *Vanguarda*, jornal integralista. Entre os matutinos havia também *O Radical*, um jornal da sarjeta do PTB, do George Galvão. Um tipo desclassificado, de baixíssima extração.

A imprensa nesse período era muito partidária, não é?

Era. Essa era uma das características da imprensa da época. Aqui no Rio, a maioria esmagadora da imprensa era udenista. O único jornal petebista de que eu me lembro, aqui, era *O Radical*. Depois veio a *Última Hora*, já no segundo governo do Getúlio. Mas o *Diário Carioca* era udenista, o *Correio da Manhã* era udenista, o *Diário de Notícias* era udenista... *O Jornal* às vezes era udenista, às vezes pessedista, porque o Assis Chateaubriand fazia o jogo do interesse. Os jornais sem dúvida eram partidários. Nunca recebi orientação de ninguém do tipo “cubra isto na linha da UDN”, mas era evidente que o jornal o induzia a dar mais destaque às matérias que ele acolhia.

O senhor viveu a situação de escrever um artigo e o diretor do jornal mudar o seu texto?

Escrever artigo já é um privilégio muito posterior. No começo, n’*A Notícia* e n’*O Dia*, eu fazia basicamente matérias. Essas matérias não eram assinadas, mas eram identificadas na área, todo mundo sabia o que cada um fazia. Depois, quando fui para *O Estado de S. Paulo*, comecei a fazer o destaque. Destaque, na gíria da redação, era um comentário na terceira página que tinha o título do dia e vinha com uma matéria datada do Rio e outra de São Paulo. O destaque não tinha assinatura, mas todo mundo sabia que era eu que fazia a seção do Rio; depois foi assinado, durante muito tempo, pelas iniciais VBC. Artigo assinado,

só mais tarde, no *Jornal do Brasil*, depois de ter feito, lá também, a primeira crônica política sem assinatura.

A imprensa teve um papel importante na crise que culminou na morte de Vargas, em 1954. Mas depois desse episódio, o senhor já disse em outra entrevista¹² que teria havido uma “desudenização da imprensa”. Como foi isso?

Aconteceu o seguinte: na minha geração, nós éramos muito éticos, tínhamos uma grande preocupação ética, e começou a haver uma certa divisão entre o jornalista de posição política, que tinha uma vocação de militância incontrolável — como Prudente de Moraes Neto, um antigetulista militante, anti-Juscelino, o cronista que levantou a tese da maioria absoluta,¹³ que depois os políticos pegaram —, quer dizer, entre a turma que fazia política no jornal e a turma mais profissional, da qual faziam parte Carlos Castello Branco, Benedito Coutinho, Oyama Teles, Ascendino Leite, Murilo Melo Filho, Antônio Viana, eu e alguns outros. O Odylo, por exemplo, era um udenista engajado, mas com senso profissional muito agudo. E nós começamos então a lutar, quase que insensivelmente — não foi opção conscientizada —, para nos despregarmos de partidos, para mantermos um noticiário objetivo. Na medida em que o noticiário foi sendo mais identificado com as pessoas, partimos para o noticiário isento.

Entretanto, não foi possível manter isso quando arrebentou a onda contra o Getúlio. A derrubada do Getúlio começou com a *Última Hora*. Toda a imprensa se juntou contra a *Última Hora*, porque ela ameaçava a imprensa: foi uma revolução de salários, de métodos, de maquinaria... De repente, apareceu aquele jornal de rico, pagando salários mirabolantes, requisitando gente, conquistando um enorme espaço, com dinheiro do Banco do Brasil. Os donos da imprensa ficaram contra o patinho feio que nascia em berço de ouro, o berço do Banco do Brasil. E havia também o velho ranço antigetulista. A UDN atirou-se então contra Getúlio com uma

¹² Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 9 de junho de 1997 para o projeto de atualização do *DHBB*, op. cit.

¹³ A tese da necessidade de haver maioria absoluta na eleição presidencial foi levantada pela primeira vez pela UDN em 1951, na tentativa de impugnar a eleição de Getúlio Vargas, e novamente em 1955, contra Juscelino Kubitschek. Ver *DHBB*, op. cit.

fúria desmedida. A tais extremos que Afonso Arinos depois recebeu a gravação do famoso discurso que fez na véspera do suicídio e nunca mais conseguiu ouvir.¹⁴ Foi impossível deter a onda. Mas, com a morte do Getúlio, isso de certa maneira começou a acabar. Embora contra o Juscelino ainda tenha havido uma grande resistência; havia também o udenismo da imprensa contra o Juscelino. Isso estourou, na verdade, com o Jânio. Jânio foi o último falso udenista que teve uma imprensa partidária.

Acho que a profissionalização do jornalismo amadureceu de fato na resistência à “Redentora”. Porque então começamos a execrar os partidos, os partidos que se prostituíram. Não havia ninguém arenista, por exemplo. Uma vez, dei uma definição da Arena numa palestra que fez um sucesso danado: a Arena é a filha da UDN que caiu na zona... Era assim que considerávamos a Arena. E o MDB não era nada, um partideco que não tinha nenhuma importância. A política saiu dos partidos, foi para o governo. E a nossa linha era lutar contra a censura, a tortura, tentar publicar matérias de denúncia. Acho que isso ajudou muito a amadurecer os jornais.

A contribuição fundamental da minha geração brotou basicamente no canteiro da crônica política. Esse tipo de crônica vinha dos primórdios, só que foi mudando. O pioneiro foi Murilo Marroquin, no *O Jornal*. Mas havia também Carlos Lacerda, no *Correio da Manhã*, Pedro Dantas — Prudente de Moraes Neto —, no *Diário Carioca*. No *Correio da Manhã*, Costa Rego, redator-chefe, redigia o artigo político. O articulista político se misturava um pouco com o articulista do jornal. Macedo Soares não era um cronista político, mas era um articulista que tratava de política. Como o Chateaubriand.

A crônica política começou afinal a ser assinada. O *Cruzeiro* convidou o Castello para fazer duas páginas, Castello chamou o Coutinho para

¹⁴ Em 13 de agosto de 1954, durante a crise final do governo Vargas desencadeada com a descoberta do envolvimento da guarda pessoal de Getúlio no atentado da rua Toneleros contra Carlos Lacerda, o então deputado Afonso Arinos, da UDN, fez um inflamado discurso na Câmara em que dizia, dirigindo-se ao presidente: “Tenha a coragem de perceber que seu governo é hoje um estuário de lama e um estuário de sangue; observe que os porões de seu palácio chegaram a ser um vasculhador da sociedade; verifique que os desvãos de sua guarda pessoal são como solos de uma sociedade em podridão”. Ver Paulo Brandi, *Vargas: da vida para a história* (Rio de Janeiro, Zahar, 1983).

fazer uma página com notas mais miúdas. E Castello, então, enfrentou o desafio de encher uma página com um texto que era escrito dois, três dias antes de a revista fechar e tinha que sobreviver uma semana na banca, porque a revista, teoricamente, vivia uma semana. Qual era a saída? Partir para a análise. Partir para a especulação, para a prospecção política. E essas análises do Castello eram feitas sempre de um ângulo absolutamente profissional.

Ou seja, a análise política vai avançando já a partir dos anos 50.

Ela vai se purificando, se consolidando, deixando de ser partidária, buscando a isenção, a imparcialidade. Isso não aconteceu em toda a crônica ao mesmo tempo, começou primeiro a entrar na cabeça de alguns cronistas. E na minha entrou facilmente, porque descobri que era isso o que eu queria. E realmente, essa obsessão pela isenção fez de mim, hoje, uma pessoa imparcial. Quer dizer, eu vibro com as coisas, me indigno com a ditadura, com a violência, com a desonestidade, mas sou incapaz de torcer para um lado, ou de ter qualquer preconceito, de ter uma atitude preconcebida. Sou incapaz de pegar qualquer entrevista para ser contra, ou para ser a favor. Porque acho que aí você está renunciando ao seu dever de pensar, à sua independência intelectual. Acho desprezível a ortodoxia: você não precisa pensar, recebe o *slogan* e repete aquilo.

Mudança da capital, mudança no jornalismo

A seu ver, o que a transferência da capital para Brasília, em 1960, representou para o jornalismo político?

No princípio foi uma calamidade, porque se desmontou um sistema que estava funcionando, adaptado à época, e ele não foi remontado em Brasília. Primeiro, pela improvisação com que Brasília foi inaugurada; depois, pelos problemas de custo. Era muito difícil transferir equipes inteiras para lá; muita gente não quis ir na primeira hora. Havia certa dificuldade de transmissão das matérias. O fato é que, quando a capital foi para Brasília, nenhum jornal, que me lembre, manteve uma seção política de cobertura parlamentar regular. Isso acabou em Brasília. Mas foi só por causa da mudança? Não. Foi porque o Congresso, em Brasília,

lia, nunca funcionou regularmente, a semana inteira. Como é que um repórter vai fazer cobertura parlamentar, seção diária, com um Congresso que funciona duas, três vezes por semana? Depois, logo chegou a "Redentora", que liquidou com o Congresso. Fazer cobertura daquilo era ridículo, não é? Sem dúvida nenhuma, caímos nesse círculo vicioso: como não há cobertura, não se trabalha; como não se trabalha, não há cobertura; como não há cobertura, muita gente também foi se desinteressando. Além da distância, parte da elite intelectual foi se desinteressando da atividade política, e baixou enormemente o nível da representação parlamentar. Ela é hoje mais autêntica? É.

O senhor continuou no Rio de Janeiro.

Continuei no Rio de Janeiro. Naturalmente, foram requisitados alguns repórteres para cobrir os claros. Por exemplo, Castello não foi logo, foi com o Jânio. Depois ficou lá. Heráclio foi muito depois. Odylo não foi. Chegou a vez do Fernando Pedreira, do Evandro Carlos de Andrade. Esses começaram a aparecer lá em Brasília. Carlos Chagas foi muito depois. Os quadros iniciais de Brasília foram meio tumultuados.

Durante um período, sabia-se de muita coisa pelo Senadinho,¹⁵ aqui no Rio...

Exatamente. Brasília custou muito a se consolidar como capital. Isso ela deve realmente aos militares. A capital mudou para valer com os militares, e não foi logo com os primeiros, porque até o Costa e Silva o Rio continuava sendo o centro político. E então a cobertura era muito feita aqui, no Senadinho, basicamente, onde se podia encontrar muita gente, senadores, deputados. Eles ficavam vadiando no Rio de Janeiro e iam até lá. Havia gabinetes, havia funcionários, havia tudo. Só não ha-

¹⁵ Nome dado a uma sala do Palácio Monroe, antiga sede do Senado no Rio, onde a imprensa se reunia com políticos vindos de Brasília para debates e entrevistas. O Palácio Monroe foi construído em 1908 para servir como pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Saint Louis, Missouri. Posteriormente foi transportado e reconstruído no Rio de Janeiro. Abrigou temporariamente a Câmara dos Deputados a partir de 1914, foi integrado à Exposição do Centenário da Independência em 1922 e finalmente, em 1925, tornou-se a sede do Senado até a transferência da capital para Brasília. O edifício foi demolido em 1976. Ver Israel Beloch e Carlos Eduardo Sarmento, *Palácio Tiradentes*, op. cit.

via sessão. Às vezes o parlamentar passava mais tempo aqui do que em Brasília. Inclusive ministros. Por exemplo, na fase braba do governo Médici, toda terça-feira, de manhã cedo, eu me encontrava com o Delfim Neto aqui no Ministério da Fazenda. Conversa de meia hora, uma hora, e ele pintava o quadro do governo, falava sobre algumas iniciativas. Nunca mais revi esses textos, mas deve ser até curioso relê-los.

A cobertura política em Brasília mudou brutalmente. A Câmara nunca teve um trabalho rotineiro, e nunca se restabeleceu a cobertura regular. Isso está acontecendo em todo o mundo, não é um fenômeno brasileiro. Brasília apenas acelerou, foi um corte radical. Mudou o estilo, o Congresso deixou de ser freqüentado obrigatoriamente pelo repórter político. O Castello, por exemplo, passou anos sem ir ao Congresso, a não ser quando queria encontrar com alguém lá.

Aquele repórter parlamentar típico dos tempos do Rio como capital federal deixou de existir.

Sim, porque o centro da política passou a ser o governo. Antigamente, cobria-se o governo a partir do Congresso porque as fontes do governo estavam no Congresso. As lideranças, os deputados do governo eram as grandes fontes. Isso acabou. Hoje, por exemplo, o governo Fernando Henrique é um governo fácilimo e difícilimo de cobrir. Fácilimo porque é óbvio, é evidente nas suas intenções, nos seus objetivos políticos; e difícilimo porque só há uma fonte boa: chama-se Fernando Henrique Cardoso. Não adianta conversar com outras pessoas. Quer dizer, adianta, mas a fonte boa, realmente, é o Fernando Henrique. Aquele deputado, aquele senador, legendários informantes, do tipo José Cândido Ferraz, Aluísio Alves, Armando Falcão, no governo Juscelino, Vieira de Melo, não existem mais. Antigamente havia o deputado que era boa fonte e havia o deputado que era importante mas não era fonte. Por exemplo, Carlos Lacerda nunca deu notícia a ninguém, porque ele fazia a notícia. Mangabeira não era uma boa fonte de informação, mas era bom para entrevista.

Existe um perfil da boa fonte?

Boa fonte é o parlamentar que tem efetivo interesse pela articulação política. E que tem um mínimo de, já não diria isenção, mas objeti-

vidade, que é capaz de transmitir a informação minimamente distorcida. É claro que ele sempre enxerga as coisas do seu próprio lado, mas a boa fonte é o deputado que acaba sendo confiável. Há fontes em que muitas pessoas bebem mas não deveriam beber... Mas o repórter, também, vai criando as suas fontes próprias. Eu cultivei fontes que eram insuspeitáveis, que ninguém freqüentava.

As boas fontes já eram muito importantes mesmo antes dos governos militares?

Ah, sim, claro. Eram até mais importantes do que na época do governo militar, porque Brasília aproximou muito o governo da reportagem. Aquilo é uma aldeona, todo mundo se encontra nos restaurantes, nos prédios, nos mesmos lugares. Acho que se se somar as entrevistas que todos os presidentes da República deram até a mudança da capital, se verá que o Sarney deu mais entrevistas, que o Fernando Henrique deu mais entrevistas, do que todos juntos. Pouquíssimos repórteres tinham efetivo acesso ao presidente da República. Em Brasília, é fácilmo ter acesso ao presidente. Antigamente, como você tinha que encher o espaço todo dia, tinha que ter notícia todo dia, e não podia chegar todo dia ao presidente nem ao ministro, essas fontes é que o abasteciam. Era o deputado que ia conversar com o presidente da República, que ia conversar com o ministro, e que até bolava as coisas. Muita trama nascia no Congresso.

Outra coisa que mudou muito em Brasília é que a oposição, no Rio, era muito importante, porque ameaçava politicamente o governo. Era capaz de criar embaraços que podiam e que chegaram a derrubar o presidente da República. A oposição em Brasília grita, berra, mas é muito pouco ouvida. Toca apito, varre rua, mas não cria nada.

Pensando naqueles, como foi o seu caso, que fizeram a opção de não sair do Rio de Janeiro: quais foram as conseqüências, para o jornalismo carioca e para os jornalistas que ficaram no Rio, da mudança da capital?

Não há mais repórter político nacional no Rio de Janeiro. Eu sou o último — e estou fazendo muito mais, hoje, uma análise-crônica. Não há outros. Sou o último representante. Porque não há mais fontes aqui. Elas sobreviveram durante muito tempo, o tempo em que o Rio foi freqüentado pelo político nacional. Pagamos o preço do esvaziamento polí-

tico do Rio de Janeiro. Um governador como Carlos Lacerda estava no centro da crise. Brizola não foi um governador politicamente importante, mas, mesmo assim, estava muito mais no centro da atenção do que Chagas Freitas, Marcello Alencar... Além de o político nacional não frequentar mais o Rio de Janeiro, a política estadual não tem influência nacional significativa. E isso há muito tempo.

Mas mesmo depois de Lacerda, ainda acontecia muita coisa aqui. O movimento de 68, aqui no Rio, foi uma coisa importante.

Exatamente. É possível acontecer isso. Por exemplo, o comício das Diretas foi importante. Mas é cobertura de um dia. E é até uma cobertura mais de reportagem geral do que de política. Não é preciso ser repórter político para cobrir aquilo.

Eu também descobri uma coisa: notícia é fundamental, mas notícia política demais dá indigestão. O repórter que começa a ter muita informação secundária, menor, tem indigestão. Hoje se valorizam coisas que não têm importância nenhuma. Naquele tempo as coisas tinham importância? Não sei. Nós achávamos que sim. E havia leitor para aquilo. Aquelas brigas da UDN com o PSD, as crises da UDN etc. eram tratadas como assunto nacional. É que havia a militância udenista, que se importava com aquilo, havia a militância pessedista, havia famílias pessedistas, famílias republicanas. Vocês conhecem alguma família pefelistista? Conhecem ainda algum militante do PMDB? Sobrou o PT, que está se desagregando. Não adianta cobrir as crises nesses partidos, porque eles não têm eleitores, não têm consistência. Isso perdeu a importância. O governo Fernando Henrique é um governo absolutamente previsível, as jogadas dele são absolutamente anunciadas, é um presidente que fala todo dia. Está tudo na cara. Então, descobri que havia esse espaço para mim, numa tentativa de especular, de prever, de antecipar coisas, de entender, analisar, avaliar. É claro que, às vezes, sinto falta de conversas. Gostaria de ter com mais frequência algumas conversas referenciais em Brasília. Mas conversa de sala de café da Câmara não me interessa. Mesmo quando eu vou a Brasília, e tenho ido raramente, não tenho nenhum interesse nessa fofoca. Há 10, 15 pessoas em Brasília que me interessam. Porque são pessoas capazes de ter informação mas, também, de entender as coisas, de pesar as coisas. Agora, eu morrendo ou parando, acho

que a minha vaga acaba aqui no Rio de Janeiro, não haverá mais espaço para o repórter político nacional.

Como o senhor vê o jornalismo político local?

Simplemente não há cobertura. A política carioca e a política fluminense não têm cobertura regular na imprensa. Não conheço um repórter, hoje, que seja especializado nisso, que cubra só isso, como a gente fazia. Quem cobre o setor é um repórter geral, de cidade. Qual é o jornal do Rio de Janeiro, qual é a televisão carioca que cobre, hoje, regularmente, política? Ninguém cobre. Outro fator fundamental é a televisão. A televisão faz materinhas sobre política, mas foge da análise como o diabo da cruz. E o peso da televisão, hoje, é enorme. São 120 milhões de telespectadores para três jornais, no Brasil, que tiram 1 milhão de exemplares. Aos domingos. *O Globo*, a *Folha de S. Paulo*, o *Estadão* e a *Veja*, que é revista.

Mudanças no Rio de Janeiro

Que lideranças o senhor destacaria nas bancadas carioca e fluminense, além de Carlos Lacerda, é claro, nos tempos em que o Rio era a capital federal?

Eu nunca tinha me proposto esquematizar isso, mas vou tentar. Como o Rio era a capital política do país, as grandes figuras nacionais viviam aqui, o seu teatro de ação era aqui. Você mal distinguia quem era carioca e quem não era. O que era, realmente, ser carioca? Havia muitos senadores e deputados de outros estados vivendo no Rio de Janeiro há muitos anos, que acabavam se incorporando à vida carioca. Afonso Arinos era um deputado mineiro? Era. Era um deputado mineiro que sempre viveu no Rio de Janeiro e foi senador pelo Rio. Aliomar Baleeiro foi um deputado baiano que acabou na política carioca, foi deputado pelo Rio de Janeiro.

Mas a cidade também elegia políticos próprios.

O Rio tinha a tradição de sempre eleger um deputado que não tinha curral eleitoral, um deputado que era eleito, por assim dizer, por uma elite. Uma elite intelectual, uma elite política, um eleitorado inde-

pendente, que era seduzido pela atuação parlamentar, pelo brilho etc. Mas, por exemplo, o Mangabeira era um homem tão do Rio de Janeiro, o José Américo era um homem tão do Rio de Janeiro quanto qualquer presença carioca. Não se distinguia muito o político carioca. A não ser na hora das disputas internas.

É claro que o grande deputado do Rio de Janeiro, o mais brilhante, foi Carlos Lacerda. Mas é uma injustiça, por exemplo, não destacar Adauto Lúcio Cardoso: foi excelente parlamentar. Heitor Beltrão foi um bom deputado, ao seu estilo, um deputado de boa presença, boa circulação. Lopo Coelho, por exemplo, foi um deputado muito querido porque era excelente informante. Tinha sido repórter, ia às reuniões do PSD e nos dava a reportagem da reunião já prontinha. Segadas foi um deputado importante do PTB, Danton Coelho... Vargas Neto, por exemplo, passou muito tempo na Câmara calado, figura simpática, so-brinho do Getúlio, sempre muito bem arrumado: lá um belo dia, é provocado, sobe à tribuna e faz um discurso exemplar. Era um excelente orador.

Ou seja, na sua memória, o perfil da bancada carioca atuando na Câmara não é muito significativo.

Não. As bancadas que se destacavam aqui eram a famosa bancada mineira, que foi uma bancada fantástica dos dois lados, PSD e UDN — e o resto também, no PTB havia o Lúcio Bittencourt; a bancada gaúcha, uma bancada extraordinária; a bancada baiana, que chegou a ter um escrete: Baleeiro, Antônio Balbino, Aluísio de Castro, Vieira de Melo, Rui Santos, grande articulador político, Luís Viana, de boa atuação parlamentar... Nas bancadas do Nordeste sempre havia boas figuras. Acho que a bancada do Rio de Janeiro, como o Rio era a capital, se dissolvia muito, não tinha muita identidade. Até porque o prefeito do Rio era nomeado, e não havia luta local para criar grandes lideranças. Isso só mudou quando se começou a eleger o governador da Guanabara. Aí veio Carlos Lacerda, depois Negrão de Lima, depois Chagas Freitas.

A grande verdade é a seguinte: cobria-se mal a política carioca, porque a política nacional, que era feita aqui no Rio de Janeiro, abafava a política local. Na Bahia, a política baiana era muito importante porque ali se decidia o governo do estado, ali se definia quem mandava no estado. No Rio de Janeiro, o prefeito era uma expressão federal. Você

prestava atenção era no governo federal, era no presidente da República, era nos ministros que mandavam no Rio.

Esse padrão mudou quando se criou o estado da Guanabara? Ou a tradição da política nacional ainda continuou influenciando?

Acho que o Rio político lutou muito para preservar um pouco da fumaça da capital. Não há exemplo mais expressivo disso do que o Antônio Carboni, que travava uma luta corporal para manter o Rio ainda como um centro de atividade política. Ele ia esperar deputado, senador, governador no aeroporto, de madrugada, para fazer matérias políticas no Rio de Janeiro. O que foi aquele Clube dos Repórteres Políticos se não uma tentativa de criar fatos políticos no Rio de Janeiro? O clube era simplesmente um grupo de repórteres que convidava uma pessoa importante para almoçar. Havia o almoço, cada um pagava o seu, todos pagávamos o do convidado, ele sentava a bundinha na cadeira e dava uma entrevista coletiva. Era isso. Eram os velhos repórteres políticos, os sobreviventes, que freqüentavam esse almoço. A intenção era, claramente, prolongar a agonia, não deixar o moribundo morrer.

Acho que quando isso acabou, quando se efetivou de maneira absoluta a mudança da capital, ficou no Rio de Janeiro essa craca da ex-capital que perdeu o prestígio. Isso atinge brutalmente a política carioca, fluminense, até hoje. Nunca se teve um governador do Rio politicamente importante, situado no primeiro plano da política nacional. Quer dizer, um governador com o peso do governador de São Paulo, de Minas, do Rio Grande do Sul. Quando o governador fluminense entra na reunião, senta sempre na cadeira perto da porta. É pouco ouvido. Palpita pouco.

A seu ver a fusão agravou essa situação?

Não melhorou, não. Talvez tenha agravado, porque a Guanabara tinha outros recursos. Realmente, os governadores da Guanabara não entenderam o pires, não andaram passando a bandeja. A agonia começou depois, com essa fusão maluca, que fez o Rio herdar dívidas, que acrescentou problemas. Essa fusão foi extremamente traumática para o Rio de Janeiro. A Guanabara era rica. Os governadores da Guanabara fize-

ram grandes administrações: Carlos Lacerda e Negrão de Lima. Havia dinheiro à beça. Acesso a recursos a fundo perdido, na bacia das almas internacional.

Mas a Fiega também teve um papel importante na luta pela fusão. A fusão não foi só uma imposição do governo militar.

Mas foi uma decisão do governo militar. O Célio Borja brigou muito pela fusão. Outros nomes importantes do Rio, já que estamos lembrando aqui, foram Meneses Cortes, deputado da UDN, Sandra Calvanti, que continua na militância até hoje, Nelson Carneiro. Mas o Rio nunca teve, depois que deixou de ser capital, uma personalidade política de peso, uma presença marcante na política nacional.

Na verdade, depois que deixou de ser estado da Guanabara, porque a Guanabara ainda teve Lacerda.

Ah, sim. A fusão ajudou muito a desqualificar o Rio, não sei por quê. Foi uma coisa realmente meio misteriosa. Agora, tem-se que reconhecer que o Lacerda era o Lacerda, era a atuação dele no governo Jânio, na derrubada do Jango, depois no governo Castelo. Até que ele começa a ser descartado e depois é cassado. Lacerda acaba politicamente no governo Costa e Silva, quando é cassado.

Era o Lacerda quem esquentava a mobilização política no Rio de Janeiro, quem sempre criava uma crise. Depois o Rio passou a ter governadores politicamente acomodados: Chagas Freitas, Faria Lima — foi até um bom governador, mas politicamente anódino, não tinha presença política nenhuma. Marcello Alencar, por exemplo, é muito ligado, é do partido do presidente da República, mas não tem *status* de liderança nacional. A oposição no Rio também é muito fraca. Não existe um grande nome de oposição aqui.

O problema da fusão é que ela não permitiu que os políticos fluminenses fossem absorvidos pela política carioca. Isso, numa eleição para governador, diminui as chances de um político do interior do estado?

É um problema de conta. O eleitorado do Rio de Janeiro é avassalador: considerando o Grande Rio, a região metropolitana corresponde

a 70% do eleitorado do estado. Então, quem não faz política aqui tem uma enorme dificuldade de ser reconhecido. Para vender o seu produto, é muito difícil. Agora, há sempre, hoje, uma interrogação, porque a televisão cria uma liderança da noite para o dia. Não foi só o Collor. Collor é o exemplo mais flagrante porque foi o maior fenômeno político da história eleitoral do país. Foi uma criação típica de televisão.

Apesar de tudo, o Rio não continua sendo a caixa de ressonância do Brasil? As coisas que acontecem no Rio não acabam tendo uma repercussão maior do que quando acontecem em outro lugar?

Na área cultural, sim, quer dizer, o teatro no Rio, o cinema no Rio, o lançamento de um livro no Rio repercutem mais. No plano político, acho que não. A consolidação de Brasília hoje como capital é inegável, absolutamente definitiva. Por outro lado, há a televisão: o que desequilibra é a Globo aqui no Rio. Tirando a Globo, sobra a Manchete contra a Bandeirantes, a Record, o SBT, todas de São Paulo. Na imprensa, *O Globo* não chega a desequilibrar, porque São Paulo tem a *Folha* e tem o *Estado*.

Acho que temos que nos conformar com essa realidade. Por cúmulo do azar, a grande atração que o Rio representa para o Brasil todo, pela beleza, pela praia etc., está hoje muito desestimulada pela violência. A violência no Rio, a meu ver, é uma coisa inextirpável, até onde a vista alcança. A violência decorre de quê? Da topografia singular do Rio e da ocupação pelas favelas. Ganhei fama de bom profeta em algumas palestras que fiz por aí, porque há mais de 10 anos venho cantando a evidência de que a violência ia invadir a cidade, pela constatação de que no Rio de Janeiro não há nenhum bairro onde não desemboquem duas, três favelas. Na medida em que o poder público é absolutamente incapaz de equacionar, de resolver, de encontrar soluções para o problema da favela, de marcar presença, de levar saúde pública, educação, polícia, segurança, os problemas só fazem aumentar. Nos meus "Comandos parlamentares", subíamos em várias favelas do Rio de Janeiro, eu, três deputados e o fotógrafo, sem marcar encontro com ninguém, e nunca houve o menor tipo de problema. Ao contrário, o pessoal nos recebia festivamente, aquilo era ótimo, a chegada de um deputado que eles nunca tinham visto, para ouvir as suas queixas, reclamações, na presença de

um jornal popular. Duvido que algum jornal hoje se atreva a cometer esse desatino, pegar três deputados e subir numa favela dessas a qualquer hora. Começa que o deputado não vai. Hoje, só se sobe numa favela negociando com o chefe do tráfico. Essa imagem do Rio, manchada pela violência, dificulta muito a recuperação da cidade como um centro de atração turística que ela realmente é.

São Paulo é tão violento quanto o Rio: por que é que no Rio a violência repercute tanto?

Porque ninguém vai passar fim de semana em São Paulo, vem passar aqui no Rio. Para São Paulo, só se vai a negócios. Lá há muita violência, mas a violência é periférica. O centro da cidade é mais protegido, mais policiado.

Como o senhor vê as últimas administrações da cidade e do estado do Rio?

Acho que o César Maia contribuiu muito para melhorar a imagem do Rio. Ele realmente conseguiu fazer uma grande administração, criativa, polêmica. O Luiz Paulo Conde está indo muito devagar por enquanto, está obscurecendo um pouco essa imagem. Marcello Alencar tem uma cobrança muito severa do César Maia e da parte da oposição. O Rio de Janeiro está precisando, urgentemente, criar um candidato para a presidência da República, disputar o poder central. Isso não é difícil. De repente, um prefeito desses pode ganhar projeção nacional. Um governador de estado que faça uma administração revolucionária, que tenha efetiva vocação política. É claro que o sujeito fazer política com o governo de São Paulo é uma coisa, fazer política com o governo do Piauí é diferente. Mas não são raros os exemplos de governadores de pequenos estados que fazem uma onda danada. Como, agora, o Ciro Gomes, o Tasso Jereissati. Na crise da PM o Tasso Jereissati cresceu, teve um desempenho que lhe deu uma enorme evidência. E o resíduo disso fica, isso se recupera. O Rio de Janeiro está precisando ter a sorte de aparecer alguém que renove a vocação da cidade e do estado para uma atuação nacional, que tem sido muito pouco significativa nos últimos anos. Os políticos do Rio desistiram de participar da política nacional, das decisões nacionais. Conformaram-se com a marginalização.

Até mesmo Brizola?

O Brizola teve uma atuação nacional do outro lado, do lado da oposição, e sem sucesso. O Brizola teve uma fase realmente brilhantíssima quando voltou do exílio e se elegeu governador no gogó, rompendo todos os esquemas. Ele era o quarto, quinto nas pesquisas e, de repente, nos debates, subiu, deslocou a Sandra, deslocou o Miro Teixeira, deslocou o Moreira Franco. Ganhou a eleição. Fez um primeiro governo com altos e baixos, porém razoável, mas o retorno dele foi desastroso, catastrófico. A ponto de perder para o Enéas.

MURILO MELO FILHO

MURILO MELO FILHO nasceu em Natal e aos 18 anos veio para o Rio de Janeiro decidido a ser jornalista. Formou-se também em direito. Trabalhou no jornal católico *Correio da Noite* e a seguir, de 1951 a 1959, na *Tribuna da Imprensa*, onde foi chefe da seção de política. Em 1952 participou da fundação da *Manchete*, onde mantém até hoje a seção "Posto de escuta", e de 1955 a 1962 dirigiu e apresentou o programa "Congresso em revista", na TV Rio. É co-autor dos livros *Cinco dias de julho*, *Reportagens que abalaram o Brasil* e *O assunto é padre* e autor de *O desafio brasileiro*, *O milagre brasileiro* e *O modelo brasileiro*. Em 1997 lançou *Testemunho político*. Desde 1965 é diretor executivo das Empresas Bloch.

Seu depoimento foi concedido a Marly Motta e a Carlos Eduardo Sarmiento em 22 de abril de 1998.

Uma vocação precoce

Poderia nos dar um breve painel do início da sua atividade jornalística, ainda na cidade de Natal?

Com 12 anos de idade, ainda de calças curtas, entrei pela primeira vez na redação de um jornal em Natal chamado *O Diário*. Era dirigido por Djalma Maranhão, que depois chegou a ser prefeito de Natal, foi cassado pela revolução e morreu melancolicamente em Montevideu, exilado e muito triste. Eu ouvia aos domingos, pelo rádio, os jogos do Brasil todo e na segunda-feira aparecia n'*O Diário* levando uma resenha esportiva. Ganhava Cr\$50,00 por semana quando a resenha era publicada. Depois, comecei a trabalhar n'*A Ordem*, um jornal dos católicos de Natal. E, logo em seguida, comecei a trabalhar também no jornal *A República*. Então, era de manhã em um jornal, de tarde noutro e de noite noutro. Peguei uma gripe e estive à beira de uma grave tuberculose, porque eu terminava de trabalhar à meia-noite, não havia mais bonde a essa hora, e então caminhava a pé. Morava muito distante, levava muita chuva e contraí uma pneumonia que quase degenerou em tuberculose. Fui para o interior, para Nova Cruz, e lá fui tratado com leite ferrado e mastruz. Foi aí que me recuperei e voltei para Natal com mais gana ainda de trabalhar em jornal.

Eu me recordo bem, por exemplo, de que, em certos dias, abria de manhã *A República*, e a primeira página quase toda tinha sido escrita por mim na noite anterior. Eu ficava acompanhando a ofensiva alemã, depois a contra-ofensiva russa, em 1944, e acompanhei aquelas duas ofensivas mais do que muitos generais. Eu tinha um mapa com Kiev, Smolenski, Stalingrado, Lenigrado, e ia acompanhando com alfinete as marchas dos tanques alemães até quase às portas de Moscou; depois segui a contra-ofensiva russa dos generais Zukov e Timochenko, que empurrou as tropas alemãs até Berlim.

Como o senhor obtinha essas informações? Pelo serviço da BBC?

Pela BBC, pela France Presse e pela "Voz da América", que eu ouvia. Depois, transformava aquelas notícias em telegramas como se eles tivessem chegado de Nova York, Washington, Londres e Paris.

Muito bem. Com 18 anos de idade, comuniquei a meus pais que eu vinha para o Rio de Janeiro. Foi um choque terrível dentro de casa: eu era o filho mais velho e decidi vir para o Sul do país! Houve um conselho de família, eu tinha um tio muito ilustre, desembargador, homem muito culto, fiquei sentado na cadeira e ele, com o dedo em riste, me acusava de traidor, porque quando chegava na idade de ajudar nas despesas da casa, desertava para outra cidade! Deixei minha mãe em prantos em cima de uma cama, chorando com saudade, porque sabia que talvez aquele fosse um desligamento definitivo da minha casa e da minha vida em Natal.

Aí eu pergunto o seguinte: o que se passava na cabeça daquele menino que, ainda criança, lá em Natal, já tinha decidido ser jornalista no Rio de Janeiro? Hoje em dia, quando vejo a perplexidade e a indecisão de muitos jovens de 20, e até de alguns homens de 30 anos, sem saberem ao certo o que querem e para onde vão, me pergunto a mim mesmo por que eu tinha tomado desde criança aquela decisão. Transcorridos tantos anos, volto o meu pensamento para as angústias e sofrimentos que enfrentei aqui nesta assustadora megalópole. Era um menino tímido das peladas dos areais do bairro do Tirol, lá em Natal, que de uma hora para outra se via aterrorizado ante os arranha-céus desta cidade grande, tendo diante de si apenas uma opção e uma alternativa: vencer ou vencer. Eu não queria de jeito nenhum voltar para Natal derrotado. Relembro as madrugadas nas redações de jornais aqui no Rio, as aulas noturnas na Faculdade de Direito, geralmente dormindo sobre as carteiras, vencido pelo sono e pelo cansaço, o escasso dinheiro para a passagem do bonde...

O senhor tinha alguém aqui no Rio de Janeiro?

Tinha uma irmã de mamãe, tia para cuja casa vim. Mas quando desembarquei aqui, na gare de um avião anfíbio que pousou na baía de Guanabara, não sabia onde era a Zona Norte nem a Zona Sul. Lembro ainda, por último, as penosas marchas dos domingos na infantaria do CPOR... Há pouco tempo reuni os meus filhos para contar-lhes todo esse mutirão penoso. Lá para as tantas um deles me interrompeu e perguntou: "Pai, quer dizer então que para nós conseguirmos o que o senhor conseguiu na vida vamos ter que enfrentar tudo isso? Nós desistimos".

Eu, que pensava estimulá-los, calei a boca. Mas hoje confesso, sinceramente, que tudo aquilo valeu a pena.

O senhor identificou afinal de onde vinha essa vocação para o jornalismo, desde os 12 anos de idade, que o trouxe para o Rio de Janeiro?

Isso é o que eu me pergunto a mim mesmo. Primeiro, não havia antecedentes de jornalistas na família. Segundo, meu pai e minha mãe não me animavam nisso. Meu pai via aquelas minhas primeiras reportagens publicadas n’*O Diário* e dizia para minha mãe: “Que bobagem esse menino querer ser jornalista! Ele nunca vai ser jornalista, muito menos no Rio de Janeiro”. Mas eu sabia que, no quarto de dormir, longe de mim, ele me lia e vibrava com aquelas reportagens. Não dava, porém, o braço a torcer. Então, eu não tinha estímulo, nunca tive. Hoje os pais animam os filhos, ajudam, mas comigo foi diferente.

Cheguei no Rio para trabalhar. Minha primeira preocupação era ganhar dinheiro, primeiro, para me sustentar, e segundo, para ajudar na educação de seis irmãos mais moços do que eu e a fim de provar que aquele tio estava errado quando me acusou de traidor. Minha preocupação era essa. Ofereci-me então em todos os jornais para que eles me aproveitassem e tentassem fazer uma experiência comigo, vendo se eu prestava ou não. O Rio de Janeiro naquele tempo tinha muitos jornais diários. Que eu me recorde assim, eram *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Diário Trabalhista*, *A Vanguarda*, *O Dia*, *A Notícia*, *A Noite*, *A Manhã*, *O Radical*, *Correio da Noite*, *Vanguarda Socialista*, *O Globo*, *O Popular*, *Folha Carioca*, *O Mundo*. E havia também muitas revistas, *O Cruzeiro*, *Diretrizes*, *Revista da Semana*, *Radiolândia*, *Cinelândia*, *Revista do Rádio*, *Tico-Tico*, *Careta*, *Comício*, *Sombra*. Eram 25 revistas semanais e uns 24 jornais diários. O único que me deu uma chance foi um jornal chamado *Correio da Noite*.

Era um jornal da Cúria Arquidiocesana, e o diretor chamava-se Abner de Freitas. Esse homem foi muito importante na minha vida. Comecei fazendo uma reportagem que hoje não existe mais, chamada reportagem marítima. Éramos seis repórteres, um do *Correio da Manhã*, outro do *Diário de Notícias*, outro do *Diário Carioca*, outro d’*O Globo*, outro d’*A Noite* e eu, do *Correio da Noite*. Nós íamos para a polícia marítima às cinco horas da manhã, pegávamos uma lancha e íamos inter-

ceptar os navios transoceânicos que chegavam da Europa e dos Estados Unidos aqui na barra. Subíamos por uma escadinha de corda e íamos entrevistar passageiros importantes.

Qual foi seu primeiro contato com o mundo da política na capital da República?

O primeiro contato que eu tive, até certo ponto histórico, foi em julho ou agosto de 1946. A Constituinte tinha se instalado no dia 2 de fevereiro de 1946 para elaborar a nova Constituição. Em julho, se não me engano, o general Eisenhower veio fazer uma visita oficial ao Rio. Ele fora o comandante das tropas aliadas que haviam desembarcado na França, tinha libertado a Europa, era um herói de guerra. Foi recebido no Rio com festa, eu me recordo, desfilou na avenida Rio Branco, papéis picadinhos voavam lá de cima, caíam flores em cima dele. E foi visitar o Congresso. Quando chegou ao Palácio Tiradentes, sentou-se na mesa, e Nereu Ramos, presidente da Constituinte, deu a palavra a Otávio Mangabeira, para saudar o general Eisenhower. O dr. Mangabeira naquele dia fez talvez um dos seus discursos mais bonitos. Era um grande orador. Dizem que sempre decorava os discursos.

Improviso decorado...

Mas havia a gesticulação dele, aquela boca cheia de línguas, aquela dicção baiana... Ele fez aquilo com uma bela empolgação. Quando acabou de falar, ele, de baixo, viu o general Eisenhower se levantar da mesa, mais acima, e lhe estender a mão. Estava tão nervoso, tão entusiasmado, que beijou a mão de Eisenhower. E Ibrahim Sued, que estava do meu lado na bancada da imprensa, começando a carreira dele de repórter fotográfico, não ainda de repórter social, fez aquela foto que o consagrou, porque foi tida como símbolo da submissão do Brasil aos Estados Unidos. O dr. Mangabeira tinha um apartamento permanente aqui no Hotel Glória e, tempos depois, um dia fui lá conversar com ele. "Dr. Mangabeira, por que é que o senhor beijou a mão do general Eisenhower?" Ele disse: "Murilo, eu tenho a vida muito curtida por tantas experiências, de exílio e tudo, mas naquela ocasião me deixei trair pela emoção. Quando vi aquele homem estendendo a mão para mim, pensei

que ele não queria apertar a minha mão, queria que eu beijasse...” Esse foi meu batismo de fogo aqui na Constituinte.

O jornalista político

O senhor também fazia reportagens políticas para o Correio da Noite?

Fazia reportagens marítimas e depois passei a fazer reportagens políticas, principalmente quando começou a campanha da sucessão presidencial de 1950, com Getúlio candidato à presidência da República. Mas 1950, por coincidência, era também um ano santo, e o *Correio da Noite*, como jornal católico, recebeu uma passagem de cortesia para mandar um repórter a Roma. Eu não era nem o melhor nem o mais antigo repórter do *Correio da Noite*, era apenas o mais esforçado. Havia muita gente da curriola do Abner querendo ir, mas o Abner disse: “Não, quem vai é um reporterzinho aí da reportagem marítima chamado Murilo Melo Filho”. Fui então num cargueiro grego que comportava, na melhor das hipóteses, 20 pessoas. Foram 600! Vocês podem imaginar as condições de *conforto*, com uns por cima dos outros. Foram meus colegas, nessa viagem, dom José Távora, depois bispo aqui no Rio, dom Hélder Câmara, dom Avelar Brandão, que depois foi arcebispo primaz da Bahia, e mais quinhentos e tantos peregrinos. Assistimos em Roma às comemorações do ano santo, e depois estendi a viagem por mais três meses a várias cidades da Itália, Suíça e França. Fui a Paris e voltei para Marselha a tempo de pegar o mesmo navio no porto e viajar de volta.

O jornal o estava financiando para mandar matérias?

O jornal me deu uma pequena ajuda de custo e mandei muitas matérias, não só sobre o ano santo como sobre as cidades italianas e francesas que visitei. Quando cheguei de volta ao jornal, um belo dia bate um telefone para mim, e a pessoa do outro lado diz assim: “Murilo, aqui é o Carlos”. Respondi: “Ô, vagabundo, eu trouxe aquelas fotos de mulheres nuas que você me encomendou de Paris!” A pessoa disse: “Não, Murilo, aqui quem está falando é o Carlos Lacerda”. Eu: “Ah, dr. Carlos, o senhor me perdoe. Pensei que estava falando com um colega meu

de Copacabana”. Ele: “Não tem importância, percebi logo. Li as suas reportagens da Europa, apreciei bastante e gostaria que você viesse trabalhar comigo aqui na *Tribuna da Imprensa*.¹ Estou lançando um tipo de reportagem parecido com as suas e teria muita honra se você viesse trabalhar comigo”. Eu disse: “Olha, dr. Carlos, eu não tenho jeito de dar um pontapé aqui no jornal. Afinal de contas eles me deram agora o prêmio de uma viagem à Europa, e eu me sentiria muito ingrato em abandonar de uma hora para outra isso aqui”. Ele disse: “Não, Murilo, eu também não tenho pressa. Você pode pensar com calma que daqui a uns tempos eu lhe dou outro telefonema”.

Não fui procurar o Abner naquela hora, porque pareceria que eu estava fazendo chantagem por melhoria de salário. Carlos Lacerda me ofereceu Cr\$2.500,00 por mês e eu, no *Correio da Noite*, ganhava Cr\$1.200,00, menos da metade. Três meses depois o Carlos me ligou novamente. “Olha, Murilo, não posso mais esperar por você. Se você não vem, me diga porque vou ter que convidar outra pessoa.” Eu disse: “Não, vou conversar com o diretor do jornal aqui”. Esperei o Abner chegar. Ele chegava ao meio-dia no jornal, eu entrava desde a madrugada e já deixava na mesa dele, como colaboração espontânea, o artigo de fundo do *Correio da Noite*, geralmente de apoio às posições da Igreja. Chegava, já encontrava o artigo pronto, dava graças a Deus, publicava e ia para a Cúria perguntar ao cardeal, dom Jaime Câmara: “O senhor viu o artigo de fundo hoje do *Correio da Noite*?” “Ah, está muito bem escrito...”

Mas o fato é que o Abner já tinha sido grato a mim quando me deu a viagem. Foi correto comigo primeiro quando me deu o emprego, segundo quando me deu a viagem e terceiro quando eu fui a ele e disse: “Dr. Abner, Carlos Lacerda me convidou para trabalhar na *Tribuna da*

¹ Jornal carioca diário e vespertino, fundado em 27 de dezembro de 1949 por Carlos Lacerda. Antes da fundação do jornal, Lacerda era articulista do *Correio da Manhã*, onde assinava a coluna “Tribuna da imprensa”. Por tê-la usado para atacar a família Soares Sampaio, ligada por laços de amizade a Paulo Bittencourt, proprietário do *Correio*, foi afastado desse matutino, conservando, entretanto, o direito de usar o título de sua coluna da maneira que melhor lhe conviesse. Usou-o para batizar um novo jornal que, representando as principais proposições da UDN, viria a fazer constante oposição ao getulismo. Ver *DHBB*, op. cit.

Imprensa, e quero saber do senhor se eu posso ir ou não”. Ele virou-se para mim e respondeu: “Ah, esse Carlos Lacerda é um filho dessa, filho daquela, já me tirou daqui o Amaral Neto e agora quer me tirar você também porque sabe que eu preciso dos dois”. Mas aí bateu na minha perna — eu me lembro demais disso — e disse: “Murilo, não tenho condições de prejudicar você. Este jornal não tem mesmo futuro, e enquanto isso a *Tribuna da Imprensa* é uma coisa nova. Esse Carlos Lacerda, eu não gosto dele, mas é um grande jornalista. Se você não está querendo aceitar o convite dele para ser grato a nós, desde agora fica liberado de qualquer compromisso conosco, porque mais cedo ou mais tarde o cardinal vai vender o jornal”. Agradei muito a ele e assim me liberei para trabalhar com Lacerda. Isso foi em 1951. A *Tribuna da Imprensa* já existia havia dois anos. Foi logo depois da eleição do Getúlio para a presidência da República.

Que tipo de reportagem o senhor foi fazer na Tribuna da Imprensa?

Reportagem política. Já então eu começava a fazer reportagem da Câmara e pouco tempo depois fui escolhido pelo Carlos para chefe da seção política do jornal.

A mudança deve ter sido muito radical: sair de um órgão de imprensa católico, de tom cordial, e ir para um jornal ultracombativo como era naquele momento a Tribuna da Imprensa, com a eleição do Getúlio... Qual era a sua expectativa?

Eu ia entrar num jornal que se afinava muito com as minhas opiniões. Era um jovem muito idealista e trabalhar na *Tribuna da Imprensa* representava uma honra muito grande para mim. Eu me empolguei por todas aquelas causas que a *Tribuna* passou a defender. A denúncia de corrupção policial para proteger o lenocínio no Mangue, a campanha contra Mendes de Moraes como prefeito, a campanha “Ajuda teu irmão”, para ajudar os flagelados do Nordeste que naquele tempo estavam sofrendo uma seca intensíssima, a denúncia de irregularidades e negociatas no Sesc e finalmente a campanha contra Getúlio. Eu me engolfei nessas lutas todas com muito idealismo e dormia semanas inteiras na própria redação, em cima de jornais que recobriam as mesas. Era solteiro e muito lutador. Queria vencer na minha profissão e achei que aquela era uma grande oportunidade.

Como era o perfil de Carlos Lacerda como editor e diretor de jornal?

Ele foi um grande professor para nós todos na *Tribuna*. Houve um determinado momento em que o Carlos reuniu o que havia de melhor no jornalismo aqui no Rio de Janeiro. Todos jovens, sonhadores, entusiasmados. Eu me recordo mais ou menos dos nomes — com minha exceção, ele reuniu o que havia de melhor no jornalismo: Carlos Castello Branco, Villas-Bôas Corrêa, Luiz Garcia, Zuenir Ventura, Carlos Leonam, Cláudio Lacerda, Carlos Lemos, Hermano Alves, Newton Carlos, Nilson Viana, Walter Cunto, João Duarte Filho, Ledo Ivo, Caio Pinheiro, Hilcar Leite, Ayrton Baffa e muitos outros.

Pouco depois de ir para a Tribuna o senhor começou também a colaborar na Manchete, não?

Sim. Quando a *Manchete* foi fundada, no dia 23 de abril de 1952, na primeira edição eu já compareci com uma seção chamada “Posto de escuta”. Era uma seção de notícias pequenas, com os nomes das pessoas em negrito para destacar e para despertar o interesse humano do texto.

Quem o convidou a ir para a Manchete?

Adolpho Bloch. Hoje sou um dos três fundadores ainda vivos da *Manchete* e que continua na casa. Somos eu, Wilson Passos e Gervásio Batista, fotógrafo, lá em Brasília. Os outros fundadores foram Adolpho e Oscar Bloch, que já morreram.

Mas, por incrível que pareça, em 1955, na primeira semana em que a TV Rio foi para o ar — a sede da TV Rio era onde hoje é o *shopping* Cassino Atlântico —, comecei também um programa chamado “Congresso em revista”. Era um programa semanal, de meia hora, dividido em três partes. A primeira parte, um comentário sobre o assunto de mais destaque naquela semana. A segunda, sobre os ausentes da semana: com base no *Diário do Congresso* eu divulgava em todo programa os deputados que tinham estado ausentes. E a terceira parte era o entrevistado da semana: geralmente o deputado ou senador que mais se tivesse destacado naqueles sete dias.

A televisão no início devia assustar um pouco, não?

Ah, sim! Era muito precário, tudo ao vivo, não havia recurso técnico nenhum. Existia um auditório do antigo Cassino Atlântico, e eu fa-

zia o programa no palco. Não tinha hora certa para entrar, geralmente atrasado, onze e meia, meia-noite. Mas a verdade é que eu comecei a fazer esse programa em 1955 e fiquei no ar durante sete anos seguidos, até 1962. E sempre com o mesmo patrocinador: Zenith Rádio e Televisão.

A iniciativa de fazer esse programa foi sua?

Foi minha, na base da intuição, da ousadia. Eu não tinha assistência nenhuma, não tinha produtor, não tinha diretor, não tinha nada. Mas vi que aquilo era o futuro do jornalismo.

Seu programa “Congresso em revista” significava basicamente a cobertura da Câmara dos Deputados. Como era fazer essa cobertura, como era conviver com aqueles políticos de peso da época, grandes oradores?

Nós assistimos aqui no Palácio Tiradentes, entre 1950 e 1960, à época áurea da democracia brasileira. Nunca mais a democracia no Brasil vai viver uma década tão brilhante, de debates inesquecíveis. Carlos Lacerda, Vieira de Melo, Afonso Arinos, os dois Mangabeiras, João e Otávio, Prado Kelly, Soares Filho, José Bonifácio, José Joffily, Adauto Cardoso, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Oscar Correia, Hermes Lima, Alkmin, Tancredo participavam de debates com as galerias repletas de populares acompanhando aquilo no dia-a-dia.

Nós fazíamos parte da bancada da imprensa, e vejam bem quem escrevia a reportagem política naquele tempo: Samuel Wainer, Carlos Lacerda nos primeiros anos da Constituinte, Rafael Correia de Oliveira, Pompeu de Sousa, Joel Silveira, Raimundo Magalhães Jr., Prudente de Moraes Neto, Heráclio Salles, Villas-Bôas Corrêa, Carlos Castello Branco e eu, mocinho, que não era levado muito a sério. Mas nós estabelecíamos um entrosamento, uma intimidade até, com aqueles líderes políticos, e eles tinham tanta confiança em nós que, por exemplo, José Maria Alkmin chegava para mim e dizia: “Murilo, está aqui essa notícia. A primeira parte você pode publicar. A segunda parte você não publica nunca, é só para sua orientação. E a terceira parte você pode botar na minha boca”. Se você cumpria aquele cronograma, conquistava uma fonte. E assim as fontes passavam a ser o grande patrimônio do jornalista. Quanto mais confiança nós infundíamos nos políticos, mais conquistávamos deles quase que a obrigação de nos devolver em notícia. Até o contato fi-

sico na Câmara era muito próximo: dois passos entre a bancada da imprensa e a bancada dos deputados. E assim se estabeleceu essa confraternização e até amizade entre deputados e jornalistas.

O Rio de Janeiro naquele tempo era o grande tambor de ressonância nacional. O *Correio da Manhã* publicava um artigo do Álvaro Lins na primeira página, e o presidente, no Palácio do Catete, tremia de medo. A imprensa tinha uma força muito grande sobre o Congresso. Foi praticamente a *Tribuna da Imprensa* que derrubou o Getúlio em 54, com o apoio do *Correio da Manhã*, do *Diário Carioca*, do *Diário de Notícias* e de Chateaubriand, nos Diários Associados. Getúlio só tinha um jornal que o apoiava, a *Última Hora*.² Todos os outros eram contra. A imprensa exercia uma influência muito grande sobre o governo.

Tribuna x Última Hora, ou Lacerda x Getúlio

A Última Hora era a favor de Getúlio, a Tribuna era o jornal de Carlos Lacerda. Quem lia um não lia o outro. Quem trabalhava num, como via quem trabalhava no outro?

Nós nos dávamos muito bem, confraternizávamos. Querem saber como surgiu a luta da *Tribuna da Imprensa* com a *Última Hora*? Não sei se alguém já contou. Eu vou contar. Nós estávamos em agosto de 1953, quando um repórter, certo dia, como quem não quer nada, e sem dar importância ao fato, chegou na *Tribuna da Imprensa* com uma notinha dizendo que o procurador do Banco do Brasil, Herófilo Azambuja, ti-

² A *Última Hora* foi fundada por Samuel Wainer em 12 de junho de 1951 com o objetivo de defender o governo Vargas e enfrentou, por isso mesmo, a oposição dos demais jornais do país, principalmente da *Tribuna da Imprensa*. Em abril de 1953, instalou-se na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os empréstimos que o Banco do Brasil havia concedido a Wainer para a fundação de seu jornal. As conclusões da CPI, divulgadas em novembro, referiram-se ao “regime de favoritismo” aplicado pelo Banco do Brasil às empresas de Wainer, que, àquela altura, respondia também a processo por falsidade ideológica: era acusado de declarar-se brasileiro, quando teria nascido na Romênia. No início de 1954, com a concordância de Vargas, o Banco do Brasil decidiu executar as dívidas de Wainer, que no último momento conseguiu saldá-las. A campanha contra a *Última Hora* prosseguiu mesmo após a morte de Getúlio, só vindo a cessar no governo Kubitschek. Ver *DHBB*, op. cit.

nha sido designado interventor na *Última Hora* para fiscalizar o dinheiro que o Banco do Brasil havia dado para fundar o jornal. Carlos Lacerda, naquele entusiasmo, naquela coisa, mandou dar a notícia em manchete de primeira página. Dois dias depois, a *Última Hora* apareceu com aquele repórter na sua primeira página, com Samuel Wainer, João Etcheverry e Otávio Malta em volta, dizendo que tinha sido obrigado pelo Carlos Lacerda a forjar aquela notícia. Isso desmoralizava a *Tribuna da Imprensa*, porque nós éramos chamados de forjadores de notícias falsas. A *Última Hora* garantia que não tinha nada que ver, que aquele procurador não estava lá. E Carlos Lacerda começou a insistir que a notícia era verdadeira.

Por minha iniciativa, fui então à rua Gomes Carneiro, em Ipanema, ao edifício onde morava o procurador Herófilo Azambuja. Perguntei ao porteiro pelo procurador, e ele disse: “Faz quatro meses que o dr. Azambuja está em Porto Alegre e não vem ao Rio”. Voltei para a *Tribuna* e disse: “Carlos, o repórter mentiu a todos nós. Ele inventou essa notícia para depois ir à *Última Hora* dizer que tinha sido obrigado por nós a forjá-la. Fui ao edifício do Herófilo Azambuja e lá me disseram que há quatro meses ele não vem ao Rio. Então ele não podia estar no Rio para dar essa notícia!” Nós estávamos muito desmoralizados. Fomos para Petrópolis, lá para aquela casa que o Carlos tinha na serra — lembro demais disso —, estávamos no carro eu, ele, o cunhado, Odilon Lacerda, casado com a irmã dele, e o Carlos disse: “Olha, Murilo, nós não temos mais nada a perder, vamos cair de pau nessa gente. Agora, ou vai ou racha”.

Nós tínhamos condições de constituir na Câmara uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o financiamento do Banco do Brasil à *Última Hora*. Através do deputado Armando Falcão, reunimos o número de assinaturas suficiente para constituir automaticamente essa CPI. Castilho Cabral era o presidente, Ulisses Guimarães era um dos membros, Frota Aguiar, um deputado daqui do Rio, também era membro, e Guilherme Machado, da UDN de Minas, era o relator. Por essa comissão, talvez uma das poucas comissões parlamentares de inquérito que funcionaram na Câmara, desfilaram o conde Matarazzo, Walter Moreira Sales, Euvaldo Lodi, Samuel Wainer, Baby Bocayuva, que depois foi deputado aqui, era diretor da *Última Hora* também. E lá Carlos Lacerda começou a encurralar o Wainer. A campanha contra a *Última Hora* foi num

crescendo tamanho que em determinado momento nós descobrimos que Samuel Wainer não era brasileiro, era romeno, bessarabiano...

Fomos aos poucos vinculando a *Última Hora* ao Getúlio, que tinha autorizado aquele dinheiro do Banco do Brasil para financiá-la. E aí a campanha transbordou, da *Última Hora* para o Congresso. Getúlio ficou acuado, e no dia 5 de agosto de 1954 houve aquele atentado na rua Tone-leros, em que morreu o major Vaz e Carlos Lacerda foi atingido na perna. Do dia 5 até o dia 24 de agosto, portanto durante 19 dias, conspirou-se muito e abertamente contra o Getúlio. Envolveu-se a Aeronáutica por causa da morte do major Vaz, e a Aeronáutica instaurou um IPM, Inquérito Policial Militar, no Galeão. Por que IPM? Porque o revólver que tinha morto o major Vaz era calibre 45, de uso privativo das Forças Armadas. Aí começou a onda contra Getúlio. De tal maneira que no dia 11 de agosto, seis dias depois do atentado na Toneleros, eu estou na *Tribuna* e o Carlos telefona para mim — ele estava em casa — dizendo: “Murilo, preciso muito falar com o seu conterrâneo”. Percebi logo quem era e disse: “Carlos, há muito tempo que não falo com Café Filho”.

Eu era muito amigo do Café quando ainda deputado federal. Na bancada da imprensa nós o elegemos por quatro anos seguidos como o melhor deputado do ano. Ele tinha uma atuação intensa, diária. Lia os jornais de manhã e, com base no noticiário, ia para a tribuna fazer discursos. Um dia descobriu que o ministro da Fazenda do Dutra, Correia e Castro, tinha feito um pedido humilhante ao secretário do Tesouro americano, John Snyder, solicitando com o pires na mão a ajuda dos Estados Unidos para salvar a situação econômica do Brasil. Com base naquilo, fez um discurso violento contra o ministro Correia e Castro. O governo ainda tentou desmentir dizendo que o ministro jamais tinha escrito aquela carta, mas Café tinha o original da carta e com isso derrubou o Correia e Castro. E inovou, porque incluiu na prática do presidencialismo brasileiro uma prática do parlamentarismo, que é um deputado conseguir derrubar ministro...

Mas enfim eu disse: “Carlos, faz dois anos que eu não falo com Café. Desde que ele se elegeu vice-presidente da República na chapa de Getúlio, nunca mais falei com ele”. Disse o Carlos: “Mas eu preciso falar com ele”. Respondi: “Está bem. Se você precisa, eu vou agir”. Saí da *Tribuna* e fui para o gabinete que Café Filho tinha aqui no Ministério do Trabalho, no último andar. Cheguei lá, me apresentei ao Ozéas Martins,

jornalista chefe de gabinete do Café. Ozéas percebeu logo que eu tinha alguma coisa importante para falar e me mandou entrar. Na ante-sala estavam o senador Dinarte Mariz, Dix-Huit Rosado, vários senadores do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Quando entrei, eu disse: "Presidente, venho aqui em uma missão do Carlos; ele quer falar com o senhor". Ele aí tomou aquele susto e disse: "Mas Murilo, eu estou evitando contatos que pareçam que eu estou conspirando contra o dr. Getúlio. Fui muito contra ele, combati-o muito em 37, fui cassado por ele no Estado Novo, na Constituinte liderei a campanha 'Lembraí-vos de 37!', mas depois fiz as pazes com ele e hoje somos amigos. Eu me elegi na sua chapa e não quero que pareça que estou conspirando contra ele". Eu disse: "Está bem, presidente. Então eu volto e dou sua resposta ao Carlos". Ele disse: "Não, espera um pouquinho. Com o Carlos eu me encontro. É o lugar dessa reunião?" Olhou assim para mim como querendo sugerir que fosse no meu apartamento. Eu disse: "Olha, presidente, no meu apartamento não pode porque eu moro com uma tia velhinha, o apartamento é muito modesto e não se presta a um encontro tão importante como este". Aí o Café Filho disse: "Não pode ser no meu porque eu estou muito vigiado. No do Carlos muito menos. Quem sabe aqui no Hotel Serrador? Está hospedado lá um conterrâneo nosso do Rio Grande do Norte chamado Olavo Galvão de Medeiros, diretor do Banco do Nordeste. Ele está no apartamento 1.510. Você leva o Carlos para lá às duas horas e eu vou me encontrar com vocês". Eu disse que estava bem, me despedi e fui me encontrar com o Carlos.

Carlos estava no quartel da Polícia Militar, na rua Salvador de Sá, fazendo o reconhecimento da guarda pessoal do Getúlio que estava desfilando para ele tentar reconhecer o pistoleiro que tinha matado o major Vaz. Já havia então a suspeita de que o pistoleiro pertencia à guarda pessoal de Getúlio. Carlos saiu de lá com dois coronéis da Aeronáutica, armados com duas metralhadoras, em um Chevrolet preto, e depois pulou para o meu Opel Olímpia, com os dois coronéis atrás. Teve a seguinte conversa: "Murilo, o *general* se encontra comigo?" Eu disse: "Olha, Carlos, o *general* se encontra com você às duas horas da tarde no Hotel Serrador". Ele: "Ih, mas eu estou com uma fome danada. Vamos lá em casa primeiro comer alguma coisa". Fomos lá na Toneleros, estava Raul Brunini gravando para a Rádio Globo uma entrevista com ele e tal. Sei que às duas horas da tarde eu ainda estava em Copacabana. Aí li-

guei para o Hotel Serrador e disse: “Olavo, o seu homem está aí?” “O meu homem está aqui há uma hora lhe esperando.” “Mas o meu ainda está aqui...” “Então venham para cá!”

Fomos, estacionei o meu Opel defronte ao Hotel Serrador, fui multado por um guarda, Carlos saiu apoiado no meu ombro porque estava com a perna direita enfaixada por causa do tiro que tinha levado na Toneleros, e eu cheguei para o ascensorista e disse: “Olha, nós vamos ao 15º andar, mas o senhor toca aí no sexto, no oitavo, no décimo, para a gente despistar”. Chegamos no 15º andar, Carlos saiu do elevador, Olavo abriu a porta do apartamento e eu vi no fundo Café Filho de calças brancas, camisa branca, gravata e suspensórios pretos.

Carlos ficou uma hora e meia conversando com Café. Nesse meio tempo chegam repórteres lá no 15º andar. O dono do hotel chamava-se Francisco Serrador, era um lacerdista fanático. Eu cheguei para ele e disse: “Francisco, você não é lacerdista, não é do Clube da Lanterna?”³ Então, por favor, dispersa essa gente porque esse encontro é secreto...” Café, quando concordou em ir ao encontro do Carlos, tinha dito o seguinte: “Vou, mas há uma condição: que esse encontro nunca seja divulgado”. Não sei o que o Chico disse para os jornalistas, mas sei apenas que conseguiu dispersá-los. Uma hora e meia depois sai o Carlos lá do apartamento, já em uma cadeira de rodas que tinha providenciado, e faz um gesto com o polegar direito para cima, dando a entender que tinha saído tudo bem na conversa. Naquele dia 11 de agosto Carlos Lacerda conseguiu convencer Café Filho de que, derrubado Getúlio, ele, Café Filho, como vice-presidente da República, assumiria a presidência. Porque até então toda a conspiração esbarrava nessa grande incógnita: saber se Café accitaria suceder a Getúlio ou não. Naquele dia ele entrou na conspiração. Foi ao Senado e fez aquele discurso sugerindo a renúncia

³ Organização civil fundada em 28 de agosto de 1953 no Rio de Janeiro pelo jornalista Carlos Lacerda para combater o governo de Getúlio Vargas. O próprio Lacerda ocupava a presidência de honra da organização, o jornalista Amaral Neto era seu presidente efetivo e Alcides Carneiro era o orador oficial. O Clube da Lanterna congregava diversos parlamentares, principalmente da UDN, maior partido de oposição. Seu órgão oficial era a revista *O Maquis*, mas a *Tribuna da Imprensa* também dava cobertura às suas atividades. Foi fechado em 24 de novembro de 1956 por decreto do presidente Juscelino Kubitschek. Ver *DHBB*, op. cit.

dupla, dele e de Getúlio. Sabia que Getúlio não ia aceitar a sugestão e ele então se incorporaria definitivamente à conspiração.

Aconteceu que no dia 24 de agosto houve aquela reunião do ministério aqui no Catete, quando Getúlio deu a palavra a cada um dos ministros e, como ninguém concluía nada, ele concluiu dizendo que se licenciaria e só pedia que os ministros garantissem a ordem e a segurança no país. Aí se recolheu ao quarto. Já estava com aquele texto da carta-testamento, mas para uma hipótese de resistência armada no Catete, jamais de suicídio. Quando ele se recolheu ao quarto, logo depois entrou o Bejo, irmão dele, dizendo que tinha sido convocado a depor no Galeão. E o desafiou: "Olha, agora vou eu; mas amanhã vais tu", dando a entender que o próprio Getúlio seria depois chamado a depor no Galeão. Eu sei que assim que o Bejo saiu, Getúlio puxou o revólver da gaveta, deu aquele tiro e se matou.

Isso foi às oito horas da manhã do dia 24 de agosto, e até às oito horas da manhã, nós, na *Tribuna da Imprensa*, éramos os grandes vitoriosos, porque havíamos conspirado contra Getúlio, e Getúlio tinha acabado de tirar uma licença, afastara-se do governo, não voltaria mais. Começaram a chegar caixas de cerveja e de vinho na *Tribuna* para nós comemorarmos a vitória. Pois bem: com aquele tiro no peito às oito horas da manhã, passamos de grandes vitoriosos a grandes derrotados.

Nesse momento o senhor estava na Tribuna?

Estava. Eu tinha uma namoradinha na Tijuca que, lembrando-se de uma flâmula da *Tribuna da Imprensa* no meu Opel, telefonou e disse: "Murilo, tira a flâmula porque está passando gente aqui dizendo 'morra Lacerda!' e afluindo em direção à *Tribuna*". Dom Távora, aquele bispo que foi comigo a Roma, ligou para mim do palácio da Cúria e disse: "Murilo, estão passando por aqui com a bandeira do Brasil, gritando 'morra Lacerda!' e caminhando para aí". De uma hora para outra, de vários pontos da cidade, vinham informes de que havia gente afluindo em direção à *Tribuna*. O Carlos ainda esteve lá às nove horas da manhã, pulando numa perna só, sentou-se na máquina e escreveu um texto muito infeliz, pensando que nós ainda teríamos condições de circular com o jornal naquele dia. O texto dizia: "Getúlio Vargas, o homem que não soube viver e não soube morrer". Em seguida foi com dois coronéis para o Santos Dumont e de lá tomou um helicóptero para o Galeão.

Quem eram esses coronéis?

Eram uns coronéis da Aeronáutica, os mesmos que tinham passado a lhe dar segurança naqueles comícios que ele fazia em casas, em colégios. Na noite da Toneleros era o major Vaz que estava com ele, mas devia ter sido Gustavo Borges. Gustavo estava escalado, mas teve que fazer um vôo para Goiânia em substituição a um colega e telefonou ao Vaz pedindo que o substituísse. Quer dizer, Gustavo Borges salvou-se de uma morte preparada para ele. Além do Borges e do Vaz, faziam parte desse grupo Haroldo Veloso, que depois participou de Jacareacanga, Lameirão... Eram uns 12 a 15 que se revezavam. Naquele dia eu não sei quais eram os dois que estavam comboiando Carlos Lacerda.

Do Galeão, Carlos ficou ligando para nós, porque tínhamos escalado quatro para defender a *Tribuna da Imprensa*: eu, Hilcar Leite, Amaral Neto e Walter Cunto. Começamos a armar um esquema para defender o jornal. Eu ainda saí, peguei o meu carrinho que estava defronte, botei três quarteirões adiante, tirei a flâmula e salvei-o de ser incendiado, porque eles estavam incendiando os carros d'O Globo e da *Tribuna da Imprensa* naquele dia. Rolamos bobinas de papel para reforçar as portas e fui para o segundo andar, abri a janela e olhei. Se eu nunca tivesse tido medo até então na vida, naquele dia eu tive! Me correu um frio pela espinha! Olhei para a rua do Lavradio, tomada por aquela massa ululante com bandeiras nacionais, cantando o Hino Nacional, gritando "morra Lacerda, morra Lacerda!". Eles chegaram, estacionaram defronte do jornal, começaram a jogar pedras, uma delas quebrou uma vidraça e feriu o Cunto na testa. Eu estava em contato com o coronel Sizeno Sarmento, que tinha assumido o comando da guarnição aqui no Rio naquela emergência para assegurar a ordem. Eu dizia: "Coronel, manda uma tropazinha aqui para o jornal, para nos salvar!" Uma tropa isolaria o jornal e nos garantiria. E Carlos ficava telefonando do Galeão: "Saíam daí, o importante é salvar a vida de vocês, vocês estão correndo risco de vida! Larguem isso!" Só às três horas da tarde é que o Exército mandou a cavalaria, isolaram ali defronte do jornal e a massa começou a se dispersar.

Nesse meio tempo aconteceu uma coisa curiosa. Vizinha à *Tribuna da Imprensa*, na rua do Lavradio, ficava uma associação de policiais. Aquele comissário Deraldo Padilha, que era muito valente, criador de caso aí com mulheres, prostitutas etc., pulou e caiu no pátio interno da *Tribuna*, onde havia um busto de Rui Barbosa que o Carlos depois, quando foi go-

vernador, levou de lá para o Guanabara, um busto bonito do Rui. O Padilha chegou para nós e disse: “Hasteiem a bandeira a meio pau em homenagem ao dr. Getúlio que acabou de se suicidar. Se vocês botarem a bandeira a meio pau, eu disperso essa multidão”. Aí botamos em votação e fui derrotado por três a um. Eu era contra botar a bandeira do Brasil e ainda disse para o dr. Padilha: “O que eles querem é a bandeira do Flamengo, não a bandeira nacional”. E o Cunto: “Nesta ocasião você ainda quer fazer brincadeira!” Eu sei que ele hasteou a bandeira e não dispersou coisa nenhuma. Eles continuaram ameaçando, gritando. Mas quando foi de tarde, com a chegada desse grupo de cavalarianos, começaram a ir embora. Nisso, nós emendamos três escadas e saímos pelos fundos da *Tribuna da Imprensa*, que dava para os fundos do *Correio da Manhã*, na Gomes Freire. Saímos pelo *Correio da Manhã* e nos livramos dessa.

Esse é que foi o epílogo da história no dia 24 de agosto. Aí veio aquela coisa: Getúlio! Suicídio! Veio depois a candidatura do Juscelino, que se elegeu presidente da República, e o resto vocês já sabem.

Lacerda x Juscelino

O senhor cobriu o Congresso na crise de novembro de 1955? Qual foi o papel da imprensa na divulgação desse movimento?

Cobri a crise, sim. Já então a UDN havia perdido muito aquela ascendência na imprensa, e o PSD tinha conquistado bastante espaço. A tal ponto que o movimento do Lott em 11 de novembro de 55, quando depôs Carlos Luz, e em 21 de novembro de 55, quando depôs Café Filho, já encontrou uma grande receptividade na imprensa, porque Carlos Lacerda tinha conquistado muita antipatia ao defender um “regime de emergência”. Carlos Lacerda sustentava a seguinte tese: eles tinham derubado Getúlio, Café Filho havia assumido, mas não tinha desmontado a máquina getulista no governo. Então, uma eleição logo em 55 permitiria a volta do que o Carlos chamava de “os gregórios”. E aí ele passou a defender a instalação de um regime de emergência para fazer o saneamento do país, para que o país pudesse então enfrentar uma eleição. Não houve isso, Café Filho se negou a entrar nessa conspiração, já era presidente da República e estava querendo dar posse ao Juscelino. Mas Lott se antecipou e deu o primeiro golpe, de 11 de novembro, e o segun-

do golpe, de 21 de novembro, já aí com o apoio da imprensa, porque Lott e Denys apresentavam aquilo como um “contragolpe”. Diziam que o golpe seria dado pelo Carlos Lacerda e pela UDN e que eles estavam antecipando um contragolpe para garantir a posse de Juscelino.

Como a imprensa via Café Filho?

Café Filho era um político de certa forma resultado da mídia. Ele fez muito boas relações com os jornalistas porque no seu primeiro ano de mandato, em 1946, ainda na Constituinte, apresentou um projeto aumentando os salários dos jornalistas. Ao mesmo tempo que conquistava a antipatia dos donos de jornal, que iam ter que arcar com aquele aumento, ele conquistou a classe de jornalistas, os quais passaram a lhe dar um apoio enorme. E o Café fez durante dois anos um negócio chamado Comando Jornalístico Parlamentar: ele ia com um de nós, de preferência o Heráclio Salles, que era do *Correio da Manhã*, dar incerta em uma penitenciária, um presídio, uma delegacia, na Sunab, e levava para a Câmara o resultado daquele comando, daquela investigação que ele tinha feito, fazia um discurso explorando aquela visita. Ele mesmo produzia o assunto, e os jornalistas lhe davam grande cobertura. Naquela época havia essa interdependência entre ele e os jornalistas.

Mas o senhor não acha que, em função desse episódio do 11 de novembro, a imagem que ficou de Café Filho na memória política brasileira é menos a de um deputado combativo do que a de um presidente fraco, que se escondeu sob pretexto de um problema cardíaco? A Tribuna da Imprensa teria falhado em esclarecer melhor o papel da UDN, de Café Filho? A versão vitoriosa teria ficado com a Última Hora?

Aquela altura dos acontecimentos a *Tribuna* já estava muito contra o Café, porque Carlos Lacerda queria exigir o adiamento das eleições, e o Café não permitiu, fez as eleições no dia 3 de outubro, como estava marcado. Carlos Lacerda já estava com raiva do Café, acusando-o de querer dar posse a Juscelino. Café realmente teve aquele problema no coração, que hoje se contesta muito, mas sobre o qual ele apresenta os laudos de médicos importantes: Teobaldo Viana, Raimundo Carneiro, Genival Londres, Aarão Benchimol subscreveram o laudo de que ele tinha tido um problema coronariano e precisara se internar no hospital.

E a versão que eu tenho do Café é de que ele queria dar posse ao Juscelino, apesar de Lacerda lutar muito para ele não fazer isso. A tal ponto que quando ele quis reassumir o governo, no dia 21 de novembro, estava decidido a dar posse a Juscelino. Mas aí já era tarde: Lott e Denys já não confiavam nele, cercaram o seu apartamento em Copacabana e impediram a sua saída para o Catete.

Há até um episódio muito curioso: quando houve a votação do primeiro *impeachment*, no dia 11, Carlos Luz realmente estava em endereço incerto e não sabido, porque se encontrava a bordo do *Tamandaré*, em alto-mar. Foi com base nisso que Alkmin conseguiu levar a Câmara a aprovar o *impeachment* de Carlos Luz. Mas no segundo *impeachment*, Café não estava em local incerto e não sabido, estava no apartamento dele. O próprio Lott queria saber se a Câmara podia dar aquele segundo *impeachment*. Capanema também estava nessa tese, e então Alkmin o chamou e disse: “Capanema, você quer saber se o presidente Café Filho está impedido? Então vamos lá a Copacabana”. Eu, quando vi o Alkmin convidando o Capanema para ir, fui atrás, com dois jornalistas, um deles o Oyama Teles, no meu Opelzinho. Chegamos no Posto 6, Alkmin saltou com Capanema, Guilhermino de Oliveira e Último de Carvalho. Quando eles saíram do carro e olharam aquele monte de tanques blindados, Alkmim perguntou: “Ele está ou não está impedido?” “Está.” “Então vamos voltar e votar.” Voltaram para o Congresso e votaram o segundo impedimento, o do Café.

Houve efetivamente um engajamento da população na defesa da legalidade, da posse de Juscelino? Como isso se refletia nas galerias do Palácio Tiradentes?

Com o apoio do povo aos discursos. Eu me recordo, por exemplo, que Vieira de Melo⁴ teve um debate inesquecível com Lacerda. A primeira pessoa, primeira e única até hoje, que eu vi levar vantagem em um debate com Lacerda foi Vieira de Melo nesse dia. Ele defendia a posse do Juscelino, Carlos Lacerda era contra, e a posse do Juscelino era altamente popular.

⁴ Deputado federal pelo PSD da Bahia, Vieira de Melo foi escolhido em abril de 1955 vice-líder de seu partido na Câmara e, em dezembro, vice-líder da maioria. No ano seguinte, seria eleito líder do PSD e da maioria. Ao longo de seu mandato combateu o então deputado Carlos Lacerda, da UDN. Ver *DHBB*, op. cit.

O clima das galerias interferia no posicionamento dos deputados?

Ah, sim. Tempos depois Vieira de Melo e Carlos Lacerda tiveram outro debate, mas aí Vieira de Melo ficou em desvantagem. Na ocasião ele estava defendendo a cassação do mandato do Carlos por causa do telegrama 293.⁵ Lembram dessa história? Eles tiveram um debate na TV Rio, e Carlos Lacerda levou uma vantagem louca, porque Vieira de Melo naquela ocasião era o verdugo, era o tirano que queria cassá-lo.

Eu me recordo, por exemplo, do dia da votação da cassação do mandato de Carlos Lacerda, por causa desse telegrama 293. Às três horas da manhã Vieira tinha acabado de fazer um discurso a favor da cassação, e Afonso Arinos fez um discurso contra. Foram dois discursos tão compactos e tão perfeitos na forma e no conteúdo que você não vê no texto nenhuma chance para um aparte. Não houve apartes. Começou então a votação, e quando se viu, pelo andamento da apuração, que não se iria alcançar os 2/3 necessários para a cassação, as galerias vieram abaixo em aclamação, lenço branco. Carlos Lacerda saiu do Palácio Tiradentes à frente de uma carreata, às três horas da manhã, buzinando até Copacabana. Carros atrás, populares acenando, com bandeiras, acompanhando o carro dele. Era esse o clima.

Em função do telegrama 293, o governo Juscelino iria emitir informalmente a orientação de que não se deixasse Carlos Lacerda ter acesso ao rádio e à te-

⁵ Em 27 de março de 1957, Carlos Lacerda leu na tribuna da Câmara um telegrama secreto, escrito em código, pertencente ao arquivo do Ministério das Relações Exteriores e proveniente da embaixada brasileira em Buenos Aires. O telegrama fazia referência a um inquérito realizado pelo Exército da Argentina, que implicava João Goulart como negociador, junto a Perón, então presidente argentino, de uma transação de exportação de madeira para aquele país, cujo pagamento teria sido revertido para a campanha eleitoral de Getúlio Vargas em 1950. Eleito líder da UDN na Câmara em abril, Lacerda foi acusado pelo governo de ter fornecido elementos para a decifração do código secreto do Itamarati. Em seguida, o ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, enviou mensagem à Câmara, acompanhada de ofício da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, pedindo licença para processar Lacerda por crime contra a segurança nacional. Depois de intensa repercussão, o caso teve um desenlace favorável a Lacerda, com a recusa da Câmara, por uma diferença de 12 votos, em conceder a licença para processá-lo. Ver *DHBB*, op. cit.

levisão. O senhor sentiu a pressão do governo para não noticiar, para não dar acesso a determinados políticos?

Naquele tempo havia um negócio chamado de Comissão de Rádio, que era presidida pelo general Olímpio Mourão Filho, aquele general que terminou começando 64. Através dele Juscelino realmente executou essa política de isolar e silenciar Lacerda. E Juscelino me disse uma coisa certa vez, com um pouco de cinismo mas com muita objetividade: "Murilo, Lacerda derrubou Getúlio, e eu não queria que ele me derrubasse. Se eu franqueasse o rádio e a televisão a ele, ele ia me derrubar. Então eu tomei a medida preventiva de impedir o acesso dele ao rádio e à televisão". E realmente, durante os cinco anos do Juscelino, Carlos Lacerda não teve acesso ao rádio e à televisão. E foi um governo considerado altamente democrático. Mas realmente nesse detalhe ele não cedeu, porque achava que se franqueasse o rádio e a televisão a Lacerda, estaria com os dias contados no governo.

O senhor pessoalmente foi alguma vez pressionado para não dar determinada notícia? Estamos falando do período democrático, não ainda do período da ditadura militar.

Não. Vejam bem. Naquele tempo havia muita influência dos partidos políticos nos jornais. Por exemplo, a UDN tinha uma influência muito grande sobre o *Diário de Notícias*, de Orlando Dantas, e sobre o *Diário Carioca*, com José Eduardo de Macedo Soares, Horácio Carvalho, Prudente de Moraes Neto e Danton Jobim. O *Correio da Manhã*, durante a campanha contra Getúlio, também foi muito influenciado pela UDN — eram Paulo Bittencourt, Paulo Filho e Álvaro Lins —, mas já na campanha de Juscelino se bandeou. Chateaubriand, nos Diários Associados, tinha influência udenista, mas até certo ponto. No momento em que Chateaubriand foi convidado para ser embaixador em Londres, os Diários Associados mudaram para o apoio ao Juscelino. N' *O Estado de S. Paulo*, os Mesquitas obedeciam muito à UDN paulista. Herbert Levy, Aureliano Leite, Valdemar Ferreira exerciam muita influência sobre *O Estado de S. Paulo*. As *Folhas* já eram mais neutras.

A UDN tinha, portanto, *O Estado de S. Paulo*, o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca*. O *Globo* também era meio udenista, mas ficava flutuando entre uma coisa e outra, mais imparcial. Então, não havia propriamente uma pressão de governo nem de grupos econômicos. Havia pressão de partidos sobre os jornais.

Manchete x O Cruzeiro

O senhor teve contato pessoal com Juscelino Kubitschek?

Sim. Juscelino sofria uma tenaz campanha do Lacerda, eu era o chefe da seção política da *Tribuna da Imprensa*, e Juscelino sempre me tratou com muita deferência e com muito carinho até. Da segunda vez que foi a Brasília, em 1957, me levou com ele. Nós decolamos daqui, em um avião da Aerovias Brasília, pousamos em Belo Horizonte, decolamos novamente para Brasília e lá pousamos em uma pista improvisada atrás do Catetinho.⁶ No dia seguinte, às quatro horas da manhã, estava o Juscelino batendo nos nossos quartos, no segundo andar do Catetinho, nos acordando e dizendo: “Vamos ver as obras de Brasília!” Ele nos colocou em uma Rural Willis e fomos para onde hoje é a praça dos Três Poderes. Ele dizia: “Aqui vai ser a Câmara, aqui o Senado, aqui o Palácio do Planalto, onde eu vou trabalhar, aqui vai ser o Supremo Tribunal, aqui vão ser os ministérios”. Eu olhava e só via lama ou poeira. Voltei de lá horrorizado! Reuni os Blochs lá na Frei Caneca, Adolpho, Oscar, e disse: “Olha, vamos entrar nessa de Brasília, porque o homem é doido e vai construir Brasília!” Foi aí que a *Manchete* entrou na onda de Brasília.

Eu ia toda semana para Brasília com Jäder Neves, que trabalhou conosco até há pouco tempo, e produzíamos fotografias e textos sobre as obras de Brasília. Porque nós raciocinávamos do seguinte modo: quantos brasileiros nós éramos então? Cinqüenta milhões? Quantos tinham a chance de ir a Brasília ver se aquilo era para valer ou não? Oitocentos, 500? Era difícil avião, mais difícil ainda hotel, que não havia. Então nós começamos a mostrar as obras de Brasília todas as semanas. Daí que a *Manchete* entrou na onda de Brasília. A tal ponto que, no dia 21 de abril de 1960, nós publicamos uma edição extra e especial sobre a nova capital com 1 milhão de exemplares que se esgotaram em 48 horas. O *Cruzeiro* só publicava reportagens sobre Brasília como matéria paga da Novacap. Enquanto as revistas do mundo todo, *Time-Life*, *Paris Match*, estavam dando páginas e páginas sobre a inauguração da nova capital do Brasil, O *Cruzeiro* continuava aferrado à idéia de que só publicava Brasília como matéria paga.

⁶ Projetado por Oscar Niemeyer, o Catetinho foi a primeira hospedagem, rústica e provisória, de Juscelino Kubitschek em Brasília. Para mais informações ver Murilo Melo Filho, *Testemunho político* (Rio de Janeiro, Bloch, 1997).

Como era a disputa entre essas duas grandes revistas semanais de notícias, a Manchete e O Cruzeiro?

Quando a *Manchete* surgiu, *O Cruzeiro* tirava 700 mil exemplares por semana, além de ter uma edição em espanhol e ser apoiado por uma rede de jornais, de rádios e já de televisão. E surgiu a *Manchete* sozinha para enfrentar todo esse conjunto. Poucos anos depois *O Cruzeiro* fechava as portas, e a *Manchete* está aí ainda hoje, com 46 anos de circulação ininterrupta; todas as quartas-feiras nas bancas. Talvez seja uma das revistas mais antigas do mundo, como revista semanal ilustrada. Porque, como revista de texto, a *Time* realmente é mais antiga.

O perfil jornalístico das duas publicações, Manchete e O Cruzeiro, era distinto no início?

O Cruzeiro tinha muito mais recursos do que a *Manchete*. *O Cruzeiro* tinha grandes quadros de repórteres, com David Nasser, Jean Manzoni, Indalécio Wanderley, Mário de Moraes, João Martins, e podia pagar muito melhor. A *Manchete* era uma revistinha para lutar contra esse conglomerado todo. Mas nós fomos pouco a pouco nos reequipando — esse foi o grande segredo da *Manchete*, o Bloch tinha o sangue dos gráficos nas veias e uma visão grande, sempre voltada para a frente —, enquanto *O Cruzeiro* deu para trás. Entrou naquele bolo dos Diários Associados, naquele condomínio, com a morte de Chateaubriand,⁷ e passou

⁷ A origem dos Diários Associados remonta a 1924, quando Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892-1968) comprou o matutino *O Jornal* e o *Diário da Noite*. Três anos depois, em 1927, foi fundada a revista *O Cruzeiro*. A cadeia continuou a se ampliar até março de 1959, quando foi adquirido o *Jornal do Commercio*. Em setembro desse ano, preocupado em dar continuidade após sua morte ao império jornalístico que havia construído, Chateaubriand instituiu o condomínio acionário das Emissoras e Diários Associados, distribuindo 49% das ações e quotas que possuía a 22 de seus auxiliares, entre os quais seus dois filhos, gravando-as porém com as cláusulas de inalienabilidade e incomunicabilidade. Em fevereiro de 1960 Chateaubriand foi acometido de uma dupla trombose que lhe provocou uma paralisia quase total. Em julho de 1962, doou os 51% restantes das ações e quotas que reservara para si a seus auxiliares, excluindo dessa segunda partilha seus filhos. Com a morte de Chateaubriand em abril de 1968, João Calmon, vice-presidente do condomínio acionário dos Diários Associados desde 1962, tornou-se presidente da empresa. Pouco tempo depois, abriu-se uma crise no seio dos Diários Associados, provocada por divergências entre um dos filhos de Chateaubriand, Gilberto, e João Calmon. Ver *DHBB*, op. cit.

a sofrer mais ainda. E aí a *Manchete* foi pouco a pouco conquistando a área que antes era ocupada por *O Cruzeiro*.

A supremacia da Manchete se deveu mais às inovações técnicas do que à definição de um perfil jornalístico?

Sim. Boa impressão, a cores, grandes máquinas de rotogravura, concepções industriais. A *Manchete* sempre achou que a gráfica era uma indústria que devia se expandir na horizontal, necessitava de grandes espaços, não podia ficar dependendo daqueles rolos de papel pesados em elevadores. Enquanto *O Cruzeiro* foi ali para a Central do Brasil, rua do Livramento, atrás do túnel da Central do Brasil, nós estávamos lá em Cordovil, e depois viemos para aqui defronte do mar.

A campanha de Jânio

O senhor cobriu a campanha de Jânio Quadros e do general Lott, em 1960, já fora da Tribuna e trabalhando na Manchete, que era bastante próxima de Juscelino. Como era, para um jornalista engajado pessoalmente com algum candidato, cobrir uma campanha presidencial tão polarizada como foi essa?

Havia influência de alguns articuladores da candidatura do Jânio sobre alguns jornalistas. A tal ponto que Carlos Castello Branco, por exemplo, chegou a ser secretário de imprensa do Jânio. Mas a *Manchete*, desde o começo, nunca teve partido, a não ser essa amizade de Adolpho com Juscelino. Afora isso, nunca apoiou um candidato ou outro. Sempre se manteve mais ou menos neutra, noticiando os dois lados, sem se comprometer com nenhum deles.

Eu fui a Cuba com Jânio, em maio de 1960. Sua candidatura tinha-se esvaziado muito, porque Juscelino havia inaugurado Brasília no mês anterior, estava inaugurando a Belém-Brasília, a indústria automobilística, a indústria naval, hidrelétricas, siderúrgicas etc., e os articuladores da candidatura do Jânio inventaram então essa viagem. Nós saímos daqui em um *Constellation* fretado à Varig, pousamos em Fortaleza, porque Jânio queria ver o açude de Orós, que tinha arrombado a parede, e de lá decolamos para Havana. Bebeu-se tanto nessa viagem de ida, caixas e caixas de uísque, que um colega nosso da comitiva desceu

em Havana em estado de coma alcoólico. Foi levado de padiola para o hospital, recuperou-se em três dias e depois voltou a se incorporar à comitiva.

O Jânio que foi a Cuba era um Jânio pessimista, derrotado, tendo renunciado à candidatura em dezembro de 59⁸ — deixou Magalhães Pinto na sala com Quintanilha Ribeiro e Oscar Pedroso Horta, e saiu pela porta da cozinha. Mas o Jânio que voltou de Havana era outro. É que três dias depois de nós chegarmos a Havana, o nosso embaixador lá, Vasco Leitão da Cunha, ofereceu um coquetel na embaixada para a comitiva do Jânio e convidou Fidel Castro. Fazia apenas cinco meses que Fidel tinha descido de Sierra Maestra e entrado em Havana — ele entrou no dia 31 de dezembro de 1959 e depôs Fulgêncio Batista. Eles estavam muito estressados, muito exaustos, noites e noites sem dormir. Fidel chegou com Guevara, um dos tipos que mais me impressionaram na vida, com aquela bomba de asmático, sugando aquilo, e começou uma história esquisita para cima do Jânio. “Imagine, dr. Jânio, que nós entramos aqui em Havana e queríamos nacionalizar uma empresa americana, e o dr. Manuel Urrutia, que nós tínhamos designado para presidente da República, era contra. Nós queríamos encampar um banco americano, e o dr. Urrutia se opunha. O senhor sabe o que eu fiz, dr. Jânio? Renunciei ao meu posto de primeiro-ministro. No que eu renunciei, o povo veio para esta praça e acampou aqui três dias e três noites exigindo a minha volta” — vocês já estão vendo onde eu vou chegar. “Eu aí voltei, demiti o dr. Urrutia e nomeei o dr. Oswaldo Dorticós, que está aqui ao nosso lado, presidente da República.”

⁸ No dia 18 de outubro de 1959, a convenção nacional do PDC homologou a candidatura de Jânio Quadros e indicou como candidato à vice-presidência Fernando Ferrari, dissidente do PTB e fundador do Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Em meio a uma crise interna que provocou a renúncia de Lacerda à liderança da bancada da UDN na Câmara, a convenção nacional desse partido, reunida em 8 de novembro, apoiou a candidatura de Jânio e escolheu Leandro Maciel, governador de Sergipe, para disputar a seu lado a vice-presidência. A UDN decidiu também proibir a participação de Fernando Ferrari na campanha que seria iniciada no Norte, abrindo assim nova crise que levou à renúncia de Jânio à candidatura, sob a alegação de que sua proposta exigia um grau de unidade política ainda não alcançado. Em 5 de dezembro de 1959, Jânio decidiu aceitar sua indicação, obtendo assim maior autonomia em relação aos partidos que o apoiavam. Ver *DHBB*, op. cit.

O Jânio que voltou de Havana me chamava lá atrás, no último banco do avião, rodando uma dose de uísque quente entre as mãos, e dizia: “Murilo, você viu o que o primeiro-ministro fez? Ele renunciou e o povo veio para a rua exigir a volta dele”. Tenho hoje absoluta certeza e convicção de que aquele episódio narrado por Fidel Castro em Havana ficou trabalhando na cabeça daquele maluco e influenciou decisivamente na atitude dele de renunciar. Tanto que, em Cumbica, vindo de Brasília, já tendo renunciado à presidência da República, Jânio perguntava em altos brados no avião: “E o povo? Onde está o povo que não veio me buscar?”

Brasília x Rio de Janeiro

Uma das justificativas da transferência da capital para Brasília era, segundo o próprio Juscelino, o fato de que o Rio era muito “cheio de política”. Quer dizer, o governante não tinha tranquilidade para governar porque viviam batendo na porta do Palácio do Catete. Havia comentários na época sobre isso?

Juscelino estava um dia vindo de Belo Horizonte para o Rio, quando os estudantes fizeram uma greve dos bondes por causa do aumento de um tostão na passagem. Então Juscelino levou 60 minutos de voo entre Belo Horizonte e o Rio, e levou duas horas do aeroporto Santos Dumont até o Catete. Estava tudo bloqueado, os estudantes tinham parado os bondes todos. Chegando ao Catete, e olhando pela fresta de uma janela aquela massa enorme de gente ali em volta, ele disse: “É, Murilo, temos que ir para Brasília, o Rio não dá mais”. Realmente o presidente da República era mais prefeito do Rio de Janeiro do que presidente da República. Ele tinha que olhar mais o problema local. E a proximidade do Palácio Tiradentes, do Palácio Monroe, com o Palácio do Catete submetia também o presidente a uma vigilância direta, imediata, de cada deputado e de cada senador.

Brasília deve ter sido um grande temor para os jornalistas: ir para o Planalto cobrir a atividade política, a atividade parlamentar, a atividade do presidente, com pouca infra-estrutura de telefones, telex... Como foi, para os jornalistas, o impacto da transferência das redações para Brasília?

Foi muito grande. Por exemplo, no meu caso concreto, fiz dois anos o programa “Congresso em revista” em Brasília gravando em um

apartamento em bases precaríssimas, as câmeras amarradas com barban-te. Aquele rolo de filme vinha por um portador num vôo, que chegava aqui e o levava à TV Rio. Não havia satélite, não havia *link*, não havia nada. Havia um telefone que falava para cá precariamente, estava começando o telex, não existia fax. Havia sobretudo falta de conforto em Brasília. Nós morávamos precariamente. Eu me recordo de que nos primeiros tempos dormia no chão no Brasília Palace Hotel, não tinha apartamento. Tudo isso criou um trauma grande, foi para lá realmente quem quis ir com o espírito de aventura e pioneirismo, porque quem pôde ficou por aqui.

Tenho a impressão de que nem Juscelino previu, naqueles primeiros anos, o isolamento de Brasília. Essa falta de comunicações, a dificuldade de telefone, tudo isso isolou muito o Congresso, muito mesmo. Deputados e senadores ficavam lá naquelas recepções, naqueles coquetéis pensando que aquilo era o Brasil. O Brasil estava pegando fogo e eles lá, isolados de tudo isso. Os primeiros anos de Brasília foram muito dramáticos nesse sentido.

Mas o senhor acabou se mudando mesmo para Brasília. Por quê?

Vou dizer. Porque desde aquela primeira vez que eu fui a Brasília, em 1957, consegui envolver a *Manchete* na onda de Brasília. Em 1960 o Adolpho reuniu a redação, disse que ia abrir um escritório em Brasília e precisava de uma pessoa para essa missão. Eu era naturalmente candidato, porque já estava indo toda semana, ia segunda e voltava sexta.

Houve uma semana em que na segunda-feira eu já fui para Brasília muito gripado, e então, em vez de voltar no vôo que saía de lá às seis horas da tarde de sexta-feira, o último vôo da semana, voltei na quinta com o Jader Neves. Minha mulher estava grávida de três meses do nosso primeiro filho. Quando cheguei em casa, ela disse: “Murilo, você já veio hoje?” “É, estou muito gripado...” Para encurtar a história: aquele vôo em que eu vinha nas sextas-feiras foi o vôo que embicou aqui na baía de Guanabara e morreu todo mundo afogado dentro do avião. Então minha mulher disse: “Quer saber de uma coisa? Isso não é vida, a que estamos levando. Vamos embora para Brasília antes que haja outro desastre desse”. Foi aí que fomos para Brasília, com um filhinho de três meses, e comemos o pão que o diabo amassou. Não gosto nem de me

lembrar daquele tempo, Brasília não tinha nada, para comprar um alfinete você precisava viajar 20 quilômetros até a Cidade Livre, onde ficavam os pioneiros em barracos. Lá havia um pequeno comércio incipiente, enquanto no Plano Piloto não tinha nada. Nada, vezes nada! Minha mulher quase morre em dois partos, da segunda filha e do terceiro filho, porque só foi para Brasília a ralé dos médicos, ralé! Médico que tinha uma boa clientela no Rio e em São Paulo não ia para aquele fim de mundo. Só foi para lá médico iniciante, matavam à toa aqueles candangos na Cidade Livre, naquelas cidades-satélites.

Mas foi uma época profissionalmente muito interessante para mim. Fiquei lá de 1960 a 65. Lá peguei o final do governo Juscelino, a posse do Jânio, a renúncia sete meses depois, aquela batalha da legalidade para a posse do João Goulart, a posse do Jango, aqueles três governos parlamentaristas, de Tancredo Neves, Hermes Lima e Brochado da Rocha, e a revolução de março de 64. Em 65 eu voltei.

Mas, nesse período, o grande embate político na verdade não continuava no Rio de Janeiro, com Lacerda na Guanabara?

Ah, sim. A conspiração toda contra o Jango. É que naqueles primeiros anos o governo praticamente não ficava lá. Foram os militares que resolveram se estabelecer em Brasília depois de 64. Jango não parava lá, Jânio vivia se mexendo, estabeleceu o governo em Santa Catarina, na Paraíba, no Maranhão, o próprio Juscelino praticamente não se estabelecia lá, vivia voando de um lado para outro. Foi Castelo quem mudou o governo para Brasília, foi Costa e Silva, foi Médici, Geisel, Figueiredo. É uma dessas ironias do destino: foram os militares que consolidaram a obra de Juscelino.

Era diferente fazer política no Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes e no Congresso em Brasília? O senhor acompanhou as duas casas. Dá para comparar?

Dizem que o Congresso, no tempo do Rio de Janeiro como capital, era um Congresso elitizado, culto. Hoje o Congresso não é tão culto, não é tão elitista nem tão ilustre. Mas dizem que hoje o Congresso é mais autêntico e mais representativo das diversas camadas da população brasileira: tem índio, tem contrabandista, pianista, plutocratas, fazendei-

ros, advogados, médicos, empreiteiros. Naquele tempo, as forças econômicas preferiam eleger procuradores e elegiam candidatos que as representavam. Mas hoje eles mesmos querem se eleger, direto do produtor ao consumidor. Essa é a diferença.

E quanto à mobilização da opinião pública, que no Rio comparecia, interferia diretamente nos rumos do Congresso? Havia diferença aí?

Não há dúvida. Desde que houve a transferência da capital para Brasília isso se alterou completamente, porque no Rio havia uma atuação mais direta da opinião pública sobre os parlamentares. Hoje, em Brasília, a não ser quando vão caravanas do Rio ou de São Paulo, a influência é muito mais reduzida.

A arquitetura do Congresso também teria um peso na relação dos congressistas com a platéia, com os próprios jornalistas?

Sim. Hoje os jornalistas não têm mais acesso ao plenário, ficam em uma galeria à parte. O próprio tamanho do Congresso, com aqueles edifícios e anexos, diluiu muito a concentração. Aqui não, era tudo no plenário, com aqueles nichos de galeria ali em cima. A concentração e a capacidade de influenciar eram muito maiores do que hoje.

É errôneo pensar que as sessões do Congresso aqui no Rio de Janeiro eram um evento, um programa carioca?

Ah, eram. As galerias permanentemente cheias, o ingresso livre. Nos dias em que os jornais anunciavam que Carlos Lacerda ia denunciar um determinado assunto, aquilo enchia que era uma coisa louca.

Considera-se muitas vezes que a ditadura militar, os fechamentos do Congresso, que se sucederam, provocaram um desinteresse pela vida parlamentar. A volta da mobilização, da fé no Congresso, só aconteceu com o impeachment de Collor em 1992? Ou o senhor registra uma etapa anterior, talvez a Constituinte de 1988?

Houve vários episódios. Primeiro, a ditadura realmente fechou os sindicatos, fechou o Congresso, fechou os partidos, fechou os diretórios acadêmicos e, ao fechar tudo isso, tamponou as fontes geradoras de lideranças. Nós hoje estamos sofrendo as consequências disso: há fal-

ta de líderes no Brasil. Realmente não houve uma safra. Mas depois da ditadura aconteceram algumas coisas que serviram para mobilizar: as “Diretas Já”, a Constituinte, o *impeachment* do Collor, aquele processo dos “anões”, que também atraiu muito interesse... Enfim, houve uns tantos episódios que conseguiram ressuscitar um pouco o interesse da opinião pública pela política brasileira. E com eles o Congresso em Brasília voltou a viver alguns dias de grande prestígio e de grande repercussão.

O jornalismo político, ontem e hoje

A crise do governo Vargas, em 1954, foi um momento em que a atividade do jornalista chegou a um extremo, no sentido de interferir, de influir nos acontecimentos. Hoje há espaço para o jornalista interferir tão diretamente no curso da política?

Hoje em dia, não. Vocês vejam que, daqueles 25 jornais diários, hoje o Rio está reduzido ao *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Jornal do Comércio* e *O Dia*. Hoje o jornalismo deixou de ser aquela coisa de idealismo, de luta política. Hoje ele é uma realidade, uma coisa mais complexa, mais cara, os donos de jornal são empresários importantes e que precisam ter bastante dinheiro. O jornalismo não pode mais ser feito na base do idealismo, do ímpeto juvenil, do romantismo.

Naquele tempo havia uma interdependência e uma aproximação entre jornalismo e política bem maiores. Tanto que vários jornalistas depois enveredaram pela política, a começar por Carlos Lacerda e Rafael Correia de Oliveira, que se elegeram deputados federais, e por Mário Martins, que se elegeu senador. Havia uma correlação grande entre o jornalista, sobretudo o jornalista político, e os políticos.

O senhor mesmo chegou a pensar em fazer uma carreira política, teve alguma perspectiva nesse sentido?

Tive. No meu tempo da *Tribuna da Imprensa*, Lacerda sempre quis que eu enveredasse pela política. Naquele tempo eu tinha o programa na televisão, a coluna na *Manchete* e mais a *Tribuna*. E Lacerda era um grande produtor de deputados, de senadores, de vereadores, como

foi o caso de Raul Brunini,⁹ que ele elegeu vereador, depois deputado estadual, como foi o caso de Amaral Neto,¹⁰ de Mário Martins. Mas eu nunca quis, e vou dizer por quê. Aqui na Câmara eu participava muito da vida dos deputados e via os sacrifícios daqueles poucos que levavam a vida parlamentar a sério. Era uma vida de privação. Primeiro, porque eles vinham dos estados e tinham que alugar apartamento no Rio de Janeiro, precisavam continuar com o domicílio nos seus estados, família para lá, família para cá, não dispunham dessa mordomia de hoje, de passagens de graça, gabinetes de graça, assessores, assistentes, automóveis, não tinham nada disso. Eu pensava: meu Deus do céu, vou trocar a minha vida de jornalista, com certa liberdade de ação, até de criticar os políticos, e passar de estilingue a vidraça? Não. Vou continuar sendo jornalista. Outra coisa: eles passam e eu continuo. Vi passar tantos! Desde Getúlio, Café, Juscelino, Jânio, Jango, Tancredo, e eu continuo jornalista.

A vida pública no Brasil é muito ingrata nesse sentido. De quatro em quatro anos, o político é submetido a um teste nas urnas. Se ele não foi bem nos quatro anos e não teve um bom trabalho, não se reelege. E agora, principalmente, o dinheiro pesa muito. Eu me recordo, por exemplo, de um deputado, Osvaldo Fonseca, do PTB do Estado do Rio, cunhado de Carlos Lacerda. Ele era rival em Barra Mansa do Celso Peçanha, que de-

⁹ O jornalista Raul Brunini Filho, conhecido por seu programa radiofônico pioneiro na transmissão de debates ao vivo, e profundamente identificado com Carlos Lacerda, foi o vereador mais votado do DF em 1954. Reelegeu-se vereador em 1958 e deputado à Assembléia Constituinte da Guanabara em 1960. Reeleito deputado estadual em 1962, foi nomeado pelo então governador Carlos Lacerda chefe de uma secretaria especial. Com a introdução do sistema bipartidário filiou-se ao MDB e obteve em 1966 uma cadeira na Câmara dos Deputados. Cassado pelo AI-5 em 1969, deixou a vida pública. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁰ Ao lado de Carlos Lacerda, Fidélis dos Santos Amaral Neto foi um dos fundadores da *Tribuna da Imprensa*, em dezembro de 1949. Em agosto de 1953, esteve mais uma vez ao lado de Lacerda, na criação do Clube da Lanterna. Eleito deputado pela UDN à Constituinte do recém-criado estado da Guanabara em outubro de 1960, tornou-se em seguida líder do governo. Em outubro de 1962, ainda na legenda da UDN carioca, foi o segundo mais votado para a Câmara dos Deputados. Intimamente identificado com Carlos Lacerda, teve participação ativa no movimento político-militar de 1964. Em 1965, depois de ter sido preterido na sucessão estadual — Lacerda optou pela candidatura de Flexa Ribeiro —, lançou-se candidato com o apoio do PL, mas foi derrotado. Ver *DHBB*, op. cit.

pois foi um dos melhores governadores do Estado do Rio. Osvaldo Fonseca, no primeiro ano, foi para a Comissão de Justiça da Câmara e ficou lá dando pareceres, estudando projetos e mais projetos. Enquanto isso, Celso Peçanha estava todo dia no pinga-fogo lendo um telegramazinho: "O prefeito de Barra Mansa está reivindicando..." E a "Voz do Brasil" todo dia trombeteando o nome do Celso Peçanha para lá. E Osvaldo Fonseca, coitado, dando pareceres que não saíam na "Voz do Brasil". O que ele fazia era uma coisa incógnita, desconhecida, mas ele trabalhava feito um doido! No fim do primeiro ano de mandato, Osvaldo Fonseca vai a Barra Mansa, tem um almoço com as lideranças municipais, e lá pelas tantas um líder empresarial se levanta e faz um discurso. "Dr. Osvaldo, nós votamos no senhor, queremos apoiá-lo na próxima eleição, mas eu acho bom o senhor começar a trabalhar, porque do contrário nós vamos votar mesmo é no dr. Celso Peçanha!" Osvaldo Fonseca voltou de lá, pediu demissão da Comissão e passou a só ler telegrama no pinga-fogo...

No exercício do jornalismo político, quais são as diferenças entre a cobertura diária para o jornal, a síntese semanal para a revista e o programa de televisão? O senhor teve as três experiências.

São três coberturas inteiramente diferentes. A primeira, do jornalismo diário escrito, é o acompanhamento ali em cima, permanente, dos fatos, às vezes com alterações entre a hora em que você escreve o texto e a hora em que o jornal roda à meia-noite. Morre um deputado, morre um senador, e altera tudo, haja vista o caso do deputado Luís Eduardo Magalhães. A cobertura da revista é uma cobertura mais tranqüila porque é semanal, você tem sete dias para escrever o texto, se houver alguma alteração você adapta, atualiza. E em terceiro lugar, a cobertura de televisão é realmente uma cobertura mais difícil, porque vai direto da boca do apresentador, do jornalista, para o ouvido e para o olho do telespectador. Não há revisão, você não tem chance de corrigir alguma coisa. É uma cobertura muito mais difícil e muito mais trabalhosa do que a de jornal e de revista.

Quando o senhor lançou a experiência pioneira do "Congresso em revista", como foi o contato dos parlamentares com essa nova mídia?

Foi uma coisa que me surpreendeu bastante. Parecia até que eles tinham sido educados para aquilo. Eles se conduziam com tanta natura-

lidade, com tanta espontaneidade que eu mesmo ficava surpreso. Foram ao programa, por exemplo, Oswaldo Aranha, Juracy Magalhães, Soares Filho, Prado Kelly, e pela *performance* deles defronte das câmeras parecia que eles se tinham preparado a vida toda para aquilo. Falavam muito bem, com muita naturalidade. Eu fazia debates, também, entre o deputado que era a favor do divórcio e o que era contra. E eles se haviam tão naturalmente que empolgavam os telespectadores.

O senhor tem dados sobre qual era a audiência do seu programa?

A receptividade era muito boa, e vou lhe dizer por quê. Porque éramos só nós na TV Rio e o Arnaldo Nogueira na TV Tupi, com o programa “Falando francamente”, se não me engano. Esses eram praticamente os dois únicos programas políticos que havia na televisão.

Hoje há indicações de que, nos telejornais, quando vem assunto político, a audiência cai. A que o senhor atribui esse crescente desinteresse pelo jornalismo político, por saber o que o presidente faz, o que a Câmara dos Deputados decide?

Talvez ao fato de que hoje há vários canais de televisão, há a Globo, a Record, a Manchete, a Bandeirantes, o Sílvio Santos, enquanto naquele tempo havia apenas TV Rio e TV Tupi. Nem eu nem Arnaldo Nogueira nunca fizemos uma aferição do Ibope, porque naquele tempo não havia isso. Havia, sim, repercussão, um programa que era muito comentado nas colunas de jornal — naquele tempo já havia colunas de jornal especializadas em televisão. Talvez por isso nós tentássemos fazer o melhor em cada programa.

PEDRO DO COUTTO

FRANCISCO PEDRO DO COUTTO nasceu no Rio de Janeiro em 7 de março de 1934. Jornalista especializado em análises políticas e eleitorais, iniciou em 1954 sua carreira no *Correio da Manhã*, onde trabalhou até o jornal fechar suas portas, em julho de 1974. Foi repórter de *O Globo* de 1972 a 1975, colaborou na *Tribuna da Imprensa* e participou de programas de resenha política e eleitoral nas rádios Globo, Jornal do Brasil e CBN. Escreveu *O voto e o povo* (1966), redigiu verbetes sobre políticos e partidos do pós-45 para a *Grande enciclopédia Delta Larousse* e é co-autor, junto com Antônio Houaiss, de *Brasil, o fracasso do conservadorismo* (1989). Dirigiu por 14 anos o Departamento de Comunicação Social da antiga Legião Brasileira de Assistência e atualmente é diretor do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Sua entrevista foi concedida a Marly Motta e a Carlos Eduardo Sarmiento em 29 de setembro e 1º de outubro de 1997.

A transferência da capital

Quando da transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, em 21 de abril de 1960, o senhor trabalhava no Correio da Manhã,¹ que era um jornal contrário à mudança. Como viu o debate que então se travou?

Naquela ocasião havia restrições muito grandes à transferência da capital. Havia até dúvidas. Eu me lembro de que o Gustavo Corção, num artigo n'O Globo, dizia que duvidava que se pudesse ligar o telefone para Brasília, quando alguém de Brasília ligou e ele pensou que fosse até trote... No Congresso, havia uma divisão dos grupos políticos entre os que apoiavam Juscelino e os udenistas. Mas, diante da perspectiva de criação do estado da Guanabara, a UDN passou a ter interesse na mudança porque Carlos Lacerda sentiu que poderia ser o governador do novo estado.

Lacerda, naquele período, era sem dúvida a grande figura política da UDN. Era o líder da oposição na Câmara, uma figura em ascensão no cenário não só estadual como nacional. Vinha de uma vitória, porque em 1958 lançou a candidatura do Afonso Arinos ao Senado e ganhou a eleição com muita facilidade, contra Lutero Vargas. O teto da UDN, que era de cerca de 36% dos votos, foi ali um pouco ultrapassado, Afonso Arinos obteve 41 ou 42%. Lutero era um candidato fraco, e no PTB chegou-se até a pensar na candidatura do Oswaldo Aranha. Eu mesmo, e outro jornalista e historiador amigo meu que trabalhou no CPDOC, Plínio de Abreu Ramos — já morreu —, embora não tivéssemos nada a ver com isso e nem fôssemos do PTB, um dia dissemos: "O PTB tem um candidato natural ao Senado, que é Oswaldo Aranha. Por que o Lutero, então? Vamos à casa do Oswaldo Aranha dizer isso a ele". Fomos à casa do Cosme Velho e naquele dia ele estava muito preocupado com uma eleição que ia disputar para patrono ou paraninfo da turma do Caco, da Faculdade Nacional de Direito. Era um homem emotivo, os olhos esta-

¹ O *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt. A partir de 1923 teve como redator-chefe o senador alagoano Pedro da Costa Rego, e de 1929 em diante passou a ser dirigido por Paulo Bittencourt, filho de Edmundo. Durante grande parte de sua existência foi um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se destacado como um jornal de opinião. Ver *DHBB*, op. cit.

vam sempre molhados, nunca muito longe das lágrimas — aliás, se não fosse a emoção dele em 30, não teria havido a revolução que levou Getúlio ao poder. Getúlio tinha a frieza que Oswaldo Aranha não tinha, e Aranha tinha a emoção que Vargas não tinha. Os dois se encontraram, e esses encontros ao longo da história são fundamentais.

Enfim, falamos com Oswaldo Aranha, e ele se mostrou receptivo. Era um homem educadíssimo, e uma síntese que se pode fazer dele é aquilo que uma vez Adail de Moraes, jornalista no Rio Grande do Sul, pai do ex-ministro Pratini de Moraes, escreveu: “Oswaldo Aranha: quem não quiser gostar dele evite conhecê-lo”. Aranha e Juscelino eram pessoas de uma capacidade de sedução pessoal enorme. Saímos dali impressionados, porque Oswaldo Aranha, depois de ter sido deputado federal, ministro, embaixador, chanceler, o principal responsável na área civil pelo alinhamento do Brasil contra o Eixo, o primeiro presidente da Assembléia Geral da ONU, esse homem que tinha sido tudo, menos presidente da República, estava preocupado com uma eleição no Caco!

Mas Oswaldo Aranha acabou não sendo o candidato do PTB, a UDN venceu a eleição com Afonso Arinos, e isso embalou o Lacerda para 60. Deu a ele a certeza de que ganharia o governo da Guanabara. Abriu uma perspectiva, e política é sempre, como disse Juscelino mais de uma vez, esperança e perspectiva.

Os políticos certamente apoiaram ou combateram a transferência da capital em função de seus interesses mais imediatos. Mas qual era o sentimento da imprensa? Parece que havia um certo temor de que, com a transferência da capital, o Rio perdesse a condição de centro político.

Como disse Machado de Assis, cada obra pertence ao seu tempo. Cada fato também pertence ao seu momento. Criou-se um sentimento de resistência à mudança da capital, mas esse sentimento acabou caindo porque, no fundo, num estilo bem brasileiro, muitos achavam que a mudança não seria para valer. Achavam que Juscelino tinha feito Brasília como compromisso de campanha, que a capital ia mudar nominalmente, mas que no Rio tudo ia continuar na mesma. Mas é preciso dizer que essa história de achar que no Brasil não acontece nada, que as coisas não mudam, é um engano: a verdade é que Getúlio se suicidou, Café Filho foi impedido, Carlos Luz foi impedido, dois movimentos político-milita-

res garantiram a posse do presidente eleito Juscelino, Jânio Quadros renunciou, João Goulart foi derrubado, Castelo Branco foi parcialmente derrubado, Costa e Silva também... Aconteceu muita coisa! Collor foi impedido! É um pouco de ilusão achar que na política brasileira não acontece nada. O que não acontece é ladrão ir para a cadeia, isso não é da tradição brasileira; mas o resto acontece, os fatos estão aí. Quer coisa mais grave do que um presidente da República ser impedido de continuar no governo? É um acontecimento! Nos Estados Unidos nunca ocorreu o *impeachment* de um presidente.

Mas voltando a 60: muitos achavam que aquilo não era para valer, que todo mundo ia viver na ponte aérea, até porque o presidente Juscelino também recorria muito à ponte aérea para fazer a defesa da capital. Dizia-se: “Brasília vai funcionar de terça a quinta ou sexta-feira” — como é até hoje, aliás — “mas o Rio vai continuar sendo o centro político”. Na verdade, não continuou.

Duas coisas, então — a posição udenista querendo conquistar o governo do estado da Guanabara, que surgia com a transferência da capital, e a perspectiva de que nada ia mudar —, terminaram criando as condições necessárias para consolidar a idéia da mudança, que enfrentava muitas dificuldades mas também tinha alguns apoios na imprensa. Por exemplo, a *Última Hora*, que era um jornal importante, apoiava integralmente a transferência; assim também a *Manchete*, que na ocasião fez reportagens lindas, principalmente sob o aspecto visual, fotográfico. A *Manchete* na época revolucionou, criou uma preocupação com a beleza da foto e da cor. Seus fotógrafos deram essa grande contribuição, detonaram o processo visual que já vinha sendo ajudado pela televisão.

Enfim, a capital terminou se consolidando. Mas custou. Jânio Quadros, no início do seu curto governo, dizia que a Belém-Brasília, uma das últimas obras inauguradas por Juscelino, era “uma estrada para onças”. Muitos afirmavam: “A capital volta, não vai se consolidar”. João Goulart ficava aqui no Rio metade da semana, na outra ia para Brasília — foi deposto no Palácio Laranjeiras, saiu dali para pegar o avião e ir para o Sul. Castelo Branco vinha sempre aqui, Costa e Silva assinava as cassações no Laranjeiras. Às vezes, não se sabia se o ministro estava em Brasília ou no Rio. Esse sistema durou bastante tempo, até o

Médici, que foi o homem que ficou em Brasília mesmo e consolidou a cidade. Era previsível — na ocasião eu disse isso — que o centro político saísse do Rio de Janeiro, porque ele não poderia ficar longe do centro do poder. Onde estava o Congresso, onde estavam os ministérios, era lá que iriam acabar desaguando os interesses, era lá que as pessoas iriam procurar as autoridades do governo, e não mais no Rio. O Rio iria perder importância política, mas isso só ocorreu realmente nove anos depois da mudança, quando o Médici fincou o pé em Brasília.

*O senhor sem dúvida acompanhou a tramitação da Lei San Tiago Dantas, que criou o estado da Guanabara.*²

Sim. San Tiago Dantas era deputado do PTB. Tinha sido eleito em 1958 pelo PTB de Minas, por uma coincidência com 58 mil votos. Foi ele o autor da lei que convocava as eleições na Guanabara junto com as eleições presidenciais de 3 de outubro de 1960 e até antecipava um pouco a posse do governador. Tanto que Lacerda assumiu no dia 5 de dezembro de 1960.

Mas antes de a Lei San Tiago Dantas ser promulgada, houve um debate, sobre se o Rio de Janeiro se transformaria em estado da Guanabara ou se fundiria ao antigo Estado do Rio. Como a imprensa acompanhou essa discussão?

Essa idéia da fusão existiu, mas veio muito branda no debate daquela ocasião. Depois, em 1975, ela veio com força, mas naquele momento só uma voz ou outra se levantou. Havia resistências no antigo Estado

² Como vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em 1960, San Tiago Dantas foi encarregado de elaborar dois projetos: o da organização de Brasília, o novo Distrito Federal, e o da criação do estado da Guanabara, já prevista pelo artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição de 1946. Seus projetos foram atacados pelo deputado udenista Meneses Cortes, autor de emenda constitucional que previa a fusão do ex-Distrito Federal com o Estado do Rio mediante plebiscito. Após acordo entre os diferentes partidos, a Lei nº 3.752, chamada Lei San Tiago Dantas, de criação do estado da Guanabara, foi finalmente promulgada em 12 de abril de 1960, pouco antes da mudança da capital. Ver Marly Silva da Motta, *O Rio de Janeiro continua sendo... De cidade-capital a estado da Guanabara* (Rio de Janeiro, UFF, 1997. Tese de doutorado).

do Rio e no então Distrito Federal, até porque, havendo a fusão, os partidos perderiam vagas na Câmara Federal. Diminuiria também a representação no Senado. Três senadores da Guanabara e três senadores do Estado do Rio, eram seis vagas no Senado; se houvesse a fusão, seriam três no total, como é hoje. O debate no Congresso perdeu força porque não interessava às bancadas regionais que houvesse a fusão, já que ela significaria perda de mandatos na hora da renovação.

Para fazer a fusão seria necessário aprovar uma emenda constitucional, e parece que não houve uma articulação real nesse sentido.

Não houve nada. Teria que haver até um plebiscito. Era o texto da Constituição, como também era em 75, quando a fusão afinal foi feita. A tese do Célio Borja³ de que a Guanabara já era um município era falsa. Não era, foi uma interpretação extremamente forçada, sem base na realidade legal. A fusão foi uma idéia absurda que prejudicou muito o Rio de Janeiro.

Pensando agora nos reflexos da transferência da capital sobre os grandes jornais cariocas: cobrir a Câmara dos Deputados quando o Rio de Janeiro era a capital federal certamente era bem mais simples. Pelo menos o percurso das redações até o Palácio Tiradentes podia ser feito a pé... Como os jornais encararam a tarefa de cobrir Brasília, uma cidade onde o telefone, como o senhor acabou de contar, era uma coisa da qual se duvidava?

Eles se prepararam, até porque a transferência da capital coincidiu com a substituição do teletipo pelo telex. Hoje o teletipo até voltou a

³ Líder da Arena na Câmara dos Deputados, em 1974 Célio Borja desempenhou papel fundamental como articulador do projeto de fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, promovendo campanha no sentido de legitimá-la como ato constitucional do governo, mesmo sem a realização de um plebiscito. O projeto de fusão foi enviado pelo presidente Geisel ao Congresso em 3 de junho de 1974 e aprovado em 1^a de julho, transformando-se então na Lei Complementar nº 20. A lei previa para 15 de março de 1975 o início efetivo da fusão. Ver Marieta de Moraes Ferreira e Mário Grynszpan, A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de História* (Rio de Janeiro, Espaço Plural (28), 1994).

ter importância, mas naquela ocasião, quando os Correios e Telégrafos instalaram o telex, foi um avanço extraordinário. Os jornais, antes do telex, eram abastecidos por empresas como a American Cable, que recebiam as transmissões de teletipo. No caso das matérias internacionais, o fornecimento era por cabo submarino. Eu me lembro bem de que, no *Correio da Manhã*, os dois primeiros telex instalados, por volta de 60, 61, funcionavam a uma velocidade de seis segundos por linha. Hoje o teletipo das agências faz um segundo por linha, um pouco menos, talvez. Mas a velocidade do telex, naquela época, supria bem as necessidades. Outra coisa, também, foi que os telefones dos jornais começaram a ter prioridade de instalação em Brasília. Na ocasião começava-se a montar o sistema de telecomunicação no país. O telefone de Brasília para as redações no Rio funcionava em microondas. Mas a principal ponte de comunicação era mesmo o telex, e o sistema funcionava bem, sem interrupção. O *Correio da Manhã* montou uma boa sucursal em Brasília, e os outros jornais também. Brasília não ficou isolada. A comunicação garantiu a viabilidade da cobertura da imprensa.

Agora, enquanto o Rio era a capital, não há dúvida de que era praxe os jornalistas se reunirem com os políticos no Palácio Tiradentes ou no Monroe, e de que aquilo era uma festa para nós. O comentarista político é um pouco como o crítico de cinema ou de teatro: ele gostaria, talvez, de ser um personagem daquele mundo. Sabe-se lá que fantasias passam na cabeça dessas pessoas quando elas penetram naquele universo mágico? No fundo, se não gostassem daquilo, não estariam ali.

Outra característica forte que todo jornalista tem é a ansiedade, que vai acompanhá-lo desde o momento em que ele entra no jornal até a morte. Se ele não fosse ansioso, não seria jornalista. O que é o jornalismo, no fundo? É, hoje, uma ponte entre o ontem e o amanhã. Você tem um compromisso com o imediato. A beleza que há no jornal é que ele tem que sair no dia seguinte, não existe esse negócio de “depois eu faço”, “volta aqui mais tarde”, “daqui a uma semana eu penso”... Negativo, é agora que você vai fazer. Isso dá ao jornalista uma ansiedade que pode ser ao mesmo tempo uma angústia e um prazer, é uma mistura das duas coisas. O verdadeiro jornalista sempre acorda cedo no dia seguinte e vai espiar o jornal na banca para ver o que escreveu, para ver se

de alguma maneira passou a informação, se com aquela informação mudou alguma coisa. O jornalista visa um processo de compreensão. Compreender, no fundo, é fabricar. Do momento em que você compreende alguma coisa, o seu pensamento é outro. Daí a necessidade que o jornalismo tem de uma linguagem clara e imediata.

As eleições de 1960: contexto e candidatos

Como foi a campanha para a eleição do primeiro governador da Guanabara, em outubro de 1960? Parece que o PTB teve dificuldade de encontrar um candidato para disputar com Carlos Lacerda, até que a escolha recaiu em Sérgio Magalhães. Como a imprensa se comportou diante dessa disputa?

Essa campanha foi sensacional, sensacional! Era confusão todo dia, havia até brigas. O termômetro das eleições no Rio sempre foi a Central do Brasil: o tempo esquentava quando o pau quebrava na Central, aí é que o eleitor se emocionava. Toda eleição, aliás, é sempre marcada por um tom de emoção inevitável. Na eleição para prefeito aqui no Rio em 1996, por exemplo, a emoção veio nos dias finais com o Chico Alencar. Não veio com o Conde, que ficou onde estava, não veio com o Sérgio Cabral. Veio com o Chico Alencar, que em uma semana subiu de oito para 18 pontos. Mas ele não chegou lá, e depois, a meu ver, assumiu uma posição totalmente absurda, de mandar anular o voto. Isso não se faz! Não é possível, não aceito esse negócio!

Em 1960, quando teve início a campanha aqui na Guanabara, o processo sucessório presidencial já tinha sido detonado. O general Lott tinha deixado o Ministério da Guerra com uma grande comemoração em frente ao Palácio Duque de Caxias, no Rio, no final de março ou início de abril, pouco antes da transferência da capital para Brasília. Ainda assim sua candidatura encontrava resistências na área do PSD e do PTB. Era um candidato pesado, mas que se propunha dar continuidade ao Juscelino, ao contrário do Jânio. A candidatura Jânio já estava colocada, e a candidatura Lott iria se colocar até por pressão militar, porque Juscelino bem que tentou Juracy Magalhães. Ele depois me disse que queria ver se tirava o país do impasse entre as forças militares que der-

rubaram Getúlio em 24 de agosto de 1954 e as que garantiram a sua própria posse em 11 de novembro do ano seguinte.⁴

Lott era o principal representante destas últimas.

Sim, mas para compreender esse processo, hoje, é preciso lembrar a situação do Juscelino. Juscelino tinha uma base político-militar que ele não podia alterar: eram o general Lott no Ministério da Guerra e o general Denys no comando do I Exército. Como o general Denys, em 1956, ano da posse, chegava à idade em que tinha que ir para a reserva, Juscelino tinha mandado uma mensagem ao Congresso adiando essa transferência por dois anos. Ao fim de dois anos, mandou-o para a reserva, mas em seguida reconvocou-o para o serviço ativo.⁵ Vejam como a sua base político-militar era estreita: ele teve que fazer uma lei para manter um homem no comando do I Exército, sem o que não estaria garantido...

Denys, na verdade, era o grande avalista de Juscelino e o verdadeiro autor do 11 de novembro, mais que o Lott. Na madrugada daquele dia, Lott acordou no meio da noite, viu luz na casa do Denys — a casa do ministro ficava ao lado da do comandante do I Exército — e dirigiu-se para lá. Atravessou o jardim e assim se incorporou ao movimento político-militar. Denys tinha decidido agir contra a forma, que considerava

⁴ Na crise que marcou os últimos momentos de seu governo em 1954, Getúlio Vargas enfrentou intensa oposição da UDN, aliada a setores militares que tinham como expoentes os generais Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora, entre outros. Após a vitória de Juscelino na eleição de outubro de 1955, setores militares opostos aos primeiros, aglutinados em torno do ministro da Guerra demissionário, general Henrique Teixeira Lott, e do comandante da Zona Militar Leste, general Odylio Denys, levantaram-se para garantir a posse do presidente eleito, que consideravam ameaçada, promovendo o que foi chamado de contragolpe preventivo. O movimento destituiu, em 11 de novembro, o presidente interino Carlos Luz, impediu, em 21 de novembro, a volta do presidente Café Filho, que se tinha afastado por motivo de saúde, e entregou o poder a Nereu Ramos, para que este o transmitisse na data prevista, ou seja, 31 de janeiro de 1956, a Kubitschek. Empossado na presidência, Juscelino, por sua vez, manteve o general Lott e o general Denys em seus postos. Ver *DHBB*, op. cit.

⁵ Com base na Lei nº 2.837, conhecida como Lei Denys, promulgada em 31 de julho de 1956, no dia seguinte Juscelino Kubitschek assinou decreto adiando por dois anos a transferência do general Denys para a reserva. Em agosto de 1958 a transferência se consumou, mas o presidente reconvocou o marechal para o serviço ativo. Ver *DHBB*, op. cit.

absurda, pela qual Carlos Luz tinha tratado o Lott. No “Repórter Esso”, na TV Tupi — era uma espécie de “Jornal Nacional” da época —, Gontijo Teodoro leu a notícia da demissão do Lott começando assim: “Depois de esperar duas horas e 40 minutos pelo presidente Carlos Luz, o general Lott entregou o cargo de ministro da Guerra...” Quando o Denys ouviu aquela notícia, aquilo lhe causou revolta. Se a notícia não tivesse sido lida daquela maneira, talvez ele não tivesse tido o mesmo ímpeto para o fazer o que fez. Quem sabe essa notícia não detonou o processo, não ajudou até mais o Denys do que o Lott...

O fato é que a base do Juscelino era extremamente instável. E na hora da sucessão, ele não podia vetar o Lott. Mas também não o apoiava. De qualquer maneira Lott saiu candidato e foi para as ruas, enquanto Denys assumia o Ministério da Guerra.

A importância que a eleição de 60 teve, e com a qual chegou ao Rio, foi enorme pelo seguinte: ela se apresentou como o primeiro embate marcadamente ideológico. Não quero atribuir à palavra “ideológico” um peso que ela não tem. Ontem mesmo li na *Folha de S. Paulo* um historiador inglês dizendo que ideologia não pode ser sinônimo de esquerdismo, ou nazismo, ou outra coisa qualquer. O que quer dizer ideologia? É a lógica da idéia, seja ela qual for. O fato é que as campanhas antes não tinham um conteúdo tão profundo como teve a de 60. Por que isso? Porque Juscelino, com um governo extraordinário, não fez o Brasil avançar 50 anos em cinco, não, fez o Brasil avançar 100 anos! Pegou o petróleo com uma produção de 5 mil barris/dia e deixou com 100 mil barris/dia. Pegou uma energia elétrica com nem 1 milhão de kW e deixou com 5 milhões. E foi por aí. Indústria de automóveis: o primeiro carro produzido no Brasil foi o DKW, em 58. A Volkswagen iniciou a produção em 59 e logo derrubou totalmente a DKW. A economia teve um enorme êxito no governo Juscelino. A população crescia muito, 3% ao ano, mas o Produto Interno Bruto ia a 8, a 9%. Então, não se ouvia falar em desemprego. Diz-se que foi a Previdência Social que financiou a construção de Brasília: por que isso? Porque a Previdência Social tinha dinheiro suficiente. E por que ela tinha dinheiro suficiente? Porque ela arrecada sobre a folha de salários. Se o emprego estava alto, a arrecadação estava alta.

A verdade é que Juscelino levou o debate econômico às ruas. O povo começou a vibrar com os resultados econômicos como vibrava com competições esportivas. Paralelamente a isso, pessoas muito equipadas,

como Guerreiro Ramos, Inácio Rangel, Jesus Soares Pereira e Domar Campos, revezavam-se no espaço “Sob o ponto de vista nacional”, na página quatro da *Última Hora*. Esse debate ganhou as ruas no Brasil pela primeira vez, porque antes ele não existia. Houve debate social com Getúlio Vargas, mas não debate econômico.

A consequência disso foi que três grandes pontos motivaram a campanha eleitoral de 60: reforma agrária, remessa de lucros e petróleo. E em torno desses pontos houve um acirramento das posições ideológicas: uns eram contra o monopólio do petróleo, outros a favor, contra a reforma agrária, a favor... Havia uma pressão para que Juscelino abrisse o monopólio, mas o general Lott disse que a Petrobras era intocável, e Juscelino manteve isso. Já a reforma agrária foi algo que Juscelino não fez. O setor mais fraco do seu governo era a área rural. A Fundação Getúlio Vargas, com Bulhões, Chacel, Kafka — que depois foi para o Fundo Monetário Internacional, agora parece que está se aposentando —, sempre criticava a pouca atenção do governo à agricultura. Hoje, quando se fala em assentamento, reforma agrária, as pessoas das gerações mais novas podem pensar que o debate é novo. Não é. É um debate que já tem 37 anos e que foi um dos pontos principais das eleições de 60.

Nesse contexto ideológico, Lacerda lançou-se candidato na Guanabara, evidentemente pelas forças conservadoras, porque esse era o caminho dele. E então houve o problema de definir quem seria o adversário do Lacerda, uma vez que o próprio PTB estava preocupado com a derrota do Luteró em 58 e achava que, de fato, a candidatura de Carlos Lacerda seria imbatível nas urnas. Levaram o problema ao Jango, mas é preciso dizer que o Jango era um homem de atuação muito nebulosa, foi até criticado uma noite na ABI pela filha do general Lott por suas vacilações — eu estava lá e assisti, ela se referia a “misteriosas palavras de ordem”. E o Jango então se omitiu, o que aliás era uma característica sua: ele não gostava de conversas muito sérias e de situações difíceis, só queria assuntos leves. Era um homem formidável, mas não tinha apelo para enfrentar dificuldades.

E como foi feita então a escolha do candidato do PTB?

Pensou-se, no PTB, no Ademar de Barros. Achou-se que esta seria uma composição ideal: Ademar no Rio para governador, apoiando Lott no plano federal. Mas a idéia, como todas as idéias planejadas, não deu certo. Se planejar idéia desse certo, não haveria problemas no mundo...

A idéia do Ademar fracassou e ficou um vazio, até que a esquerda do PTB resolveu empalmar a campanha e lançou Sérgio Magalhães. Mas havia a resistência do Jango. Então, o que fizeram? O Partido Socialista foi o primeiro a lançar o Sérgio, para criar o fato consumado. Em seguida ele teve o apoio do Movimento Nacionalista Brasileiro, que era um movimento não-partidário, composto em grande parte por militares, mas por civis também — eu mesmo era um deles, estava no *Correio da Manhã* mas assistia às reuniões. A candidatura do Sérgio, entretanto, decolou muito fraca.

Teve pouco apoio da mídia?

Pouco. O *Correio da Manhã* era mais Lacerda do que Sérgio, embora noticiasse os dois lados; a *Última Hora* entrou na campanha do Sérgio mas custou; os outros jornais todos estavam com Lacerda até o pescoço.

Como se conciliavam suas posições, de membro do Movimento Nacionalista Brasileiro, engajado na campanha de Sérgio Magalhães, e as do Correio da Manhã? Havia briga na redação?

Não. Como o jornal distribuía tarefas — “esse repórter cobre esse candidato, aquele cobre o outro” —, então se definia: “Esse camarada está com o Sérgio, cobre o Sérgio; aquele outro está com o Lacerda, cobre o Lacerda”. Até mesmo para evitar problemas. Porque era impossível ficar alheio à campanha. Para vocês terem uma idéia, mesmo não havendo recadastramento imediato naquele tempo, o índice de abstenção foi mínimo, de uns 10 ou 11% no Rio. A campanha empolgou mesmo, e o índice de votos nulos e brancos foi um dos menores da história, 6 ou 7%, quando a taxa mais comum é de 10%, e tem ido até a mais de 15%, quando o eleitor acha que o seu voto não vale. Marcello Alencar foi eleito prefeito do Rio com 25 ou 23% de votos nulos e brancos.

A campanha de 60 na Guanabara: pesquisas e projeções

É claro que a campanha não empolgou desde o início. Lacerda vinha disparado na frente. Mas então ele próprio e os setores conservadores resolveram apoiar uma segunda candidatura. Dizem que os conserva-

dores nunca se dividem e que as esquerdas só se encontram na prisão... Os conservadores não se dividiram, mas gastaram dinheiro na candidatura do Tenório Cavalcanti. É que a UDN sentiu, mais do que o PTB, que as grandes massas urbanas não correm de ponta, como se fosse uma corrida de cavalo. Custam mais a se decidir. A UDN percebeu que no final as classes pobres do Rio poderiam ir para o PTB, e que tinha que haver um candidato que assumisse esse papel. Daí o apoio ao Tenório, que teve 20% dos votos. Lacerda teve 36%, Sérgio 33, Tenório 20 e Mendes de Moraes 5.

A par do apoio que Tenório recebeu dos setores ligados a Lacerda, seu jornal, Luta Democrática, não teve um peso expressivo na votação que obteve? Aliás, como era vista a Luta pelos outros jornais?

A *Luta Democrática* teve um peso sim. Naquele tempo a *Luta* rivalizava com *O Dia*, depois foi que começou a perder. Era um jornal de escândalos, de manchete, mas era um jornal que influía. Vendia uns 80 mil exemplares no Rio, mais ou menos, muita gente lia, tinha aquele negócio do “homem da capa preta”,⁶ crimes, essas coisas. Manchetes às vezes muito interessantes, muito bem-feitas, dentro da linguagem que o jornal colocava. Ninguém de jornal tinha preconceito contra um jornal que atuasse daquela maneira, na área do crime. Contra a imprensa marrom, aquelas revistas *Confidencial*, *Escândalo*, sim. Mas contra a *Luta*, não. Era um jornal diário, vibrava muito, seus leitores acompanhavam a candidatura do Tenório. Era uma ocasião de grande vibração na política do Rio.

Quando Sérgio Magalhães começou a subir e a campanha animou, houve alguma tentativa de convencer Tenório a desistir da candidatura?

Não. A informação que todo mundo tinha é de que havia um pagamento muito grande, até via Light, para manter a candidatura dele. E

⁶ Tenório Cavalcanti, político de Duque de Caxias e proprietário da *Luta Democrática*, era conhecido por seu envolvimento em episódios sensacionais, sempre envolto em sua capa preta, sob a qual escondia a metralhadora apelidada de “lurdinha”. Ver Israel Beloch, *Capa preta e lurdinha: Tenório e o povo da Baixada* (Rio de Janeiro, Record, 1986).

ninguém poderia arrear essa candidatura, a não ser com um investimento significativo. De qualquer maneira Juscelino não queria arredá-la, nem Jango, porque Juscelino temia o esquerdismo que estava embutido na candidatura de Sérgio Magalhães, e Jango temia a sua própria ultrapassagem na liderança do PTB. Brizola já tinha vencido em 58 no Rio Grande do Sul, Roberto da Silveira, pai do atual prefeito de Niterói Jorge da Silveira, tinha vencido no antigo estado do Rio de Janeiro... Era a nova geração do partido. Sérgio no Rio, que era o centro nervoso, o centro político, podia significar a superação do Jango. Brizola era parente dele, Roberto da Silveira não preocupava muito porque não tinha um caráter tão ideológico, mas o Sérgio vinha marcadamente apoiado pelos esquerdistas, nacionalistas, comunistas, que estavam entusiasmados com a campanha.

Ao que parece, Sérgio Magalhães tinha tudo contra ele. O que havia a seu favor?

A favor dele só havia esse sentimento esquerdista e nacionalista e o entusiasmo que o nome dele despertou, de um sujeito íntegro e honesto na política, como aconteceria com Mário Martins anos depois.⁷ Sérgio era um desses espécimes dos quais se diz: “De fato, esse cara é um sujeito honesto, é um sujeito que está querendo fazer alguma coisa, não está querendo ganhar dinheiro, fazer negócios”. Embora isso — negócios e dinheiro — seja próprio do universo político. Mas estou falando sob o ângulo do eleitor. O eleitor espera um sentimento de pureza, uma coisa às vezes até quixotesca, e isso marcava o Sérgio.

Sérgio esteve a pique de desistir da campanha. Houve um comício no Méier a uns vinte e poucos dias da eleição, ele estava quase desistindo, quando um popular chegou e disse: “Estou gostando muito das suas pregações por isso, por aquilo...” Aí ele ficou, não saiu. Mas ele sentia que o partido não estava vindo, que Jango não falava no nome dele, que Jus-

⁷ Tendo tido já uma experiência como deputado federal pela UDN do Distrito Federal e a seguir da Guanabara (1955-61), o jornalista Mário Martins, pouco tempo depois do golpe de 1964, passou a fazer oposição ao regime militar. Tal postura garantiu-lhe mais de 360 mil votos na eleição de 1966 para o Senado, na legenda do MDB. Ver *DHBB*, op. cit.

celino não empurrava. Ele se sentiu sozinho, até o momento em que o eleitor anti-Lacerda, que era um grande divisor de águas no Rio, percebeu que quem estava na melhor posição para receber a bola e fazer o gol, como no futebol, era o Sérgio, e não o Tenório. “Então, vamos com o Sérgio!” De repente, faltavam uns 10 dias, e o Sérgio começou a subir de maneira fulminante, avassaladora.

Os jornais na época faziam pesquisas de opinião?

Faziam, mas naquele tempo a lei era diferente, era proibido divulgar a partir não sei se de um mês ou 15 dias antes. As pesquisas também não eram tão consolidadas como hoje. Hoje tudo é pesquisa, mas naquele tempo havia poucos jornalistas que acreditavam. Fui o primeiro deles. Eu conhecia o Paulo Montenegro do Fluminense, pois ele praticava esporte lá, e o reencontrei em 1955 no Ibope, na campanha do Juscelino. Eu estava começando no jornal, e Juscelino, no encerramento da campanha, fez uma reunião com jornalistas na rua do Carmo e mostrou um mapa baseado na pesquisa do Ibope. Disse: “Vou ganhar. Ganho aqui, ganho ali, aqui perco”. Quando chegou no Paraná, disse: “Aqui há dúvida”. O candidato do PSD, que era forte, Moisés Lupion, resolveu apoiar Ademar de Barros nos 15 dias finais; se não fosse isso, Juscelino teria vencido no Paraná. Juscelino ainda arrematou: “Não se preocupem. Vou sair atrás nos primeiros dias, porque a apuração em São Paulo” — onde Ademar vencia — “vai mais rápido do que em Minas, mas passo no terceiro dia”. Aquilo me impressionou muito, porque aquela previsão do Ibope se confirmou integralmente. Em 1954 tinha havido um erro do Ibope em São Paulo, dando Ademar e não Jânio. Quase que o Ibope fechou, porque houve uma diferença de 2% dos votos...

Hoje isso se chama empate técnico...

Pois é. Mas naquele tempo pouquíssimas pessoas acreditavam em pesquisa. Sempre acreditei porque tinha percebido, quando acompanhava comícios — naquele tempo havia comícios, hoje não há mais —, como é diferente o modo de pensar da área do subúrbio e da área da Zona Sul, das áreas de classe média e das áreas pobres. Essa divisão foi que me deu a certeza de que era preciso fazer uma síntese das opiniões. No dia da eleição de 1965, por exemplo, alguém que acordasse em Ipanema

teria a noção de que o Flexa Ribeiro venceria o Negrão; quem acordasse em Madureira, acharia que o Negrão era barbada. As duas visões eram setoriais, e você não pode se deixar levar pelo seu ambiente apenas. Daí a importância da pesquisa, porque ela abrange todas as classes, todas as categorias. O Ibope ainda não era a potência que é, mas já usava como metodologia o perfil da renda, como até hoje. E funcionava, fez grandes acertos. Os erros da história do Ibope são poucos.

A verdade é que a pesquisa reflete uma coisa que o sujeito sente na rua. Se você sai na rua, e um candidato está subindo, você sente. A pesquisa vem confirmar com números aquela sua sensação. De repente você sente que o candidato não está saindo do lugar, os eleitores do candidato não estão com entusiasmo: é um sintoma de que não há progressão, não há calor na candidatura. Em 60, de repente, o calor se concentrou na candidatura do Sérgio Magalhães. Mais um dia, e ele teria passado facilmente.

Se houvesse, como hoje, um acompanhamento da evolução do eleitorado de Sérgio Magalhães até os últimos dias, o senhor acredita que teria havido migração de votos do Tenório para ele?

Acho que sim. Não acho que ele pudesse tirar voto do Lacerda. Várias vezes na campanha, eu e um major do Movimento Nacionalista, um homem muito inteligente, Hugo Amorim de Lima, dissemos ao Sérgio: “Sérgio, você está subindo, mas para vencer tem que atacar o Tenório. Aí é que estão os seus votos. Você não tira um voto do Carlos Lacerda. Ele tem as mal-amadas, tem não sei quem...” Antônio Maria fez um programa uma noite na televisão que incomodou o Lacerda. Olhou para a câmera e disse: “Minha senhora, não se vota num homem porque ele é bonito. Carlos Lacerda é um homem bonito, mas não se vota por isso, não. A senhora deve prestigiar o seu marido, a sua casa”. Quando o Maria disse isso, Lacerda sentiu que ele tinha aberto uma cunha, que poderia lhe tirar um percentual de votos por ciúme, por chamar a atenção do sujeito para o fato de que aquilo que a mulher dele estava sentindo pelo Lacerda era tesão, não era posição política. Isso poderia prejudicá-lo. No dia seguinte Lacerda foi à televisão responder e disse assim: “Ontem, um homem gordo e balofo esteve aqui na televisão”. Olhou para a câmera: “Um homem de noitadas” — aí fez uma pausa — “equivocas...”

Mas o fato é que o Sérgio passou a todos os antilacerdistas a sensação de que ele é que podia derrotar o Lacerda. O varguismo tinha deixado raízes muito profundas na psicologia coletiva da ocasião. Lacerda era o inimigo de Vargas, responsável, para o PTB, pelo próprio suicídio de Vargas. Essa gente precisava encontrar um candidato capaz de derrotar o Lacerda, e só no final da campanha chegou à conclusão de que esse candidato era o Sérgio. O número de votos brancos e nulos foi pequeno, não havia potencial para tirar mais votos dali. Mendes de Moraes tinha um voto conservador, não se podia tirar votos dele, até por causa da briga do largo do Machado. Sérgio só podia tirar votos do Tenório.

Que briga no largo do Machado foi essa?

Como o Lott era apoiado no Rio tanto pelo Sérgio quanto pelo Mendes de Moraes, o comando da campanha do Lott resolveu dividir os comícios: um comício com o Sérgio, no Méier, numa quinta-feira, e um comício com o Mendes, domingo à noite, no largo do Machado. Mas a turma do PTB do Sérgio não se conformou e foi para o comício do largo do Machado. O Mendes era um homem duro, não era de brincadeira. De repente, vieram pedras da rua em cima dele, e eu o vi puxar o revólver. Dissolveram o comício, ele foi embora, mas aí chegaram triunfalmente Sérgio Magalhães e Roberto da Silveira. E o comício, que era do Mendes, transformou-se em comício do Sérgio. Isso criou um atrito entre os dois.

Naquele momento, no Rio, o Sérgio já estava muito mais forte que o Lott. Tanto que na hora da eleição, no milhão de votos da Guanabara, Sérgio perdeu para o Lacerda por 23 mil, em números redondos, e Lott perdeu para o Jânio Quadros por 130 mil. Jânio fazia acordo com todo mundo. Foi a chapa Jan-Jan, Jânio e Jango, que deu ao Jango oitocentos e tantos mil votos tanto em São Paulo quanto no Paraná. Foi o movimento Jan-Jan que levou o Jango à reeleição de vice, porque o voto naquele tempo não era vinculado. Jânio, quando brigou com a UDN, foi por isso, porque a UDN queria ter um vice no palanque — palanque era a expressão da época, hoje seria a tela da televisão. A UDN queria o Leandro Maciel, mas o Jânio queria ter vários vices, Fernando Ferrari, Milton Campos e o próprio João Goulart. Jânio estava pouco ligan-

do para o vice. Quando ele veio ao Rio, lançaram o movimento Jânio e Sérgio. Lacerda ficou uma fera, ameaçou renunciar porque o Jânio ia a um almoço com o Sérgio. Deu uma entrevista de primeira página ao *Jornal do Brasil*, mas o Jânio disse: “Eu não posso fazer nada, porque afinal é um direito do eleitor querer votar em mim e no Sérgio Magalhães. Nada posso fazer”. Lacerda ficou danado porque de repente sentiu que lhe podia faltar o chão. Começou a ver que o Sérgio subia, subia, subia... Lacerda não era burro, ao contrário.

Na reta final, no meio dos jornalistas, chegou a haver uma divisão mais evidente entre os dois candidatos?

Não chegou a haver isso pelo seguinte: os jornalistas, naquela ocasião, em geral eram rapazes — não tão jovens quanto hoje — de classe média; e, por serem mais de classe média, eram mais udenistas do que petebistas. Até 1960, o jovem da classe média votava seguindo a mesma tendência dos pais. A virada para a esquerda só veio a ocorrer depois. Se há uma coisa que *O voto e o povo*, um livro que eu fiz,⁸ pegou bem, foi essa virada, e explico por quê. Pude fazer essa pesquisa porque em 1965, diante do crescimento do eleitorado, o presidente do Tribunal Eleitoral, desembargador Oscar Tenório, uma pessoa amiga minha, homem ilustre, imaginou uma solução inteligente. Fez uma divisão: os novos eleitores votavam em seções novas, e os antigos nas antigas. Isso facilitou a pesquisa. Pude ver então que a tendência dos jovens em Madureira pelo Negrão tinha sido exatamente igual à dos mais velhos; mas em Ipanema e no Posto 6, na 18ª Zona, o Flexa ganhou muito duro nas urnas jovens.

A virada começou exatamente a partir da renúncia do Jânio, em 1961. Tanto que na campanha de 60, o Lott, quando foi à PUC fazer uma palestra que eu cobri, não conseguiu falar. Lá pelas tantas usou uma imagem difícil, o assunto eram represas e problemas de açudagem no Nordeste, e ele disse que em Assuã, no Egito, tinha sido lançado um plástico. Os estudantes da PUC, que eram de renda média alta e ostentavam o símbolo da vassoura, fizeram uma gozação tremenda, porque

⁸ O livro foi editado no Rio de Janeiro, pela Civilização Brasileira, em 1965.

interpretaram como se o plástico fosse uma espécie de lona de circo sobre o açude para evitar a evaporação. Não era uma lona, é claro, era um líquido. Mas o Lott teve que encerrar a palestra. Foi um episódio parecido com o do “marmiteiro”: em 1945 o Brigadeiro disse a frase do marmiteiro, mas estava se referindo ao sujeito que levava comissão daqui, ganhava dali etc. Confundiram com aquele que leva a marmita, e foi o que se viu...⁹

É bem verdade que o Lott também vinha perdendo posições nas esquerdas, porque quando foi falar na ABI fez restrições ao Fidel Castro, às execuções do governo cubano. Era presidente da UNE um orador fantástico, Raimundo Eirado, hoje procurador da Justiça do Trabalho — parece que foi deputado estadual na Bahia, desistiu não sei por quê. Era um orador no estilo daqueles antigos, mas fantástico. O Eirado tentou acalmar os ânimos na ABI, porque perguntaram — era inevitável: “O que o senhor acha da revolução cubana de Fidel Castro?”, e o Lott respondeu: “Sou a favor mas faço restrições. Essas execuções...” Ai, meu Deus do céu, os jovens não queriam restrições, eram contra os Estados Unidos! Ao descer no elevador, um jovem estudante disse para outro: “Meu Deus, em que candidato eu vou ser obrigado a votar!” Nunca esqueci essa frase. Eu aí senti que o Lott ia perder, porque o cara ia votar mas não ia passar o seu voto para ninguém. E é importante passar, porque aqueles que se definem desde o início formam sempre um universo restrito. O importante é você entusiasmar os vacilantes.

O eleitorado nos Estados Unidos, por exemplo, é cristalizado: 1/3 é democrata, 1/3 é republicano, e é sempre o último terço que define a eleição. Esse terço se mobiliza para um lado ou para o outro dependen-

⁹ O episódio ocorreu em novembro de 1945, um mês antes da eleição presidencial disputada pelo brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, e o general Eurico Dutra, do PSD-PTB. Em discurso proferido no Teatro Municipal, Eduardo Gomes declarou, combatendo Getúlio Vargas, que não precisava dos votos “dessa malta de desocupados que apóia o ditador”. O getulista Hugo Borghi, segundo seu próprio depoimento, verificou no dicionário que malta significava “bando, súcia”, mas também “grupo de operários que percorrem as linhas férreas levando suas marmitas”. Daí para voltar o discurso contra o próprio Eduardo Gomes foi um passo: segundo os varguistas, o candidato udenista não precisava dos votos dos marmiteiros, dos trabalhadores, porque tinha o voto dos grã-finos... Ver *DHBB*, op. cit.

do da pessoa. Esse negócio de computador não adianta. Será sempre o ser humano que irá definir qualquer coisa. Churchill, por exemplo, quando viu que estava perdendo a guerra no deserto, substituiu o comando e pôs lá o general Montgomery. O homem chegou e deu de quatro a zero no Rommel, dizimou o Exército alemão. O equipamento era o mesmo, de um lado e de outro. Mas o talento humano será sempre fundamental, alguém sempre vai entrar e vai mudar a questão. Na política também é assim.

Carlos Lacerda

Alguma vez durante a campanha de 60 o senhor entrevistou Carlos Lacerda? Como ele tratava um repórter favorável a Sérgio Magalhães?

Bem. O meu relacionamento com ele era bom. Agora, eu tinha um cuidado especial, porque era um sujeito difícil. Quando você se aproximava, ele tinha algo de estranho no olhar. Você se sentia como se fosse discutir um assunto meio polêmico com um grande pugilista. De repente você começava a se policiar, começava a tomar mais cuidado... Com o Lacerda você tinha que ter cuidado, porque ele só via a figura dele.

Carlos Lacerda foi um gênio, um dos maiores oradores que o parlamento já teve, um administrador excelente no Rio de Janeiro, mas democrata, ele nunca foi. Em 50 escreveu um artigo dizendo que Getúlio não devia ser candidato, se fosse candidato não devia ser eleito, se fosse eleito não devia tomar posse, e se tomasse posse não devia chegar ao final do governo. Em 55 perdeu a eleição com o Juarez Távora, a quem também só apoiou no final, e moveu-se contra a posse do Juscelino, criando o conflito de 11 e 21 de novembro. Em 60, venceu. Em 61 não queria a posse do João Goulart, cercou o *Correio da Manhã*, censurou a imprensa — botou como censor o Ascendino Leite, a quem depois deu um cartório; uma coisa vergonhosa um jornalista ser censor, uma coisa infame. Depois, em 64, o Jango caiu. Em 65 ele foi contra a posse do Negrão. Getúlio, Juscelino, Jango e Negrão: quatro. Investiu contra o Castelo, terminou criando o conflito do Ato 2, e aí desmoronou. Era o candidato da UDN em 66, mas jogou tudo na água em 65 e acabou cassado pelo pro-

cesso.¹⁰ Quer dizer, esse homem, que tinha um talento enorme, que era um gênio, de democrata não tinha nada. O que define bem o Lacerda é o artigo do Carpeaux em 61 no *Correio da Manhã* censurado, chamado “Rei sem lei”: era o que ele era. Não tinha limites. Era de uma simpatia muito grande quando as coisas iam a favor dele e sempre apontava interesses escusos nos outros — está aí o livro do Murilo Melo Filho,¹¹ para comprovar o que estou dizendo. Era um homem difícil porque só via o caminho dele.

Meu relacionamento com ele nunca foi próximo, era de jornalista, como aconteceu em 64. Quem fez a entrevista com ele naquela hora fui eu. Lacerda pertencia a uma categoria de pessoas que na vida, quando a gente encontra, deve observar. Não serve nem como amigo nem como inimigo. A mesma coisa é o sujeito querer ser amigo de dono de jornal: não convém. É um conselho que eu dou, não procure ser. São pessoas poderosas, amanhã você faz 10 coisas mas eles vão querer a 11^a. Em uma você vai falhar. O computador não andou falhando aí na nave russa? Um dia você falha e cai em desgraça. Deve manter um relacionamento cordial, com o respeito humano que todos merecem, mas não confraternizar: isso é outra coisa. Respeito humano, você deve manter por qualquer pessoa, que exerça qualquer profissão, de bicheiro, de tudo. Agora, não vai confraternizar, chegar perto de um bicheiro e dizer: “Vamos almoçar no Antiquarius?” Jornalismo é manter um certo comportamento, ser íntimo não vale a pena.

¹⁰ Candidato virtual às eleições presidenciais de 1965, Carlos Lacerda começou a se afastar de Castelo Branco quando, em 22 de julho de 1964, o Congresso aprovou o adiamento das eleições para 1966 e a prorrogação do mandato de Castelo até março de 1967. Diante da vitória, em 1965, dos candidatos oposicionistas aos governos da Guanabara (Negrao de Lima) e Minas Gerais (Israel Pinheiro), Lacerda manifestou-se contra a posse dos eleitos. As pressões no mesmo sentido vindas da linha dura militar levaram, em 27 de outubro de 1965, à edição do AI-2, que entre outras medidas extinguiu os partidos políticos e estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República. Vendo suas pretensões desmoronarem, Lacerda ainda tentou articular a Frente Ampla, de oposição ao governo militar, cujas atividades foram contudo proibidas. Editado o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, Lacerda foi preso no dia seguinte. Uma semana depois foi solto, mas no dia 30 de dezembro teve os direitos políticos cassados por 10 anos. Ver *DHBB*, op. cit.

¹¹ O livro intitula-se *Testemunho político* (Rio de Janeiro, Bloch, 1997).

As vezes em que estive com Carlos Lacerda sempre foram boas, nunca tive nenhum problema maior, mas sempre tive um certo receio porque ele não deixava você à vontade. Era uma personalidade muito forte, como se fosse, no lado feminino, uma Greta Garbo. Se você fosse almoçar com a Greta Garbo, ia acabar sem graça. As personalidades muito fortes criam uma barreira: Lacerda, Greta Garbo, Orson Welles, pessoas assim. Outros não, deixam você à vontade: Brizola, por exemplo, deixa à vontade o interlocutor.

Nas eleições de 60, no Rio, o Sérgio perdeu para o Lacerda por 23 mil votos. Em Minas, Tancredo Neves perdeu para o Magalhães Pinto por 25 mil votos, pela avalanche do Jânio. Vinte e três mil votos aqui e 25 mil votos em Minas formam os quase 50 mil votos que mudaram o Brasil, porque em 64 foram exatamente esses dois governadores, Lacerda e Magalhães Pinto, os responsáveis pelo movimento que derrubou João Goulart. A omissão do Jango e do Juscelino diante do Sérgio Magalhães acarretou a queda do Jango anos depois, e a partir daí o processo político mudou. Eles tinham medo da esquerda, mas o Sérgio agüentou firme, até mesmo a deposição do Jango, tendo sido traído por ele aqui. Juscelino não voltou porque não deu apoio ao Sérgio aqui. Porque se o Lacerda estivesse fora do governo, não teria sido o principal líder de 64 — Magalhães Pinto detonou, mas o principal líder foi Lacerda. Se o Lacerda tivesse perdido a eleição, não teria feito daqui o núcleo de insurreição, de oposição a João Goulart, como fez. Sem Lacerda aqui e sem Magalhães em Minas, não teria havido golpe algum.

O senhor atribui a liderança de Lacerda em 64 ao fato de ele ser o governador da Guanabara ou ao fato de ele ser Lacerda?

Às duas coisas. Porque a política e as eleições são como o Jockey Club, uma mistura do jóquei com o cavalo. Lacerda não poderia fazer a articulação que fez se não tivesse o governo na mão. Os recursos da Aliança para o Progresso que o Kennedy mandou dar para efeito político, para obras de abastecimento de água, túnel disso, túnel daquilo, foram fundamentais para aquele resultado administrativo espetacular que o Lacerda alcançou. Se ele não estivesse no governo, seria deputado, mas como iria se articular sem ter o que dar? Com ele no governo, o sistema empresarial pôde ser atendido. Uma obra aqui, uma obra ali, uma empreitada... A questão da empreiteira, da empreitada, da compra, do forneci-

mento, está intimamente ligada ao processo político. Quem procurar desvincular isso se dá mal na análise, porque não existe nada na política que não tenha interesse econômico envolvido. O que se quer, ou o que se deve querer, é que o interesse econômico seja como o colesterol: que vá até um limite. Não pode, amanhã, o sujeito dizer: “Eu quero 50% de comissão”. “Mas eu não posso” — diz o empreiteiro — “se é isso que você quer, eu tenho que dobrar o preço da obra.” “Então dobra...” Aí você vai fazer menos obras, vai dar menos empregos, vai construir muito menos, porque se você pega um preço e infla dessa maneira, ao invés de fazer duas obras, faz uma. Aí você está atrasando o processo de desenvolvimento. Então há um limite. Agora, não há condição de afastar o interesse econômico do processo político, porque ele só existe por isso. A política é uma guerra sem sangue e a guerra é uma política sangrenta. Não há como desvincular isso. Lacerda se fortaleceu politicamente porque tinha o que dar no governo da Guanabara. E a vitória do Lacerda no Rio em 60 terminou acarretando o fim da possibilidade de o Juscelino voltar ao governo em 65. Se fosse Sérgio Magalhães o governador, poderia haver confusões muito grandes, certamente haveria, mas não seria provável um desfecho como o do movimento de 31 de março ou 1º de abril.

A renúncia de Jânio Quadros

A renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, pegou a imprensa de surpresa?

Pegou. Mas logo acreditei quando ouvi a notícia, porque havia precedentes. O livro do Murilo Melo Filho, que acabou de ser lançado, é muito melhor sobre esse episódio do que o do Castello,¹² que não diz nada. Não sei por que o Castello se bloqueou. É preciso lembrar o seguinte: Jânio condecorou o Guevara numa sexta-feira em Brasília. Lacerda, aqui no Rio, no Palácio Guanabara, dá a chave da cidade ao líder anticastrista Manuel Verona, orador também espetacular, que faz um discurso arrebatado. Nessa solenidade — estávamos lá cobrindo — estava presente o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Cordeiro de Farias, herói da

¹² Trata-se de *Militares no poder*, de Carlos Castello Branco (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978).

FEB, principal responsável na área militar pelo alinhamento do Brasil com os Aliados — foram Oswaldo Aranha na área civil e Cordeiro de Farias na área militar. Jânio Quadros então telefona — já estava no Rio — e convoca Lacerda imediatamente ao Palácio Laranjeiras. Lacerda sai num Galaxy em disparada, com a fisionomia preocupada, tensa, e vai para o Laranjeiras. Nós fomos atrás — o *Correio da Manhã* tinha uma Rural grande —, mas não pudemos entrar, é natural. Lacerda na saída não quis parar o carro para falar com ninguém. Jânio também não quis dar opinião nenhuma — acho até que foi o erro dele, porque a imprensa, no fundo, não é apenas a notícia; ela é também o comprometimento coletivo, porque se uma coisa sai publicada no jornal, você não se sente à vontade de dizer que não sabia. Aquele que é personagem da coisa não pode achar ou supor que você não sabe, tem que agir de maneira diferente porque aquilo foi publicado. As especulações então começaram, na noite de sábado para domingo. Acho que era dia 20 de agosto.

Na noite do dia 23 ou 24 — Murilo Melo Filho acha que foi dia 24, eu tenho dúvida se foi 23 — Lacerda vai à TV Tupi fazer um pronunciamento e diz, textualmente, que foi convidado pelo presidente Jânio Quadros para participar de um golpe. Ainda por cima vai a detalhes, diz que Jânio e Pedroso Horta lhe tinham solicitado uma coleção de artigos que ele tinha escrito em 54, 55, na *Tribuna da Imprensa*, pedindo o adiamento das eleições por um prazo de dois anos, para “desintoxicar” o país. Ora, se um governador diz publicamente que foi convidado para um golpe, o Congresso todo se reúne, é evidente. Um golpe é o fechamento do Legislativo, é o fim dos mandatos, é o fim da democracia.

No dia seguinte, ou dois dias depois — dia 25 foi uma quinta-feira, disso eu me lembro bem —, às 10 e meia, 11 horas da manhã, o presidente renunciou. A notícia chegou ao meio-dia e pouco no Rio e causou perplexidade. Alguns acharam que era uma manobra para o povo ir às ruas exigir a volta do Jânio, mas eu senti, quando o Congresso imediatamente aceitou a renúncia, que aquilo era a consequência e também a seqüência da denúncia da véspera do Lacerda. O Congresso tinha que aceitar, não podia chegar e dizer “não aceito a renúncia”! O sujeito renunciou, renunciou! É claro que a renúncia criou uma comoção, surpreendeu. Mas um jornalista profissional que tivesse visto na véspera o Lacerda dizer aquilo certamente sentiria, como nós sentimos, que a crise teria que ter um desfecho muito forte. Não é possível um governador ir à televisão e dizer que foi convidado para um golpe contra as instituições democráticas, e isso não

ter uma consequência, ficar no “não, eu não disse isso, não sei o quê...” Não pode, é uma coisa de tal forma grave que tem que ter um reflexo profundo. Começou-se então a achar que a afirmação dramática do Lacerda, naquela noite na televisão, talvez tenha até impedido o golpe do Jânio.

Até aquele momento tinha-se alguma idéia de que havia um golpe em andamento?

Não, mas naquela tarde de quinta-feira essa impressão imediatamente tomou conta da redação. O que a redação sentia até ali era que ia haver um desfecho dramático. Mesmo eu, na ocasião com 27 anos — hoje que tenho 63 a visão das coisas fica tão transparente que até perde a graça —, sentia que não se poderia sair daquele redemoinho sem uma coisa surpreendente. Teria que haver alguma coisa. Evidentemente eu não ia pensar na renúncia, mas estava com a excitação nervosa que os jornalistas normalmente têm na expectativa de um desfecho. Tanto é que todo mundo, naquele dia, chegou cedo na redação. O horário normal de chegar seria mais tarde, mas ao meio-dia o restaurante estava cheio de jornalistas políticos. Brasília também estava a postos, porque a coisa estava mesmo efervescente. Agora, o que aconteceu foi isso: Jânio Quadros, eu não tenho dúvida, tentou fechar tudo.

Outro problema que se colocou naquele momento foi a posse de João Goulart.¹³ O Correio da Manhã apoiou a posse de Jango? Quem era o redator-chefe na época?

O *Correio* apoiou a posse do Jango. O redator-chefe era Luís Alberto Bahia,¹⁴ mas o Bahia estava na Europa, e em seu lugar tinha fica-

¹³ A crise desencadeada com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, se agravou com o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart, então em viagem à China. O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, também era contra a posse. Procurando uma solução constitucional para o impasse, o Congresso aprovou em 2 de setembro o ato adicional que instituía o regime parlamentarista no país. Finalmente, em 7 de setembro de 1961, Goulart assumiu a presidência da República. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁴ Luís Alberto Bahia foi redator-chefe do *Correio da Manhã* de fevereiro de 1959 a fevereiro de 1962. Ver Jeferson de Andrade, *Um jornal assassinado; a última batalha do Correio da Manhã* (em colaboração com Joel Silveira. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991).

do o Aluísio Branco. O Aluísio — morreu já, era meu amigo — era um jornalista excepcional, mas não se sentiu bem na posição de redator-chefe. Sentiu-se muito assustado com a responsabilidade de ter que dirigir a redação numa situação daquelas. Conseguiu contato com o Bahia, que chegou no dia seguinte, para alívio dele e de todos nós. O Branco estava muito preocupado mesmo, era um homem competente mas não tinha formação política. Conduzir o jornal num momento em que já havia ameaça de cerco era uma coisa pesada demais para ele.

Como foi essa história do cerco ao Correio da Manhã?

O Bahia chegou e resolveu rodar a edição desafiando a censura do Lacerda. Tinha vindo a comunicação de que o jornal estava censurado e de que a edição teria que ser levada ao Ascendino Leite, editorialista do *Diário de Notícias*, que estava instalado num gabinete na chefia de polícia ali ao lado. Aquilo não tinha base legal nenhuma, Lacerda não respeitava a lei — daí o artigo do Carpeaux, “Rei sem lei”. Mandaram levar a edição ao Ascendino, e o Bahia se recusou: “Não levo!” A PM chegou e cercou a redação, chutaram os jornais, impediram a distribuição às bancas... Por duas noites o Bahia mandou rodar a edição, e o jornal foi apreendido. No dia seguinte, afrouxavam o cerco a partir das 11 horas da manhã, e a gente saía e distribuía de graça: eu, o Cony, o Louzeiro, o Fuad Atala, o próprio Aluísio Branco...

Como a população reagia a essa distribuição?

A procura pela população era total. As pessoas saíam atrás do jornal, e a gente ia dando. Alguns até foram presos, levaram advertência.

Como ficaram os outros jornais?

Estavam censurados também. O *Globo* nem pensar, Lacerda não ia censurar O *Globo*. O *Jornal do Brasil* também não. Mas o *Diário de Notícias* sofreu censura. O *Correio da Manhã* era o mais visado porque era um jornal de tradição mais independente desde o episódio da *Última Hora*. Quando o Lacerda queria fechar a *Última Hora* e cobrar as dívidas, o *Correio da Manhã* fez um editorial dizendo: “Não senhor, se vai executar a dívida, executa todo mundo, não só o Wainer”. E olha que o Paulo Bittencourt tinha até desprezo pelo Wainer — o próprio

Wainer diz isso no livro dele —,¹⁵ porque era um homem que estudou em Oxford etc. Depois, quando a *Última Hora* ia mesmo ser executada pelo Banco do Brasil, e o Wainer conseguiu pagar a dívida com a ajuda de grupos como o do Ermírio de Moraes, o velho, do Matarazzo e do Moreira Sales, o Lacerda ficou uma fera. Ele sabia quem tinha pago — nos bastidores tudo se sabe, segredo não existe — mas começou a exigir: “Tem que dizer quem pagou!” E o *Correio da Manhã* botou um editorial: “Absolutamente. O sujeito deve ao banco, chegou com o dinheiro lá, pagou, o banco não pode exigir saber quem pagou. Esse é um direito que o devedor tem. Ele era cobrado de quê? Da dívida. Pagou a dívida, encerrou o assunto. Se alguém pagou por ele, tudo bem. Lacerda não tem o direito de saber isso”. Houve outras brigas ainda entre o Lacerda e o *Correio da Manhã*. Na crise de agosto de 54, ele queria reunir a imprensa no regimento da rua Evaristo da Veiga, onde estavam presos os acusados do atentado da Toneleros, e dar a versão dele. O *Correio da Manhã* rejeitou aquela versão de apenas uma das partes e não quis cobrir. Quando o *Correio* apoiou a candidatura do Juscelino, Lacerda escreveu um editorial na *Tribuna da Imprensa*, “*Delirium tremens*”, numa alusão ao fato de Paulo Bittencourt às vezes se apresentar embriagado. Paulo Bittencourt respondeu: “Pobre rapaz, pobre coitado, pobre diabo...”

Essas posições é que fizeram do *Correio*, mais uma vez, num momento de crise, o foco central da preocupação do Lacerda. Quando o Lacerda cercou o jornal, o Bahia rompeu e arranjou um inimigo. Lacerda agia muito nos bastidores para substituir redator-chefe, substituir redator político, substituir colunistas, intrigar pessoas. Isso está no livro do Murilo Melo Filho: ele gostava de dizer uma coisa e fazer outra, de deixar armadilhas no caminho para o sujeito. Há muitas pessoas, jornalistas, que têm amargas queixas dele.

Assim foi 61. O jornal teve uma posição brilhante a favor da posse do Jango e veio através do tempo com ele, até um determinado momento, quando o Bahia foi substituído. Aí a posição do jornal mudou novamente e começou a se alinhar com o Lacerda.

¹⁵ Trata-se de *Minha razão de viver* (Rio de Janeiro, Record, 1987).

O *Correio da Manhã* na entrada dos anos 60

Como era, para o senhor, trabalhar no Correio da Manhã nesse início dos anos 60, com todas essas crises e mudanças de posição do jornal?

Eu tinha um relacionamento muito bom com o Bahia, que era uma figura admirável. A redação tinha homens como Carpeaux, o maior editorialista de todos, Franklin de Oliveira... Dos grandes editorialistas, Franklin de Oliveira é o único vivo. Morreu Carpeaux, morreu Macedo Soares, do *Diário Carioca*, morreu Álvaro Lins, do *Correio da Manhã* também, morreu João Neves da Fontoura, do *Globo*: a meu ver, são esses cinco os grandes editorialistas da imprensa de todos os tempos. Existem outros muito bons, como o José Lino Grünewald, mas esses eram como, no cinema, Fred Astaire e Gene Kelly, ou no futebol, Pelé e Garrincha.

Bahia e Carpeaux injetavam entusiasmo na redação. E veio a nossa juventude, entusiasmada. Aprendemos muito, porque é assim que se aprende, no processo, sem saber que se está aprendendo. Dou pouca importância a esse negócio de aula, você aprende é quando se emociona. É a mesma coisa que o relacionamento com mulher: se você não se emocionar de alguma maneira, não vai funcionar, acaba logo adiante. Tem que haver um impulso, você tem que sentir uma emoção quando faz alguma coisa. A profissão da pessoa é assim também. E a redação do *Correio da Manhã* passava essa emoção, havia essas figuras do seu lado.

Havia, na música, o Nogueira França; nas artes plásticas, o Jayme Maurício; no cinema, o Moniz Viana — esse era lacerdista doente. Eram pessoas de fato brilhantes. Você podia até discordar, mas elas emprestavam um brilho muito grande às coisas que faziam. O *Correio da Manhã* era um lugar para onde você se dirigia e se sentia bem. Era como se você fosse a um jogo de futebol, como se fosse encontrar com uma mulher bonita, como se fosse ver um filme do Humphrey Bogart. Você era envolvido pela redação. Lendo um artigo do Carpeaux ou vendo um filme do Humphrey Bogart, em determinado momento você dizia: que chato que esse filme vai acabar, que chato que esse artigo vai acabar, queria que continuasse mais tempo. Você não conseguia sair da coisa com facilidade. O *Correio da Manhã* era assim, você ia para lá com uma disposição alegre. Você até se esquecia de que recebia dinheiro! Até porque o salário era tão baixo que, almoçando pela rua e jantando quando

saía, se fizesse as contas, no final do mês você tinha pago para trabalhar. Mas ninguém se preocupava com isso, tal era o prazer de estar naquela redação, participando daquele espaço, daquela envolvimento.

A briga entre Lacerda e Jango marcou muito a imprensa carioca nesse período, não?

Marcou a imprensa brasileira. Naquele tempo eram os jornais cariocas que dominavam a imprensa brasileira. Em Brasília mesmo, importantes eram os jornais do Rio, o *Correio da Manhã*, o *Globo*, o *Jornal do Brasil*. O *Jornal do Brasil* era mais fraco naquela ocasião.

O Correio da Manhã em 1961 brigou com Lacerda e apoiou Jango, mas depois da saída de Luís Alberto Bahia afastou-se de Jango e voltou a apoiar Lacerda. A simples troca de um redator-chefe podia mudar tão profundamente a linha do jornal?

Podia. Quando o Bahia saiu, começou uma situação um pouco equívoca. Primeiro entrou o Moniz Viana. Foi péssimo, saiu-se mal como redator-chefe porque, embora fosse um homem de talento, era muito nervoso para dirigir o jornal e, além disso, não tinha uma visão universal, tinha uma visão lacerdistas. Mas ele não mandava sozinho. Eram ele, o Gildo Lopes, que entrou não sei como, era uma figura secundária no jornal embora bom redator, e o Jorge Serpa, eminência parda que agora parece que andou pelo *Globo*. É um homem que escreveu artigos para presidentes da República, que atua muito na área empresarial e na área de bastidores. Ninguém deve subestimar a capacidade de uma pessoa que atua nos bastidores econômicos. Isso é uma arte como outra qualquer. Eu, se me meter a fazer isso, será um fracasso, não serci levado a sério, o sujeito nem vai querer diálogo comigo. É uma questão de linguagem. Serpa tinha essa linguagem e mandava muito. Veio com uma posição de ora noticiar o Jango, ora criticar, mas de repente houve um fechamento anti-Jango.

Algum episódio provocou isso?

As greves. Era greve todo dia. Estava havendo uma média de duas greves por semana, a torto e a direito. Um maquinista da ferrovia bebeu, foi preso, greve. Os gabinetes do Jango, que não conseguiam se con-

solidar... Tancredo se afastou com um pronunciamento até muito importante na PUC, que eu cobri para o *Correio*, sobre a dicotomia do poder. Para ele, a dicotomia que havia era uma coisa insustentável, era a raiz da crise. Mencionei isso anos depois, e o engraçado é que ele tinha esquecido dessa conferência na PUC. Foi um acontecimento da maior importância, era o início do fim do parlamentarismo. Depois veio o plebiscito de 6 de janeiro de 1963, a vitória do presidencialismo por 90%...

O jornal ainda manteve uma posição de destaque, embora já não tivesse mais a força que tinha, porque o que dá força a um jornal, e o que faz o editorialista ser bom, é ele se sentir um personagem de Dumas pai. Ele tem que sair na rua com aquela roupa de mosqueteiro, com uma espada, e ir ao encontro dos poderosos... Tem que ser um homem de origem boa, para ter uma altivez dentro de si — o sujeito que nasceu de forma muito humilde dificilmente tem isso; pode ter, mas é mais difícil —, e tem que ser alguém que não queira ficar rico, porque se quiser ficar rico não confronta o poder, vai acabar aderindo, vai acabar — Hélio Fernandes criou uma expressão muito boa — “governalista”, ou seja, jornalista do governo. O editorialista tem que ser um espadachim, alguém que venha enfrentar o poder, com o *panache*, com as plumas, e com altivez de linguagem, sem ofender, como David Nasser, mas com uma atitude muito firme, como Carpeaux, como Franklin de Oliveira, como Álvaro Lins, como Neves da Fontoura, como Macedo Soares.

Dirigir uma redação de jornal é uma coisa universal, você não pode privilegiar só a política, tem que pensar também nos milhares de leitores que não suportam política. Há outros que não querem saber de cinema, querem saber de política. Um jornal grande é um universo. É como uma universidade, tem que ser universal, tem que ser abrangente. São vários os públicos contidos dentro do jornal. Você tem que representar essas pessoas nas suas páginas, com a qualidade que as coisas têm que ter. Você tem que ter a visão do processo. Isso ninguém ensina a ninguém. Acho que a melhor prova de jornalismo que poderia haver seria pegar um assunto, entregar maciçamente aos alunos e dizer: editem uma página com isto aqui. Vamos ver qual é a paisagem que o aluno dá àquela matéria-prima. O jornalismo também é a paisagem, a percepção do mais importante, do mais abrangente. O jornalismo, no fundo, é uma indústria de transformação. É como se fosse uma metalurgia, vem a chapa de aço de um lado, e sai a peça do carro do outro. Essa é a fun-

ção do jornalista: ele é um metalúrgico da idéia, da comunicação. Vai ser sempre uma ponte de comunicação com a sociedade, uma ponte entre o ontem e o amanhã.

Uma das características políticas da cidade do Rio de Janeiro é a polarização, que nos anos 50 e 60 se refletia muito nitidamente nos jornais. A Tribuna da Imprensa tinha o público do Lacerda, a Última Hora tinha o público do Getúlio e depois do Jango. Será que essa sua perspectiva da universalização do jornal é devida à sua formação no Correio da Manhã, que de certa maneira procurava diluir essa polaridade?

Acho que sim. É verdade, esses dois jornais, *Tribuna* e *Última Hora*, eram marcados pela paixão. E nem sempre a verdade está contida aí. De repente o sujeito extrapolava com invenções. A *Última Hora* tinha manchetes fantásticas, teve manchetistas ótimos através do tempo. Eu me lembro de que em 1965, um dia, o Negrão passou num comício na rua, no centro da cidade, e foi uma apoteose. A *Última Hora* abriu no dia seguinte: "Faltam seis dias para a libertação: vitória popular já nas ruas". Era assim. Ela usava esses títulos com dois pontos, que o *Diário Carioca* tinha criado e que davam um ritmo muito bom às frases do jornal. Em 1960, houve uma confusão na Faculdade de Direito, e a manchete da *Última Hora* foi fantástica: "Lacerda escorraçado: sangue de estudantes no rastro da rua". Vejam o ritmo! A *Tribuna* não tinha manchetistas tão bons.

Naquela época havia realmente uma polaridade no Rio, e a *Última Hora* e a *Tribuna* eram parte disso. Mas os outros jornais não tinham isso nesse grau. Eu me lembro de uma manchete da *Luta Democrática* que parecia até um samba de Noel Rosa... O sujeito mancheteou assim: "Chegou em casa, pensou que a mulher estivesse com dor de dente e foram os três parar na delegacia". Isso é fantástico, nunca esqueci! O sujeito chegou em casa, a mulher estava "ai, ai, ai", ele disse: "Ah, coitadinha, está com dor de dente, vou socorrer", mas quando abriu a porta, dizia o texto, "deparou-se com o inusitado da cena"... É um gênio, o cara que fez esse título!

Já as manchetes do Correio da Manhã eram discretíssimas.

Muito ruins.

Na maioria das vezes era assunto internacional.

Totalmente. Nós só podíamos manchetar firme na “última”, como chamávamos, que era a página nobre do jornal local, porque o Paulo Bittencourt só queria, na primeira página, noticiário internacional. Notícia nacional, só numa eleição, num negócio assim, porque ele tinha uma visão muito aristocrática, era um homem que estudou em Oxford, era amigo do Maurício Nabuco etc. Então ele atribuía às coisas internacionais uma importância muito maior do que às coisas nacionais.

No *Jornal do Brasil*, naquela época, um pouco antes, a primeira página era quase toda de classificados, com uma coluna para o noticiário aberto. O *Globo* vinha com assuntos locais, o *Diário de Notícias* com assuntos locais. Mas a vibração da manchete vinha mais com o *Diário Carioca* com os dois pontos, que foram uma grande reforma na imprensa. Os dois pontos realmente encurtaram, deram um ritmo, uma velocidade, uma força aos títulos que eles não tinham antes. Até porque você utilizava os dois pontos quase tirando o verbo do texto. E assim tinha mais disponibilidade de espaço para jogar o que queria. Foi um grande avanço, nós usamos muito isso depois.

*Houve mudanças no Correio da Manhã após a morte de Paulo Bittencourt em 1963?*¹⁶

Sim. Mas antes o próprio Paulo Bittencourt mudou, tirou o Moniz Viana. O Serpa articulou a entrada do Jânio de Freitas¹⁷ numa composição com o Banco Nacional, do Magalhães Pinto. Com Jânio de Freitas o jornal fez uma reforma graficamente bonita, mas deslocou a página de opinião da sexta para a última e botou um fio duplo que encareceu muito o custo. Embora eu não tenha sido especialista na atividade industrial do jornal, achei que encareceu. Já eu sou um camarada na vida a favor da simplificação. Hoje estou mais consciente disso do que nunca e não vou atrás de afirmações seja de quem for, principalmente de intelectuais

¹⁶ Com o falecimento de Paulo Bittencourt em agosto de 1963, a direção do *Correio da Manhã* passou à sua segunda mulher, Niomar Moniz Sodré Bittencourt. Ver DHBB, op. cit.

¹⁷ Jânio de Freitas foi redator-chefe do *Correio da Manhã* de maio a novembro de 1963. Ver Jeferson de Andrade, *Um jornal assassinado*, op. cit.

e cientistas, porque todos eles têm muitos interesses, e é natural que tenham, mas você verifica que eles dizem verdadeiros absurdos.

Parece que as mudanças não lhe agradaram...

Jânio de Freitas fez uma mudança boa, botou o claro-escuro bem, mas foi além e descaracterizou os lugares do jornal. Como mais tarde fez o Reinaldo Jardim, que também era da equipe dele na ocasião. Jânio de Freitas depois foi substituído pelo Osvaldo Peralva, que terminou levando o jornal à morte em 1969.¹⁸

O golpe de 64

Em 1961, quando Jânio renunciou, o senhor percebeu que algo estava para acontecer. Em 1964, o senhor percebeu que Jango estava para ser deposto?

Sim, você sentia nitidamente que o Jango estava perdendo o controle da situação. Conheci o Jango, era um sujeito formidável, queria que todo mundo fosse rico, recebia pessoas até quase desconhecidas em casa, assinava autorizações, financiamentos de imóveis etc. Mas de repente mandava uma mensagem de estado de sítio ao Congresso e retirava a mensagem de estado de sítio... O projeto de regulamentação da remessa de lucros para o exterior do Sérgio Magalhães, aprovado em 1962, só foi transformado em lei porque foi sancionado pelo presidente do Congresso. Jango não sancionou nem vetou, deixou passar os 15 dias constitucionais do prazo. Vejam o comportamento dele: era um assunto difícil, e ele quis tirar o pé da bola dividida. Não quero falar mal do Jango, mas embora fosse imbuído do sentimento de necessidade das reformas, ele preferia se encontrar com uma vedete de teatro: "Arranja um apartamento, telefona para ela, manda vir aqui, que mulher boa, espetacular, você viu as coxas dela, telefona..." Era um homem assim, preocupado com coisas des-

¹⁸ Em 1969 o *Correio da Manhã* foi arrendado por Niomar Moniz Sodré Bittencourt, por um prazo de cinco anos, a um grupo liderado por Maurício Nunes de Alencar, irmão de Marcello Alencar, ligado à Companhia Metropolitana, uma das maiores empreiteiras de obras do país. O jornal só deixaria de circular em 8 de julho de 1974. Ver "A crise do *Correio da Manhã*", à página 154.

se tipo, que gostaria de lidar com questões mais simples, mais amenas. Embora gostasse do poder, desgostava das dificuldades do poder. A dificuldade excitava o Juscelino, por exemplo. Mas brochava o Jango. Ele não respondia bem aos desafios de uma altitude maior.

E era importante perceber isso. Isso é uma coisa que eu digo até na minha casa, às minhas filhas: o importante é justamente a percepção das coisas, que só a atividade dá, não é você se guiar pelo que está no livro ou pelo que disse fulano ou beltrano. Eu, aliás, tenho horror no jornalismo a quem escreve artigos como escrevia o Otto Lara Resende: cita aqui, cita ali, o artigo depois é um emaranhado de citações. Merquior é outro, horrível, nunca consegui passar do segundo parágrafo lendo esse homem que é considerado um gênio. É que não são as opiniões deles. Aliás, a Marilena Chauí, no caso do Merquior, pegou bem, era um compilador de opiniões alheias, não dava a opinião dele. Isso não pode! O sujeito tem que dar a sua opinião, e não ficar repetindo, porque você não tem a cabeça do Malraux, nem do Sartre, nem de ninguém. Você tem é que sentir no ar a aptidão de cada pessoa, sentir no ar para onde a coisa está se dirigindo. E você sente isso na política nitidamente, como sente no casamento. Quantas vezes você está almoçando ou jantando com uma mulher, de repente há uma pausa que demora uns segundos a mais do que normalmente seria, e você sente que dali a uns dois ou três almoços você vai se afastar da pessoa ou a pessoa vai se afastar de você? Isso não está no livro. Você sente na atmosfera, porque as coisas não são apenas os fatos que estão ali escritos, são atmosfera. Na política é a mesma coisa: de repente você sente no ar, não sabe por quê, que a situação não está boa para aquele político.

Jango é o exemplo típico: você sentia que ele estava desnorteado, já estava dizendo coisas que não eram da personalidade dele, estava atemorizado, acovardado, querendo sair fora do problema, da situação, da circunstância. Anos depois, Pinheiro Neto disse isso no livro dele. Do livro do Pinheiro Neto sobre o Juscelino eu não gosto, mas o do Jango é bom porque a densidade do problema conduziu até a narrativa.¹⁹ Ali é narrado o encontro na cobertura do Tancredo ou do Balbino em Copacaba-

¹⁹ Trata-se dos livros de João Pinheiro Neto, *Jango, um depoimento pessoal* (Rio de Janeiro, Record, 1993) e *Juscelino: uma história de amor* (Rio de Janeiro, Mauad, 1995).

na, em que estavam Tancredo, Balbino e João Pinheiro Neto esperando o Jango. Jango chegou para se consultar com Tancredo sobre o que deveria fazer. Você sente, pela narrativa do Pinheiro Neto, a perplexidade do presidente da República nos dias finais do seu governo. Eu mesmo acompanhei isso, no comício da Central do Brasil. Depois, pior ainda, no Automóvel Club.²⁰

O senhor entrou no Automóvel Club?

Sim, mas aí foi fácil, estava aberto a qualquer um. O esquema fechado foi no Clube Naval,²¹ onde entrei porque os caras pensaram que eu fosse um oficial. Não sou um sujeito desinibido, mas de vez em quando me dá um estalo. Pensei: não posso passar pela porta e olhar demais para os oficiais que estão tomando conta porque, se fizer isso, eles vão

²⁰ No comício realizado em 13 de março de 1964 em frente ao prédio do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, conhecido como comício da Central, ou das reformas, João Goulart discursou proclamando a necessidade de mudar a Constituição e assinou nesse sentido dois decretos: o de encampação das refinarias de petróleo privadas e o chamado decreto da Supra, considerado o primeiro passo para a concretização da reforma agrária. No dia 30 de março, Goulart compareceu à festa dos sargentos da PM, no Automóvel Club, e pronunciou discurso que foi considerado por seus opositores a “gota d’água”. Em 31 de março, teve início o movimento militar em Minas Gerais, com o deslocamento das tropas comandadas pelo general Mourão Filho. Ver *DHBB*, op. cit., e Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, orgs., *Visões do golpe; a memória militar sobre 1964* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994).

²¹ Em 25 de março de 1964, um grupo de marinheiros e fuzileiros navais liderados pelo cabo Anselmo, apesar da proibição do Ministério da Marinha, compareceu à sede do Sindicato dos Metalúrgicos para comemorar o segundo aniversário da sua associação. O ministro Sílvio Mota emitiu ordem de prisão contra os organizadores do evento e enviou ao seu encontro um destacamento de fuzileiros que, em lugar de proceder à prisão, aderiu ao levante com o apoio do comandante da corporação, o vice-almirante Cândido Aragão. A ordem de Goulart proibindo a invasão do local provocou o pedido de demissão do ministro Sílvio Mota, que no dia 27 seria substituído pelo almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. No dia 26 os marinheiros deixaram o Sindicato dos Metalúrgicos e foram presos, mas poucas horas depois foram anistiados. No dia 28, o Clube Naval entrou em assembléia permanente, tendo sido a primeira agremiação militar a se colocar ostensivamente contra o governo Goulart. Os associados lançaram um manifesto denunciando a rebelião dos marinheiros como um desrespeito à hierarquia militar. Ver *DHBB*, op. cit., e Maria Celina D’Araujo et alii, *Visões do golpe*, op. cit.

sentir que eu não sou oficial; não posso deixar de olhar, porque se tirar a cara vai chamar a atenção. Afinal entrei.

Lembrei nessa ocasião de uma frase sensacional que vale muito para a política, que está no *Scaramouche*. A história é fascinante: o pai do personagem tinha sido morto num duelo — antigamente na França os nobres sabiam esgrima, desafiavam os plebeus para um duelo e os matavam, porque os sujeitos não sabiam se defender. Então o Scaramouche tinha que aprender a duelar para vingar a morte do pai contra o sujeito que o matara, que era um nobre. Procurou um professor de esgrima, e o cara disse: “Seu motivo é justo, vou ensinar”. E aí a grande frase: “A espada é como um pássaro: se você apertar demais, sufoca, ele perde a flexibilidade; se soltar demais, ele foge da mão”. Então você tem que achar a sintonia fina, o meio-termo entre o apertado demais e o solto demais. E esse segredo ninguém pode ensinar, você é quem vai sentir como é. A política é assim, exige uma sintonia fina, como uma televisão pequena, um rádio portátil. Você às vezes sente que o negócio não está sintonizado, mas se lhe pedirem para teorizar sobre aquilo, não vai ser possível. É uma coisa sensível, você sente ou não sente. No Jango eu senti isso.

Naquela tarde, 28 de março — nunca me esqueço do dia porque era aniversário do meu avô que me criou, Pedro do Coutto, historiador, professor conhecido no Rio —, de repente me deu essa intuição de entrar no Clube Naval. Pedi ao carro do *Correio da Manhã* que não ficasse perto, porque eles não estavam admitindo a imprensa — o que era besteira, eles deviam querer a imprensa, porque só seriam fortes na medida em que divulgassem aquilo. Dessa minha ida ao Clube Naval resultou o relato na edição de 29 de março do *Correio da Manhã*, na primeira página, 60 linhas de alto a baixo, uma coluna. E foi manchete do jornal. O jornal ia rodar cedo, mas fui fazer essa matéria umas oito e meia da noite, nove. Foi uma intuição, senti aquilo, senti que o Jango caía ali, como senti quando ele mexeu com a hierarquia.

Era muita coisa junta. Ele mexeu com o capitalismo rural, que era muito mais conservador do que hoje, mexeu com o capitalismo urbano. Fez a desapropriação de Capuava — aliás é uma refinaria que é caveira-de-burro, porque todas as coisas em Capuava davam confusão, com Juscelino, com Jânio, com Jango —, assinou o decreto da Supra, dos açudes, rodovias, ferrovias. Mexeu com os proprietários, com os comerciantes, com a Igreja Católica, e ainda por cima com a classe média

urbana, que tinha medo do fantasma do comunismo. E como se não bastasse tudo isso, rompeu também com a hierarquia militar. Disse no Automóvel Club: “Não permitirei que em nome da disciplina sejam comedidas as maiores indisciplinas!” Quer dizer, estava recriminando os oficiais. Aí foi que a bomba estourou. Fora o fato de que quando chegou aquele cabo Anselmo, o ministro da Marinha, Paulo Mário da Cunha Rodrigues, teve de se levantar da mesa para apertar a mão dele. Isso os generais me disseram na noite do golpe — estavam vindo comigo para o Palácio Guanabara e espumavam de ódio: “Como é possível, um almirante, um oficial-general se levantar para apertar a mão de um cabo? Isso não existe! É o fim, estamos desmoralizados!”

O senhor foi para o Guanabara enviado pelo jornal? Daí a entrevista com Lacerda?

Sim. Nesse dia a ordem era cobrir a rua, e eu, como era repórter político, fui indicado para o Palácio Guanabara. Mas antes estive na rua, para sentir o clima. Fui a pé até a Cinelândia, porque não havia automóvel, não havia nada, os carros dos jornais também deviam se retrair porque era perigoso, não se sabia para que lado a coisa ia. Saí por ali, pela avenida Chile, e vim pela avenida Rio Branco. Alguém me disse: “Passa ali pela porta do Clube Militar”. Passei pelo Clube Militar e havia um protesto, na porta, contra o golpe, pessoas esculhambando. O clima estava tenso, quando alguém chegou na janela e atirou. Um tiro pegou um rapaz pretinho, magrinho, ao meu lado, e ele não sentiu. A bala penetrou na virilha. Ele saiu andando um pouco na minha frente, normalmente, mas, na altura do cinema Metro, caiu. O gerente mandava fechar as portas, e o pessoal queria abrir para socorrer o rapaz, porque o sangue escorria pela perna. O tiro foi dado da janela do Clube Militar, porque senão não pegava a virilha do rapaz.

Como não havia, da parte do pessoal do PTB, ou do governo, uma reação, só havia o almirante Aragão, cujo sonho era matar o Carlos Lacerda, querendo invadir o Guanabara, senti no ar que o Jango não tinha ordenado nenhuma ação militar. Sem o Jango ordenar uma ação militar, ficava difícil. Quando voltei ao *Correio da Manhã*, tive a sensação nítida de que o Jango tinha caído, porque a reação do governo não estava à altura da ameaça colocada com o Mourão Filho. Quando veio a notícia de que o Jango tinha deixado o Rio, tinha ido para Brasília e pa-

ra o Rio Grande do Sul, ficou claro o recuo. E se o Jango era o presidente e estava na posição da legalidade, qualquer recuo dele significava fraqueza. Ele não podia dar essa demonstração. Ficou liquidado no momento em que saiu do Palácio Laranjeiras.

Vocês acompanhavam as informações sobre os movimentos das tropas de Minas para o Rio?

Acompanhávamos. Essas rádios menores, comunitárias, que são muitas no Brasil, algumas até noticiaram. E nós tínhamos um rádio no *Correio da Manhã* que pegava bem. Foi nele que pegamos a Cadeia da Legalidade em 1961, do Brizola. Naqueles dias quase que eu cometo um erro, quando o Jango estava vindo. O erro seria meu, mas revi a tempo. Jango, ao chegar ao Rio Grande do Sul para ir para Brasília — embora o Aldo de Moura Andrade tivesse dito para ele vir tranqüilamente, havia a tal “operação mosquito”²² —, fez um pronunciamento no Palácio Piratini, ao lado do Brizola, muito bonito. Jango, quando se emocionava, falava muito bem. Podia não dizer nada, mas tinha emoção, era um emotivo. Morreu por isso, também. Mas ele terminou dizendo qualquer coisa que eu ouvi como “espero que as armas não falhem”. Quer dizer, seria uma afirmação no sentido do desfecho militar, de “vamos para a luta”. A sorte foi que eu fiquei na dúvida e pensei: isso não é do Jango. Ouvi a gravação de novo. Estava ao meu lado o Louzeiro, escritor, que era copidesque, e o Louzeiro também ficou em dúvida com a frase. Afinal pusemos “as armas não falem”, e assim ficou.

Sempre procurei a clareza da idéia, para que qualquer pessoa entendesse o que estava sendo dito. Como Carpeaux fazia no editorial. Uma criança de 11 anos ou um homem de 110 — era o orgulho dele — podiam entender facilmente aquilo que estava escrito, porque a idéia era clara, cristalina, assim como um copo d’água. A complexidade é outra coisa, é a definição do de Gaulle de política: é uma ação firme e forte em torno de uma idéia clara e simples. Algo extremamente complexo mas cujas formulações todas têm que ser claras, senão o sujeito pode es-

²² Operação planejada, mas não executada, por um grupo de oficiais da Aeronáutica, de ataque ao avião de João Goulart quando este estivesse chegando a Brasília. Ver *DHBB*, op. cit.

tar fazendo filosofia como Sartre, como Bertrand Russell, mas não está fazendo política.

Mas nós sentíamos, enfim, que o Jango tinha caído por isso, porque ele não comandava mais. As notícias que vinham pelo rádio a favor dele perdiam força. Para o locutor, seja lendo ou dizendo, é impossível mentir, porque o tom da voz vai traduzir a sua dúvida.

Por que o senhor foi indicado para fazer a entrevista com Lacerda num momento tão crítico? O senhor se ofereceu?

Não. Eu era um bom repórter político, e o chefe da reportagem na ocasião era o Alípio Monteiro — morreu recentemente, era meu amigo, foi até quem me botou no jornal. Ele confiava muito em mim e sempre achava que eu ia fazer bem a matéria política. Então disse: “Você vai e entrevista o Lacerda”. Lá fui eu. Alguns jornalistas chegaram depois, mas por acaso — a sorte às vezes me protege em algumas reportagens, como na do Clube Naval e nessa também — cheguei antes e falei com o Lacerda primeiro. Estavam ele, a mulher dele, dona Letícia, Armando Falcão, Rafael de Almeida Magalhães, Júlio de Mesquita, d’O *Estado de S. Paulo*... Não havia muitas pessoas na sala. Havia também um general de que me esqueço o nome, que foi conosco. Eu estava no *Correio da Manhã*, saímos, passamos de carro pela praia do Flamengo — naquele momento estavam quebrando o prédio da UNE, depredando tudo, demolindo, por pouco não pegaram naquele dia o José Serra, que era o presidente —, e entramos pela praia de Botafogo. Na esquina da rua Farani, o general se identificou. Como o *Correio da Manhã* estava apoiando a queda do Jango, o jornal estava bem com o Lacerda. Fui lá e fiz a entrevista com ele e com Armando Falcão.

Lacerda estava calmo? Ele gostava dessas situações de crise, não é?

Gostava, mas o risco físico o abalava. Lacerda estava nervoso, excitado, satisfeito com o resultado, falando muito na história do major Léo Etchegoyen, filho do general Alcides Etchegoyen, que entregou os tanques a ele. É que houve um temor, quando os tanques vieram pela rua Pinheiro Machado, de que fossem invadir o Guanabara. Muitas pessoas que estavam armadas no palácio para defender Carlos Lacerda sentiram que, no momento em que se aproximou o confronto, a coisa mudou. É

como no pugilismo: você antes diz que vai fazer e acontecer, mas quando chega a curta distância você sente o peso da realidade.

Durante a entrevista Lacerda falou muito sobre planos, em moralizar o país etc. Armando Falcão dava umas peruadas, e foi aí que eu senti a extensão e a profundidade do golpe, quando perguntei: "Mas o Congresso vai referendar o governo revolucionário?" Falcão cortou e disse: "Vai referendar, porque senão vão ser cassados os que não referendarem". Quando o Falcão usou essa expressão, senti que o sistema tinha-se deslocado muito para a área militar. E disse na redação à noite que dificilmente voltaria para a área civil.

Lacerda permitiu que a entrevista saísse na íntegra, houve alguma censura posterior?

Não, nenhuma. Ele estava satisfeitíssimo com o *Correio da Manhã*. Disse: "Esses editoriais, 'Basta!' e 'Fora!', foram editoriais dos bons tempos!"²³ Mal sabia ele que no dia seguinte, junto com a sua entrevista, sairia um artigo, "Pranto", que arrasava Carlos Lacerda. Era um artigo do Salim Simão, que já morreu. Dizia que o Lacerda, depois da revolução, tinha caído no pranto: "Trata-se de um covarde que não resistiu à tensão acumulada". No dia seguinte Lacerda já seria alvo do *Correio da Manhã*.

Mas naquele dia Lacerda estava muito satisfeito, com a sensação da vitória e da véspera do poder. Pouco depois, como já disse, chegaram outros jornalistas ao palácio, e chegou também o Magalhães Pinto. Magalhães deu uma entrevista, frisou que tinha uma responsabilidade muito grande, apontou quase como no anúncio, hoje, da número um, e disse: "Fui o primeiro a desencadear o movimento..." Lacerda ouviu aquilo e saiu obliquamente da sala. Parecia o *Júlio César* de Shakespeare, no cinema, dirigido por Manckiewicz; quem fazia o papel de Marco Antônio era até o Marlon Brando. Certamente Lacerda foi aos bastidores articular a compra do tempo da televisão, porque logo depois que o Magalhães encerrou, ele voltou e fez um pronunciamento. E já entrou em

²³ O editorial "Basta!", publicado em 31 de março de 1964, criticava duramente João Goulart, que estaria tomando para si, ao editar decretos-leis, as funções do Legislativo. "Fora!", publicado em 1º de abril, exigia a renúncia do presidente. Ver *DHBB*, op. cit.

atrito com Castelo Branco, porque terminou dizendo mais ou menos assim: "Sou seu companheiro, sou seu amigo e quero ser seu sucessor no palácio". Terminou assim a entrevista na televisão. Quer dizer, Lacerda já ficou ávido pelo poder.

Mas apostava no jogo eleitoral.

Exatamente. Mas usou o tom errado, falou sobre política externa e terminou dizendo aquilo. Deixou caracterizada a revolução como uma passagem, mas os grupos que assumiram o poder não estavam vendo a revolução daquela forma. Uma das coisas que alimentam e realimentam a política, e será eternamente assim, é que não existe no mundo, nunca existiu nem existirá, nenhum sistema de poder capaz de contentar a todos os grupos que o formam durante um tempo médio. Nunca houve isso, nem com Stalin, nem com Hitler, nem com Roosevelt, não há. A divergência sempre existirá. Naquela noite, surgiu logo uma contrariedade.

As eleições de 1965

Quer dizer que já no primeiro dia do golpe estava sendo posta na mesa a candidatura Lacerda 65.

Exatamente isso. Ele já vinha preparando a sua candidatura. Tinha sido homologado candidato em Niterói, na convenção da UDN. Queria a manutenção da eleição sem Juscelino, claro, porque do Juscelino ele não ganhava. A cassação do Juscelino eram favas contadas. Eu disse isso no jornal, alguns achavam que não. Eu disse: "Não adianta, Juscelino não vai emplacar, Juscelino é a vitória de todo o sistema que foi deposto há 15 dias. Eles não vão realizar eleições". E não realizaram mesmo.

Lacerda sempre enfrentou na vida adversários fortes, e um deles, muito forte, era ele próprio. A mesma coisa o Brizola: vejam as besteiras que o Brizola fez ao longo da vida, são catastróficas. Lacerda, ao se opor à posse do Negrão, esqueceu que, enfraquecendo o Castelo, sua candidatura à presidência poderia ser tragada. Como foi. Mas ele a entregou na bandeja ao ministro do Exército, Costa e Silva. Um vereador lá do subúrbio do Rio não tomaria aquela atitude. Um gênio tomou. Carlos La-

cerda viu a crise e, ao invés de absorver a derrota para o Negrão no Rio, quis partir para o tudo ou nada quando a candidatura dele à presidência da República ainda estava de pé. Bastava ele tentar fortalecer o Castelo contra aqueles que estavam contra a posse do Negrão e do Israel Pinheiro. Uma palavra do Lacerda esvaziaria o movimento.

Em 1965, na eleição para governador da Guanabara, o Correio da Manhã se colocou claramente a favor da campanha de Negrão de Lima. O senhor se envolveu nessa campanha pelo jornal ou pessoalmente?

Eu me envolvi duplamente. Eu me dava muito bem com o Negrão, e o roteiro principal do discurso que ele fez na convenção do PTB, quando afinal emplacou, era meu. Negrão era um homem muito civilizado: 46-1884, o telefone dele nunca saiu do catálogo, nem como prefeito, nem como governador, nem como chanceler. E ele atendia telefone. Um autor fez a peça *Eles não usam black-tie*; eu fiz um artigo, "Eles não atendem telefone". É a coisa mais difícil no Brasil. Você liga para um sujeito do poder e ele não dá volta, não dá bola, é uma coisa horrível. Vai você ligar para o chefe de uma seção aqui: "Diz que eu não estou, diz que já saí, hoje não volto, só volto terça-feira, fui para Brasília". Vem essa coisa de o sujeito armar uma cilada de pretextos para fugir, criando tensão para si e para os outros. Pega o telefone logo e vê o que é! Essa coisa clara falta ao brasileiro. Mas o Negrão não era assim. Alguém ligava para a casa dele: "Governador, não posso sair, está uma enchente aqui, lamento ter que incomodá-lo..." Ele: "Não, não, tem razão. O senhor é um contribuinte, paga impostos. Vou ver". Era um homem civilizado. E calmo. Das duas qualidades que os políticos mineiros tinham, uma era a integridade pessoal, a honestidade, e a outra, o conhecimento do quique da bola. Eles não se precipitavam. Faziam o oposto do Lacerda e do Brizola.

Quando Negrão foi escolhido candidato, era até o candidato do Castelo, porque interessava ao Castelo enfraquecer o Lacerda. Negrão então foi disputar uma convenção na sede do PTB, na rua Álvaro Alvim, num edifício baixo que já não existe mais, velhíssimo, horrível, com instalações precárias. No final da convenção estava dando Negrão e Roberto Gonçalves Lima para vice, mas roubaram a urna, agrediram o Lutero Vargas e jogaram as cédulas com os votos pela janela. Aliás, isso motivou uma frase sensacional do Lacerda no dia seguinte, manchete do *Diário de Notícias*.

Ele disse assim: “Roubaram a urna ontem. O que roubariam depois?” Não é fantástico? Lacerda era brilhantíssimo. Isso até intimidava, porque às vezes o sujeito ia discutir com ele, de repente ele pegava um trocadilho, e aquilo podia levar a pessoa ao ridículo. E havia também aquele olhar estranho que ele passava. Era uma presença desagradável a curta distância. Muito brilhante, mas desagradável. Você fazia a entrevista, achava bom, acompanhava, mas no fundo estava com vontade de encurtar aquele diálogo, tinha a sensação de que queria fazer a tarefa e sair dali.

Mas o PTB então fez uma segunda convenção, no Palácio Tiradentes, porque aquele prédio da Álvaro Alvim não agüentava, ia desabar, era horrível mesmo. E o Negrão perdeu para o Lott por quatro votos. Mas o Lott não emplacou, e fizeram uma outra convenção, em que o Negrão afinal ganhou disparado, com 90% dos votos. Faltavam 22 dias para a eleição, e pouca gente acreditava na vitória. À noite fomos à casa dele e vi — estava lembrando isso outro dia com o Humberto Braga, que foi nomeado por ele para o Tribunal de Contas — que só eu e o Humberto Braga acreditávamos na capacidade do Negrão de passar o Flexa em três semanas.

O Correio da Manhã mantinha a mesma norma de 60, ou seja, quem era Negrão cobria Negrão?

Sim: quem estivesse com o Negrão cobria o Negrão, e quem estivesse com o Flexa cobria o Flexa. Às vezes você cobria um mas ia ver o outro também. Por exemplo, no dia da eleição eu tinha passado na casa do Negrão e também passei pela casa do Flexa, para ver os dois. Lacerda chegou lá muito contrariado, o Flexa se levantou, encaminhou-se para ele, a mulher do Flexa também, e o Lacerda respondeu rispidamente. O Flexa tinha uma pesquisa da Marplan que dava a vitória a ele. Lacerda pegou a pesquisa, jogou no sofá e disse: “Pesquisa, só acredito na do Ibope”. E saiu porta afora. O Flexa acabou rompido com ele, porque eles tinham combinado que o Lacerda não se meteria na campanha, só falaria da parte administrativa, não politizaria o debate, porque politizando o debate vinha o fantasma de Getúlio Vargas. Mas o Lacerda não se conteve. Tinha aceitado a combinação, mas não podia se sentir fora da coisa.

Lacerda morreu — eu disse isso num artigo na *Tribuna* na ocasião —, seu coração parou, por falta de realimentação, que só o debate apaixonado e alucinado lhe proporcionava. Ele gostava daquilo. Tinha

uma maioria sólida na Assembléia Legislativa, mas um dia, não sei o que deu no homem, ele de manhã foi ao palácio, pegou a caneta e demitiu as chefias todas: Sami Jorge, Gonzaga da Gama, Levi Neves, não sei quem mais. Quando a sessão abriu, às duas horas da tarde, foi um cace-te só no Lacerda, um clima de revolta. Ele aí foi para a televisão, o outro foi para a Justiça... Ele queria era a coisa alucinada. Se você adormecesse o jogo, para ele não servia.

No começo, o Flexa vinha bem na pesquisa. Exatamente 15 dias antes da eleição, estive no Ibope, e a pesquisa dava 41 a 26. Mas aí fiz um comentário de que o Lacerda não gostou — não gostou, mas também não se irritou. Chamei a atenção para o fato de que a pesquisa ainda estava aberta, porque havia um índice de indefinição muito grande nas classes pobres, enquanto a classe média toda estava fechada com o Flexa. Se houvesse qualquer rastilho de pólvora que pudesse acender a emoção na classe pobre no final, o quadro poderia se equilibrar. Não previ a derrota do Lacerda, mas ele foi à televisão e tocou no assunto, respondendo. Quando deu 10 dias, ele contratou uma pesquisa do Ibope, exclusiva, e proibiu a divulgação. Eu ia todo dia ao Ibope, e eles já não estavam mais me dando informações. Senti que a coisa tinha endurecido. A pesquisa entretanto vazou. Uma noite, Edmundo Moniz, ou alguém, disse no jornal que a pesquisa tinha dado 39 a 39. Liguei para o Paulo Montenegro e ele ficou perplexo, ficou muito preocupado, porque a situação financeira da empresa não era boa, e ele certamente tinha medo de uma ruptura do contrato com o Lacerda. Ele me ligava de 10 em 10 minutos para a redação do *Correio da Manhã* perguntando se o *Correio* ia dar a matéria. E nós não demos. Mas o fato é que a pesquisa deu 39 a 39. Aí, é como na corrida de cavalo: quando quem vem de trás encosta, a tendência é passar. É muito difícil o ponteiro reacionar.

Quando o Lacerda sentiu que podia ser ultrapassado, bateu o desespero, e ele requisitou, contra a lei, um horário na TV Excelsior — foi matéria minha no *Correio da Manhã*, no espaço disponível da primeira página, umas 30 linhas: “Lacerda contra a lei admite derrota na TV”. Decretada a falência da Excelsior, o governo da Guanabara tinha sido encarregado pelo governo federal da sua administração. Lacerda não respeitava coisa nenhuma e, como havia sido indicado administrador da Excelsior, foi lá e fez um programa. Ele não podia falar no horário eleitoral! Eu participava mais tarde de um programa na TV Rio junto com Olivei-

ra Bastos, Carlos Chagas, Villas-Bôas, Wilson Figueiredo, Newton Rodrigues, e acabou dando confusão, vou explicar por quê.

Sentindo o 39 a 39, Lacerda achou que precisava revitalizar os lacerdistas, principalmente as mulheres — as mulheres tinham uma tesão no homem desgraçada! Ele mesmo deve ter dirigido o programa na TV Excelsior. Como tinha traduzido o *Júlio César* de Shakespeare — a tradução parece que era boa, tanto que o Carpeaux não escolheu —, conhecia bem o tema. Ficou num canto, fingindo que não sabia que estava no ar, mas estava. Aí a câmera vem, faz uma tomada oblíqua nele, cabeça baixa. Quando a câmera fez aquela tomada, eu me lembrei do Lawrence Olivier no *Ricardo III* de Shakespeare, quando ele diz: “Eu era um sujeito tão feio que até os cães fugiam à minha passagem...” Lacerda era a imagem do desânimo. Aí ele começou — os udenistas da redação ficaram perplexos, todo mundo assistindo: “Ué, está no ar?” Olhou a câmera em silêncio — foi bonito esse dia — e depois disse: “Não há dor pior” — com aquela voz que vinha de dentro, não era nem voz de garganta, era voz de cantor de ópera — “do que a dor do remorso”. Ai, meu Deus, e agora? Repetiu: “Não há dor pior do que a dor do remorso. Quando, nas torneiras, não houver mais água; quando, nas escolas públicas, não houver mais vagas” — aí levantou o tom — “quando os carros e camionetes oficiais voltarem a parar na porta dos restaurantes, das *boites*” — subiu mais ainda — “dos cabarés” — aí fez um gesto, apontando o dedo — “dos *rendez-vous*... E tudo isso para quê? Para entregar o governo da Guanabara a um ladrão!”

Foi uma bomba! Quando o Lacerda acabou de falar eram umas 10 horas, fiz a minha matéria rapidamente, peguei o carro e fui para o nosso programa na TV Rio, no Posto 6, onde hoje é o Cassino Atlântico. Negrão não agüentou — porque no meio do programa da Excelsior, além de o chamar de ladrão, Lacerda disse que o Negrão tinha ofendido a mãe dele — e partiu também para lá. O homem tremia mesmo, estava armado, se encontrasse o Lacerda, matava. Disse: “Nunca ofendi a mãe de ninguém! O que eu fiz, um dia, foi esta carta que *O Globo* publicou em 1956. Chamei o Lacerda de cáften da desgraça alheia, cortou os pulsos para não ir para o Exército!” E leu a carta. Àquela altura, a Justiça Eleitoral queria enquadrar o programa e a todos nós por causa da presença do Negrão. Um juiz do TRE andou chamando os participantes, mas a convocação não foi atendida e caiu no esquecimento.

O fato é que Lacerda confessou a derrota e, ao fazê-lo, o efeito foi o oposto do que ele pretendia. Ele pretendia criar um choque e reacender o udenismo. Mas não, acendeu os adversários. E Negrão então, em 10 dias, de 39, acabou fechando em 51.

Nessa espécie de debate torto pela televisão, Lacerda e Negrão alcançaram a mesma repercussão?

A repercussão do Lacerda na TV Excelsior foi grande, a do Negrão nem tanto, a não ser por notícias no dia seguinte, até porque o programa foi mais tarde. Mas Lacerda impactou porque desrespeitou a lei, convocou um canal que estava sob a administração do governo do estado — era o rei sem lei, era aquilo que o Carpeaux pegou. Ele foi brilhante no seu monólogo de Ricardo III, se inspirou nitidamente no Olivier, você vê no filme aquela coisa, as tomadas oblíquas, o modo de olhar e a frase “era tão feio que até os cães...”. Carlos Lacerda fez o teatro dele naquela noite, mesmo reconhecendo a derrota não resistiu à representação. Por isso é que eu digo que no fundo ele foi adversário de si mesmo. Não resistiu a 65. Se tivesse tido um pouco mais de calma não teria havido o Ato 2. Era só ele absorver a derrota.

A mudança do voto jovem, a partir da renúncia de Jânio, a que o senhor se referiu, foi muito importante para a vitória de Negrão?

Foi. Negrão conseguiu se sair bem na Zona Sul com o voto jovem, que foi, como eu disse, onde houve a mudança. Houve uma mudança abrupta na juventude com a renúncia do Jânio. Ela criou um choque, uma decepção entre os eleitores dele, mas terminou fortalecendo a idéia de 64, pelo seguinte: sem dúvida alguma, o grande divisor de águas da política até então era Getúlio Vargas. Os antivarguistas perderam em 30 para Vargas, perderam em 32, perderam em 34, perderam em 37; quatro derrotas. Derrubaram-no em 29 de outubro de 45, mas em 2 de dezembro Dutra venceu a eleição com o apoio dele. Muito bem, essa foi a quinta. Depois a sexta derrota, em 50, foi para o próprio Vargas. Em 54 ele se suicidou, mas o varguismo venceu com Juscelino em 55: sétima. Depois de sete derrotas políticas, os antivarguistas vencem nas urnas com Jânio Quadros. E o que o candidato vitorioso faz? Renuncia, e entrega o poder a quem? A um sujeito que tinha sido trazido para a política pelo próprio

Vargas! Há certos afetos que só se tem por um filho. Não sei que qualidades Getúlio Vargas identificou em João Goulart, mas estou com a peça do Nelson Rodrigues, *Álbum de família*: não abre o álbum de família, não, porque é um perigo, aparece tio que é pai, avô que é tio, sobrinho que é irmão, irmã que é mãe, é uma complicação. Enfim, o que eu quero dizer é que o processo de escolha de um homem político às vezes também tem caracteres afetivos, como teve esse.

Mas, então, o varguismo veio com vitórias sucessivas até João Goulart. Aí o sujeito não agüentava mais. "Pô, espera aí, depois de sete derrotas em 30 anos, quando um candidato nosso vence, ele próprio renuncia e entrega o poder ao varguismo! Vamos cair fora de eleição, porque isso não dá mais!" Se houvesse eleição, voltaria Juscelino, com as forças derrubadas em 64. Juscelino disparava em todas as pesquisas nas capitais, em 10 que o Ibope tinha feito, nove eram dele. Só em Niterói ganhava o Lacerda. E eu tinha a certeza de que Juscelino derrotaria o Lacerda até em Copacabana e Ipanema, pelo impulso, pela simpatia, pela capacidade de sedução, e pelo fato de que ele não vinha pedindo nada, o que é fundamental na vida humana. Pedir é sempre uma coisa horrível, é melhor você estar na posição de quem pode dar, pode atender a alguém. Juscelino não vinha pedindo voto, era um candidato oferecendo ao eleitorado a vitória, oferecendo uma possibilidade.

Quando mataram o Robert Kennedy na Califórnia, num hotel que ficou fechado até hoje na cidade de Los Angeles, como peça de museu, o que aconteceu? Ele tinha vencido a prévia na Califórnia, o reduto mais conservador do Partido Democrata, mais difícil para um candidato que era senador por Nova York, como ele. Faltava a prévia de Nova York, e quando ele chegasse lá, já chegaria embalado, não pedindo, e sim oferecendo. Vejam como isso é diferente na política. Travei esse diálogo com o próprio Juscelino num jantar na casa do Hélio de Almeida. Ele achava que estava certa a colocação que eu fazia, porque candidato é isso, tem que chegar dando, oferecendo perspectiva. Não é "vou contar com esse, vou contar com aquele". O candidato forte não conta com ninguém, os outros vêm depois, vêm na onda. Se começar a contar com esse, com aquele, não adianta, é pior, é negativo, se enfraquece. A história política no fundo é uma história humana. É apenas uma dimensão maior da vida de todos nós, das nossas dúvidas, dos nossos erros, acertos, fraquezas, avaliações e tudo mais que nos envolve e emociona. É esse o

problema. Sessenta e cinco foi a eleição em que Lacerda sepultou a própria candidatura. Conseguiu derrotar a si próprio. Perdeu ali.

Uma coisa que impressiona no seu relato da eleição de 1965 é a importância das pesquisas. E, particularmente, seu interesse por elas.

É verdade. Naquela época a *Última Hora* fez uma manchete em cima de uma matéria que eu tinha mandado para lá, muito interessante, sobre a pesquisa do Ibope. Paulo Montenegro disse: “Vamos fazer um prognóstico, você faz um texto e a gente manda para os jornais”. No dia seguinte, a manchete da *Última Hora* dizia, em letras garrafais: “Ibope: Negrão venceu”. Três anos antes, em 62, o Ibope tinha tido que fazer uma permuta com a *Última Hora* para publicar um prognóstico da eleição no Rio. Durante aqueles três anos sempre acreditei no Ibope e pude citá-lo no *Correio da Manhã* algumas vezes, esbarrando em contrariedades, porque se tratava de uma empresa particular. Hoje o nome de qualquer empresa sai no jornal, como aliás deve ser, mas naquele tempo era tabu. Alegavam que você podia ser ligado, podia estar recebendo da empresa. Mas essa é que foi a grande passagem do Ibope: de publicar um prognóstico por permuta em 62 para ser manchete gratuita do mesmo jornal em 65, e hoje ser amplamente divulgado pelas pesquisas que faz. Vejam a credibilidade que a pesquisa adquiriu através do tempo. Sou um pouco responsável por isso, por sempre ter sido um jornalista que acreditou em pesquisa. Por sorte nunca nenhuma delas falhou comigo. Se há uma contribuição que eu trouxe ao jornalismo, foi a de dar personalidade aos números. Não basta ver os números, é preciso ver *nos* números.

Hoje em dia se tem um certo consenso de que o eleitorado do Méier é um excelente termômetro para toda a cidade do Rio de Janeiro, principalmente devido à convivência das diversas camadas sociais. Na década de 60 já era assim, o Méier era um referencial?

Era, exatamente, sempre foi. O Méier e a 2ª Zona, o bairro de Fátima e Riachuelo. Mas depois a 2ª Zona perdeu importância e ficou o Méier. Todo candidato de eleição majoritária no Rio que ganhou no Méier foi o mais votado: Lacerda ganhou no Méier, porque o Tenório dividiu; Negrão ganhou no Méier; César Maia ganhou no Méier; Marcello

Alencar ganhou no Méier; Brizola ganhou no Méier. O Méier é o termômetro do Rio. Sempre acontece o seguinte: se o candidato for preferencial das classes médias, e for bem no Méier, é porque disparou na Zona Sul e na Tijuca e conseguiu alguma coisa no subúrbio. Se o candidato do subúrbio vencer no Méier, é porque disparou nas áreas pobres do Rio e conseguiu alguma coisa na Zona Sul.

Chagas Freitas e o chaguismo

O sucessor de Negrão de Lima, em 1971, foi Chagas Freitas.²⁴ Mas as origens do chaguismo são muito anteriores. Como se fez a inserção de Chagas Freitas nos meios jornalísticos em 1950, com A Notícia?

Chagas Freitas era um promotor de Justiça e também jornalista, não sei se da própria *A Notícia* ou de algum outro jornal. E aí, como repórter, na campanha de 50, teve muito contato com Ademar de Barros. Em alguns momentos Ademar de Barros pensou em ser candidato à presidência da República, antes do acordo que firmou com Getúlio. Não quero dizer que Chagas Freitas tenha convencido Ademar de Barros, mas

²⁴ Antônio de Pádua Chagas Freitas nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 4 de março de 1914. Diplomado em direito em 1935, iniciou sua carreira jornalística no jornal *A Tarde*. Em 1938, ao realizar uma entrevista com Ademar de Barros, estreitou o contato com o político paulista, vindo a se filiar ao Partido Social Progressista (PSP), criado por este em 1946. Tornou-se então o principal articulador do PSP no Rio de Janeiro, mas foi derrotado nas eleições de 1950 para a Câmara dos Deputados. Em 1950 comprou, junto Ademar, o jornal carioca *A Notícia*, e no ano seguinte fundou *O Dia*. Eleito em 1954 para a Câmara dos Deputados, reelegeu-se em 1958, 1962 e em 1966, já aí na legenda do MDB. Em 1970, foi eleito indiretamente governador da Guanabara. Após a aprovação da fusão da Guanabara e do Rio de Janeiro, disputou com o grupo de Amaral Peixoto o controle do MDB no novo estado. Mesmo após seu afastamento temporário dos quadros do MDB, a corrente chaguista obteve hegemonia, conseguindo que seu nome fosse aprovado pela Assembléia Legislativa para a sucessão do governador Faria Lima em 1978. Com o fim do bipartidarismo organizou no Rio de Janeiro o Partido Popular (PP), que posteriormente foi fundido ao PMDB. Nas eleições de 1982, rompeu com Miro Teixeira, candidato que havia ungido politicamente como seu sucessor, sofrendo então sua maior derrota eleitoral. Afastou-se a partir daí da vida pública, vendeu seus jornais e faleceu no Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1991. Ver *DHBB*, op. cit.

sua idéia terminou convergindo com a dele, de que lhe convinha ter um jornal no Rio de Janeiro, uma vez que o Ademar já era muito forte em São Paulo. Naquela ocasião Ademar era fortíssimo, tanto que Juscelino, quando ganhou dele em 55, ganhou não por ser tão forte individualmente, mas por ter atrás de si uma coligação entre o PSD, o PTB e o PR, partido que tinha uma seção forte em Minas e outra na Bahia. Já o Ademar não tinha nada: o PSP, Partido Social Progressista, era o partido do eu sozinho, era o Ademar e mais ninguém.

Ademar então vacilou em 50, se se lançava ou não candidato, até que resolveu fazer um acordo com Getúlio Vargas: apoiar Getúlio em 50, com a perspectiva de Getúlio apoiá-lo em 55. Getúlio evidentemente aceitou logo isso; no momento do acordo o texto saiu diferente, mas era irreversível, já tinha sido feito. E o Ademar comprou um jornal no Rio de Janeiro, *A Notícia*. Há um ano ou dois, *A Notícia* ressurgiu como jornal pornográfico. Antes não era não, era um bom jornal.²⁵ Era assim como *O Dia*, bem-feito, e antecedeu *O Dia*.

O jornal O Dia é de 1951.

Sim. E *O Dia* — este ponto é importante esclarecer — sempre foi do Chagas Freitas. Chagas Freitas comprou *O Dia*, editou e colocou o jornal na rua. *A Notícia* era do Ademar de Barros, mas Chagas exercia a direção do jornal através de procuração. Houve aumentos de capital n' *A Notícia* e, pelo que sei, Chagas foi adquirindo ações até que, em determinado momento, Ademar ficou minoritário. Ademar então rompeu com o Chagas, mas tinha perdido o controle acionário do jornal para ele. Os herdeiros do Ademar entraram na Justiça, e a ação de posse d' *A Notícia* deu margem também a uma ação indenizatória em relação a *O Dia*, não porque eles contestassem a posse d' *O Dia*, mas porque *O Dia* teria sido impresso com os equipamentos d' *A Notícia*. Caberia então uma indenização à *Notícia* pelo uso do parque gráfico, talvez até mesmo da redação. Mas a ação se eternizou, como tantas outras no Brasil, e os dois jornais acabaram mudando de dono, pois Chagas Freitas os vendeu, até por um preço muito baixo, para o Ary de Carvalho. *O Dia* hoje está aí, e é um sucesso. Já *A Notícia* virou um jornal pornô.

²⁵ Ver, neste volume, o depoimento de Villas-Bôas Corrêa.

Enfim, a origem de *O Dia* foi *A Notícia*, e a origem de Chagas Freitas na política foram os dois jornais.

Ainda em 1950 Chagas Freitas candidatou-se a deputado federal, mas perdeu. Só conseguiu se eleger em 1954.

Sim. Em 50 ele perdeu por um número mínimo de votos para Benjamim Farah e ficou como primeiro suplente. Mas não desistiu do projeto de unir a imprensa do povão, a imprensa acentuadamente popular, ao seu projeto político-eleitoral — mais eleitoral do que político, porque naquela ocasião ele não tinha grande preocupação política. Queria ter um mandato, e o seu jornal agia em função do dono.

Como isso era feito na prática?

O Dia era um jornal mais de crimes do que é hoje — não deixou de ser até hoje, mas agora é um jornal muito mais bem-feito. Eram crimes em larga escala. É preciso ver que a notícia do crime, do conflito, da violência urbana, da violência humana tem um apelo muito forte junto ao povão. Outro fator de apelo era que *O Dia* também cobria bem o futebol. Finalmente, *O Dia* cobria muito bem os sindicatos. Essa é a maior explicação. É preciso não subestimar a importância do jornal na área trabalhista, porque os sindicatos, os trabalhadores, os funcionários se sentiam, até com razão, representados pela voz do jornal.

Por exemplo, a toda questão popular, de interesse coletivo, de interesse dos trabalhadores, dos funcionários públicos, dos servidores, Chagas Freitas dava o seu apoio no jornal. E tinha uma coluna. Depois, a partir de 54, quando foi eleito deputado federal, passou a ser co-autor de todos os projetos de interesse popular que entravam na Câmara Federal. Benjamim Farah apresentava alguma coisa a favor dos combatentes da Marinha Mercante durante a guerra, pronto! No dia seguinte o jornal estampava lá o projeto, de Benjamim Farah e Chagas Freitas. Havia um homem em Brasília que foi secretário particular do Chagas quando ele foi governador, na época era funcionário da Câmara Federal, chamado Joaquim Mário. Era um funcionário competente, desses que os políticos absorvem, que não são homens de pensar — político não gosta muito de sujeito que pensa ao lado dele —, enfim, um homem muito eficiente, por exemplo, para fazer um levantamento dos

projetos que eram apresentados. Isso aliás não é difícil, é só ler o Diário do Congresso. Mas se o sujeito quiser saber antes, tem que ir à secretaria da Mesa, porque ela é justamente encarregada de receber todos os projetos e preparar os despachos, que o presidente manda a uma comissão obrigatória, a Comissão de Constituição e Justiça. Não há nenhum projeto que tramite sem que vá primeiro à Comissão de Constituição e Justiça. Então, se alguém for à secretaria da Mesa ou à Comissão de Justiça, sabe de todos os projetos que entram. Chagas Freitas, com isso, tornava-se co-autor de todas as proposições, embora às vezes nem estivesse em Brasília. Mas assim era feito e assim ele somava.

Chagas Freitas defendia de fato os assalariados, sem dúvida alguma. Podia não dar certo, mas defendia. É aquilo que mais tarde, num jantar, quando ele era governador — meu sogro, Erasmo Martins Pedro, era o vice dele —, ele deixou escapar, ao falar da cobertura sindical do jornal: “Esse é o meu viveiro”. Quer dizer, era como se fossem pássaros que ele alimentasse. Mas ele teve muito êxito, foi um grande empresário, um administrador muito eficiente, conseguiu fazer do jornal dele exatamente aquilo que se propunha fazer nesse período de 1954 a 60. Em 58, por exemplo, ele foi eleito com 93 mil votos. Em 62 caiu para 47 mil, mas sabem por quê? A briga com o Ademar estourou, e o Ademar ia expulsá-lo do PSP. Ele então se mudou para o PSD.

Vejam aí a mistura entre o jôquei e o cavalo. O PSP era uma força muito afim, muito próxima do PTB, do povão, da galera daquele tempo. Até um erro que cometem com grande frequência a respeito de Getúlio Vargas é acusá-lo de populismo. O PTB era o trabalhismo, o PSP do Ademar de Barros, sim, era o populismo. Qual é a diferença que eu vejo? Vejo que o trabalhismo tinha um conteúdo além do PSP. O PSP era o populismo pelo populismo, enquanto no PTB havia uma consciência. Mas as forças eram muito próximas. Se você tirasse o PSP de uma eleição, o PTB subia. Na medida em que o PTB subia, o PSP baixava. Eram forças afins, chegaram a ter uns cinquenta e tantos por cento no Rio de Janeiro. Basta ver em 60: Sérgio Magalhães teve 33% e Tenório Cavalcanti, populista, 20%. Os dois somados, 53%. Em 65, as forças trabalhistas — incluídas aí as esquerdistas — e populistas se uniram, e Negrão teve 51%.

Mas a diferença entre populismo e trabalhismo é mais nítida a respeito do Chagas Freitas. Ele era um populista. Queria alimentar rei-

vindicações, mas na verdade não queria resolvê-las. Se fosse Deus e pudesse, não resolveria. Sem querer comparar, Chagas Freitas era um conservador que atuava na área populista; Getúlio Vargas era um reformista. Chagas Freitas sentiu que as classes pobres, naquela ocasião, atendiam muito melhor ao comando publicitário no sentido da eleição do que as classes médias. A força, não política, mas eleitoral, d'O *Dia* era muito maior do que a força eleitoral d'O *Globo* ou do *Jornal do Brasil*. O *Globo* e o *Jornal do Brasil* não elegeriam ninguém. Ninguém é força de expressão, elegeriam um. Mas Chagas Freitas elegia seis, sete, com O *Dia*. Por quê? Porque o eleitor d'O *Dia* era um eleitor muito mais propenso a seguir o comando daquela corrente que o jornal representava, sintetizava, do que o leitor d'O *Globo* ou do *Jornal do Brasil*. E assim ele utilizou o jornal.

Em 1962, então, Chagas Freitas se reelegeu pelo PSD, com muito menos votos do que tinha tido antes, devido à mudança de legenda, e ficou na dele. Em 66, sentindo que a sua área era a área popular, concorreu pelo MDB. Com a extinção dos partidos em outubro de 65, tinha-se criado um sistema bipartidário, e ou a esquerda ia para o MDB, ou ia para o partido do governo, o que não podia. Chagas Freitas obteve então 146 mil votos e foi o deputado mais votado do Rio. Mas o senador que ele apoiou, Benjamim Farah, perdeu para Mário Martins, que era um antigo udenista mas naquela eleição foi apoiado pela esquerda do MDB na Guanabara. Mário Martins derrotou o chaguismo na eleição majoritária, embora Chagas tenha sido individualmente o mais votado.

Por essa época, eu tinha ficado amigo do Erasmo Martins Pedro. Andava lá pela casa dele, saíamos, íamos jantar e tal. Ele era bom de política, como até hoje é. Conhecia bastante o processo, conhecia bem as estruturas partidárias, porque tinha sido secretário do Israel Pinheiro — Israel era o secretário-geral do PSD, e ele era secretário do Israel, que gostava muito dele. Tinha trabalhado também com Antônio Balbino, outro que gostava dele. Balbino foi governador da Bahia, derrotou Pedro Calmon em 54. Era um homem que sentia um prazer extraordinário com as manobras de bastidores, algo assim quase sensual. Uma manobra, para ele, era como se ele estivesse tocando numa mulher, se envolvendo naquele processo de sedução. Enfim, o Erasmo tinha essa experiência acumulada e vinha fazendo pronunciamentos bastante bons

a respeito da reabertura democrática, que eu vinha publicando no *Correio da Manhã*. E tenho certeza absoluta de que com aquelas minhas matérias que o *Correio da Manhã* publicava — e outros jornais também, porque às vezes, na política, você passa a matéria para mais de um; você às vezes podia se atrasar, chegar tarde, então havia uma certa troca de figurinhas; o jornalismo político sempre foi assim —, enfim, tenho certeza de que, com aquelas matérias, o Erasmo foi se credenciando como homem capaz de articular. E Chagas Freitas, certamente, ao ter contato com ele, percebeu essa qualidade.

Alguém então disse ao Chagas Freitas — não sei quem foi, se o próprio Erasmo ou algum outro — o seguinte: “Olha, o voto direto para governador acabou, agora é indireto. Negrão é o governador, mas não é um homem dedicado a articulações de bastidores, não é de ir a Madureira para o aniversário do sujeito que vende chicabom e que tem votos. Você diz: ‘Vamos lá!’ Ele responde: ‘Não, mas vai ter aquela farofa pesada, salada de batata horrível...’ Batizado do correligionário de não sei de onde, filho do sapateiro lá de Campo Grande: ‘Th, mas é longe, Santa Cruz...’ Você insiste: ‘Mas ele tem uns 100 votos, temos que ir lá! Depois vamos querer pedir a ele para votar... Vamos, que ele vai ficar satisfeito, vai se sentir honrado, vamos lá!’ Não adianta, o Negrão não vai”. Chagas Freitas sentiu que Negrão e a turma dele não se dedicavam a estruturar o MDB, e o problema era que, daqueles que dirigiam o partido, uns tinham sido cassados e os outros estavam sob intensa contestação.

Por que a contestação?

Porque em 1966, quando um setor militar resolveu impugnar a candidatura do Mário Martins, do Marcio Moreira Alves, do Hermano Alves e outros, Valdir Simões, que estava na direção do MDB, correu e retirou os nomes dos candidatos antes do julgamento do Tribunal. O procurador era até um sujeito que gostava de todo mundo, Eduardo Bahout, morava ali na Urca, dava almoços fantásticos, queria que todo mundo fosse rico, e foi com um esforço enorme que ele apresentou a impugnação na sessão do Tribunal. Uma coisa vã, vaga, não havia acusação concreta nenhuma. Foi o dia em que conheci Marcello Alencar — depois ficamos amigos —, porque ele era um dos advogados do PTB,

suplente do Mário Martins, e estava lá interpelando asperamente o Fernando Abelheira, que tinha participado daquele ato vergonhoso, de retirar os nomes dos candidatos antes do julgamento. O julgamento manteve as candidaturas por unanimidade, e a direção do MDB foi para o espaço. Estabeleceu-se um vazio no partido. Depois também o Valdir Simões foi cassado, em 68. O partido ficou ao léu.

O MDB passou por uma fase difícil.

Sim, pelas cassações e pela desmoralização. Como é que o presidente do partido retira os nomes antes do julgamento? Uma covardia incrível! Esperasse o julgamento! Teria como se justificar diante dos militares. A desmoralização do PTB — do PTB antigo, que já tinha passado para o MDB — foi total. Além do Valdir Simões, houve outras cassações com o Ato 5, e o MDB então ficou acéfalo. E ao mesmo tempo — esse fenômeno é importante — houve um desencanto do eleitorado em relação ao processo político-eleitoral em 1970. Tanto que as eleições de 70 marcaram o recorde de votos brancos e nulos no país, com 32%. Nunca houve isso: 32% de brancos e nulos, somados a 16% de abstenção, deram quase a metade da votação! Mas os brancos e nulos são mais significativos. A abstenção também se explica porque se estava muito distante do último cadastramento. Por exemplo: você tem um índice de mortalidade de 0,7% por ano e um índice de morbidade, doença, de 0,7%; logo, você tem aí 1,4 ou 1,5% ao ano de pessoas que morrem ou ficam impossibilitadas de sair de casa. Se você distancia um recadastramento do outro 10 anos, sem querer aplicar cálculos montantes, chega a 15% de abstenção aparente. Mas, na realidade, não há abstenção nenhuma: ou as pessoas morreram — e ninguém se preocupa em dar baixa no título eleitoral junto ao Tribunal —, ou o sujeito está doente e arranja uma justificativa médica.

Mas então o clima que marcava a aproximação das eleições de 70 era de desencanto total. E como havia desencanto, não houve nenhuma luta pela direção do MDB. Chagas Freitas percebeu, em 69, que o partido estava vazio e que era a hora dele. Como na corrida de cavalo, olhou para trás, não viu ninguém e disse: “Vou empalmar o partido”. Quem era a pessoa que ele conhecia mais adequada, mais capaz, com mais sensibilidade para esse tipo de articulação de bastidor? Erasmo Martins Pedro.

Em 69, houve uma eleição interna no MDB — eu até votei, ali na cidade, na Escola Gonçalves Dias, naquele tempo o meu título era da 2ª Zona, bairro de Fátima, onde morei —, e a corrente do Chagas ganhou todo o diretório do partido. Negrão não teve sensibilidade para perceber isso, senão ele, como governador, assumia o partido facilmente, nomeava uns caras e botava lá, como se faz na política. Mas como não era um homem com a ótica voltada para essa coisa, e talvez até por um desencanto na ocasião, não ligou, não atribuiu importância a um aspecto que terminaria sendo profundamente importante em 70.

Quando chegou 70, Chagas Freitas já tinha assumido o comando do partido, com a influência direta de *O Dia*, porque *O Dia* tinha o que oferecer, que era a voz. O sujeito que estivesse com Chagas Freitas tinha uma certeza: seu nome sairia n'*O Dia*, e naquela ocasião era fundamental sair n'*O Dia* para se eleger.

Tempos de censura

Como é que os jornalistas de outros órgãos da imprensa viam os jornalistas que trabalhavam n'O Dia na época da ascensão de Chagas Freitas?

Nós tínhamos uma resistência, até de ordem, vamos dizer, ideológica — não quero atribuir à palavra ideológica o peso de uma opção de esquerda —, ao estilo de atuação do Chagas Freitas, mas não aos jornalistas d'*O Dia*. Não havia motivo. Até porque nós temos consciência — digo por mim, mas tenho a certeza de interpretar a maioria — de que somos empregados dos donos de jornal. Nós temos que fazer aquilo que eles mandarem, ou o que interpretarmos como a vontade deles. Você sente isso no ar. Trabalhar no *Correio da Manhã* era uma coisa, trabalhar n'*O Globo*, como eu trabalhei também, era outra. Você tem que ter muito mais cuidado n'*O Globo*. Sem você sentir, isso influi no seu ímpeto.

Mas O Globo abrigou muitos comunistas que saíram ou do Correio da Manhã ou de outros jornais...

É verdade. Vejam bem uma coisa: *O Globo* como empresa acolheu muita gente, Roberto Marinho teve um atrito com Juracy Magalhães em 65 por causa do Franklin de Oliveira, tudo isso é verdade. Houve ou-

tros, de que não me ocorrem os nomes, que *O Globo* também acolheu e manteve. Mas isso é *O Globo* como empresa em relação a seus empregados: um comportamento absolutamente correto. Roberto Marinho sempre dava ordem: "Se chegar à administração um fiscal do INSS, fiscal do Fundo de Garantia, fiscal do Trabalho, tratar o sujeito como se ele fosse ministro da pasta. Se ele disser: 'Isto aqui é insalubre', *O Globo* não discute, paga a insalubridade. Aplicou menos Fundo de Garantia do que devia, manda pagar". Roberto Marinho é um empregador de extrema correção em relação a seus empregados, de absoluta honestidade em relação aos direitos dos que trabalham lá, sempre foi.

Agora, quando eu digo que o jornalista sente a atmosfera, é quanto à linha do jornal. Hoje está tudo muito mais liberal, mas houve um período em que qualquer coisa n'*O Globo* era muito mais policiada. E também, naquela ocasião, o embate ideológico era muito diferente do que é hoje. Antigamente, na campanha de 60, o sujeito que falasse em reforma agrária era considerado quase um comunista. Hoje em dia todo mundo fala aí em reforma agrária. A Igreja tinha medo da reforma agrária e hoje defende a reforma agrária. Enfim, são tabus que caíram com o tempo. Mas a atmosfera da redação freia você, porque o jornalista é um homem extremamente dependente do emprego. Não só do salário. É que o jornalista é jornalista no fundo porque gosta, porque precisa ser jornalista. Ele tem um compromisso com o imediato, com a ansiedade do dia seguinte, com aquela ponte de que falei, entre o ontem e o amanhã. Ele vibra com aquilo, é como se fosse quase uma atividade de arte dele. Ele seria capaz de trabalhar até de graça. Por que os salários são baixos? Por isso, porque o apelo da profissão é enorme. Qualquer pessoa quer entrar na redação de um jornal, é fascinante. Não é apenas para se prestigiar, "sou jornalista, posso dar uma notícia desse ou daquele". O que eu estou dizendo é que você entra numa redação e vê hoje o que vai sair amanhã. Às vezes, em algumas redações, há pessoas extremamente inteligentes, informais. Essa comunicação, esse aprendizado informal, aprender sem saber que está aprendendo, isso é fantástico. Não tem prova, não tem nada disso. A prova é você, como no futebol: entrou lá e jogou, a prova é essa. O jornalista é extremamente dependente e tem um cuidado muito grande com a sua atuação para não perder o emprego. Porque se ele perder o emprego, se ele deixar de ser jornalista, cai numa tristeza profunda.

Como era ser jornalista, exercer essa atividade que requer paixão, emoção, de baixo de censura, como aconteceu no regime militar?

Tudo é relativo. Se alguém for trabalhar num jornal, numa rádio ou numa televisão, e achar que pode escrever ou dizer o que quiser, está redondamente enganado, não vai conseguir. Mas nós sabemos que existem brechas, e isso sempre existirá. Toda vontade humana, todo pensamento humano, todo comportamento humano, ao longo da história da humanidade, sempre encontrou uma forma de expressão. Nunca conseguiu ser abafado integralmente, é impossível. Da mesma maneira não se inventou até hoje nenhum sistema de poder capaz de contentar a todos os seus componentes. Isso não existe, nunca existiu, alguém vai ficar de fora, alguém vai ficar contrariado. Mas você sempre encontra uma forma de expressão. Você pensa: hoje não pude dizer isso, mas se eu sair fora daqui, aí mesmo é que vou dizer zero.

Mas no período de que estamos falando chegou-se até à cassação de direitos. Por exemplo, houve o caso de Antônio Callado, que não pôde exercer a profissão.

Claro. Mas no caso do Callado, depois Costa e Silva voltou atrás, é o único caso de revisão de um ato institucional. Costa e Silva cortou os direitos profissionais do Antônio Callado, do Leo Guanabara e mais um jornalista de que esqueço o nome, não sei se fotógrafo ou redator. Mas depois reviu o ato, porque o sujeito vai viver como? E a família? O sujeito só sabe escrever, é jornalista, você diz que ele não pode trabalhar... Não pode! Esse caso foi revisto.

Sofria-se censura, não há dúvida. Por exemplo, de 69 para 70, o assassinato da menina Ana Lúcia em Brasília, um episódio que até hoje me comove. Eu era o subeditor nacional no *Correio da Manhã*, o editor era o João Duarte, já morreu, mas o João Duarte estava velho, não ia muito à redação, ia mas não ficava à noite, e quem fechava era eu. Essa noite veio uma ordem do major Braga, da censura, de não publicar nada a respeito do caso Ana Lúcia, assassinada pelo filho do ministro da Justiça do governo. Uma coisa horrível, uma menina de seis anos, violada e assassinada! Vejam o que era a censura. Mas, o que fazer? Vamos esperar a volta, é como uma luta de boxe, um jogo de futebol, daqui a pouco vamos tentar fazer o que for possível. E essa visão "do que for possível" é que no fundo alimentava e realimentava os jornalistas daquele período. O risco era muito grande.

Por exemplo, de 73 para 74, Afonso Cascon era o editor-geral do *Correio da Manhã*, e eu estava na política. Surgiram notícias de que o candidato era o Geisel. Veio uma ordem da censura proibindo qualquer notícia sobre sucessão presidencial, quem vai ser, quem não vai ser etc., mas saiu uma matéria citando uma peça de Oscar Wilde, *A importância de ser Ernesto*... Chegou um dia em que eu disse para o Cascon: "Vamos lá, vamos dar essa: é Geisel". E botamos. Fomos chamados à Polícia Federal, na rua da Assembléia, e advertidos. O *Correio* foi o primeiro a dar. Não repercutiu mais porque o jornal já estava muito ruim, mas mesmo assim repercutiu.

O que acontecia era que você se compensava, porque a pessoa sempre se compensa de alguma coisa, ou na sua fantasia, ou na sua realidade, dizendo: "Bom, eu estou aqui, há uma censura, há um risco desgraçado, mas também, ao mesmo tempo, testo a minha habilidade de escrever e de dizer coisas". Alguns anos depois, na *Tribuna da Imprensa*, um dos censores me procurou. Conhecia o nome de família, lembrava-se do meu avô ou do meu tio no Colégio Pedro II, o velho Pedro do Coutto, professor de história, ou o Pedro do Coutto Jr., irmão da minha mãe, professor de português. Eram professores muito conhecidos. O sujeito me disse: "Pois eu lhe digo uma coisa, estamos fazendo força para censurar o senhor e não conseguimos". Eu tinha uma coluna diária na *Tribuna*, era um risco grande, mas eu saía daqui, ia por ali, e o censor não conseguia me pegar. Porque o censor era um policial. Tanto que, quando disseram que se ia transferir a censura para alguém ligado à cultura, vimos que seria muito pior, porque o cara perceberia muito mais do que o policial. É mais fácil você passar por um policial do que passar por um cara tipo Corção. Com esse não vai passar uma, ele vai perceber qualquer movimento seu.

Enfim, havia essa espécie de válvula de descompressão. Você dizia: "Está aí a censura, está isso, está aquilo, mas amanhã a gente dá isso, depois de amanhã dá aquilo, vamos sair daqui, vamos dar a volta por aqui". O sujeito começava um artigo elogiando este ou aquele, e no meio metia o que queria. E passava, era um jogo que você estabelecia com certo risco, mas dependia também da maneira leve de escrever. Nem todo mundo conseguia, eu consegui. Mas engrossar não dava. Se o sujeito fosse engrossar, não conseguia fazer esse tipo de cortina.

A crise do *Correio da Manhã*

O senhor credita a crise do Correio da Manhã a uma incapacidade gerencial, à linha política do jornal de oposição ao governo militar,²⁶ ou à combinação das duas coisas?

À combinação. O caso da crise do *Correio da Manhã* vem de mais longe. Pelo seguinte: o dólar no governo JK valia Cr\$100,00. Mas o dólar-papel, para os jornais, custava Cr\$30,00. Importava-se papel com grande facilidade de câmbio, e isso provavelmente dava margem a manobras paralelas, de grande lucratividade para as empresas jornalísticas, mas ao mesmo tempo reduzia muito o custo de operação. O *Correio da Manhã*, por exemplo, tinha cadernos e mais cadernos nos finais de semana, principalmente aos domingos, quando vendia 140 mil exemplares, 145 mil, numa população de 2,5 milhões — corresponderia hoje a vender três vezes mais, quatrocentos e tantos mil. Era muita coisa. O jornal tinha muita força, muita personalidade, até em função do seu volume de vendas. Mas quando veio Jânio Quadros, com a Instrução 204 da Sumoc, terminou o câmbio favorecido da imprensa, e além disso o dólar saltou para Cr\$200,00. Isso abalou os jornais, tanto é que a crise começou aí, os jornais começaram a morrer devido às despesas que passaram a ter. Outra coisa foi que no governo Jânio Quadros terminou a isenção do imposto de renda para a imprensa, para os jornais e para os jornalistas. Os jornalistas até não pesariam no custo do jornal pelo fato de pagarem imposto ou não, mas o imposto de renda do próprio jornal, sim.

A partir de 1961, em suma, os jornais passaram a ter que operar como empresas organizadas e, em sua grande maioria, não estavam preparados para isso. Em segundo lugar, as emissoras de televisão — havia a TV Rio, a TV Tupi, veio depois a TV Excelsior, em 65 a Globo — começaram também a dividir, a tirar fatias grandes do mercado publicitá-

²⁶ A partir da edição do primeiro Ato Institucional, em 11 de abril de 1964, percebendo que o país caminhava para uma ditadura militar, o *Correio da Manhã* passou a denunciar torturas e arbitrariedades do governo. Em reação a essa postura crescentemente oposicionista, em 7 de dezembro de 1968 uma bomba foi jogada numa agência do jornal, e em janeiro de 1969 Niomar Moniz Sodré Bittencourt foi presa, juntamente com os jornalistas Osvaldo Peralva e Nelson Batista. Ver *DHBB*, op. cit., e Jeferson de Andrade, *Um jornal assassinado*, op. cit.

rio. Os jornais começaram a ter perdas relativas e não se deram conta — *O Globo* se deu — desse custo que era ao mesmo tempo direto e indireto. O *Correio da Manhã* custou a frear os cadernos em excesso que talvez tivesse. Quando o Marcello Alencar esteve lá com o irmão, Maurício Alencar, e o grupo que arrendou o jornal da Niomar, foi a mesma coisa: Reinaldo Jardim convenceu-os a rodar cadernos e mais cadernos, até que, no mês de abril de 1970, me lembro exatamente, o prejuízo foi de 1 milhão de cruzeiros, o que era muita coisa. Aí o grupo que tinha arrendado o *Correio* se apavorou e perguntou: “Onde vamos parar?”

Isso foi de um lado. De outro lado, pesou a posição política do jornal. O *Correio da Manhã* tinha sido o principal jornal do país na queda de João Goulart, com os artigos “Basta!” e “Fora!”, mas não avocou para si nenhuma autoridade por isso. Ao contrário, depois da queda do Jango, ficou contra a ditadura militar — tanto que publicou o editorial “Basta: fora a ditadura!”²⁷ Começou a largar o cacete nos militares de alto a baixo, como se tivesse sido participante de uma situação deposta, quando na realidade foi o jornal que mais participou da deposição. O *Correio da Manhã* tinha adquirido autoridade para condenar os excessos, inclusive da ditadura, mas em outro tom. Na medida em que acentuou o tom, começou a se agravar um problema que já se vinha fazendo sentir — isso, aliás, está no livro do Jeferson Andrade e nos depoimentos que o Bahia deu mais de uma vez —, que era o do cerco publicitário. O poder público era o responsável por 30% dos anúncios do jornal — hoje talvez seja até um pouco mais, não sei —, mas, ao mesmo tempo, as empresas particulares ficavam temerosas de anunciar, porque recebiam telefonemas anônimos, ameaças: “Você está anunciando no *Correio da Manhã*, o *Correio* está nos atacando, você amanhã não espere a concorrência tal, não espere o crédito tal...” O *Correio da Manhã* começou a ter a sua receita restringida por esse motivo e também pelo fato de não se ter ajustado antecipadamente à situação. Foi fazendo dívidas, dívidas, dívidas. A concordata que a Niomar deixou foi de quatro milhões e duzentos, por aí, e o grupo Alencar teria que pagar em prestações semestrais. Era, na ocasião, muito dinheiro.

²⁷ Esse editorial foi publicado em 31 de abril de 1964. Ver Jeferson de Andrade, *Um jornal assassinado*, op. cit.

A crise do Correio da Manhã na verdade teria vindo sinalizar uma crise mais global, uma necessidade de reconfiguração de toda a imprensa carioca?

Acho que sim. Se bem que a crise não atingiu da mesma maneira outros jornais, como *O Globo*, o *Jornal do Brasil*. O *Correio da Manhã* acabou fechando, mas a *Tribuna da Imprensa* sofreu uma censura brutal e resistiu, não fechou.

O Globo teve um crescimento grande nesse período. Parece que ele se beneficiou de uma boa parte do público do Correio da Manhã e dos próprios incentivos da TV Globo, não?

Sim, mas vejam. *O Globo* fez uma reforma em 1971 — foi quando entrou o Evandro Carlos de Andrade —, porque o Ibope tinha apontado o seguinte, mais ou menos: *O Globo* tinha uma vendagem em banca no Rio, naquela ocasião, subindo de 100 para 122 mil exemplares, enquanto o *Jornal do Brasil* estava passando de 60 para 86 mil. Vendo que a progressão percentual do *Jornal do Brasil* tinha sido muito superior à do *Globo*, o sistema do Roberto Marinho, ou ele próprio, sentiu a necessidade de uma reforma. *O Globo* então fez a reforma, o Evandro teve êxito total, e isso coincidiu com a queda e o desaparecimento do *Correio da Manhã*, um, do *Diário de Notícias*, dois, do *O Jornal*, três, e do *Diário Carioca*, quatro. Quatro jornais fecharam. O público desses jornais teria que ir para outro, e acabou indo para *O Globo*, muito mais que para o *Jornal do Brasil*. Quando o Evandro assumiu, e um ano depois *O Globo* passou a sair aos domingos, ele abalou seriamente a estrutura do *Jornal do Brasil*. O *Jornal do Brasil* de domingo era uma coisa espetacular e deixou de ser. E também entrou a TV Globo, que começou a anunciar *O Globo*. Naquela ocasião, e até há poucos anos, a TV Globo não aceitava anúncio de outro jornal — agora aceita, até o *Jornal do Brasil* sai de vez em quando, *O Dia* bastante.

De qualquer maneira, em relação ao fim do *Correio da Manhã*, é isso. O *Correio da Manhã* sofreu censura, sofreu suspensão e sofreu também por posições que adotou mais tarde que não tinham nada a ver com política. Como já disse, desde 69 o jornal tinha sido arrendado ao grupo do Maurício Alencar, que era formado por ele e por um homem chamado Frederico Gomes da Silva, da Metropolitana. Marcello Alencar também participava, não com dinheiro, mas gerindo o jornal para o Maurício. A história é que eles tinham feito um acordo de apoiar a can-

didatura Andreazza, que tinha o respaldo total do Costa e Silva. Acontece que os planejamentos existem para não dar certo. Costa e Silva teve o derrame cerebral e ficou afastado. Mas eles tinham assumido o compromisso e acharam que talvez o Costa e Silva se recuperasse, e o Andreazza pudesse tocar a candidatura para a frente. O grupo então arrendou o *Correio da Manhã*, assumiu a dívida, botou os salários em dia, porque havia um atraso, e tocou. Mas escolheu para redator-chefe o pior redator-chefe da história do *Correio da Manhã*, *hors-concours*, que era o Paulo Germano Magalhães, filho do Agamenon Magalhães. Tinha sido deputado federal. Não havia condição desse homem dar certo, porque ele não tinha noção de jornal. Ele um dia pegou uma tese da Escola Superior de Guerra, reduziu para 66 linhas e botou como editorial do jornal! Tinha sido feito o editorial, ele achou que não servia, e botou aquilo, que entrou completamente solto no ar. O Paulo Germano também resolveu botar na última página perfis militares com fotos daqueles generais que mandavam aí. Perfis! Mas o que era isso, o jornal não tinha nenhum compromisso com os fatos?! Esse era o Paulo Germano Magalhães. Não podia dar certo sob hipótese alguma essa administração, e ele mandava na redação.

Enquanto Paulo Germano Magalhães era um homem do passado, Reinaldo Jardim era o homem do futuro no projeto gráfico. Era editor do jornal e fazia bolações gráficas fantásticas, difíceis de serem preenchidas. Qualquer coisa, ele rodava mais um caderno. Em abril de 70, como já contei, o prejuízo chegou a 1 milhão de cruzeiros, algo fantástico na ocasião. Reinaldo Jardim era mais um artista, não tinha preocupação com custos, mas o jornal não sentiu a necessidade de adequar o custo à produção. Ainda por cima eles tinham que pagar as prestações semestrais de 700 mil cruzeiros da concordata que a Niomar tinha deixado. No meio disso apareciam dívidas incríveis: um dia um ex-empregado da casa da Niomar foi ao *Correio da Manhã* dizer que tinha sido mandado embora e não tinha recebido. Coisas assim até ridículas, mas que de repente, se alguém assume o passivo, são complicações. Os empresários sabem disso, eles de repente vêm aparecer coisas que não estavam previstas, créditos, confusões, direitos, trabalhou, não trabalhou. É capaz até de aparecer a amante do ex-diretor: "Eu também queria uma jóia que ele não pagou, agora paga quem arrendou". É uma coisa louca.

Enfim, não foi só o cerco político que acabou com o jornal. Houve o projeto do Jardim, que foi um descalabro, todo mundo sabe disso. E a situação se agravou na Copa do Mundo de 70, porque o jornal se engajou numa posição contrária à seleção brasileira. Uma das poucas coisas que é uma unanimidade neste país é a seleção. No dia da semifinal com o Uruguai, uma das manchetes da página esportiva era “Uruguai espera vitória” ou algo assim... Logo o Uruguai, que nos derrotou na Copa de 50 aqui, num jogo que foi uma tragédia nacional!

Quer dizer que no final o Uruguai é que foi o grande culpado...

Houve coisa pior. Essa manchete do Uruguai criou uma revolta, os telefones da redação não paravam reclamando, mas a coisa piorou no domingo da decisão. A manchete do jornal, primeira página, foi: “Italianos rezam pela vitória”. Está lá na coleção do *Correio da Manhã*, é fácil comprovar o que estou dizendo. Quando o leitor sentiu que o jornal estava contra a seleção, houve cancelamentos de assinaturas às pencas, e o índice de vendagem foi parar lá embaixo. E não foi por nenhum motivo político, não foi por nenhum motivo de cerco publicitário. No caso nem foi pela gestão administrativa, que também era caótica, porque os sujeitos não entendiam nada. O problema era da redação! Não havia um redator-chefe que visse essa manchete do esporte! João Máximo era o editor de esporte, responsável por essa manchete, nesse dia. Isso foi um rombo no jornal, maior até do que os erros da administração, porque as próprias agências de publicidade sentiram que o jornal tinha perdido espaço, perdido público. A publicidade estava ali em função do número de leitores e do poder aquisitivo deles. Se baixa o número de leitores tão acentuadamente como baixou, o espaço publicitário tinha que se desvalorizar. Não havia como sustentar isso.

O erro, no *Correio da Manhã*, foi das pessoas da administração ou da redação? Há sempre uma briga, o sujeito da administração é contra o da redação, tem até mesmo inveja, não gosta, acha que o administrador está ali fazendo um favor. O jornal é escrito, estou cansado de dizer isso! O jornal é feito por jornalistas, não é feito por administrativos! Mas não adianta, o administrador quer sempre achar que ele é o salvacionista da situação e que, se deixar por conta da redação, ela vai dar com os burros n’água — o que às vezes é verdade.

O erro essencial da vida humana, seja na política, na administração, no futebol, no casamento — isso então! —, é pensar que as coisas são isso *ou* aquilo. Não é verdade, a vida não é isso *ou* aquilo, a vida é isso *e* aquilo. Você tem que colocar as alternativas. Se eu disser: foi a posição da Niomar que arreventou o jornal. Foi. Foram os ataques alucinados. Foram. Há um artigo magnífico, que saiu poucos dias antes do Ato 5, “O culpado”, do Franklin de Oliveira, sobre a bomba que jogaram na agência do *Correio da Manhã*, onde é *O Globo* hoje, Rio Branco esquina de Almirante Barroso. Outro dia eu li o artigo, uma maravilha do Franklin, uma coisa perfeita, magistral. Aquilo irritou ainda mais os militares. E a manchete da Copa, do Uruguai? E os cadernos que o Reinaldo Jardim rodava a três por quatro sem sustentação publicitária alguma? “Faz um caderno Grandes Reportagens, isso mesmo, GR” — desenhou na minha frente. Torquato Neto, poeta, passou a ser um personagem da história do *Correio da Manhã* fantástico. Um dia apareceu um sujeito, não sei indicado por quem, certamente por um dos sócios da Metropolitana, para fazer coluna social. O nome dele apareceu no alto de uma página, desenhado. O cara nunca tinha entrado em jornal nenhum!

A seu ver, portanto, foi realmente uma combinação de fatores que acabou com o Correio da Manhã.

Sim, essas coisas todas conduziram o jornal à falência, não foi uma coisa só. Tinha a atuação alucinada da Niomar, de fato, provocando muito, enfrentando, não se ajustando, se isolando — porque ela também só sabia atuar no confronto, na destruição. Embora tenha construído o Museu de Arte Moderna, não tinha apelo pela construção. Ao contrário, tinha apelo pelo choque, pela pancada, pelo desafio. É uma pessoa intimidativa, porque a parada com ela não é mole, não. Em matéria de mulher não há nada igual. E de homem também. Ela era até muito semelhante ao Carlos Lacerda nesse tipo de coisa.

Niomar, cerco publicitário, projeto alucinado do Reinaldo Jardim, comportamento da edição de esporte que foi danoso... Houve um momento em que vários fatores negativos convergiram, como num conto de Agatha Christie. O destino uniu os incompetentes no caso do *Correio da Manhã*. Você não sabe se é esse ou aquele, é tudo isso que eu estou dizendo.

Quando o senhor saiu do Correio da Manhã?

Sai no dia 8 de julho de 1974, quando o jornal morreu. O jornal morreu na minha mão. Fui, juntamente com o Cascon, o editor da última edição do *Correio*.

O senhor foi para O Globo ou para a Tribuna?

Eu já estava n'O *Globo* desde 1972, fazia os dois jornais. Quando o *Correio da Manhã* acabou, fiquei n'O *Globo* normalmente. Um ano depois houve um desentendimento lá, porque eu era ao mesmo tempo funcionário da Assembléia Legislativa, como sou até hoje, aposentado. Meu nome saiu no *Diário Legislativo*, um jornalista d'O *Globo* pegou aquilo e entregou no jornal, estava querendo me derrubar. Daí para a frente houve dificuldades para eu continuar, porque havia essa resistência a você ser funcionário. Fui demitido d'O *Globo* em 75 e fiquei colaborando na *Tribuna da Imprensa*, numa coluna lá, me distraindo. E ao mesmo tempo, ainda nesse período, em 1976, fui nomeado diretor de comunicação da LBA.

A fusão

Em 1975 foi feita a fusão da Guanabara com o Estado do Rio. Como os jornais cariocas se comportaram nesse episódio?

Não houve grande resistência, mas eu pessoalmente sempre combati a fusão. Sempre parti da colocação de que 2/3 do ICMS — que é o principal imposto — de todo o estado do Rio após a fusão seriam gerados, como são até hoje, na antiga Guanabara. A fusão prejudicou incrivelmente a cidade do Rio de Janeiro e distribuiu recursos para o antigo Estado do Rio, mas pulverizando-os muito. Naquela ocasião eram 62 ou 63 prefeituras, hoje acho que são 91. Parece aquilo que o Rotschild disse numa entrevista na França, quando estava instalando uma empresa. Havia muitos esquerdistas na entrevista, e perguntaram: “O senhor, que é um homem tão rico, por que não distribui o dinheiro que tem entre os franceses?” Ele respondeu: “Podia fazer isso, mas não ia adiantar nada. Tenho aqui aplicados neste empreendimento 80 milhões de dólares”. A França, naquela ocasião, tinha 40 milhões de habitantes. “Se desse US\$2,00 a cada francês, eu teria distribuído os 80 milhões. Mas

no café da manhã do dia seguinte os 80 milhões se teriam pulverizado. Ao passo que 80 milhões aplicados num empreendimento vão render em empregos, em economia, em impostos, através do tempo, muito mais do que essa divisão que vocês estão propondo”.

O caso da fusão do Rio de Janeiro é exatamente o mesmo: dividiu-se o bolo produzido pela cidade do Rio de Janeiro por uma série de municípios, e o que aconteceu? Nenhum município do interior alavancou-se por isso, e a cidade do Rio de Janeiro teve uma perda extraordinária de recursos que não foi compensada até hoje. Gerar 60% do ICMS e passar a receber 20% foi uma queda muito grande. Tão grande que a própria Lei Complementar nº 20, que é a lei da fusão, previu durante vários anos uma redução gradativa da perda do ICMS. Mas ainda assim a imprensa não combateu a idéia da fusão em nenhum momento.

O Globo deu muito espaço para Eugênio Gudin, que escrevia uns artigos contra a fusão...

Gudin escrevia os artigos dele, mas *O Globo* como jornal, como editorial, não deu combate à fusão, como também não apoiou de maneira entusiasmada. Aceitou. O *Jornal do Brasil* fazia restrições, mas não houve um grande movimento. A imprensa acabou aceitando a fusão como fato consumado, sem maior implicação. Mesmo porque a época era difícil, era a época do Geisel, ainda havia militarismo, havia censura... Tinham também criado a *pizza*, que era uma modalidade de vender papel a um custo mais barato para as empresas jornalísticas bolada pelo Delfim Neto. A *pizza* dividia em fatias as importações favorecidas de papel-jornal. Isso foi tornado público mais de uma vez. A imprensa estava portanto dependendo do governo. Havia problema disso, daquilo, de medo, a transição democrática ainda não se tinha verificado, os atos institucionais ainda estavam em vigor... Tanto que o Geisel usou tudo isso em 77, quando o Congresso rejeitou a reforma do Judiciário.²⁸

²⁸ Em abril de 1977, fazendo uso do AI-5, o presidente Geisel colocou o Congresso em recesso e decretou uma série de medidas que se tornariam conhecidas com o nome genérico de “pacote de abril”. Uma delas determinava que 1/3 dos senadores passaria a ser eleito de forma indireta. Esses senadores seriam batizados com o nome de “biônicos”. Ver *DHBB*, op. cit.

O senhor acha então que a situação nacional teria ofuscado a questão da política local, mesmo num debate tão importante?

Acho que sim. A questão local, a questão municipal, deixou de ser uma preocupação grande. E ao mesmo tempo havia a tese absurda do Golbery, que era considerado um gênio, mas a meu ver não era gênio coisa nenhuma: “Precisamos fazer um estado grande para confrontar São Paulo...” Idéias assim, sem nenhuma viabilidade prática. “Assim fechamos o vale do Paraíba, porque senão depois São Paulo vem pelo vale do Paraíba, e a Federação balança... É preciso estabelecer um equilíbrio, um epicentro...” Aquelas coisas: arco da sociedade, epicentro não sei de quê. Coisas que não têm nenhum nexo com a realidade, podem ter na filosofia, mas não têm na política. Qualquer passo que se dê no campo político, tem-se que buscar sempre algo viável, e não a coisa vã, não a coisa que fica no ar, no espaço. A política será eternamente a busca de uma satisfação, a procura de um caminho, de uma trilha viável para alguma coisa. Não é dizer por dizer, como agora o Kandir: “Ah, vou reduzir o ICMS na exportação, e vai ser uma maravilha, porque as exportações brasileiras vão crescer, e depois a gente compensa os estados”. As exportações não cresceram e não se compensaram os estados coisa nenhuma. São Paulo perdeu 700 ou 900 milhões, e está aí o Mário Covas chorando.

Após a fusão, como se estabeleceu a convivência entre a imprensa carioca e a do antigo Estado do Rio?

Pegando o anuário da mídia, você verifica que há 50 jornais e outras tantas rádios nas cidades pequenas do estado do Rio de Janeiro. O jornalismo nunca se integrou. Tirando *O Fluminense*, que é forte em Niterói mas entra pouquíssimo no Rio, nenhum jornal da imprensa do antigo Estado do Rio sequer arranhou o poder dos jornais da cidade do Rio. Os jornais de Miracema, de Friburgo, de Caxias, de Nova Iguaçu, o *Hoje*, por exemplo, sequer pensaram em chegar ao mercado do Rio de Janeiro, até porque seria impossível. São jornais comunitários, no fundo, jornais importantes, que têm uma vendagem de 10, 20 mil exemplares em alguns casos, mas que são locais, paroquiais. Nunca conseguiram abalar nada. Não conseguiram sequer conviver, porque não se aproximaram da imprensa do Rio de Janeiro.

Ao contrário, os jornais da cidade do Rio de Janeiro conseguiram penetrar mais no antigo Estado do Rio, e isso talvez até tenha ajudado a

fusão. *O Globo*, o *Jornal do Brasil* e *O Dia* expandiram bem as suas posições, ampliaram muito o mercado, principalmente *O Globo* e *O Dia* na Baixada Fluminense. Em outras localidades, como Friburgo, Teresópolis, você verifica que *O Globo* e o *Jornal do Brasil* também têm uma rede de distribuição boa. Mas os jornais locais, como *A Voz da Serra*, de Friburgo, nem chegam ao Rio de Janeiro, ficam circunscritos às suas cidades. O *Diário de Petrópolis* não chega ao Rio.

É interessante como a imprensa do antigo Estado do Rio mantém até hoje o interesse pelas questões locais. Por exemplo, a melhor cobertura do Legislativo estadual é a d'O Fluminense.

Eu acredito que *O Fluminense* tenha essa cobertura porque ficou uma tradição de o jornal cobrir a Assembléia Legislativa. O dono, Alberto Torres, meu amigo, era político, foi deputado federal. Mas *O Fluminense* também é um pouco arcaico, principalmente na parte visual. Eu disse ao Alberto Torres que o jornal precisava de uma paginação mais leve, mais aberta. A paisagem horizontal é sempre mais bonita que a vertical. Os símbolos que eles usam parecem até o Brizola falando, são um negócio muito do passado. A comunicação visual é muito importante, é preciso ter símbolos atuais. Imagine você entrar numa reunião e ter lá símbolos do Império. Não dá! Ainda mais um jornal exposto nas bancas. O logotipo d'O *Fluminense* é o que há de mais arcaico, é do século passado, da *belle époque*, no máximo.

O *Jornal do Commercio* também tem símbolos que mostram que ele ainda não se libertou do passado. O jornal está fazendo 170 anos agora, é o segundo mais antigo do país — o primeiro é o *Diário de Pernambuco* —, e a paginação ainda é a mesma do tempo em que se anunciavam escravos... Antigamente o jornal trazia anúncios de escravos, trazia muitas coisas que são até fontes de referência, lei disso, lei daquilo. Antes da Abolição houve não sei quantas leis, entre elas uma do senador Eusébio de Queiroz. A mulher dele e a filha passavam de charrete não sei por onde, e havia uns escravos, homens e mulheres, expostos à venda nus, como era prática na ocasião. A mulher ficou horrorizada e ele fez uma lei proibindo que o leilão fosse feito com os escravos despidos para que a pessoa visse a força, o corpo, ou lá o que quisesse do homem ou da mulher. O *Jornal do Commercio* noticiava tudo isso, e havia anúncios que parecem esquisitíssimos: como seria possível anunciar um

ser humano porque tinha bons dentes, era um homem forte? Era um escravo.

O Fluminense e o *Jornal do Commercio* conduzem a essa atmosfera do passado. Não se trata de defender coisas modernas, e sim um jornal que tenha um logotipo atual, dentro da linguagem visual, que tenha clareza, tenha leveza, tenha uma arquitetura da paginação. Isso é o que facilita o acesso. Os símbolos muito antigos obscurecem a imagem que se quer comunicar.

O caráter local da imprensa fluminense talvez traduza também a própria prática política do estado. A representatividade do antigo Estado do Rio é grande, em relação à da cidade do Rio, por causa do caráter quase distrital da votação. Esse seria efetivamente um dado da cultura política do antigo Estado do Rio que não estava presente na Guanabara?

Acho que sim. O Estado do Rio tinha a paróquia, o município, não tinha cidades cosmopolitas como o Rio de Janeiro. Por isso é que o estilo de comando da política carioca por Chagas Freitas era um estilo ligado ao poder mais rural do que urbano.

Chagas Freitas x Amaral Peixoto

Como foi o embate entre Chagas Freitas e Amaral Peixoto²⁹ a partir de 1975? Eram dois chefes políticos, Amaral com a tradição fluminense, e Cha-

²⁹ Ernani do Amaral Peixoto nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 14 de julho de 1905. Oficial de Marinha, em 1933 foi nomeado ajudante-de-ordens do presidente Getúlio Vargas. Às vésperas da implantação do regime do Estado Novo, foi nomeado interventor federal no estado do Rio de Janeiro, cargo que exerceu até o fim do regime ditatorial de Vargas, em 1945. Em 1939 casou-se com Alzira Vargas, filha do presidente da República. Foi deputado federal pelo PSD fluminense (1946-50), governador do estado do Rio de Janeiro (1951-55), foi embaixador do Brasil nos EUA (1956-59), ministro da Viação (1959-61) e da Reforma Administrativa (1963) e ministro do Tribunal de Contas da União (1961/62). Foi presidente nacional do PSD de 1952 a 1965. Esteve na Câmara dos Deputados entre 1963 e 1971, e durante esse período assumiu a organização do MDB fluminense, pelo qual se elegeu senador em 1970. Após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, disputou o comando do partido com o cacique carioca Chagas Freitas. Foi indicado senador biônico em 1978. Em dezembro de 1979 participou da fundação do Partido Democrático Social (PDS). Faleceu em 12 de março de 1989. Ver *DHBB*, op. cit.

gas com a tradição carioca, mas que de alguma maneira se encontravam. Como a imprensa acompanhou esse confronto?

A coisa começou na convenção do MDB de 1975, que a Justiça anulou. O pessoal do Amaral, para derrubar o caciquismo do Chagas, que dominava o diretório da fusão, resolveu lutar pelo comando do diretório. Aliás, essa foi uma das minhas falhas no jornalismo, porque eu tive ali a sensação de que ia haver alguma coisa. Havia uma briga muito grande entre as correntes, e na antevéspera da convenção, sexta-feira, estava tudo tão calmo que eu disse: “Não é possível, eles estão tramando algo. Só pode ser uma coisa: vão exigir que o eleitor esteja em dia com o partido”. Mas não sei por que não fiz essa matéria para *O Globo*. No domingo, não deu outra. Eu era do MDB e quando fui lá votar vi que havia uma confusão. Eu estava em dia e votei. Mas havia uma confusão geral porque o Amaral deu um golpe no Chagas com esse motivo: não permitiram o voto de quem não estivesse em dia. A Justiça anulou a eleição porque, mesmo que alguém não estivesse em dia, tinha que haver um guichê ao lado, para o sujeito poder pagar e votar. O relator foi o Fonseca Passos, um bom, um grande juiz, até pela sua simplicidade e clareza. Não complicava coisas fáceis.

Mas em 1978 já houve um acordo, tanto é que o Chagas voltou como candidato ao governo do estado tendo como vice um amaralista, Hamilton Xavier. Um homem que foi capaz de dizer que preferia errar com o Amaral a acertar sozinho...

E enquanto isso Amaral Peixoto foi escolhido senador biônico.

Sim, mas aí o Chagas exigiu. Amaral ia disputar a eleição e Nelson Carneiro seria o biônico. Mas o Chagas não aceitou o Nelson biônico, e então o Amaral trocou. Aí o Chagas os traiu e apoiou a Sandra Cavalcanti contra o Nelson Carneiro. Inventou até declarações do cardeal dom Eugênio Sales, botou-as no jornal, mas não adiantou. Nelson Carneiro ganhou a eleição disparado.

Eu era membro da convenção do MDB, e na ocasião vieram propor tirar o Nelson Carneiro e botar não sei quem, um tal de Abissâmara, irmão daquele d’*O Cruzeiro*. Eu disse: “Ah, não!” Uma coisa louca! Nelson Carneiro não foi constituinte em 46, mas assumiu o mandato de deputado federal como suplente; teve uma derrota em 54, mas depois se elegeu; em 70 foi eleito senador; em 78 os chaguistas querem cassar a candidatura do senador na convenção? Não dá para entender! Botar o Abissâmara? O cara veio falar comigo. Eu disse: “Olha aqui, não posso assinar isso, porque

nesse caso *eu* seria candidato ao Senado. Por que você? Acho que estou em melhores condições de ser senador do que você. Não senhor, vou votar no Nelson Carneiro!” Saí, fui ao escritório na Álvaro Alvim, estavam lá o Amaral e o Nelson Carneiro, e assinei a sublegenda do Nelson Carneiro. Disse que ele teria o meu voto não só na convenção como também na urna. Não era possível, o homem era senador e agora queriam tirá-lo e pôr qualquer um que passou ali na rua! Não podia ser isso! O direito é uma questão de bom senso também, não se pode cometer absurdos. Afinal Nelson Carneiro ganhou na urna, derrotou o chaguismo, e Amaral foi biônico sem fazer força na campanha. Nelson Carneiro ganhou na tal passeata que tinham proibido por iniciativa do próprio governo Chagas Freitas. Nelson Carneiro rompeu, os jornais noticiaram aquilo como uma grande coisa, e ele ganhou a eleição disparado.

Embora Chagas tivesse apoiado Nelson Carneiro em 70, não gostava dele. Em 70 começaram a dizer: “Reinaldo Santana, não sei quem, Danton Jobim...” Chagas olhou e disse assim: “Essa chapa, para ganhar, não dá. Tem que ter um nome que imante. Não gosto dele, mas é o Nelson Carneiro”. Aí *O Dia*, num domingo, abriu a matéria: “Nelson para o Senado”. E contratou o Miguel Gustavo, que era um gênio e fez um *jingle* fantástico, muito bom. Quando ele morreu, a *Manchete* até fez uma matéria com um título ótimo: “Miguel Gustavo: a vida curta como um *jingle*”.

O senhor atribui a vitória de Chagas sobre Amaral em 1978 à força do jornal O Dia ou à força política da Guanabara sobre o Estado do Rio?

Às duas coisas. Chagas Freitas tinha metido a cunha no amaralismo porque *O Dia* tinha o que oferecer, e o amaralismo não tinha mais nada, a não ser currais de votos. *O Dia* punha o nome do sujeito no jornal, e o Chagas operou bem por aí. Depois, na convenção que foi feita, com eleição geral mesmo, para valer, nos diretórios, Chagas venceu por larga margem de votos. Derrotou o Amaral e fez a maioria dos delegados, que foi o que garantiu a sua volta em 78.

A associação entre um político forte e um jornal parece ter sido mais direta no Rio do que em qualquer outro lugar do país. Lacerda tinha a Tribuna da Imprensa, Chagas Freitas tinha O Dia... A que o senhor atribui essa relação tão direta?

George Galvão, d'*O Radical*, eleito deputado federal em 50 junto com Getúlio, é outro exemplo... O que acontecia era que naquela oca-

sião, pelo fato de o Rio ser uma metrópole, a questão da comunicação coletiva, da comunicação de massa, já se fazia sentir mais do que em outros lugares. Se você tem municípios com poucos eleitores, consegue estar *full time* ali e falar com todos eles durante o período da campanha. Vai aqui, vai ali, fala com 20 hoje, reunião na casa de fulano, na casa de sicrano, galpão não sei onde, churrasco, feijoada, você fala com as pessoas pessoalmente. Mas, na medida em que a cidade é maior e que o eleitorado, portanto, também é muito maior, você não tem como fazer isso. Antigamente, em 1950, um deputado federal podia se eleger com algo em torno de 4 ou 5 mil votos; muitos se elegeram assim. Mas hoje em dia você tem que se eleger com 25, 30 mil. Não há condição de você falar com 30 mil numa campanha de deputado numa cidade grande. Demoraria quantos meses?

Então, no Rio, como a cidade tinha um eleitorado muito grande, a tendência natural era usar um veículo de massa para poder se comunicar com o maior número possível de pessoas. Em outras cidades o sujeito se elegia com votos paroquiais, votos de circunscrições, era mais fácil. Você tinha uma comunicação direta com o eleitor, e o jornal, ou a televisão, ou o rádio eram menos importantes. Mas na cidade do Rio de Janeiro, em que você disputava 1 milhão de votos, como era o eleitorado de 60, como você ia falar com 1 milhão de pessoas? Não havia condição. Não havia tempo físico que garantisse uma comunicação dessa ordem.

Sempre houve, no Rio, esse pensamento de que era preciso ter uma comunicação muito mais maciça do que em outros lugares. Lacerda, por exemplo, tinha a *Tribuna da Imprensa*, mas não foi um fenômeno apenas da *Tribuna da Imprensa*. Ele falava todo dia na Rádio Globo, na pregação golpista de 55 tinha um acesso muito grande a *O Globo*, tinha acesso à TV Tupi, que era a única que existia no período de 51... Não era só a *Tribuna*, ele tinha outros meios de comunicação que também usava.

A volta de Brizola

Chagas Freitas parece ter exercido muito bem o controle do seu eleitorado através d'O Dia até 1982, quando não conseguiu eleger o seu sucessor. Como foi isso?

O que aconteceu foi o seguinte. Chagas tinha no Miro Teixeira um filho. Arrancou a campanha, lançou Miro candidato, mas de repen-

te o candidato, deixando-se levar pelos “luas-pretas”,³⁰ começou a envolver-se por outro caminho. Convenceram o Miro de que ele era um líder de esquerda e de que o Chagas ia pesar contra. Até que um dia ele fez um debate na televisão com a Sandra Cavalcanti e reconheceu que o Chagas era um produto da ditadura. Chagas, de fato, embora fosse de um partido de oposição, era mais governista do que muitos governistas. Tinha relações com os meios militares, principalmente com o general Orlando Geisel, que em 71 foi à posse dele no Rio e não foi à posse de nenhum outro. Houve um problema qualquer, Sizeno Sarmento, que era comandante do I Exército, não iria, e o próprio ministro disse: “O senhor vai à posse e eu vou também”. E foram à posse do Chagas Freitas no Palácio Guanabara — eu assisti, estava lá.

No segundo governo, Chagas Freitas, que era um líder de estilo rural vivendo numa sociedade urbana, planejou a sua sucessão, mas as contradições surgiram. E já tinham surgido, porque em 74, no encerramento no Rio da campanha do Ulisses Guimarães e do Barbosa Lima Sobrinho, Chagas chegou ao ponto de mandar fechar a sede do MDB na rua Almirante Barroso, para não receber os anticandidatos à presidência da República. O presidente regional do partido, que depois foi conselheiro do Tribunal de Contas, Reinaldo Santana, fechou e deu férias aos funcionários. Ulisses queria encerrar a campanha com um ato no Palácio Tiradentes, mas também não foi possível porque o Chagas deu ordem a quem presidia na ocasião, não sei se era o Pascoal Citadino, para que fizesse obras, ou pintura, ou lavagem do prédio, e fecharam o prédio. Vejam a que ponto chegava o esquema chaguista. Os candidatos Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho encerraram a campanha de 74, a anticampanha, com um almoço na Casa da Suíça, com o Clube dos Repórteres Políticos — eu estava lá. Foi a forma que eles encontraram. Por uma ironia do destino, foi muito melhor do que se tivessem feito no Palácio Tiradentes, porque a repercussão no dia seguinte foi muito maior. Estavam lá repórteres de todos os jornais.

³⁰ Os chamados “luas-pretas” eram os assessores de Miro Teixeira na campanha de 1982, oriundos de organizações políticas de esquerda. A origem do nome foi uma anedota corrente na época, segundo a qual a confiança de Miro nesses assessores era tão grande que ele seria capaz de jurar que a lua era preta se eles assim o orientassem. Ver *DHBB*, op. cit.

Algum jornalista, em 1982, teve feeling para perceber a ascensão de Brizola?

Sim: eu. Senti que o Brizola vencia desde o momento em que a campanha começou. Senti o seguinte: Brizola era um peso pesado, como no boxe. Os que disputavam com ele não podiam se igualar a ele, nem em história política nem em coisa nenhuma.

Mesmo estando ele aliado dos meios de comunicação de massa? Ele não tinha jornal...

Mesmo assim, não havia como. Havia o horário gratuito, e o Brizola só poderia crescer. Era um homem que tinha a história da posse do Jango, que tinha tido quase 1/3, quase 30% dos votos no Rio em 1962. Era um candidato de oposição tanto ao Chagas quanto ao Moreira Franco. A imprensa cobriu bem a campanha. O *Globo* apoiava o Moreira Franco, mas o *Jornal do Brasil* apoiava o Brizola.

O senhor, como é sabido, nessa eleição fez as suas famosas pesquisas. Voltava a eleição direta, e as pesquisas tiveram um peso importante no vaivém de Brizola e Moreira.

Fiz as minhas projeções, sim. Mas, interessante, sempre senti que o Brizola, que tinha saído com 6%, ia subir. Só podia subir. Estava havendo indefinição, junto às classes pobres havia espaços muito abertos. Brizola tinha uma história política e estava enfrentando adversários muito fracos para a categoria dele. A categoria dele é outra. Ele é um homem, afinal, que poderia ter chegado a presidente da República. Foi enfrentar quem? Miro Teixeira, Sandra Cavalcanti... Eram adversários fracos para ele, muito fracos. Moreira até surpreendeu. Sempre sustentei que nos dias finais da campanha Brizola teria uma tendência de crescimento muito grande, como sempre acontece com os candidatos preferenciais da classe pobre. Ao falar sobre uma professora que trabalhava como servente, Brizola se emocionou. Foi naquele debate da Globo que ele passou para a frente nas pesquisas. E Miro Teixeira, depois do rompimento com o Chagas, ficou sem apoio. Chagas ficou possesso e cortou a coluna dele n'*O Dia*. O jornal passou a noticiar por igual Brizola, Miro e os outros. O próprio Chagas disse numa matéria n'*O Dia* que todos os quatro, Lisâneas inclusive, estavam com condições de governar o estado. Ora, uma declaração dessas desabou o Miro. O Miro só não desabou mais porque o voto era vinculado. Se você permitisse que o cara do PMDB desse o voto ao

Brizola, Brizola teria ganhado muito mais facilmente do que ganhou. O partido dele era fraco no Rio, não tinha estrutura. Mas o PMDB tinha. Os 20% que o Miro teve não foram votos dele, foram votos da estrutura do partido no Rio.

A imprensa cobriu os últimos dias da campanha de uma certa forma prevenindo os estertores do regime militar, com a volta de Brizola. Mas também havia um clima de muita tensão. Já havia a perspectiva de fraude?

Não.

Como transcorreu a identificação do erro no programa da Proconsult?³¹ Sabemos que o senhor se envolveu muito nisso, e parece que o Jornal do Brasil também teve um papel decisivo nesse episódio.

Teve. Paulo Henrique Amorim, que era o editor do *Jornal do Brasil*, me chamou e tivemos uma conversa — ele, Hedyl Rodrigues Valle Jr. e aquele que tem nome de poeta, Ronald de Carvalho. Eu, que sempre prestei atenção nos votos brancos, disse: “Olha, só há uma maneira de se fraudar eleição: é preencher o voto branco. Não existe outra. Se eu emendar um voto, deixo prova de que foi emendado. Mas se eu preencher um voto branco, não há prova nenhuma”. Vejam o caso da Bahia, do Ornelas contra o Waldir Pires:³² em alguns lugares, o voto branco vinha dando 10, 12%,

³¹ Durante a apuração das eleições de 1982, os computadores da Proconsult, firma contratada pelo TRE para somar os votos no estado do Rio de Janeiro, apresentaram um erro de programação que prejudicava Leonel Brizola, candidato do PDT, transformando parte de seus votos em abstenções, o que resultaria na eleição de seu maior adversário, Moreira Franco, candidato do PDS. O desvio foi descoberto por técnicos em computação da firma Sysin, a serviço do PDT, na madrugada de 26 de novembro, e reconhecido, dois dias depois, pelo coronel da reserva Haroldo Lobão, responsável pelo programa da Proconsult. Desencadeou-se, a partir de então, uma onda de especulações a respeito de uma fraude premeditada para impedir a vitória de Brizola. Ver *DHBB*, op. cit.

³² Na eleição para senador na Bahia em outubro de 1994, a primeira vaga coube a Antônio Carlos Magalhães, do PFL. A segunda foi arduamente disputada por Waldir Pires, do PSDB, e Waldeck Ornelas, do PFL. Waldir Pires chegou a estar na frente em vários mapas apresentados pelo Tribunal Eleitoral, mas os resultados divulgados nove dias depois do pleito acabaram por dar a vitória a Ornelas por uma diferença de 3 mil votos. Houve polêmica a respeito da contagem dos votos. Fonte: CPDOC-FGV, Setor de Atualização do *DHBB*.

de repente dá 2%, e o Ornelas tem até mais voto que o Antônio Carlos... É evidente que preencheram o voto branco. Mas você não tem prova, não deixa rastro, é só fazer um x. Continuei: "Então, prestem atenção. Se o voto branco baixar, é porque roubaram". A Rede Globo botava na frente as áreas em que o Moreira estava mais forte e não apurava os votos da Baixada e da cidade do Rio. Brizola estava com 42% aqui e 50 na Baixada, mas estava fraquíssimo no interior: em 1/4 do eleitorado tinha 9%. Era uma sexta-feira, e eu disse: "Se não fraudarem de hoje para amanhã, não fraudam mais. Enquanto o voto branco ficar como está" — estava dando 6% — "está tudo tranqüilo, o Brizola ganha. Podem manter a projeção".

Sábado cheguei no jornal, estacionei o carro e, quando entrei, soube que um grupo da administração estava questionando as minhas pesquisas. O diretor da computação, Tadeu Lanes, mandou dizer que queria falar conosco. Disse o Amorim: "Você vai lá com o Hedyl". Fomos, e o Lanes disse: "Você sabe, a responsabilidade do *Jornal do Brasil* é muito grande, ele vai fazer 100 anos daqui a dois anos... A sua metodologia da percentagem se baseia na projeção do Ibope, mas o sistema da Proconsult é diferente..." Perguntei: "Sim, e daí?" Ele: "Por exemplo, São João de Meriti, você está considerando Baixada. A Proconsult botou no interior. Isso dá uma diferença". Eu disse: "Não, nenhuma. Se você puser São João de Meriti no interior e não na Baixada, acontecem duas coisas. Primeiro, diminui a diferença do Moreira sobre o Brizola no interior e diminui a diferença do Brizola sobre o Moreira na Baixada. Mas o resultado é o mesmo". E continuei: "Olha, Tadeu, não adianta invocar sistema Pert, porque eu conheço isso por alto, são sistemas de computação que permitem a você interferir no processo: eu ligo o computador e vejo que não entraram as sacas de cimento por m^2 que deviam entrar, e então jogo esses dados lá. Vou interferir no processo. Mas no processo de apuração de votos eu não posso interferir, não importa o sistema. Se você puser o sistema de computação mais adiantado do mundo e eu sozinho apurando os votos na minha casa, vou demorar um ano, enquanto o computador poderá terminar talvez em duas horas, mas o resultado será o mesmo, porque nem eu nem o computador podemos mudar o que se votou, não é isso?" O Hedyl disse: "Vamos ficar com a projeção dele".

No dia seguinte, domingo, a manchete do *Jornal do Brasil* foi: "Brizola confirma vitória. Margem deve ser de 126 mil votos". Essa pro-

jeção era minha. Eles bancaram a projeção, e o resultado foi não 126, mas 121, ou algo assim. O acerto foi muito grande, e o *Jornal do Brasil* até usou aquilo como publicidade durante vários dias: “O *Jornal do Brasil* errou por zero vírgula não sei o quê”. Mas não era nada difícil. Você estava com uma apuração em torno de 20 ou 25%, 1/4, voto majoritário: era só multiplicar tudo por quatro e se chegaria ao mesmo resultado, a diferença era mínima.

A sensação que se tinha naquela época era de que, ao lado da disputa Moreira-Brizola, começou a haver uma disputa Jornal do Brasil-O Globo. Por que se via uma coisa na TV Globo e outra coisa no Jornal do Brasil...

Era isso. O *Globo*, e principalmente a Rede Globo, estavam integralmente, como o próprio Brizola disse, empenhados num resultado. Não tenho dúvida quanto a isso. Não é possível que as pessoas que dirigiam o jornalismo da Globo, no caso o Armando Nogueira, não tivessem percebido isso. Até mesmo porque houve uma briga com aquele que era considerado bruxo, Homero Sanches, porque o Homero chamou a atenção do Brizola para isso e foi demitido da Rede Globo. Mas o projeto de fraudar só seria viável se os fraudadores pudessem ter acesso aos votos brancos. Hoje em dia não há mais isso com esse sistema aí da Unisys, mas antigamente a única forma de você fraudar um resultado era preencher voto branco.

Imprensa e política no estado do Rio de Janeiro hoje

Como o senhor vê hoje o peso da política local na imprensa do Rio de Janeiro? Parece que está diminuindo o espaço da discussão local nos jornais...

Está muito diminuído. A política local perdeu importância, as coisas se transformaram em rotina, e a Assembléia Legislativa perdeu a força. Não apenas de fazer a lei ou de mudar a lei, mas de convencer a opinião pública das suas posições. No tempo do Lacerda, a oposição perdia as votações mas o sujeito saía na rua: “Esse Lacerda é isso, é aquilo, quer impor não sei o quê, jogou os mendigos no rio da Guarda...” Atualmente nada repercute. O centro político do estado perdeu o poder de percussão, perdeu a ressonância. Antigamente havia uma cobertura designada fixamente para a Assembléia Legislativa, hoje não existe mais. Hoje, só *O Fluminense* mantém o dia-a-dia.

Se, do ponto de vista do jornalismo, há no estado do Rio de Janeiro um predomínio da imprensa carioca, do ponto de vista da vida política parece que há um predomínio do lado fluminense. Ou seja, há na Assembléia uma super-representação do interior do estado em relação à cidade do Rio.

Sem dúvida. O Rio hoje deve estar minoritário nos 70 deputados. Deve ter, no máximo, 25 cadeiras das 70. Ou 30, estourando.

Será que o jornalismo político carioca não se desinteressa da vida política do estado porque ela não diz respeito apenas à cidade do Rio de Janeiro, mas também a outras regiões fluminenses?

Sim, mas também porque há uma inação, um conformismo, um desencanto. Vejam bem: Brizola ganhou a eleição de 82 e foi uma decepção; Moreira Franco decepcionou; Brizola voltou e foi um desastre absoluto; agora está o Marcello Alencar, mas a insatisfação do funcionalismo é grande, os salários estão congelados. Enfim, o que há com o eleitor, também, é que ele está sentindo que os seus problemas não são resolvidos pelas administrações públicas, que a violência aumenta, a insegurança aumenta, o salário não é reajustado. O sujeito se sente numa fila que não anda. Isso está contribuindo para tirar o interesse pela política. O eleitor tem que renovar as esperanças a cada eleição. Renova, o candidato eleito vai lá para cima e não faz nada, não resolve nada, fica para a próxima. No Brasil o problema essencial é que o ato não corresponde à palavra, a pessoa anuncia uma coisa e faz outra.

Em termos, não institucionais, mas de cultura política, o senhor acha que a fusão está consolidada?

Acho. Qualquer volta agora seria o caos absoluto. Inclusive paralisaria as cidades fluminenses, que teriam evidentemente perda de receita. Se se voltasse a fazer a divisão tributária como era antes de 75, se reduziria à metade a receita de todas as cidades fluminenses. Não há como voltar, é impossível. É como diz aquele belo verso do Nelson Motta: "Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia. Tudo passa, tudo sempre passará". E depois: "Tudo que se vê não é igual ao que a gente viu há um segundo. Tudo muda o tempo todo no mundo..." Esse verso, inclusive, é a melhor síntese que já se fez até hoje do jornalismo. E da política também.

MARCIO MOREIRA ALVES

MARCIO MOREIRA ALVES nasceu no Rio de Janeiro, filho de família tradicional, em 14 de julho de 1936. Aos 17 anos começou a trabalhar como repórter no *Correio da Manhã*. Em 1963 formou-se em direito. Já como articulista político, a partir de 1964 combateu o governo Castelo Branco. Em 1966 foi eleito deputado federal pela Guanabara na legenda do MDB. Em protesto contra a invasão da Universidade de Brasília pela Polícia Militar, em 3 de setembro de 1968 pronunciou discurso na tribuna que foi considerado ofensivo às Forças Armadas e serviu de pretexto para a edição do AI-5, em 13 de dezembro. Cassado e exilado, doutorou-se em ciência política na França. Retornou ao país com a anistia, em 1979. Mantém hoje uma coluna diária n'O *Globo*.

Seu depoimento foi concedido em 8 de dezembro de 1997 a Marly Motta e a Américo Freire.

O primeiro em Paracatu

Poderia nos contar sobre sua origem familiar, seus estudos, formação política?

Sou filho de uma família de alta classe média do Rio de Janeiro, com uma raiz em Minas Gerais. A família de meu pai era uma família de políticos. Meu avô chamava-se Honorato Alves, foi deputado federal por Minas Gerais, pela cidade de Montes Claros, mais precisamente pelo 7º distrito de Minas — naquele tempo as representações na Câmara eram dos distritos —, de 1902 a 1930. Em 1930 ele, que era partidário da Aliança Liberal, juntamente com seu cunhado Afrânio de Melo Franco, teve o mandato cassado pela Comissão de Reconhecimento de Poderes, que era a encarregada, na República Velha, de garantir a maioria parlamentar dos presidentes. Seu irmão, João Alves, era deputado estadual, líder político, mantinha as bases eleitorais da família, e era casado com uma senhora chamada dona Tiburtina — velho nome romano. Dona Tiburtina adquiriu certa notoriedade nacional em 1930 porque, segundo Assis Chateaubriand, teria mandado atirar sobre a comitiva do vice-presidente da República Melo Viana, que estava visitando Montes Claros defendendo a candidatura Júlio Prestes. Os Alves eram a favor da candidatura de Getúlio Vargas. Na verdade, eram mesmo a favor do governo do estado de Minas, que era exercido na época pelo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. O fato é que houve um tiroteio, as balas realmente saíram da casa de meu tio João, e houve dois mortos. Um deles, que estava ao lado do vice-presidente Melo Viana, recebeu uma bala no crânio. Pedacos do crânio voaram e bateram no pescoço do Melo Viana, que acreditou estar ferido a bala. A comitiva bateu em retirada e seu trem saiu da cidade em marcha a ré...

Meu avô Honorato, portanto, era um líder político. Depois de 1930 ficou no Rio de Janeiro e recebeu um cartório como compensação pelos seus sofrimentos. Do lado de minha avó Violeta, o irmão dela, Afrânio, foi ministro das Relações Exteriores do Getúlio; o sobrinho, Virgílio, foi líder da Revolução de 30, mas depois rompeu com Getúlio e foi um dos fundadores da UDN. Enfim, era uma família onde se vivia política intensamente.

O lado de minha mãe é mais remotamente político. Era uma família de fazendeiros de café do estado do Rio de Janeiro. Meu avô Leopoldo Moreira, pai de minha mãe, era oficial de Marinha e deveria ser um habilidoso político, porque foi consecutivamente representante da Marinha em

Paris, onde minha mãe nasceu e minha avó morreu de parto, representante da Marinha em Washington e subchefe da Casa Militar do Epitácio Pessoa. Aos 42 anos morreu de enfarte. Minha mãe foi criada pelas tias e teve uma educação esmerada para aquele tempo. Foi educada pelas freiras do Sion, aprendeu francês antes do português, gostava muito de literatura francesa, inglesa e brasileira também. Era uma pessoa, digamos, de modos afrancesados. Seu avô, que ajudou a criá-la, chamava-se Joaquim Moreira. Médico, fazia política em Petrópolis e foi senador pelo Estado do Rio.

Meu pai, engenheiro, chamava-se Márcio de Melo Franco Alves. Fez doutorado no MIT, em Boston, e ao voltar, encontrou no navio o Amaral Peixoto, que ele já conhecia de outras épocas. Mas estreitaram a amizade nessa viagem, que naquele tempo, durante a guerra, levava uns 15 dias mais ou menos. Amaral Peixoto, interventor no estado do Rio de Janeiro, estava recrutando, para nomear prefeitos, alguns técnicos que arejassem a administração municipal, a tornassem mais eficiente e, sobretudo, a retirassem das pequenas lutas locais das oligarquias existentes. Meu pai foi nomeado prefeito de Petrópolis, cargo que exerceu de 1942 a 45. Tornou-se com isso o único getulista da família. Getúlio passava as férias em Petrópolis naquele tempo, meu pai passeava com ele pela cidade, mostrava as obras em andamento, e tornaram-se amigos. Posteriormente, quando o Getúlio foi novamente presidente, em 50, nomeou meu pai diretor da Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, e nisso concluiu-se a primeira fase de atividade pública na vida dele. Só quando seu amigo Negrão de Lima foi eleito governador do estado da Guanabara ele voltou, pois foi convidado para ser seu secretário da Fazenda. Exerceu o cargo até meados de 1968, quando as manifestações estudantis se tornaram intensas. Ao voltar de uma viagem, fez um discurso apoiando os estudantes contra a repressão que contra eles se exercia, e esse discurso tornou impossível sua permanência na secretaria. Ele saiu do governo Negrão de Lima e nunca mais ocupou cargos públicos. Portanto, é essa a minha origem familiar.

O senhor nasceu no Rio?

Nasci no Rio de Janeiro mas tive intensa ligação com Minas Gerais. Era meu primo Joaquim Pedro de Andrade, o cineasta, e juntos nós passávamos as férias de verão em Ouro Preto. Ali eu aprendi a fazer serenata, a beber cachaça e a ir à zona. Joaquim me levou pela primeira vez, e como resultado fiquei doente, com febre, isolado, um pária. Ouvi

minha tia ligando para a minha mãe e dizendo assim: “Branca, o Marcio está com febre. Ele pegou doença do mundo!”

E a vocação para o jornalismo tão cedo? A que o senhor a atribui?

Foi puramente casual. Sempre gostei muito de ler, até hoje gosto, embora atualmente seja obrigado a ler, muito mais que literatura, relatórios, pareceres, declarações de voto, coisa chatíssima para alguém que é jornalista. Um dos meus colegas de colégio era filho ou enteado do dono de uma revista chamada *Rio Magazine*. Era uma revista de sociedade. Esse rapaz chamava-se Márcio Braga. Um dia o Márcio resolveu meter-se a jornalista e entrevistar alguns colegas da mesma classe, da elite econômica e cultural do Rio de Janeiro, e um deles fui eu. Ele me perguntou: “O que você gostaria de ser na vida?” Respondi que gostaria de ser o primeiro em Paracatu — Paracatu é a origem da família Melo Franco. Disse isso pensando na famosa história de César, que se encontrou no Egito com um potentado local que lhe disse que gostaria de morar em Roma, e César respondeu: “É melhor ser o primeiro aqui do que o segundo em Roma”. Eu morava no Rio de Janeiro e disse que gostaria de ser o primeiro em Paracatu, onde nunca mais havia posto os pés. Era uma resposta provocadora. O dono do *Correio da Manhã*, Paulo Bittencourt, foi ao barbeiro, pegou para folhear a revista *Rio Magazine* e leu a minha entrevista. Achou graça. Chegou em casa e ligou para a minha casa, pediu para falar comigo. Meu pai foi ao telefone e disse: “Aqui é o Marcio”. Ele: “Não, não é com você que eu quero falar. Quero falar com o Marcio seu filho”. Eu disse que tinha 17 anos, e ele perguntou: “Você não quer ser repórter?” Na mesma hora respondi que queria, sem saber o que era isso. “Então vá ao *Correio da Manhã* segunda-feira, e vamos conversar.” Fui, comecei e não parei. Isso foi em 1953, há 44 anos.

Experimenta esse menino!

No meu primeiro dia no *Correio da Manhã*, o Paulo Bittencourt me apresentou ao secretário da redação, que era o Luís Alberto Bahia, e disse: “Olha, está aqui este rapaz, Marcio, vamos experimentá-lo como repórter”. E foi-se embora. O Bahia chamou o chefe da reportagem policial, que era um delegado aposentado, devia ter uns 150 quilos mais ou

menos, chamado Rescala Bittar, e disse: "O dr. Paulo trouxe este menino aí para a redação, experimenta". O Bittar virou-se para mim: "Que bom! É para já! Vá ao Instituto Médico Legal, tem lá um cadáver, um sujeito que foi baleado, o nosso informante é o detetive fulano de tal, ele vai contar a história, você traz e escreve".

Primeiro, eu tive o trabalho de descobrir onde era o Instituto Médico Legal. Por acaso era perto do jornal, e fui a pé. Cheguei lá, me apresentei ao detetive e ele disse: "Vamos ver o presunto". Eu nunca tinha visto um cadáver na vida. Entrei na sala, tinha um negro nu, em cima de uma mesa de mármore, com uns buracos na ilharga, perto das costelas. O detetive foi me contando como tinha sido o assassinato, não sei o quê, fomos chegando perto da mesa, de repente ele pegou na minha mão e enfiou meu dedo dentro dos buracos de bala. Agüentei aquele frio gosmento, saí de lá, fui para o jornal, escrevi um relatozinho, o Bittar leu e disse: "Está uma porcaria, mas pode melhorar. Faz isso, faz aquilo e tal". Eu fiz isso e fiz aquilo, entreguei o texto e depois ele disse: "Você vai ser um bom repórter". Perguntei: "Por quê?" Ele: "Porque você não vomitou". O Bittar tinha combinado com o detetive de me passar um trote...

Foi assim que eu comecei em jornal. Fiquei muito pouco tempo na seção de polícia, depois fui fazer seção de cidade, coisas que aconteciam na cidade, assuntos de campanha eleitoral, propaganda etc. Pouco depois, um crítico de arte que se chamava Jayme Maurício entrou de férias. E a coluna de arte era a coluna mais lida pela dona do jornal, Niomar Moniz Sodré, que estava envolvida com a construção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Ninguém queria pegar aquele abacaxi. Falaram com o redator-chefe, Antônio Callado, e ele disse: "Experimenta esse menino que entrou aí, o Marcito". Isso era 1955, por aí. E fui fazer a coluna. Eu não entendia porra nenhuma de arte, mas comecei a entrevistar pintores, fazia reportagens, fiquei muito amigo do Portinari graças a esse período, fiquei amigo do Di Cavalcanti, que era inimigo do Portinari...

Como era o clima no Correio da Manhã nesse período?

Era muito amigável. Eu tinha algumas vantagens no jornal, e a principal delas era que falava inglês muito bem. Então, toda vez que era preciso entrevistar um forasteiro que chegava ao Brasil, eu era mandado. Pelo menos entendia o que a pessoa falava e reproduzia com alguma fidelidade. Estava sendo treinado como repórter de verdade. O treina-

dor de repórteres, que era o chefe de reportagem, chamava-se Maurício Caminha de Lacerda. Era meio-irmão do Carlos Lacerda e um excelente treinador.

O que é um treinador de repórter?

Domador de focas, repórteres iniciantes. O Maurício ensinava como se faz uma reportagem. Antes de haver *lead*, ele ensinava a pôr *lead*, ensinava a desenvolver a reportagem, a cortar as coisas, a pôr o que é mais importante primeiro. E nos tratava a todos de uma forma um tanto áspera. A mim, por exemplo, costumava dizer que eu tinha miolo de tamanduá-bandeira. Isso era um elogio, que ele fazia quando estava de bom humor e tolerante... Normalmente dizia que o meu miolo era uma paçoca de merda. Tamanduá-bandeira, não sei por quê. Tamanduá-bandeira gosta de comer formiga, e naquele tempo eu comia outras coisas. Formiga, que eu me lembre, só comi uma vez na vida. Foi em Manaus, estava tomando um chope e me trouxeram um prato de tanajuras fritas. Uma delícia, amarginho. Mas, enfim, era isso o que dizia o Mauricinho. Ele dizia assim: "Aprende a escrever, seu idiota! Economiza as palavras! Entre dois adjetivos, escolhe sempre um substantivo!" E por aí afora, sempre rápido, sempre direto ao ponto.

Antônio Callado, Otto Maria Carpeaux: o Correio da Manhã tinha grandes nomes na época. O senhor também aprendia com eles?

Aprendia conversando. Conversando e bebendo uísque. Todos os dias de tarde, ou o Paulo Bittencourt chamava os amigos para tomar um uísque lá em cima, e eu era incluído, ou nós atravessávamos a rua e íamos para um bar chamado Marialva, que ficava bem em frente ao *Correio da Manhã* — hoje é ao lado da TVE —, e tomávamos uísque lá. Isso porque a época do Graciliano Ramos já tinha passado. Quando eu entrei no jornal, tinha-se recém-aposentado o chefe da revisão, Graciliano Ramos, que tradicionalmente, ao descer do bonde para ir para o jornal vindo de Laranjeiras, atravessava a rua, ia ao Marialva e tomava uma tagada de cachaça, cerimônia que repetia também ao sair do jornal tarde da noite. Mas nós já éramos da era do uísque. E ali conversávamos todos, o editorialista-chefe, que era o Álvaro Lins, que pouco depois foi ser chefe da Casa Civil do Juscelino, o redator-chefe, que era o Callado

— aprendi muito com ele —, o secretário de redação, Luís Alberto Bahia... Carpeaux escrevia a coluna internacional do jornal e editoriais. Enfim, era um grupo notável, e para um jovem que estava começando a vida era uma maravilha ouvi-los. Toda a vida fui bom ouvinte, até hoje sou bom ouvinte, apesar de vocês estarem aqui me entrevistando.

No final de 1956, um dia eu estava na redação, o Antônio Callado entrou e deu uma assim geral: “Quem sabe inglês e quer ir para a guerra?” Achei que outras pessoas se apresentariam, mas tratei de levantar o braço e dizer: “Eu quero ir para a guerra!” Fui parar em Suez. A Guerra de Suez foi bastante rápida, mas ainda havia ameaças de conflito, e o Brasil ia mandar um batalhão para se juntar às tropas da ONU. O *Correio da Manhã* resolveu cobrir a vida desse batalhão durante os seis primeiros meses, e eu fui para lá. E aí tive a mais rápida promoção da história do Exército brasileiro. Eu tinha tido um acidente jogando futebol americano e fui considerado inapto para o serviço militar, o que muito me agradou. Mas a tradição internacional é que correspondente de guerra é capitão. Então eu me apresentei ao general do quartel da ONU e recebi a patente de capitão. De inapto para o serviço militar a capitão foram uns três ou quatro meses...

Como foi essa experiência de correspondente em Suez? Foi uma preparação para o tiroteio que o senhor teve que enfrentar pouco depois em Maceió...?

Houve mais tiro na Assembléia Legislativa de Maceió do que na Guerra de Suez... O perigo em Suez não era tanto o tiro, eram as minas. Era um perigo terrível. Eu vi um engenheiro canadense morrer de medo. Os comboios iam na trilha já liberada de minas pelos sapadores do Exército, paravam para o pessoal comer e ninguém saía da trilha. Mas esse canadense, não sei por quê, foi mijar no meio do deserto, a uns 20 ou 30 metros do comboio. Quando ele estava lá alguém gritou: “Cuidado que o campo está minado!” Ele caiu morto. Teve uma síncope. Vieram buscá-lo, e ele morreu realmente de medo da mina. De vez em quando explodia uma.

Fiquei quatro meses em Suez. Aliás, fiquei um mês no canal de Suez, e aí chegaram as tropas brasileiras, que ficaram num oásis no deserto, perto de Gaza. Fui atrás, e ficamos morando no deserto uns 15 dias. Havia um outro repórter, d'O *Cruzeiro*, João Martins, que era bem mais velho. Eu, com 20 anos, achava que era invulnerável — é por isso que

os soldados são recrutados nessa idade, porque a morte não é uma experiência pessoal vivida ou mesmo imaginada. Depois desse oásis fui para Gaza. Entrei em Gaza com as primeiras tropas da ONU, um batalhão dinamarquês. De noite eles receberam a cidade das mãos do general Dayan, aquele famoso general israelense que tinha um tapa-olho. Fiquei lá mais uns três meses. Foi uma experiência de vida interessante. Na volta parei em Paris, casei com uma namorada que já tinha e voltamos pouco depois da lua-de-mel para o Brasil.

Quando cheguei na redação, o Callado virou-se para mim e disse: “Olha, você está vagabundeando aí, em Suez quase não houve nada, você não tem feito nada de útil, vai cobrir a votação do *impeachment* do governador de Alagoas, um cidadão chamado Muniz Falcão. Estão aí os recortes, ele mandou matar um deputado estadual, os deputados estaduais não gostaram, parece que ele está em minoria e o *impeachment* vai ser votado amanhã à tarde. O avião sai às seis horas da manhã”. Fui. Era uma sexta-feira, 13 de setembro de 1957, e eu nunca tinha pisado em Alagoas na minha vida.

Lá chegando, fomos convidados a ir à casa de um deputado de oposição. Estava lá um homem baixo, quieto, que falava muito mansinho, e estava também o Juracy Magalhães, presidente da UDN, partido ao qual esse homem era filiado. Juracy virou-se para o homem e disse: “Deputado Oséas Cardoso, ouvi dizer que o senhor atira bem”. O outro: “É exagero, general, é a língua do povo”. “O senhor não podia dar uma demonstração?” “Posso, se o senhor quiser.” Estávamos todos sentados em cadeiras de vime, na varanda da casa. Ele virou-se para um menino e disse: “Menino, vai colocar essa chapinha de garrafa ali na parede”. A parede estava a uns 10 metros de distância e ele, sentado, puxou da pistola, mexeu com o braço lentamente, e *pum!*, a chapinha pulou. Todos bateram palmas, e Juracy Magalhães disse: “Mas eu ouvi dizer que o senhor atira também com a mão esquerda”. O homem: “Dou uns tiri-nhos, general”. Pôs lá a chapinha de novo, fez outra vez o mesmo gesto, *pum!*, e a chapinha pulou outra vez.

Graças a esse cidadão prestante, acredito eu, é que estou vivo. Porque nós fomos para a Assembléia, o presidente da Assembléia havia dado folga a todos os funcionários, em vez de taquígrafos havia aparelhos de gravação, a mesa da Assembléia estava barricada com sacos de areia, e os deputados se reuniram na sala do presidente, atrás da mesa. Os re-

pórteres ficaram por ali, e eu — não precisava ser muito sagaz — percebi que haveria tiroteio. Mas achava que os alagoanos primeiro iriam discutir, trocar desaforos e depois atirar. Fiquei então ao lado dos sacos de areia, mas não atrás, esperando para ver o que ia acontecer, pois não conhecia os hábitos locais.

De repente, alguém grita da janela: “Estão chegando!” Vieram os deputados favoráveis ao governo. Debaixo de um sol de duas e meia da tarde em Alagoas, vinham com capa de chuva. A sala era retangular, com três entradas, entrou cada um por uma porta, abriram as capas de chuva, tiraram metralhadoras e começaram a atirar. Eu caí na primeira rajada com o fêmur fraturado por uma bala. Felizmente caí atrás dos sacos de areia. O tiroteio durou mais alguns minutos, que a mim me pareceram eternos, e no final o chefe dos atacantes, que era o sogro do governador, um deputado chamado Humberto Mendes, caiu morto com um tiro no coração. Dizem que quem deu o tiro foi o Oséas Cardoso, o tal que atirava tão bem. E houve 11 outros deputados feridos. Foi lá a Polícia Federal, o Exército cercou imediatamente a Assembléia, afastou a Polícia Militar que havia atirado para dentro da Assembléia, a Polícia Federal recolheu as armas dos deputados. No relatório sobre o episódio, que está na Assembléia de Alagoas, consta que, primeiro, todos os deputados estavam armados; segundo, todas as armas foram deflagradas, inclusive a do querido senador Teotônio Vilela, que a mim me disse, tempos depois, que realmente estava armado, mas não havia atirado. Desconfiei da história, fui à Assembléia, vi o relatório da Polícia Federal e constatei que também a arma dele havia funcionado durante aquele tiroteio. Foi assim que eu ganhei o Prêmio Esso.

Como foi um jornalista de 21 anos, num jornal de “cobras”, receber o Prêmio Esso de Jornalismo, que naquela época tinha uma enorme repercussão? Que peso teve isso para a sua carreira e como foi a recepção no jornal?

Para a carreira foi muito bom, porque era a terceira vez apenas que se dava o Prêmio Esso, que realmente tinha uma grande repercussão na imprensa. E eu havia ganhado com um telegrama de 15 linhas que ditara para um médico no hospital, não por um grande e heróico esforço jornalístico, mas porque sabia que as comunicações de imprensa naquele tempo tinham prioridade na Western Union, que era a companhia que tinha o monopólio dos telégrafos no Brasil. O médico passou o

telegrama e no dia seguinte saiu a minha reportagem que contava a história desde o princípio.

O júri que me atribuiu o Prêmio Esso era composto por Carlos Castello Branco, Luís Alberto Bahia e Cláudio Abramo, que era o redator-chefe d'*O Estado de S. Paulo*. Eles se dividiram muito, houve a hipótese de me darem o Prêmio Esso não tanto pelo telegrama, mas pelas reportagens de Suez, que tinham sido uma longa série. Mas, afinal, ficaram no telegrama, e a justificativa do Cláudio Abramo foi a mais patronal possível. Ele disse: "Vou dar o prêmio para esse telegrama porque os vagabundos dos meus repórteres ficam com gripe e não vão trabalhar. E esse menino partiu o fêmur, levou um tiro e mandou a reportagem. De maneira que ele é um bom exemplo". O prêmio foi muito bem acolhido, com alegria, por todo mundo no jornal, os companheiros mais velhos etc. Virci uma espécie de benjamim na casa.

O jornalista político

Foi a partir do Prêmio Esso que o senhor passou a concentrar sua atividade na área política? Era uma aspiração antiga? O tiroteio associou política e emoção?

Foi realmente a partir do tiro que virei repórter político. Mais tarde cobri a candidatura do Jânio Quadros, a viagem dele a Cuba... Mas isso tudo foi puramente casual. Eu não escolhi, fui designado para isso como poderia ter sido designado para cobrir as obras do rio Guandu. Uma das coisas que eu fiz, antes de cobrir o Jânio Quadros, foi a cobertura da seca do Nordeste em 58. Andei uns 3 mil quilômetros pelo interior do Nordeste, indignado, mandando reportagens terríveis, denúncias de deputados que tinham recebido dinheiro do Dnocs para fazer obras e não tinham feito nada, onde constava no mapa que havia um açude não havia coisa nenhuma, só havia um lagozinho de três por quatro metros. Essas reportagens foram em parte censuradas pelo Paulo Bittencourt, que achou que eu estava virando comunista. Mas, enfim, o Paulo tolerou, me queria muito bem, via em mim a projeção dele próprio. Afinal eu era um repórter que ele havia descoberto e que se saíra bem na cobertura de Suez, que falava francês e inglês, que se movimentava em Paris, que ele mandou cobrir a chegada do Juscelino, presidente eleito, em Londres. Enfim, ele tinha uma ligação pessoal grande comigo.

O senhor chegou a cobrir a Câmara dos Deputados aqui no Rio de Janeiro?

Muito pouco. Cobri alguma coisa durante o governo Juscelino. O líder do governo era o Vieira de Melo, depois foi esse aí que foi ministro da Justiça, cearense... Armando Falcão. E o líder da oposição era o Afonso Arinos. Carlos Lacerda era uma das vedetes. Foi um período muito rico, do qual participei pouco, porque eu não tinha a incumbência de fazer plenário. Até entrava no plenário, ouvia discursos, gostava daquilo, mas na verdade era muito secundário nessa coisa. Eu era um repórter mesmo. O que eu gostava de fazer e fazia direito era acompanhar as pessoas, ver o que elas faziam, contar o que elas diziam, era um típico repórter para cobrir campanha eleitoral. E foi o que eu fiz com o Jânio e também com o Magalhães Pinto. Passei quatro meses cobrindo o candidato vitorioso.

E a campanha do Lacerda para o governo da Guanabara, que foi junto com a do Jânio?

Não. Cobri a campanha nacional, e a única campanha regional que cobri foi a de Minas.

É sabido que o Correio da Manhã foi contrário à transferência da capital para Brasília. Houve um debate interno no jornal sobre a questão? O senhor participou disso?

Quem era a favor de Brasília era a Niomar, que era muito amiga do Juscelino. A única participação que eu tive nessa história foi cobrir a inauguração de Brasília. Estive lá no dia 21 de abril de 1960, junto com o Jorge Leão Teixeira, e ambos fizemos as reportagens da inauguração. Eu fiquei do lado do povo e o Jorge ficou do lado das autoridades; foi uma boa dupla. Num determinado momento eu estava junto da rampa do Congresso quando apareceu o cardeal Cerejeira, um cardeal português. Vinha com uma tremenda capa púrpura, e ao seu lado, de braços com ele, vinha um cidadão com o uniforme mais bonito de todos, cheio de dourados, chapéu de três bicos, com plumas. Era o cronista social do *Jornal do Brasil*, o nome eu não sei. O que eu sei é que aquele uniforme era dos cavaleiros da Ordem de Malta. Ao meu lado, um candango perguntou: "Quem é aquele que vai com o cardeal?" Um outro disse: "Ué, claro, é o marechal Lott!" Um uniforme bonito daquele só podia ser o do marechal Lott...

Depois da campanha do Jânio, voltei para a redação e não tinha muito o que fazer. Aí encontrei o dono da Standard Propaganda, Cícero Leuenroth, um pioneiro. Era sobrinho do Edgar, o anarquista, que era encarregado dos arquivos da Standard Propaganda e publicava um jornal chamado *A Lanterna*, jornal anarquista e anticlerical. Uma vez eu o procurei e disse: “Seu Edgar, eu queria assinar o seu jornal”. Ele respondeu: “Não vendo assinatura”. Perguntei: “Por quê?” Ele: “Só vendo para quem acredita!” E não pude ser assinante do jornal anarquista... Mas, enfim, o Cícero me fez uma proposta muito compensadora do ponto de vista financeiro e fui trabalhar em relações públicas, em propaganda, lá na Standard. Eu tinha alguns problemas com o jornal, não me lembro mais direito o que era, mas havia fundamentalmente o seguinte: no *Correio* eu ganhava, digamos, 50, e o Cícero me ofereceu 500, 10 vezes mais. Fui e fiquei na Standard até abril de 64.

Quando veio o golpe, voltei para o *Correio da Manhã*. Comecei a mandar artigos, até que passados uns 10 dias a Niomar me telefonou e disse: “Olha, os seus artigos são muito bons, são tão bons que andam dizendo que quem escreve é o San Tiago Dantas. E eu queria que você voltasse para o jornal”. Por outro lado, o Cícero também me chamou e disse: “Olha, você está tomando posição contra o governo militar, que é apoiado por todos nós e pelos nossos clientes, e você tem que escolher: ou fica no jornal ou fica na Standard Propaganda”. Não pensei duas vezes: voltei para o jornal.

Dessa vez foi uma decisão política, e não financeira.

Exatamente. Era um momento em que eu estava politicamente mobilizado, vendo que aquele golpe ia descambar numa ditadura militar, e me horripilava a idéia de que o Brasil pudesse entrar no submundo das ditaduras militares. Era uma idéia para mim muito agressiva, eu tinha uma imagem do Brasil diferente da sua realidade, achava que era democraticamente amadurecido, civilizado, e que não haveria espaço para uma ditadura militar.

Ainda antes do golpe e da volta para o Correio o senhor também trabalhou com San Tiago Dantas, não?

Entre sair do *Correio da Manhã* e entrar na Standard Propaganda eu trabalhei uns tempos com o San Tiago. Sempre mantive contato, in-

clusive enquanto estava na Standard Propaganda fiz trabalho de relações públicas para ele em Nova York. San Tiago tinha sido extremamente influente na minha formação jurídica, se é que se pode falar qualquer coisa nesse sentido. Eu me formei em 1962 e só fui buscar meu diploma quando voltei do exílio em 79. Ao requerer as minhas notas, verifiquei que tinha tirado 10 em direito civil durante todo o curso, quatro anos. Eu não me lembrava de ter estudado direito civil tão bem, mas me lembrei que o San Tiago dava aulas dentro do avião em que me levava, na campanha eleitoral de Minas, a mim e a um sobrinho dele, Raul. Ele gostava muito de explicar pontos do direito civil, escolhia um ponto qualquer e nos dava uma aula. Era um aviãozinho de quatro lugares, e eu prestava muita atenção. Resultado: tirei 10!

O senhor voltou para o Correio da Manhã como articulista e editorialista?

Voltei como articulista político e editorialista também. A princípio escrevia um artigo por dia, depois entrou o Hermano Alves e eu alternava com ele: três dias por semana era eu, três dias por semana o Hermano. Às segundas-feiras não era ninguém ou era uma pessoa qualquer. Ou então não havia jornal na segunda, não me lembro. Mas, enfim, aí nós fomos tomando posição, uma posição nacionalista, enfrentando muito aquele esquema do Roberto Campos. A Niomar nos deu ampla liberdade, e o Roberto Campos mobilizou o boicote ao *Correio da Manhã*, que acabou levando à falência do jornal. Isso durou dois anos. Quando, em 1966, abriu-se a oportunidade de haver eleições, o Hermano e eu nos candidatamos a deputados federais. Dois outros repórteres, Alberto Rajão e Fabiano Vila Nova, foram candidatos a deputado estadual. E fomos eleitos todos os quatro.

O senhor se filiou ao MDB assim que o partido foi criado?

Assim que o MDB foi criado. Aliás, inicialmente era o PTB, mas depois foi criado o MDB e sou um dos fundadores.

O senhor fez uma campanha tradicional ou o jornal foi o seu grande veículo?

Fiz campanha, mas não devo ter conquistado na campanha nem 500 votos. Quem me elegeu realmente foram os leitores do *Correio da Manhã*. Meu pai também me deu uma ajudazinha junto aos feirantes. Ele era secretário de Fazenda, os feirantes tinham uma reivindicação qual-

quer, ele atendeu, e em troca os feirantes me levaram a algumas feiras, “este é o nosso candidato”... Por isso talvez eu tenha tido um pouco mais voto que o Hermano Alves. Na verdade nós deveríamos ter a mesma coisa, os leitores eram os mesmos e se dividiram, alguns votaram no Hermano e outros em mim. Foi essa a campanha que eu fiz. Sou péssimo em campanha, não sei fazer, não sei pedir dinheiro para fazer. Gastei na campanha o que tinha e o que não tinha. Quando voltei do exílio, tentei ser candidato outra vez. Eu queria realmente reaver o meu mandato que havia sido cortado, e até 86 trabalhei para isso. Mas não tive apoio nenhum, o que eu tinha a dizer talvez não interessasse a mais ninguém. Eu havia passado muitos anos fora, e tudo aquilo que se faz fora ninguém sabe no Brasil. Tive duas estrondosas e doloridas derrotas. A segunda, de teimoso, porque já devia ter percebido que não era a minha praia.

Depois de ser eleito, em 1966, o senhor continuou escrevendo no Correio da Manhã?

Não, parei de escrever. O Hermano continuou, uma vez por semana, mas eu parei. O jornal já estava em dificuldades, já estava mais hesitante.

Até ser eleito, o senhor tinha uma tribuna, que era o jornal, e ia mudar para outro tipo de tribuna, que seria a Câmara. Como avaliou na época essa mudança?

Em primeiro lugar não racionalizei muito. Fui na onda. Não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar. Depois, o exercício do mandato na verdade era uma continuação do exercício do jornalismo, nós estávamos presentes a todos os acontecimentos políticos importantes daquela época.

Um discurso famoso

Como o jornalista se sentiu quando se tornou deputado?

Fui deputado de março de 1967 a dezembro de 1968. Não resultou disso nenhuma ruptura com o trabalho de jornalista, que era o trabalho de estar presente, de acompanhar os acontecimentos e relatá-los. Eu participava de um grupo pequeno, mas aguerrido, de oposição. Tí-

nhamos sido eleitos pelas grandes cidades, portanto representávamos blocos de opinião. Participávamos tanto de greves em São Paulo ou Minas, quanto de problemas na Zona da Mata de Pernambuco, quanto de passeatas de estudantes, enfim de tudo o que acontecia de oposição ao governo militar. Todos sabíamos que tínhamos que ser contra o regime militar e disso estávamos imbuídos: tudo o que os militares faziam era errado, tudo o que propúnhamos era certo. Não havia dilemas, não havia dúvidas de consciência.

Pessoalmente sempre achei que a nossa vivência parlamentar seria muito passageira. Tinha quase certeza de que aquela história acabaria com a nossa cassação. A disparidade de forças era muito grande, havia um grupo militar muito radical e decidido a implantar a ditadura total, e nós fazíamos o que era possível para combatê-lo. Por exemplo, convidamos o Celso Furtado a falar na Câmara dos Deputados. Ele veio de Paris e deu um depoimento, foi a primeira vez que um cassado falou na Câmara. Afinal usaram um discurso meu como pretexto, em 68, para o AI-5, e isso me obrigou a ir para o exílio, o que durante um período talvez tenha sido bom. O Celso dizia que a melhor coisa que poderia acontecer a um jovem brasileiro era passar cinco anos fora, porque ele aprenderia no exterior aquilo que não teria aprendido no Brasil se tivesse ficado. Mas 11 anos de exílio já foi um certo exagero...

Quando o senhor foi ser deputado em Brasília, sentiu muita diferença em relação ao ambiente do Rio de Janeiro? Onde morava, em Brasília?

Nós tínhamos, no princípio, uma casa no Lago Sul com quatro deputados. Era uma das raríssimas casas do Lago. Não havia ponte, portanto para chegar lá tinha-se que dar a volta pelo aeroporto. Essa casa ficou conhecida como a República Socialista do Lago... Lá moravam, além de mim, Edgar da Mata Machado, que era o mais velho, deputado pela esquerda católica de Minas Gerais, Davi Lerer, que era o mais moço, médico socialista de São Paulo, meio anarquista, completamente desregrado, e um deputado de Santa Catarina chamado Eugênio Doin Vieira, pai do atual governador de Santa Catarina, Paulo Afonso. Cada um cuidava da casa durante uma semana e se tornava nesse período "comissário do povo". O Edgar, que era completamente incompetente em matéria de trabalhos domésticos, declarava-se povo, e então Davi, Doin e eu nos alternávamos no trabalho de prover a casa...

Qual a diferença entre a política que era feita no Congresso em Brasília e aquela que se fazia aqui no Palácio Tiradentes?

Nós não ficávamos só em Brasília, porque os acontecimentos nos chamavam para toda parte. Ora era um quartel de Juiz de Fora, onde se denunciava que os presos políticos estavam sendo torturados, ora era uma manifestação de trabalhadores rurais em Pernambuco, ora era uma greve em São Paulo ou em Belo Horizonte, ora era também uma confusão na Universidade de Brasília — que foi o que deu origem ao famoso discurso de setembro de 68 que serviu de pretexto para o AI-5. Portanto, não tínhamos propriamente uma atividade de política tradicional. Mas tínhamos também uma intensa atividade na Câmara, fazíamos plantões no plenário para azucrinar a vida dos deputados do governo. Não havia deputado do governo que falasse impunemente, todos eram apartados pelo Hélio Navarro, pelo Davi Lerer...

Quantos deputados havia nesse seu grupo, mais ou menos?

Uns 30. O líder do grupo era o Mário Covas, que era também líder do MDB.

*Foi a origem do grupo autêntico?*¹

Foi a origem do grupo autêntico. A Ivete Vargas, que já àquela altura se articulava com os militares, nos apelidou de imaturos porque a nossa briga era realmente de peito aberto, e isso era considerado um sinal de imaturidade. Gustavo Capanema, que encerrava a sua vida parlamentar, ao chegar à Câmara naquela legislatura, disse: "Isto aqui está muito mudado, está cheio de mulheres, de padres e de meninos". Os meninos éramos nós. Portanto, a nossa atividade parlamentar era intensa, muito mais do que é hoje a do PT. E também não se fazia nada escondido. Nós exercíamos o mandato na rua. De certa forma era muito confortável, não nos assaltava nenhuma dúvida sobre o que fazer. Fiz uma viagem ao interior de Pernambuco durante a qual realizei um grande le-

¹ O grupo autodenominado "autêntico" do MDB se formaria em 1971, representando uma facção política mais identificada com as esquerdas. Os autênticos se contrapunham tanto às orientações moderadas da direção do partido quanto à chamada ala "adesista". Ver *DHBB*, op. cit.

vantamento, que relatei, sobre a situação na zona canavieira; levantei uma série de dados sobre vendas de terras a estrangeiros no Centro-Oeste e na Amazônia, e daí resultou uma CPI, relatada pelo brigadeiro Haroldo Veloso, homem de direita mas nacionalista. Enfim, tive uma atuação parlamentar desse tipo, de levantar e trazer para o Congresso aquilo que não era publicado na imprensa, que ninguém sabia.

Há interpretações que atribuem o fechamento do regime militar ao vazio político de Brasília, que consideram que se a capital ainda fosse no Rio, certamente o regime militar teria tomado outro caminho. Qual é o seu depoimento sobre isso? Havia realmente um vazio em Brasília, em contraposição a uma efervescência no Rio de Janeiro?

Acho essa interpretação não só superficial como totalmente errada. O que levou ao fechamento do regime não foi nem o vazio de Brasília nem a efervescência do Rio de Janeiro. O que levou ao fechamento do regime foi a Guerra Fria, foi a doutrinação sistemática, dentro da Escola Superior de Guerra, de duas ou três gerações de militares que se imbuíram da missão de combater o comunismo, que eles viam em toda parte e de cuja definição tinham idéias vagas. Comunistas para eles eram todos aqueles a favor de reformas sociais, melhor distribuição de renda etc.

O conflito internacionalizado da Guerra Fria também foi assumido no Brasil por uma parte das esquerdas, que partiu para a luta armada em princípios de 1968. As primeiras ações de guerrilha urbana são de janeiro de 68. A partir do momento em que uma organização armada assaltou um hospital em São Paulo, e um capitão do Exército fugiu de um quartel levando uma quantidade de fuzis — era o Carlos Lamarca —, os generais principais, especialmente Emílio Garrastazu Médici, que era o chefe do Serviço Nacional de Informações, e Jaime Portela, que era o chefe da Casa Militar do general Costa e Silva, decidiram que não era possível manter o Brasil com um simulacro de democracia e ao mesmo tempo combater a guerrilha urbana. Portanto, decidiram o fechamento do regime e ficaram apenas esperando o pretexto. Tiveram várias opções, e o melhor pretexto que encontraram foi um pequeno discurso meu, baseado na história de uma peça grega, das mulheres que se recusaram aos homens enquanto eles não voltassem a combater. Eu dizia que, tendo em vista as violências praticadas em nome do Exército por um grupo de militares, as mulheres deviam recusar-se aos militares, e que os estudantes que haviam

sido espancados, tiroteados na Universidade de Brasília, não deveriam desfilar no 7 de setembro. Era uma mensagem muito curta, muito direta, muito clara, capaz de ser entendida por qualquer tenente que tivesse saído da Academia Militar das Agulhas Negras naqueles quatro anos. Por isso, essa declaração, que não teve na ocasião nenhum registro na imprensa, a não ser uma pequena notinha de cinco linhas na *Folha de S. Paulo*, foi reproduzida e mandada a todos os quartéis do Brasil, como preparação para o golpe.

A minha intervenção tinha ainda outra vantagem para os golpistas: tinha sido feita da tribuna e, como a imunidade parlamentar da tribuna é um dos fundamentos da existência do Parlamento, é uma imunidade absolutamente inquestionável, os militares imaginavam que a Câmara recusaria a licença para me processar. E fizeram tudo para isso. Realmente a Câmara, apesar da grande maioria de deputados a favor do governo, recusou a licença, e por isso foi fechada.

Como o senhor enfrentou toda essa situação que se seguiu ao seu discurso?

Como tudo na minha vida, foi uma casualidade. Os militares criaram um caso. Quando eles criam o caso, você tem que enfrentar. Foi o que eu fiz. Mas, do ponto de vista da análise geral, do conjunto das forças políticas, eu avaliava que, se a Câmara mantivesse a imunidade e não fosse fechada, haveria muita probabilidade de se encerrar o ciclo militar no final do governo Costa e Silva. Essa mesma avaliação era feita pelo Magalhães Pinto, que era ministro das Relações Exteriores, e por isso ele mandou os seus deputados votarem a meu favor. Foi uma tristeza, porque a antiga UDN mineira votou toda a meu favor e no dia seguinte ao fechamento da Câmara tratou de procurar os militares de plantão para dizer que se tinha arrependido. Não quero aqui citar os nomes, mas se vocês examinarem a composição da bancada mineira, e as declarações de amor democrático que tantos fizeram, verão que há uma certa incongruência entre essas declarações e a posterior carreira de cada um deles. Mas aquela foi uma decisão do Magalhães Pinto. Ele achava que, mantendo-se a prerrogativa do Congresso, ele teria enormes chances de ser o sucessor do Costa e Silva, porque era ligado à chamada Revolução, era ministro, e ao mesmo tempo tinha um trânsito civil grande. Era uma pessoa conversável, negociava com o Tancredo, que era o seu grande adversário na política local; enfim, era muito mais palatável.



Palácio Tiradentes, antiga sede da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, atual sede da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Palácio Monroe, antiga sede do Senado Federal no Rio de Janeiro, demolido em 1976. Museu Histórico Nacional.

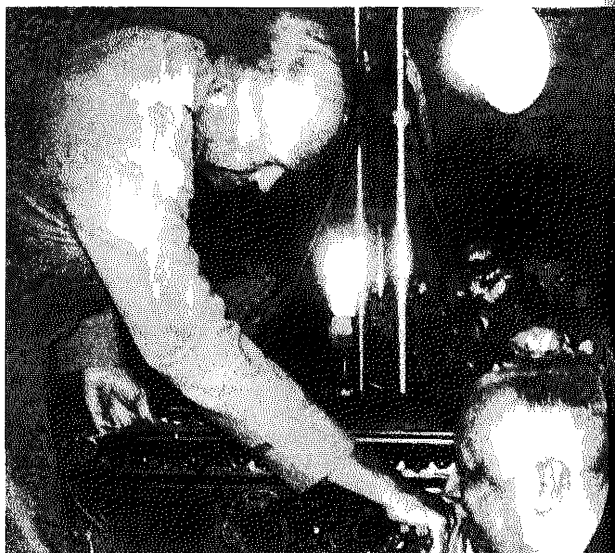
Populares acompanham, em frente ao Palácio Tiradentes, a sessão de promulgação da Constituição de 1946. Arquivo Nacional/Correio da Manhã.



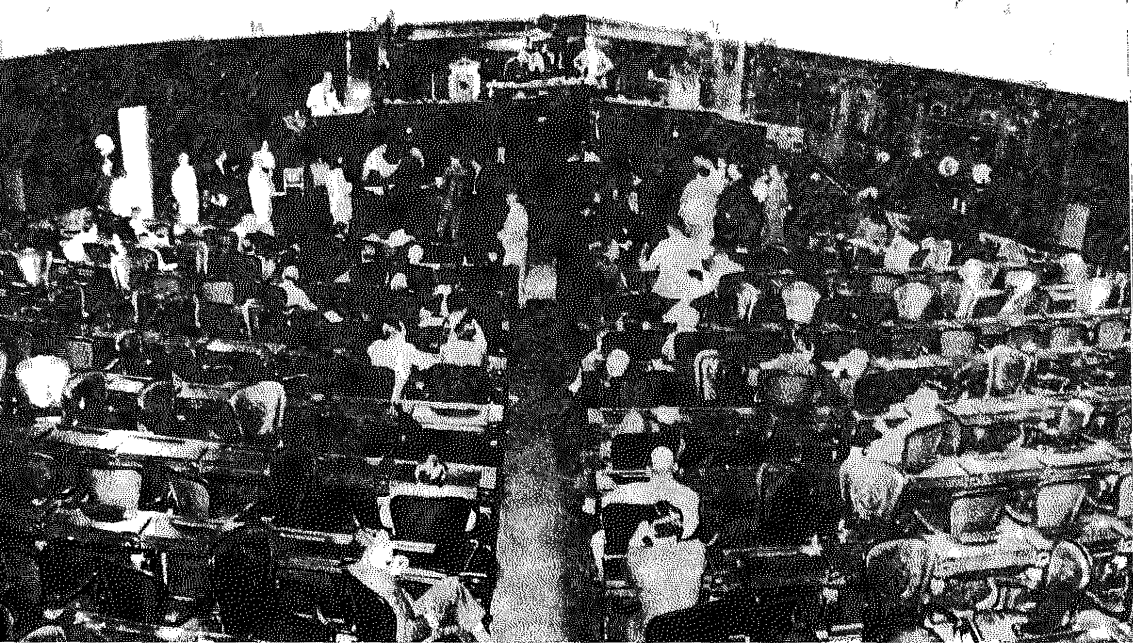


Hermes Lima discursa
na tribuna em sessão
da Assembléia Nacional
Constituinte de 1946.
FGV/CPDOC -
Arq. Hermes Lima.

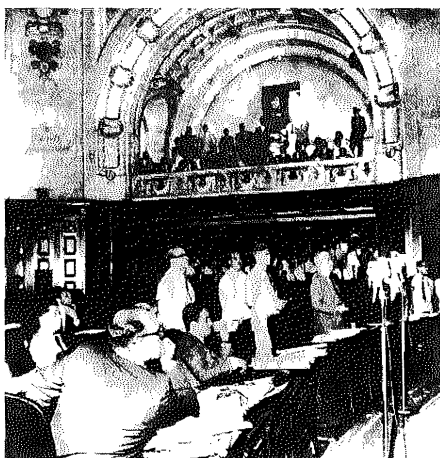
Otávio Mangabeira beija a
mão do general Eisenhower
depois de saudá-lo por
ocasião de sua visita à
Constituinte, em agosto de
1946. A famosa foto de
Ibrahim Sued foi vista como
símbolo da submissão do
Brasil aos Estados Unidos.
Arquivo Nacional.



Amaral Peixoto assina o texto
da Constituição promulgada
em 18 de setembro de 1946.
FGV/CPDOC - Arq. Ernani
do Amaral Peixoto.

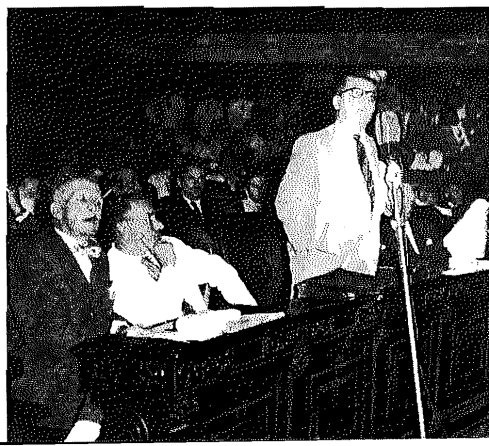


Vista do plenário da Câmara, com a Mesa Diretora e as duas tribunas ao fundo. Sessão de 30 de julho de 1959. Arquivo Nacional/*Correio da Manhã*.



Vista de uma das galerias do Palácio Tiradentes. Sessão da Assembléia Legislativa da Guanabara em 1961. Arquivo Nacional/*Correio da Manhã*.

Afonso Arinos fala da bancada da UDN no microfone de apartes durante sessão da Câmara em 1953. À esquerda, Flores da Cunha e Mário Martins. FGV/CPDOC-Arq. Afonso Arinos.





Sessão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara encarregada de julgar o pedido de cassação do mandato de Carlos Lacerda, deputado e dono da *Tribuna da Imprensa*, em abril de 1957. Arquivo Nacional/*Correio da Manhã*.

Alberto Torres, político e proprietário do jornal *O Fluminense*, em sessão da Câmara dos Deputados na década de 50. Arquivo Nacional/*Correio da Manhã*.





Tenório Cavalcanti, político e proprietário do jornal *Luta Democrática*, vestindo sua capa preta. Década de 50. Arquivo Nacional/*Correio da Manhã*.

Lopo Coelho preside a sessão de promulgação da Constituição do estado da Guanabara, em 27 de março de 1961. À esquerda, Sérgio Magalhães e Afonso Arinos. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.





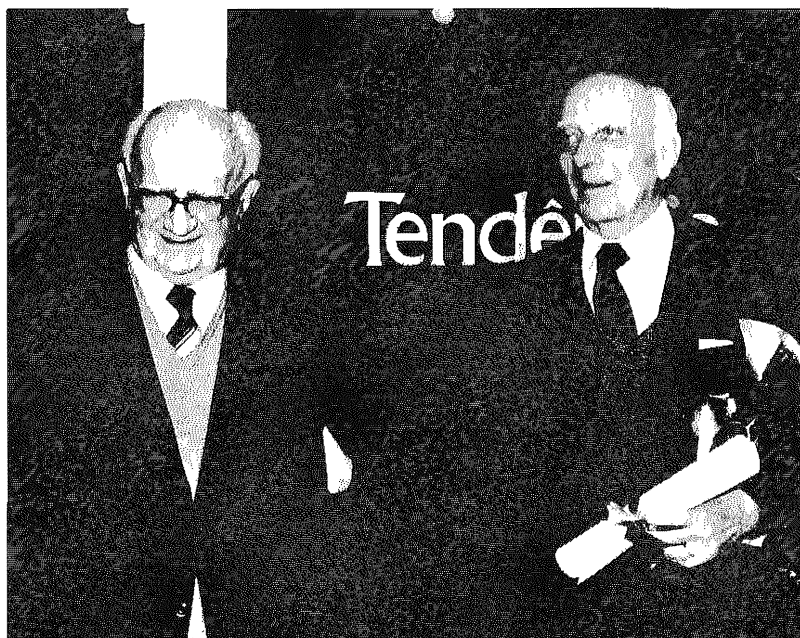
O governador do antigo Estado do Rio, Roberto da Silveira, e o vice-presidente João Goulart em foto de 1960. Arquivo Nacional/*Correio da Manhã*.

Posse de Negrão de Lima no governo da Guanabara, em 5 de dezembro de 1965. Arquivo Nacional/*Correio da Manhã*.



O governador da Guanabara Chagas Freitas, dono dos jornais *A Notícia* e *O Dia*, e o vice-governador Erasmo Martins Pedro. Arquivo Nacional/*Correio da Manhã*.





Barbosa Lima Sobrinho e Ulisses Guimarães, antecandidatos à presidência da República em 1974, em foto de 1983. Arquivo particular.

Barbosa Lima Sobrinho (primeiro à esq.), então governador de Pernambuco, em convenção do PSD no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 1950. A seu lado, Benedito Valadares e Carlos Cirilo Jr. FGV/CPDOC-Arq. Cristiano Machado.





O repórter Villas-Bôas Corrêa e o ministro da Justiça Tancredo Neves durante um "Comando parlamentar" do jornal *O Dia* no antigo SAM, na década de 50. Arquivo particular.

Villas-Bôas Corrêa na redação do *Jornal do Brasil*. Arquivo particular.

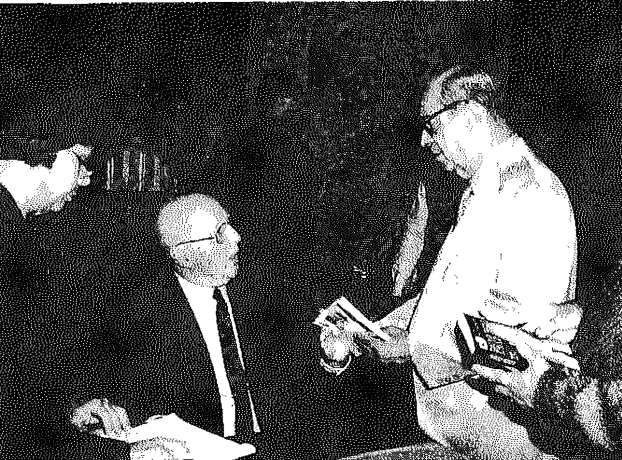


Murilo Melo Filho com Che Guevara durante viagem a Cuba na comitiva do candidato à presidência Jânio Quadros, em abril de 1960. Arquivo particular.



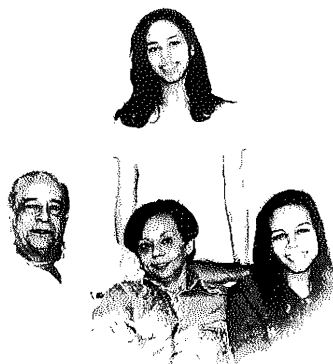
Murilo Melo Filho e o fotógrafo Jáder Neves ao lado da Casa Branca para a cobertura do enterro de Kennedy, em novembro de 1963. Arquivo particular.



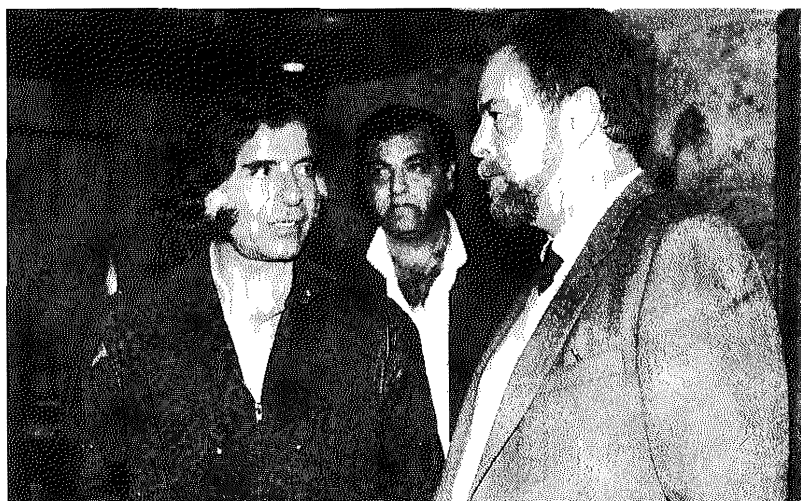


Pedro do Coutto no lançamento do depoimento de Paulo Duque, publicado na série Conversando sobre Política. Alerj, maio de 1998. Arquivo particular

Pedro do Coutto com sua mulher, Elena Isabel Martins Pedro do Coutto, e suas filhas Tatiana e Vanessa. Arquivo particular.



Marcio Moreira Alves com Carlos Menem em foto de 1988. Então governador de La Rioja, Menem assumiria no ano seguinte seu primeiro mandato como presidente da Argentina. Arquivo particular





Rogério Coelho Neto, no dia-a-dia do jornalismo. Arquivo particular.



Rogério Coelho Neto com o governador do antigo Estado do Rio Badger da Silveira. Arquivo particular.



Paulo Branco em foto de 1998. Arquivo particular.

Paulo Branco e Yasser Arafat em encontro em Beirute nos anos 70, durante o qual Edson Khair discursou denunciando Chagas Freitas. Arquivo particular.



Com a sucessão de eventos que terminou na edição do AI-5, o senhor, de jornalista, passou a ser manchete de jornal. Como avalia a cobertura da imprensa na época?

Os jornais cobriram um caso parlamentar que havia sido criado pelos militares, do qual eu era pretexto, coisa de que ninguém tinha dúvidas. Cobriram muito bem, publicando os pareceres dos juristas todos; enfim, criando um clima a favor da resistência da Câmara. A imprensa sabia que se houvesse um golpe militar ela também seria vítima, como sempre acontece.

Os jornais e a política

No Correio da Manhã, antes de o senhor ser eleito deputado, havia liberdade de expressão ou havia um certo controle?

Total e completa liberdade. Eu tive muita sorte na imprensa, nunca sofri nenhuma pressão. Depois também, no *Jornal do Brasil*, n' *O Globo*, jamais recebi qualquer tipo de pressão. Na verdade, o meu entendimento com *O Globo* foi engraçado. Em 1993 ia haver a revisão da Constituição, e *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, e também o *Estado de Minas*, aceitaram que eu fosse cobrir a revisão. Fui então procurar o Evandro Carlos de Andrade, que era o redator-chefe d' *O Globo*, e disse a ele que eu não queria fazer só uma coluna sobre os políticos. Ia fazer a cobertura da reforma constitucional, mas gostaria de falar também sobre políticas públicas. E disse a ele o seguinte: "Os políticos, quando fazem uma campanha, falam de educação, saúde, transporte, às vezes de relações internacionais, raramente de relações civis-militares, e através dessas coisas sobre as quais falam, mobilizam o eleitorado. Não há nenhuma razão para que nós jornalistas reproduzamos o que dizem os políticos em campanha e, terminadas as eleições, passemos a uma cobertura estritamente parlamentar, ou da vida dos políticos como políticos — ou seja, o que os franceses chamam de *politique des politiciens*, política dos políticos —, e esqueçamos as políticas públicas, os grandes temas". O Evandro pensou um pouco e disse: "Olha, nunca ninguém fez isso. Pessoalmente acho que não vai dar certo. Em todo caso, você tenta. Se der muito errado, eu mando você embora. Se der certo, você continua".

Não sei se eu consigo fazer isso, mas pelo menos consigo estabelecer um padrão de literatura política muito diferente dos demais colegas. Realmente trato de políticas públicas, e cada vez menos da política dos políticos. Rarissimamente escrevo uma coluna sobre as intrigas entre os diversos partidos, a base parlamentar, os conflitos oposição-governo no Congresso. Quando trato dessas coisas, trato dos projetos de lei em andamento no Congresso, e não da instituição plenário. Quero saber como vai ser a ANP, a Agência Nacional de Petróleo, como vai ser a Agência Nacional de Energia, como se vão votar os planos de saúde. Enfim, falo dessas coisas que são as peças legislativas que mexem com a vida da população, que muitas vezes são determinantes, que passam pelo Congresso mas não são a matéria habitual da crônica política dos meus colegas. Ou das minhas colegas.

Essa idéia de fazer uma coluna jornalística sobre políticas públicas tem a ver com a sua própria passagem pelo Parlamento, ou tem a ver com o período do exílio, que lhe teria permitido tomar contato com outro tipo de político? Qual é a matriz dessa idéia?

Não sei se eu consigo dividir essa experiência. A experiência que se adquire é fruto de informações, influências várias. É claro que o período que passei no exílio me ajudou muito. Tenho um acervo de informações, acumulado ao longo dos 11 anos de exílio, que me dá mais facilidade do que têm alguns dos meus colegas. Ou minhas colegas, porque há um matriarcado em Brasília, mulheres que eu prezo muito, excelentes, batalhadoras, sagazes, que ocupam as colunas dos principais jornais. O único colunista diário homem sou eu. Há outros que também escrevem, claro, mas todo santo dia, acho que estou sozinho, o resto é tudo mulher. Costumo dizer que elas são as altas sacerdotisas do matriarcado político de Brasília.

Quando voltou do exílio, como ficou sua carreira? O senhor colaborou um tempo na Tribuna da Imprensa...

Busquei uma inserção no jornalismo brasileiro, mas não tinha as portas abertas. Em 82, 83, comecei a colaborar no *Jornal do Brasil* uma vez por semana. Depois comecei a colaborar, também uma vez por semana, n' *O Estado de S. Paulo*. Aí passei a duas vezes por semana, nos dois

jornais. Até que um dia eu estava passando ocasionalmente pela direção do *Jornal do Brasil*, e o Kiko Nascimento Brito me convidou para almoçar. E me disse o seguinte: “Eu nunca leio essa página de artigos onde você escreve. Aliás, o índice de leitura é mínimo. Estou pensando em acabar com essa página”. Saí do jornal, liguei para o Evandro, n’*O Globo*, que já me havia feito uma vaga oferta no passado, marquei um encontro com ele, fui lá e disse: “Olha, eu gostaria de colaborar sistematicamente com *O Globo*”. Ele: “Tudo bem. Começa semana que vem”. Isso já em 91, 92, por aí. O filho do dono do jornal nunca tinha lido um artigo meu e queria acabar com a página, é evidente que eu tinha que procurar outra solução!

Por que o senhor diz que quando voltou do exílio as portas dos jornais estavam fechadas? Quanto tempo durou, como foi isso?

Durou na verdade até agosto de 1990. Os editores dos jornais tinham introjetado a idéia de que a ditadura tinha passado, de que eu era um porra-louca, um radical que podia incendiar o país, um comunista dos mais perigosos. Eles tinham comprado toda essa propaganda da ditadura, e tudo o que eu fiz no exterior, os vários livros que publiquei tinham ficado absolutamente desconhecidos. Por exemplo, a minha tese de doutorado, sobre Igreja e Estado no Brasil, foi publicada na França no mesmo ano em que a defendi, 73 ou 74.² O livro que escrevi sobre a Revolução dos Cravos, sobre os soldados socialistas de Portugal, foi soberanamente ignorado no Brasil.³ E por aí afora. Eu tinha escrito alguns livros no exílio, publicados em 11 línguas diferentes, e ninguém no Brasil tinha tomado conhecimento. Enfim, era o período mais duro da ditadura. Mas aí, quando voltei, eu ia às redações e ninguém queria me dar emprego: “Vou dar emprego para um porra-louca desses?” Além do mais, eu tinha fama de ser rico, e então ninguém se preocupava muito. Até que veio a revisão constitucional, surgiu por acaso essa possibilidade de fazer a cobertura para dois grandes jornais, *O Globo* e o *Estadão*, fui para Brasília, e aí pronto, comecei a coluna e não parei mais.

² *L'Église et la politique au Brésil* (Paris, Cers, 1973).

³ *Les soldats socialistes du Portugal* (Paris, Gallimard, 1975).

Brasília x Rio de Janeiro

Há jornalistas que falam muito mal de Brasília, que dizem que lá não há realmente vida política, que têm uma visão negativa do Congresso. Seu depoimento não passa isso, Brasília não parece ser uma coisa pesada na sua vida.

Eu adoro trabalhar em Brasília. Fala mal de Brasília quem nunca trabalhou lá ou quem é vagabundo, porque escrever sobre políticas públicas dá trabalho. A Esplanada dos Ministérios é uma mina de informação absolutamente inesgotável. Se você quiser fuxicar um pouco, procurar um pouco o que está acontecendo, tem assunto para fazer duas, três colunas por dia do tamanho da minha.

E quanto à comparação de que não há povo nas galerias do Congresso, enquanto no Rio de Janeiro havia público, o povo pressionava os parlamentares, havia outro ritmo, outra dinâmica?

A Constituinte de 1988 teve a participação de centenas e centenas de milhares de pessoas. A Câmara dos Deputados todo santo dia é invadida por algum tipo de *lobby*. São milhares e milhares de pessoas que passam por aquele edifício, indo às comissões, procurando deputados, pressionando a favor disso ou daquilo, a favor dos sem-terra, contra os sem-terra, a favor dos donos de plano de saúde, a favor dos usuários de plano de saúde. Enfim, é um contraditório permanente que existe no Congresso. Por outro lado, na Esplanada dos Ministérios é que se traçam as políticas factuais, concretas. Quem quiser saber, por exemplo, o que vai haver em matéria de saneamento no Brasil ano que vem, tem que ir à repartição do Ministério do Planejamento e Orçamento, que fica em outro edifício, e procurar lá quais são os projetos em curso, quanto há de recursos para o quê, quais as parcerias que estão sendo feitas. Quem quiser saber sobre saúde, tem que se meter no Ministério da Saúde. Não há nenhum daqueles ministérios onde não se encontre vasto material para escrever. Portanto, quem acha que Brasília não tem vida política é quem confunde a vida política com a vida dos políticos, em primeiro lugar. Segundo, confunde o exercício do poder com manifestações de discussão do poder, ou na rua ou no Congresso. Eu acho que não é isso! Acho que Brasília tem uma riquíssima vida política.

Para um jornalista que escreve num grande jornal do Rio de Janeiro, para um político que foi eleito pelo Rio de Janeiro, o senhor cobre muito pouco a política do Rio de Janeiro. Há algum motivo especial para isso?

Acho que vocês devem ter razão, eu trato muito pouco da política do Rio de Janeiro. De vez em quando trato de algumas coisas concretas: vou a uma favela no Rio e vejo como funciona o Favela-Bairro; vou a uma favela em Niterói, vejo como funciona o maravilhoso programa de saúde de lá e escrevo sobre isso. Mas da política mesmo do Rio, eu realmente não trato muito. Por dois motivos: primeiro, existe toda uma redação que trata disso, a cobertura de cidade d'*O Globo* é muito grande, muito profunda, muito boa. Não me sinto motivado a cuidar de coisas de que outros já estão cuidando. Segundo, porque eu acho a política do Rio de Janeiro muito pobre. O Rio teve administrações muito corruptas, muito mesquinhas, tem tido muito azar com as pessoas que elege para cargos majoritários. Acho que este estado foi vitimado por uma série de governos perversos. Conheço-os, e tenho a respeito deles uma opinião não muito positiva. Portanto, como não tenho mais tempo de vida para ser negativista nem pessimista, vou procurar coisas em outros lugares.

A seu ver o Rio de Janeiro perdeu espaço de representação no jornalismo nacional?

Acho que sim, claro. Primeiro, o enfoque nacional saiu do Rio e foi para Brasília. Segundo, a enfiada de governadores é uma coisa tão lastimável que não dá para que nenhum deles se projete em cobertura nacional. É impossível você imaginar hoje que um governador do Rio de Janeiro tenha uma mínima chance como candidato a presidente da República. A última vez que um governador foi candidato teve 3% dos votos.

ROGÉRIO COELHO NETO

ROGÉRIO COELHO NETO nasceu em São Gonçalo (RJ) em 13 de abril de 1936. Começou a Faculdade de Direito de Niterói mas não concluiu o curso. Iniciou a carreira no jornal fluminense *Diário do Comércio* no fim dos anos 50. Em 1960 começou a trabalhar na sucursal do *Jornal do Brasil* em Niterói e atuou na assessoria de imprensa de vários governos estaduais, desde Roberto da Silveira até Raymundo Padilha. Com a fusão, em 1975, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Continuou no *Jornal do Brasil*, onde foi subeditor de política, até 1990. Passou por Brasília como coordenador de imprensa de Renan Calheiros no Congresso e hoje é superintendente de Comunicação Social da Petrobras.

Seu depoimento foi concedido a Marieta de Moraes Ferreira e a Américo Freire em 26 de março de 1998.

Jornalista em Niterói

Poderia nos falar, rapidamente, sobre seus dados familiares e nos contar o início de sua vida profissional?

Sou natural de um município do estado do Rio chamado São Gonçalo, que é vizinho de Niterói. Os dois até se confundem, têm fronteiras que não são muito distintas, e eu costumo denominar Niterói-São Gonçalo aquele mesmo território continuado. Nunca me mudei do local onde nasci. Moro numa rua que é divisa, metade é Niterói e metade é São Gonçalo. Moro no lado de São Gonçalo mas, se atravesso a rua, estou em Niterói.

Minha mãe era uma imigrante italiana chamada Letícia Agnello Coelho Neto, já falecida, e meu pai, Jaime Coelho Neto, era baiano. Nasci de um cruzamento meio engraçado, de italiano com baiano, mas acho que peguei mais aquele pique do italiano, porque o baiano, dizem que é mais indolente.

Quanto à minha formação, cursei a Faculdade de Direito de Niterói até o segundo ano. Aí me deixei encantar pelo jornalismo, que naquela época, quando comecei, ainda era muito ligado à boemia, e acabei largando o curso de direito. Mas não me arrependo. Acho que alcancei, no jornalismo, aquilo que esperava. Acho que fui bem longe, saindo de uma província.

Em que jornal o senhor começou sua carreira? Quais foram os seus mestres no jornalismo?

Comecei a trabalhar num jornal de Niterói chamado *Diário do Comércio*. Esse jornal foi fundado por Dalton Feliciano Pinto, um jornalista muito combativo na política do Estado do Rio, na linha de oposição. Foi lançado para se contrapor a *O Estado*, jornal do grupo dos Diários Associados, e ao *Diário do Povo*, o jornal mais importante da capital do antigo Estado do Rio, dirigido por um jornalista chamado José de Matos, que tinha uma característica: não escrevia, mas sabia montar equipes. Dirigiu o *Diário do Povo* de uma maneira fantástica. O Dalton veio então para se contrapor a esses dois: *O Estado*, que não tinha uma linha política muito definida, não era nem governo nem oposição, era meio independente, e o *Diário do Povo*, que era um jornal mais governista. E o

Diário do Comércio ocupou bem o espaço na linha de oposição. Foi um jornal que marcou época. Durou três ou quatro anos, se não me engano.

Isso foi entre 1958 e 60, mais ou menos. Em 60, fui para o *Jornal do Brasil*, que estava começando a se instalar no Estado do Rio. Roberto da Silveira¹ era o governador, tinha muita amizade com o dono do *Jornal do Brasil*, dr. Nascimento Brito, e fez a cabeça dele, acenando com a possibilidade de ele ser candidato a deputado federal pelo PTB. Ele então começou a fazer essa passagem, a se movimentar mais no antigo Estado do Rio, através da sucursal que montou em Niterói.

Naquela época, o grande veículo de comunicação do Estado do Rio era um jornal falado chamado "Grande Jornal Fluminense". Era um noticioso de rádio que tinha uma hora e meia de duração. O programa era dividido em seções: seção da Assembléia, seção política, seção do Judiciário. Era como se fosse um jornal bem editado, que você abre e vê: política, economia, esportes. O "Grande Jornal Fluminense" tinha tudo isso e mais um detalhe: era um veículo que dava os atos oficiais do governo do Estado do Rio. Então, lá em Campos, lá em Conceição de Macabu, em São Fidélis, em Barra do Piraí, São João da Barra, o sujeito que estava esperando, por exemplo, por uma aposentadoria, ou por uma melhoria de carteira como funcionário público, era informado primeiro por ele, porque o *Diário Oficial*, naquela época, levava 15, 20 dias para chegar.

¹ Roberto Teixeira da Silveira nasceu em Bom Jesus de Itabapoana (RJ) em 11 de junho de 1923. Ingressou na Faculdade de Direito de Niterói no início da década de 40 e ainda universitário foi redator do Departamento Estadual de Propaganda e secretário do jornal fluminense *Diário da Manhã*. Após a derrubada do Estado Novo, foi nomeado oficial-de-gabinete do interventor federal no Estado do Rio, Lúcio Meira, que exerceu o cargo entre 11 de fevereiro e 23 de setembro de 1946. Em 1947 foi eleito deputado à Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro na legenda do PTB e formou-se em direito. Reeleito deputado estadual em 1950, foi secretário do Interior e Justiça do governo Amaral Peixoto de 1951 a 1954, ano em que foi eleito vice-governador do estado com o apoio da coligação PSD-PTB, recebendo mais votos do que o governador Miguel Couto Filho. Tornou-se então presidente do PTB fluminense. Em 1958 candidatou-se a governador, tendo como vice Paulo Bruno Brito de Araújo, com o apoio de uma coligação formada pelo PTB, a UDN, o PDC e o PSB, e enfrentou a chapa formada por Getúlio Moura e Celso Peçanha, do PSD. Venceu a eleição por larga margem de votos, enquanto Celso Peçanha era eleito vice. Empossado em 1^o de fevereiro de 1959, faleceu em 28 de fevereiro de 1961, vítima de acidente de helicóptero, sem completar o mandato. Ver *DHBB*, op. cit.

O “Grande Jornal Fluminense” era retransmitido por muitas emissoras do interior e também por rádios grandes. Ficou na Rádio Jornal do Brasil, se não me engano, durante 20 anos. Quando o Brito montou a sucursal do *Jornal do Brasil* no Estado do Rio, o contrato do “Grande Jornal Fluminense” estava terminando, e eles estavam indo para a Rádio Mayrink Veiga. O que fez o *Jornal do Brasil*? Lançou também um jornal falado, para competir com o “Grande Jornal”. Fui um dos jornalistas que iniciaram os trabalhos dessa sucursal e desse jornal falado, levado pelo Carlos Pinto, que foi um dos melhores jornalistas de economia do *Jornal do Brasil* e d’*O Globo* e hoje é assessor de imprensa da Petrobras. Foi ele quem me levou para o *Jornal do Brasil*. Fui ficando, ficando, e assim se passaram 30 anos.

*Esse “Grande Jornal Fluminense” era patrocinado por quem? Era ligado ao jornal O Fluminense?*²

Não tinha nada a ver com o jornal *O Fluminense*. Era da família Batista da Costa. João Batista da Costa depois foi vice-governador do Estado do Rio, na época em que o Badger da Silveira, irmão do Roberto, se elegeu governador, em 1962.³ Naquela época, vice também era votado. Ele disputou o cargo pela UDN e teve mais votos que o Badger. Ti-

² Jornal fundado em Niterói em 8 de maio de 1878 pelos majores da Guarda Nacional Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos. Com a morte de Rodrigues de Miranda, passou às mãos de seu genro, Luís Henrique Xavier de Azeredo, que o dirigiu de 1919 a 1944 e o deixou em testamento a seu neto, José Luís Azeredo da Silva. Este, em 1954, convocou Alberto Torres para sanear as finanças da empresa. Alberto Torres assumiu então a direção de *O Fluminense* e, no ano seguinte, adquiriu seu controle acionário, passando o jornal a defender as posições da UDN. *O Fluminense* permanece em circulação e é até hoje dirigido por Alberto Torres. Ver *DHBB*, op. cit.

³ Badger Teixeira da Silveira nasceu em Bom Jesus de Itabapoana (RJ) em 10 de março de 1916. Formou-se em direito, foi um dos fundadores do PTB no estado do Rio de Janeiro em 1945 e, ao lado do irmão Roberto da Silveira, teve participação ativa na campanha nacionalista pró-criação da Petrobras. No governo de Roberto da Silveira ocupou vários cargos administrativos. Com a morte deste, teve sua candidatura ao governo do estado lançada pelo PTB. Venceu a eleição de 1962 derrotando seu principal adversário, Tenório Cavalcanti, candidato da coligação PST-PTN. Um dos mais fiéis aliados do presidente João Goulart, em maio de 1964 teve seu *impeachment* aprovado pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e dois dias depois teve seus direitos políticos cassados por 10 anos com base no Ato Institucional nº 1, editado em 9 de abril. Ver *DHBB*, op. cit.

nha uma influência política muito grande, influía realmente na eleição de governadores, de deputados federais e estaduais. O apoio do “Grande Jornal Fluminense” era disputado quase a tapa pelos políticos do Estado do Rio e de todos os partidos.

O que o senhor fazia, de início, no Jornal do Brasil?

Eu tinha de acompanhar o Roberto da Silveira. Era um dos jornalistas políticos da sucursal. O *Jornal do Brasil* tinha duas páginas dedicadas ao Estado do Rio, encartadas no seu caderno principal.

As relações do Jornal do Brasil com Roberto da Silveira deviam ser muito próximas, não?

Eram, pela amizade dele com o dr. Brito. Mas isso não queria dizer compromisso. A sucursal do *Jornal do Brasil* tinha independência total. Teve até um papel muito importante na alavancagem do processo político no antigo Estado do Rio por isso, porque foi um jornal de peso que chegou lá e mexeu com as estruturas. Como acabei de dizer, naquela época a hegemonia era do “Grande Jornal Fluminense”. E o *Jornal do Brasil* chegou e dividiu, porque, de repente, o político de São João da Barra saía na edição nacional do jornal. As páginas que o *Jornal do Brasil* fazia sobre o Estado do Rio saíam em edição nacional, não era como hoje, que você tem um jornal de base d’*O Globo* ou d’*O Dia*, e um jornal regional. De repente, lá em Brasília, saía alguma coisa relacionada com São João da Barra, com Barra do Piraí, enfim, com o interior. A importância do *Jornal do Brasil* foi essa. Ele deu um novo sentido à política, permitiu que a cobertura fosse mais equânime. Com essa proposta de cobertura aberta da política do Estado do Rio, acima dos partidos, o que foi que aconteceu? Ele forçou o “Grande Jornal Fluminense” a acompanhar esse processo. E isso foi bom, equilibrou.

O governo Roberto da Silveira

No governo Roberto da Silveira o senhor também teve uma passagem pela assessoria de imprensa da Secretaria de Trabalho e Serviço Social, não é?

Foi o seguinte: fui trabalhar num departamento de plano agrário, mas não precisei deixar as minhas atividades de jornalista. Era o editor

de uma revista que eles tinham, dirigida ao homem do campo, e continuava no *Jornal do Brasil*.

Quem era o secretário de Trabalho e Serviço Social do governo Roberto da Silveira? Essa secretaria tinha relevância em termos de articulação política?

O secretário era o Waldir de Carvalho, empresário de Volta Redonda que o Roberto trouxe para a política e era muito ligado a ele. Mas foi apenas secretário, não teve um grande vôo. Depois que o Roberto morreu, tentou se eleger duas vezes, mas não conseguiu. Quanto à articulação política, no antigo Estado do Rio ela nunca foi feita por secretaria nenhuma, sempre foi feita pelo próprio governador no Palácio do Ingá, diretamente com as chefias políticas. Naquela época, você também tinha uma situação diferente da de hoje. O governador, por exemplo, andava na rua. Roberto da Silveira às vezes deixava o Palácio do Ingá às 10, 11 horas e ia para a rua Rio Branco, onde havia o maior movimento noturno de Niterói, para tomar uma cerveja ou uma caipirinha naqueles botequins. Era um homem nessas condições. Ninguém precisava andar com segurança atrás. E havia aquele hábito de o governador se reunir, pelo menos três vezes por semana com os deputados estaduais, uma vez com os deputados federais. Os esquemas políticos eram assim bem estreitados entre o próprio governador e os deputados e secretários.

Quem eram as pessoas-chave do governo de Roberto da Silveira?

Roberto da Silveira se elegeu até contrariando um ponto de vista da época, da impossibilidade de se unir esquerda e direita. Fez uma aliança com 13 partidos, em que entraram todos os partidos reconhecidos na política do Estado do Rio. Só o PSD ficou de fora. O partido do Amaral Peixoto. O Roberto disputou a eleição com o Getúlio Moura, do PSD, e ganhou, com uma votação bem expressiva. E aí, tiveram muita influência no seu governo dois políticos fantásticos da antiga UDN. Um foi o Jorge Loretto, que foi depois presidente do Tribunal de Justiça, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, e hoje está no governo do Marcello Alencar como secretário de Interior e Justiça. Esse tinha uma grande influência junto ao Roberto, era o homem, por exemplo, que redigia os discursos dele para aquelas ocasiões em que não é recomendado falar de improviso, como numa grande solenidade. O outro era o Alberto

Torres,⁴ que é o dono do jornal *O Fluminense*, e era secretário de Educação. O Jorge Loretti era chefe da Casa Civil.

É engraçado, porque Roberto da Silveira era um político de perfil bastante populista e, no entanto, chamou para sua assessoria mais próxima dois políticos de perfil mais conservador.

Mas o Roberto da Silveira tinha uma capacidade de comando muito forte, não perdeu o controle, não perdeu o conteúdo, não maculou o perfil dele com isso. Pelo contrário, mostrou, acredito eu, ao Brasil, que era possível ganhar o governo através de uma política de alianças. Melhor dizendo, mostrou ao Brasil que, quando você tem um adversário muito forte, dentro do pluripartidarismo, só tem êxito se souber fazer bases de aliança. Ele fez isso, construiu essa coligação.

A seu ver ele conseguiu levar essa aliança bem até o fim?

Levou. O problema é que você não tem como julgar o Roberto líder, porque quando ele ascendeu realmente à posição maior de liderança, logo depois morreu. Ele foi secretário de Justiça do Amaral — todo mundo na política do Estado do Rio começou, de certa maneira, sob o guarda-chuva do Amaral, isso é indiscutível —, depois foi deputado estadual, depois foi vice-governador, na época em que era governador o Miguel Couto, e afinal chegou a governador. Mas aí não se tem como julgar. A única certeza que eu tenho é de que, se ele fosse vivo na época da revolução, também seria cassado, porque estaria realmente numa posição excepcional, de liderança nacional.

Há até um detalhe aí. Se o Roberto da Silveira não tivesse morrido, o candidato a deputado federal em 1962, para puxar voto pelo PTB do Rio de Janeiro, não teria sido o Brizola, e sim ele. Isso já estava acertado com João Goulart. Conheço essa história, participei de conversas, por exemplo, com o falecido Paiva Muniz, que foi deputado federal pelo Estado do Rio, com o Álvaro Fernandes, com o Palmir Silva, que foram muito ligados ao Roberto da Silveira e tinham essa informação. Com isso se teria mudado,

⁴ Alberto Torres nasceu em Niterói em 1912, formou-se em direito e fez carreira no jornalismo e na política. Na legenda da UDN, foi deputado estadual de 1947 a 1955 e deputado federal de 1955 a 1959; na legenda da Arena, voltou à Assembléia estadual de 1967 a 1979. Ver *DHBB*, op. cit.

de certa maneira, o retrato político daquela época. Roberto teria sido candidato a deputado federal pelo PTB do Rio, porque o PTB do Rio — é interessante — nunca teve uma grande expressão de liderança. Antes do Brizola, quem é que ele foi procurar para ser uma figura, um pólo de atração de voto no Rio de Janeiro? O filho do Getúlio, Lutero Vargas. Sérgio Magalhães, por exemplo, se elegia deputado federal, mas não era um puxador de legenda.

Na verdade, não existia no Rio um líder de massas.

Não. Nem no PTB nem no PSD. O grande partido do Rio, antigo Distrito Federal, depois estado da Guanabara, era a UDN. E o PSP. O grande líder era o Lacerda, da UDN.

O que eu acho mais importante nesse ciclo do Roberto da Silveira, quando ele quebrou a hegemonia do PSD, foi que ele trouxe para a política do Estado do Rio, para um cenário maior, grandes lideranças estudantis, que nunca tinham tido grande oportunidade. Nós tivemos um Kiffer Neto, um Miguel Saad, que ainda está atuando, hoje, como secretário de Governo do Jorge Roberto da Silveira, filho do Roberto, uma porção de pessoas.

Ele também trouxe novos líderes sindicais?

No antigo Estado do Rio, as expressões maiores de liderança sindical independiam do processo político vinculado ao PTB, faziam parte do Partido Comunista Brasileiro, que naquela época estava na clandestinidade. O Roberto então apenas se aliava com as lideranças sindicais, como era do estilo do próprio Jango — Jango tinha as lideranças sindicais sob controle, mas sem vinculá-las diretamente ao PTB. Elas pairavam acima do partido. No Estado do Rio era a mesma coisa.

O importante mesmo foram as lideranças estudantis que o Roberto trouxe. Naquela época não existia ainda a Universidade Federal Fluminense, havia faculdades isoladas, e a Faculdade de Direito de Niterói foi a grande escola de lideranças do Estado do Rio. Todas as grandes personalidades políticas do estado passaram por lá.

O senhor considera então que Roberto da Silveira renovou as lideranças.

Renovou. Porque o que é que você tinha? O PSD ganhava sempre, renovava as pessoas no interior através das eleições, mas a máquina permanecia e não mudava nada. Roberto, não, Roberto chegou e mudou, al-

terou bastante a máquina. Deu oportunidade a novas pessoas, até no campo técnico, porque começou a fazer mudanças no segundo escalão, no terceiro. Não teve tempo de fazer uma mudança profunda porque morreu logo. E o irmão dele, Badger, que ganhou depois, pegou a transição do Celso Peçanha, que era o vice do Roberto, mas do PSD, e também não teve tempo de fazer um trabalho intensivo.

O governo Badger da Silveira

Em um ano e meio de governo, realmente, Badger da Silveira foi cassado. Como foi a entrada dele na eleição de 1962? Ele já tinha uma inserção política anterior?

Não. Nenhuma. Era simplesmente o irmão do Roberto e entrou para a política para tentar resgatar a herança do Roberto. Tanto que houve até uma batalha jurídica grande para ele ser candidato, porque se estabeleceu uma polêmica: diziam que ele não ia suceder ao Celso Peçanha, e sim ao período de governo do irmão. Isso foi até ao STF e foi resolvido. E ele veio nesse vácuo. O PTB queria ganhar o governo de novo, mas não tinha uma liderança para ganhar. O Roberto não tinha conseguido criar uma liderança capaz de substituí-lo. Tinha lançado três candidatos, já no primeiro ano, que eram o Álvaro Fernandes, presidente da Assembléia, o Paiva Muniz, secretário de Transportes, e o Augusto de Gregório, secretário de Fazenda. Lá na frente, escolheria um desses três como candidato à sua sucessão. Estava testando: chamava um hoje para aqui, outro amanhã para ali. Mas nenhum dos três teria condição de ocupar aquele vazio que a morte dele causou no Estado do Rio. Então, o que foi que o PTB imaginou? Imaginou trazer uma pessoa da família. E deu muito certo.

Na sua opinião, Badger da Silveira, ao assumir o governo, conseguiu construir um esquema político?

Esse é um detalhe interessante: o Badger, na visão de alguns líderes do PTB da época, estava fazendo um governo até com muito mais independência política do que o Roberto, porque tinha assumido menos compromissos eleitorais. Ele se elegeu porque era irmão do Roberto, na comoção. Fez algumas alianças, mas não prometendo, não definindo funções: fulano vai ser isso, beltrano vai ser aquilo. Tanto que o PTB teve um espaço muito maior no governo Badger.

Ele conseguiu se tornar, como líder petebista fluminense, um interlocutor importante do governo federal?

Conseguiu. João Goulart o recebia com muita frequência. Tenho a impressão de que ele ocuparia esse espaço, realmente. Não com o carisma do irmão, porque de 100 em 100 anos não nascem dois políticos com o carisma do Roberto da Silveira. A história do Roberto da Silveira é uma das mais bonitas da política brasileira, na minha opinião. Roberto foi um menino pobre que veio de Bom Jesus de Itabapoana e se formou na Faculdade de Direito de Niterói, ocupando um quarto numa pensão bem modesta que havia ali na Presidente Pedreira, perto da faculdade; depois, foi trabalhar no *Diário do Povo*, ganhou a vida como jornalista. Foi uma pessoa que saiu realmente de dentro dele mesmo para exercer a liderança fantástica que exerceu. Pena que as circunstâncias tenham impedido que ela fosse bem além.

O Badger não tinha aquele carisma, aquela força eleitoral do Roberto, aquela presença, aquela capacidade de impressionar, mas era um político, também, muito cioso da responsabilidade do governo do estado. Eu diria até que ele tinha uma coisa que o Roberto também tinha, em determinados momentos, mas sabia separar: o Badger zelava mais pela chamada majestade do cargo, porque não tinha aquela capacidade de ir para a rua, como o Roberto ia, tomar uma cerveja, tomar uma caipirinha, de noite, carregando o peso da faixa de governador. Mas tenho a impressão de que ele faria um bom governo. Como o Roberto também faria.

Esse é um julgamento muito difícil para os historiadores, porque foram governos que não acabaram. Tanto que o Jorge Roberto da Silveira, quando diz que quer ser governador do estado, alega que isso não é parte de um processo político pessoal, mas é porque a fatalidade deve à família dele um mandato inteiro de governador. O pai governou dois anos, e o tio, outros dois. Então ele acha que tem quatro anos de mandato para resgatar: dois do pai e dois do tio. É como ele embasa o sonho de um dia se tornar governador do estado. O Jorge Roberto é um político muito inteligente. Hoje, ele tem o domínio absoluto da política de Niterói. Ainda não começou a marcar totalmente a sua liderança no interior, mas além do PDT, há uma série de partidos que gravitam em torno dele, inclusive o PTB, que era o partido original do pai dele. Hoje, se o Garotinho, por exemplo, se eleger, com o instituto da reeleição, naturalmente ele fecharia o espaço para o Jorge Roberto concorrer em 2002. Mas o Jorge Roberto tem a opção

de deixar o PDT e ir para o PTB. Não precisa decidir nada agora, tem três anos para resolver. Em três anos muita água passa por debaixo da ponte...

Na época do governo Badger, o senhor estava na Agência Fluminense de Informações. O que era essa agência? Era do governo?

Era uma agência de notícias que o governo tinha para encaminhar noticiário, porque os jornais do interior do Estado do Rio tinham dificuldade de receber informação. Trabalhava-se muito com matérias especiais. Uma obra, por exemplo, como a avenida do Contorno, que é o braço inicial da Rio-Manilha, que vai da ponte Rio-Niterói até a BR-101: mostrava-se como é que ia ser, a importância da obra para ligar o Barreto, bairro da Zona Norte, ao município de São Gonçalo. Trabalhava-se muito em cima disso, para suprir um vácuo de informações para o interior. Nessa época eu realmente me licenciei do *Jornal do Brasil* para trabalhar na Agência Fluminense de Informações, mas depois voltei.

Os governos da revolução

Qual foi a influência do golpe de 64 na imprensa do antigo Estado do Rio?

Praticamente não foi grande. A censura era exercida no Rio, a sucursal do *Jornal do Brasil* cobria tudo, mandava o que achava que devia mandar, e no dia seguinte se conferia: isso saiu, aquilo não saiu — naturalmente porque foi censurado.

O senhor conhece a origem da indicação de Paulo Torres⁵ para o governo do Estado do Rio?

Essa indicação — é até interessante — foi do Castelo Branco, direta. A família do Paulo Torres é uma família tradicional no Estado no Rio.

⁵ Paulo Torres nasceu em Cantagalo (RJ) em 1903 e fez carreira no Exército. De 1938 a 1939 foi prefeito de Teresópolis, nomeado pelo interventor Amaral Peixoto, e de 1955 a 1956 foi governador do Acre. Promovido a general em 1960, exerceu o Comando Militar da Amazônia em 1963 e, no ano seguinte, após o *impeachment* de Badger da Silveira, foi eleito por via indireta governador do estado do Rio de Janeiro. Em 1966 deixou o governo para se candidatar ao Senado na legenda da Arena. Foi senador de 1967 a 1975 e deputado federal de 1979 a 1983. Ver DHBB, op. cit.

Acúrcio Torres,⁶ irmão dele, foi líder do Dutra na Câmara dos Deputados. Alberto Torres, outro irmão, é o dono d'O *Fluminense*. A indicação na verdade foi uma articulação do Amaral Peixoto nos bastidores. Amaral trabalhou a base. Paulo Torres veio indicado pelo Castelo, pelo chamado Comando Revolucionário, mas já tinha o apoio de toda a Assembléia Legislativa para se eleger indiretamente governador. Por quê? Porque, para o processo político do Estado do Rio, ele era realmente a melhor indicação. Pensou-se também no Justino Alves Bastos, que era comandante do IV Exército, o Justino chegou a pegar o avião para vir assumir o governo do Estado do Rio, mas no caminho o Amaral cortou.

Amaral Peixoto continuava então dando as cartas.

Dava as cartas. O Amaral nunca perdeu o controle político do antigo Estado do Rio. A história política do antigo Estado do Rio tem um divisor de águas, que foi o Amaral. Foi um grande visionário, um sujeito que pensava muito à frente. Até na construção de escolas. Hoje se tem essa concepção do Ciep.⁷ O Ciep, para mim, é uma concepção errada — estou falando do prédio, não do programa — porque se esgota nele mesmo. Você não amplia um Ciep, não há área para isso. Aquele pré-moldado é aprontado ali, dentro de uma área x, e você não pode subir, não pode botar um anexo do lado. As escolas que o Amaral fez no antigo Estado do Rio, todas elas estão aí até hoje sendo ampliadas constantemente, para atender a novas clientelas. Por quê? Porque ele sempre fez escolas em grandes áreas, no centro das comunidades. As estradas que o Amaral Peixoto construiu sempre tinham, tanto na margem esquerda quanto na direita, mais uma largura para serem ampliadas, para se fazer uma outra pista. Hoje você não vê isso. Não existe hoje um administrador desse tipo, com esse senso futurista que ele tinha. Eu realmente sou até um pouco suspeito para falar do Amaral, porque ele foi uma pessoa que influiu

⁶ Acúrcio Torres nasceu em Cantagalo (RJ) em 1897. Bacharel em direito, foi vereador em Niterói de 1919 a 1923, deputado estadual de 1928 a 1930 e constituinte de 1934. Em 1945 foi novamente eleito constituinte, na legenda do PSD, e ocupou uma cadeira na Câmara até 1951. Faleceu em 1976. Ver *DHBB*, op. cit.

⁷ O Centro Integrado de Educação Popular (Ciep) foi o modelo de escola de atendimento integral implantado no primeiro governo Brizola no Rio de Janeiro (1982-86), com base em projeto do vice-governador e secretário de Educação Darcy Ribeiro.

muito na minha formação de Brasil. Era uma pessoa fantástica para você conversar, se ilustrar sobre Brasil, uma das pessoas que mais conheciam o país. Doutel de Andrade,⁸ também, foi outro político notável nessa visão de Brasil. Enriqueceu muito a política do Estado do Rio, depois de 82.

O senhor chegou a ter uma função no governo Paulo Torres, foi secretário de Trabalho e Serviços Sociais.

Exato. Fui secretário durante seis meses. Foi quando o Paulo Torres se desincompatibilizou para disputar o Senado, e assumiu o Teotônio Ferreira de Araújo,⁹ que era um político de Campos. Ele era amigo do meu pai, tínhamos uma relação de família, disse que precisava de mim e fui ajudá-lo. Participei nessa época, inclusive, da organização da campanha do Paulo Torres para o Senado. E me lembro de uma passagem interessante. No final de 1966, depois de o Paulo Torres ter ganhado a eleição, fui fazer-lhe uma visita na sua casa em Icaraí e, quando me despedi, ele disse: "Eu gostaria muito de voltar a ser governador do estado, eleito pelo voto, para, aí sim, fazer um governo de renovação e de mudança". Perguntei: "Mas por que você não fez isso agora?" Ele respondeu: "Não dava, por uma razão muito simples: agora é que eu passei a conhecer os homens". Entendo que isso deve ocorrer com quase todo mundo que governa: só se aprende a conhecer os homens depois que se deixa o poder...

O senhor há pouco ressaltou as obras de Amaral Peixoto. O que Paulo Torres trouxe para o Estado do Rio em termos de iniciativas econômicas, sociais? Houve algum empreendimento de destaque?

Paulo Torres foi um revolucionário no nível de obras e de melhoramentos das cidades do interior. Levou muito a presença do estado para o

⁸ Doutel de Andrade foi deputado federal por Santa Catarina de 1959 a 1966 na legenda do PTB e a seguir do MDB. Em 1980, por ocasião da fundação do PDT, por Leonel Brizola, assumiu a vice-presidência nacional do partido. Em janeiro de 1983 passou a exercer a presidência nacional do PDT, substituindo Brizola, que assumiu o governo do Rio de Janeiro. Ver *DHBB*, op. cit.

⁹ Quando, em 11 de agosto de 1966, Paulo Torres deixou o governo para candidatar-se ao Senado, foi substituído provisoriamente por Teotônio Ferreira de Araújo, que permaneceu no cargo até 31 de janeiro de 1967, data em que tomou posse seu sucessor, Getúlio de Matos Fontes. Ver *DHBB*, op. cit.

interior. Mexeu com o sistema de água, política rodoviária, tudo isso cresceu muito no governo dele. Mas foi um governo curto. Foi ele que criou a Coderj, que não chegou a deslancar. A Flumintur, foi ele também que criou. O estado era pobre, dependente. Agora, naquela época não havia esse inchaço de pessoal que consome a maior parte da receita. Você tinha uns 60, 70% da receita orçamentária para usar em obras. Acho que esse inchaço que se vê hoje é uma consequência do próprio tempo. Começou-se a jogar na folha os funcionários aposentados, houve a criação indiscriminada de empresas estatais, fundações, que foram uma janela que se abriu para dar emprego à vontade... Amaral Peixoto, por exemplo, tinha uma visão completa sobre orçamento, programas, aqueles detalhamentos todos. Dizia: "Acho tudo muito bonito, mas sempre trabalhei com um contador. Ele elaborava as minhas propostas orçamentárias dentro da seguinte realidade: não posso gastar mais do que vou arrecadar. Então, se a previsão de arrecadação é de 100 mil cruzeiros, não posso gastar 200 mil". Naquela época era assim. Acho que essa parafernália toda da tecnocracia ajudou muito a bagunçar o processo político.

Como o senhor viu a indicação de Geremias Fontes¹⁰ para governador? Era um político bastante desconhecido.

Geremias foi escolhido governador do Estado do Rio por exclusão. Era o presidente da Arena. No processo de escolha dos candidatos às eleições indiretas, em 1966, o candidato que o Castelo apresentou foi o Raymundo Padilha. Mas o Paulo Torres foi lá e vetou. E aí começou uma sucessão de nomes, até que não restava mais ninguém. Aí, o próprio Paulo Torres disse: "Então vamos apoiar o Geremias". Paulo Torres tinha uma influência, junto ao Castelo, sobrenatural.

¹⁰ Geremias de Matos Fontes nasceu em São Gonçalo (RJ) em 28 de junho de 1930. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói em 1954 e, depois de ter sido secretário da Prefeitura de São Gonçalo, candidatou-se a prefeito na eleição de 1958 com o apoio de uma coligação formada pelo PDC, o PSP, o PL e a UDN. Membro da Igreja Presbiteriana, obteve elevada parcela de votos da comunidade evangélica local e exerceu o mandato de 1959 a 1962. Transferiu-se em seguida para o PTB e foi eleito deputado federal em 1962. Já na legenda da Arena, em setembro de 1966 foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro pela Assembleia Legislativa. Exerceu o governo de janeiro de 1967 a março de 1971. Ver *DHBB*, op. cit.

Mas, por outro lado, fazia uma ponte com os políticos fluminenses. Com o próprio Amaral.

Ah, claro. Porque o Paulo Torres era um homem com experiência política. Não chegou no Estado do Rio de bota e espora. Já tinha sido governador do Acre, tinha a origem política da família, dos dois irmãos, e um assessoramento grande do Alberto Torres. Alberto Torres também foi fundamental na articulação do governo Paulo Torres, embora não tenha sido o líder dele. O Alberto era da UDN, o Acúrcio era do PSD, e o Paulo Torres ocupava muito aquele espaço entre o PTB e o PSD.

No governo Geremias Fontes o senhor foi secretário-adjunto de imprensa do Palácio do Ingá. Deixou o jornal?

Fui adjunto de imprensa do Geremias, mas não precisei largar o jornal. Eu fazia alguns discursos para ele. O assessor de imprensa era o Antônio Rodrigues da Costa.

Ao longo do governo Geremias, houve um processo de endurecimento. O senhor deve ter acompanhado isso.

O problema do Geremias foi o seguinte: ele não teve tempo, efetivamente, para governar. Ganhou a eleição em 1966, assumiu em 67, e aí começou aquela turbulência do governo Costa e Silva, que explodiu em 68. O Geremias tinha um secretário de Segurança, que foi imposto a ele, que tinha a metade do poder no estado. Todas as nomeações passavam por esse secretário de Segurança: coronel Francisco Homem de Carvalho.

Era mais ou menos uma intervenção?

Uma espécie de intervenção branca. Então o Geremias fez, realmente, um governo de manutenção das coisas. E depois de 68 foi pior ainda. Ele foi até ameaçado de cassação, várias vezes. Tinha começado a carreira no PDC, dentro de um grupo político interessante, de um ex-prefeito de São Gonçalo chamado Joaquim Lavoura, uma pessoa semi-analfabeta. Joaquim Lavoura começou sendo lançado candidato a vereador por um grupo de estudantes da antiga AGE, Associação Gonçalense dos Estudantes, que queria fazer um protesto e lançou um candidato. Ganhou e começou a ter uma atuação na Câmara, de fiscalização do prefeito da época. Em seguida lançou-se candidato a prefeito, surpreendentemente ganhou e no-

meou Geremias seu secretário. Ele ia para a frente das obras que fazia em cima do trator, e isso criou até um *slogan*: "Lavoura na picareta e Geremias na caneta"... O Geremias nasceu aí, nesse esquema, e em 66 foi escolhido governador. E foi praticamente um prisioneiro, durante dois ou três anos de governo, desse processo mais turbulento da revolução.

No governo dele houve realmente muita repressão política, houve censura...

Muito grande. A repressão política no Estado do Rio voltou até mais forte do que em 64, porque o Paulo Torres não permitiu que se fizessem excessos no Estado do Rio. Quando ele assumiu, a revolução tinha aceitado um secretário de Segurança chamado Hugo de Sá Campelo. O que é que o Paulo Torres fez? Demitiu-o e nomeou outro, major Paulo Aguiar, que depois até se elegeu deputado federal, com o apoio dele, Paulo Torres. O Paulo Aguiar acabou com umas comissões de inquérito que o outro tinha aberto, com uma porção de coisas. O Paulo Torres reduziu ao mínimo possível esse processo. Mas com o Geremias, a coisa voltou de novo. Não por ele. Já havia também um ato mais forte, o AI-5, que podia muito mais. Foi um período muito difícil, realmente. Houve muita perseguição na época. Houve caso de pessoas serem presas até com tábua de logaritmo, porque aqueles policiais mais imbecis do Dops acharam que era um código.

As forças que queriam Raymundo Padilha¹¹ na sucessão de Paulo Torres acabaram vitoriosas, porque afinal foi ele o sucessor de Geremias Fontes.

Mas aí o Paulo Torres já tinha feito uma conciliação, já não tinha mais por que brigar. Acho até que podia brigar, se quisesse. Mas chega um momento também, na política, em que você pára um pouco, não

¹¹ Raymundo Padilha nasceu em Fortaleza em 8 de abril de 1899. Eleito em 1950 primeiro suplente de deputado federal pelo Estado do Rio na legenda do PRP, assumiu o mandato em 1952. Transferindo-se para a UDN, fez parte do Clube da Lanterna e foi reeleito em 1954, 58 e 66, já aí na legenda da Arena. Em 3 de outubro de 1970, foi eleito pela Assembléia Legislativa fluminense governador do Estado do Rio. Exerceu o governo de janeiro de 1971 até 15 de março de 1975, data em que ocorreu a fusão dos estados do Rio e da Guanabara. Ao final de seu período de governo, sua administração foi objeto de reiteradas críticas pela má aplicação dos recursos públicos. Seu sucessor, Faria Lima, demitiu mais de 3 mil funcionários por ele contratados nos últimos momentos de sua gestão, por considerá-los desnecessários. Ver *DHBB*, op. cit.

avança muito na briga. Ele compôs, tinha interesse em eleger uns deputados federais, elegeu, e o Padilha acabou entrando.

Quem patrocinou a candidatura de Raymundo Padilha?

Foi o Médici mesmo. Veio de Brasília.

Segundo o seu currículo, o senhor foi assessor de imprensa de Raymundo Padilha.

Fui assessor adjunto. Vamos dizer que isso é uma corruptela. Eu sou redator do serviço público fluminense, sempre fui redator da Secretaria de Administração, que, no Estado do Rio, imprimia o *Diário Oficial*. Eu participava do processo de edição dos livros que a secretaria publicava fazendo as aberturas dessas publicações. Eram livros históricos sobre o Estado do Rio. No governo Padilha, apenas fiz alguns discursos que o assessor de imprensa à época, Paulo de Castro Alves, meu amigo, me pedia para fazer.

Como eram as relações de Padilha com Amaral Peixoto?

Não eram ruins, não. Amaral sempre teve um bom relacionamento político com todas as facções. Com o próprio Badger da Silveira. Com o Roberto, não, aí foi uma relação até de rancor, porque o Roberto ganhou do candidato dele, Getúlio Moura. Mas já com o Badger foi uma relação de composição. O Amaral já devia estar sabendo daquela fermentação toda do processo político nacional e procurou criar uma espécie de cidadela para ele mesmo no Estado do Rio. Sem briga. Não valia a pena. Tentar unir. O que aconteceu. Depois que o Badger foi cassado, o Amaral uniu o que sobrou do PTB em torno da liderança dele.

Aliás, houve ainda outra briga do Amaral, além dessa com o Roberto: o rompimento dele com o Miguel Couto. Mas foi também em função da candidatura do Roberto, porque o Roberto se aliou com o Miguel.

Padilha respeitou os interesses de Amaral Peixoto na política do estado?

Foram respeitados. Padilha também tentou fazer alguma coisa na área da conciliação, mas foi um governo muito contestado. Por causa do filho, o Raimundinho. Foi uma figura em evidência na época, tinha muita influência no governo e chamava a atenção. O governo do Padilha foi mais de fechamento de um ciclo. Acho também que, quando ele foi para o governo, já sabia que mais tarde ia haver a fusão.

Padilha era contra a fusão.

Ele teve esse mérito de se colocar contra a fusão. Achava que se ia tornar ainda mais aguda a crise econômica e social do interior. Achava que o Estado do Rio todo seria um quintal do Rio de Janeiro. Paulo Torres também se colocou contra a fusão. Das lideranças grandes, foi só. Amaral foi contra mas não chegou a brigar muito naquela época.

Carreira na imprensa

Quando houve a fusão, em 1975, o que aconteceu com a sucursal do Jornal do Brasil em Niterói? E com a sua carreira de jornalista?

A sucursal acabou e, com isso, o *Jornal do Brasil* trouxe a maioria dos repórteres para o Rio de Janeiro. Viemos João Luís Faria Neto, que é um jornalista brilhante, foi o último chefe da sucursal do *Jornal do Brasil*, Paulo Sérgio Barbosa, Ivan Costa, Gilda Duque, eu e muitos outros.

Quais foram suas atividades no Jornal do Brasil, já no Rio de Janeiro?

Logo no início fui repórter político. Elio Gaspari apostou muito em mim e no Dácio Malta, que era repórter aqui. Elio Gaspari foi um reformador de conceitos, até mesmo no *Jornal do Brasil*, que era um jornal muito normatizado. O que ele fez na editoria de política do *Jornal do Brasil*? Depois de seis meses que eu estava lá, ele acabou com a figura do copidesque. Pegava os próprios repórteres para copidescar o restante do material nacional e arranjava gratificações para nós. Isso aconteceu comigo e com o Dácio. Até que um dia ele resolveu fazer de nós quase que subeditores — não chegamos a ser subeditores oficiais, subeditor naquela época só tinha um, que era o Marcos Sá Corrêa. Mas, por exemplo, eu trabalhava nos fins de semana do Marcos, e o Dácio, nos dele. E quem fechava a política éramos nós. Porque o Elio fazia todo o “Informe JB” e mais o editorial do jornal. Então, nós começamos a ter um vôo grande de política nacional. Isso foi em 75, junho, julho. Nós trabalhávamos como repórteres de tarde, e de noite fazíamos esse trabalho extra, que foi bom para a nossa formação profissional.

Fiz muitas coisas no *Jornal do Brasil* como interino; quando saía o titular, eu fazia. Mas só fui efetivado como subeditor de política com o Villas, eu e o Dácio. Quando Villas aceitou a editoria de política do *Jornal*

do Brasil, fez uma exigência: não trabalhava fins de semana. Criou então duas subeditorias, que deu para nós dois. Quando tínhamos alguma dúvida, consultávamos o Villas por telefone. Ele estava sempre à mão.

Em 1990, eu estava fazendo 30 anos no *Jornal do Brasil* e estava muito angustiado com uma coisa. No jornal, você tem um esquema muito pesado de trabalho às sextas-feiras, porque o jornal de domingo é praticamente todo feito na sexta, ficam só aqueles buraquinhos para o caso de acontecer alguma coisa. Se morrer o presidente, se muda tudo, faz-se um segundo clichê. Isso é um negócio maluco, porque você compra o *Jornal do Brasil* ou *O Globo* de domingo no sábado, às seis horas da tarde. Mas então, às sextas-feiras eu chegava no jornal às duas horas da tarde e saía às três, quatro da manhã. Se fosse o meu plantão de fim de semana, às duas horas da tarde de sábado eu voltava para fechar a política; no domingo, às duas horas estava lá eu de novo... Eu não estava vivendo mais, minha vida ficou toda em função daquilo. Eu estava ficando doido. O Marcos Sá Corrêa era o editor do *Jornal do Brasil*, e eu pedi para ser demitido.

Nessa época encontrei o Renan Calheiros, com quem tinha um bom relacionamento, de jornalista político, não sei por que cargas d'água comentei com ele que estava saindo do *Jornal do Brasil*, e ele me levou para Brasília, para ser o seu coordenador de imprensa no Congresso — na época ele era deputado, líder do PRN. Fui em janeiro e fiquei com ele até maio. O Renan então pediu ao Collor para me nomear superintendente de Comunicação Social da Petrobras. Sou separado, tenho três filhos homens que ficaram comigo desde pequenos — para mim foi uma felicidade enorme, os meninos são fantásticos —, mas eu os largava aqui e dirigia a casa por telefone. Vim então para a Petrobras, para ficar de novo perto deles, e aqui estou.

Na sua opinião a fusão esvaziou a imprensa fluminense?

A imprensa fluminense na verdade sempre teve uma influência muito pequena na condução do processo político fluminense, porque o Estado do Rio sempre foi muito dominado pela influência maior da Guanabara. Antes da fusão, Carlos Lacerda, Chagas Freitas, Célio Borja, todos esses políticos do Rio de Janeiro de maior expressão na mídia, estavam sempre expostos, no jornal, no rádio, e também nos programas de televisão. Porque a Guanabara tinha a propaganda eleitoral gratuita, porque as sedes das televisões ficam aqui, você via os programas da Gua-

nabara lá. Muitas vezes, aquele eleitor menos esclarecido acabava votando no Carlos Lacerda. Como o nome do candidato era escrito no voto, o Lacerda tinha uma votação fantástica na Baixada. Chagas Freitas, candidato a deputado por causa da influência d'*O Dia*, tinha tantos votos em Caxias quanto um deputado da área.

O Estado do Rio nunca teve um grande veículo, um jornal de tiragem fantástica, uma emissora de rádio que cobrisse todo o estado. Tanto que eu dei aqui o exemplo do "Grande Jornal Fluminense", um noticioso radiofônico que marcou época porque era transmitido pelas rádios potentes do Rio. A influência da Guanabara era muito forte. Também não havia mercado publicitário. As grandes empresas do antigo Estado do Rio tinham suas matrizes no Rio e faziam seus negócios no Rio, inclusive os de publicidade. Uma Siderúrgica Nacional, uma Barbará, uma Rhodia não tinham interesse nenhum em anunciar numa rádio do Estado do Rio, e sim na Rádio Jornal do Brasil, na Rádio Nacional, na Tamoio, na Tupi, no *Jornal do Brasil*, no *O Globo*, no *O Dia*, no *Diário Carioca*. Não havia condições de mercado para estabelecer uma imprensa própria no antigo Estado do Rio. Ele sempre foi dependente da Guanabara nesse ponto.

Fusão e cultura política

*Como o senhor viu o governo Faria Lima?*¹²

Não há nem como analisar o governo do Faria Lima. Foi um governo de implantação de um processo que eu não diria que foi político, mas administrativo. Ele teve que integrar duas secretarias de Educação, duas máquinas de pessoal, duas máquinas de Saúde. Não há como fazer uma análise política desse governo. Até porque ele mesmo não tinha in-

¹² O almirante Floriano Peixoto Faria Lima nasceu no Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1917. Oficial de Marinha, comandou a Escola de Aprendizes Marinheiros do Recife entre 1956 e 1959. Durante o governo Jânio Quadros, foi subchefe da Marinha no Gabinete Militar da Presidência da República. Designado adido naval junto à embaixada do Brasil em Washington em 1969, retornou ao Brasil para integrar o corpo de diretores da Petrobras. Por indicação de Ernesto Geisel, em 1973 foi nomeado presidente dessa estatal e dois anos depois governador do novo estado do Rio de Janeiro. Durante sua gestão, que se estendeu de 15 de março de 1975 a 1979, implementou o processo de fusão dos dois estados. Ver *DHBB*, op. cit.

teresse, não atendia aos políticos. Dizia que não tinha vindo para isso, que tinha vindo para implantar o processo da fusão. Quem teve prestígio no governo dele? Ninguém. Nenhum político.

É verdade. Até mesmo Célio Borja, que de certa maneira tinha sido um porta-bandeira da fusão, conta em seu depoimento¹³ que nunca foi recebido por Faria Lima.

Exato. Agora, vocês sabem que a fusão só foi feita porque o Geisel recebeu uma pesquisa que mostrava que no estado da Guanabara e no estado do Rio de Janeiro iam ser eleitos dois governadores, dois senadores, 48 deputados federais aqui, 46 lá, e que o peso do MDB na Guanabara ia ser muito grande. Eles quiseram mudar isso, diluir um pouco a coisa.

A Arena carioca quis muito a fusão, não é?

A Arena carioca quis, porque pensou que fosse levar. Mas não levou. Vocês sabem que a fusão foi feita, realmente, sem nenhum estudo técnico. Se alguém disser que houve, é mentira. O documento que foi usado para instrumentalizar a Lei Complementar nº 20, que o Geisel encaminhou ao Congresso, foi um papel sem timbre oficial, da Associação Comercial do Rio de Janeiro, dizendo que a fusão era viável por isso e por aquilo. O que justificou a fusão foi esse estudo. Era aquela idéia de dar uma cabeça ao antigo Estado do Rio e um corpo ao estado da Guanabara. Acabou-se criando um monstro de mil cabeças.

O senhor é contra a fusão.

Eu não sou contra a fusão. Acho que a fusão foi um processo que não atendeu ao objetivo de criar realmente um estado capaz de se contrapor a São Paulo e Minas. Criou-se um monstro. O que aconteceu? Empobreceu-se culturalmente o antigo Estado do Rio e, economicamente, o Rio de Janeiro. O Estado do Rio tinha uma cultura própria, uma identidade. Hoje não tem mais e nem se criou uma nova. O Estado do Rio era bairrista, o fluminensismo era uma bandeira. Nunca houve uma

¹³ O depoimento, prestado aos pesquisadores do CPDOC, consta da série Conversando sobre Política.

bandeira que personalizasse o Rio de Janeiro enquanto Distrito Federal, enquanto estado da Guanabara. O estado de espírito do carioca impede isso.

Mas os cariocas brigaram muito por certas bandeiras. Há uma coisa que é esquecida, que são as lutas autonomistas do Rio de Janeiro. Os cariocas, durante décadas, brigaram para eleger o seu prefeito.

Certo. Mas nós estamos falando aqui do conjunto de coisas que se juntaram e criaram um novo estado. Essa briga autonomista, claro, foi importantíssima. Mas o que aconteceu? Deu-se a autonomia, mas não se deu ao carioca vontade política de brigar por esse estado que ele criou. Ele construiu todo esse processo, muito bonito, de luta pela autonomia, porque é próprio do Rio ser o grande palco dos grandes movimentos políticos do país, ninguém está contestando isso. Mas isso é um mal a nível regional. Por quê? Porque o Rio não tem a vontade política de lutar, dentro do palco da Federação, por direitos maiores, para ampliar os espaços do estado. É isso que eu quero que fique claro. Não estou dizendo que o carioca não tem vontade política em geral, permanentemente.

Em que consistia essa identidade fluminense que o senhor mencionou?

O fluminense era o papa-goiaba, tranquilo...

Por outro lado, o senhor também diz que a influência carioca no Estado do Rio sempre foi muito forte, mesmo antes da fusão...

Essa influência era só política. Mas quando se arrombaram as fronteiras, a representação política piorou. Imaginem se tivéssemos grandes lideranças na Câmara dos Deputados, e na própria Assembléia Legislativa, interessadas em criar um tipo de cultura regionalista, com apelo federativo. Seria maravilhoso!

Eu acho até, de repente, que foi um erro criar o estado da Guanabara e depois, com a fusão, transformar o Rio de Janeiro na capital do estado do Rio. Por uma razão muito simples: acho que o Rio tinha que ser um território livre, porque ele é o grande pulmão político desse país. Tudo o que nós ganhamos, em termos de redemocratização, começou aqui. A luta pelas Diretas, os maiores comícios, as maiores passeatas ocorreram aqui. Você pode fazer o que quiser a nível político em São Paulo, e não

tem eco. O eco está aqui. Mas isso, para coisas grandiosas. Não para o varejo. O varejo não combina com o espírito carioca.

Os fluminenses lutam pelo estado?

A representação fluminense tem alguns políticos que brigam muito, ainda, pelo interior. Conseguem muito pouco, porque não têm uma unidade maior. Acho até que o que está acontecendo neste momento é que o Marcello Alencar descobriu que o governo do estado, hoje, tem muito pouco a fazer dentro da cidade do Rio de Janeiro. Você conta nos dedos o que ele ainda rege na capital: a polícia, a Secretaria de Segurança e a distribuição de águas e esgotos. A avenida Brasil, que é a principal avenida do Rio, é da prefeitura; a Linha Vermelha é do estado, mas vai acabar passando para a prefeitura. Então, o que é que o Marcello fez? Partiu para o interior, para fazer um governo de interiorização, para a ocupação de espaço. Porque aqui esgotou-se, realmente, o ciclo de atuação do governo do estado. Hoje, a sede do governo do estado, na minha opinião, devia mudar, devia ir para o interior. Até para você alavancar melhor esse processo. Pode ser até uma maluquice, mas sou dessa opinião. A Secretaria de Agricultura do novo estado do Rio de Janeiro, durante muitos anos, esteve localizada aqui, na rua Santa Luzia. Isso é uma loucura! Quem precisa da Secretaria de Agricultura é o homem do interior. O governo do Marcello Alencar teve o bom senso de colocar a Secretaria de Agricultura no Horto Botânico de Niterói, que era a sede da secretaria no antigo Estado do Rio. Então, não é uma maluquice dizer que o governo podia ser lá. É uma questão de equilíbrio.

O senhor aprovaria a mudança da capital do estado. Mas há quem aprove a "desfusão"...

Existe um processo tramitando na Câmara dos Deputados, do deputado Alexandre Cardoso, que pede não a desfusão, mas que seja feito o plebiscito que o Geisel não fez, porque se tivesse feito não teria decretado a fusão. E se se fizer isso, hoje, tanto o homem do interior como o carioca votam pela desfusão, pela retomada das suas autonomias plenas. A fusão não contentou a nenhum dos dois. Agora, se vocês me perguntarem o que eu acho de uma desfusão, acho que, agora, seria uma loucura, porque se para integrar já foi uma loucura, imagina separar o que é da Saúde

de lá, o que é da Saúde daqui, separar a Educação, as máquinas de segurança! Seria uma loucura! Não tem retorno.

Do ponto de vista econômico interno, a fusão funcionou?

Economicamente, já havia aquele processo torto, de as coisas serem produzidas no Estado do Rio e vendidas no Rio. Isso, agora, virou fato consumado, porque do ponto de vista da tributação, tudo circula dentro de um estado só. Para a integração econômica, acho até que foi bom o processo.

O problema maior da fusão residiu então na questão cultural?

E social também. Porque não se fizeram investimentos maiores na parte social no interior. Só agora é que o interior está sendo beneficiado com um processo de interiorização das obras. Até agora, a situação esteve muito ruim. O estado do Rio, durante 20 anos, teve o seu desenvolvimento social afunilado. O êxodo para a capital foi muito maior. Há municípios aí, como Cambuci, Laje do Muriaé, São Fidélis, Trajano de Moraes, Madalena, Conceição de Macabu, que sofreram um decréscimo populacional brutal. E eu acho que se incorreu numa outra bobagem, agora, no estado do Rio, que foi essa descentralização excessiva. Começou-se a criar municípios demais, e sem uma condição efetiva de viabilidade. Isso não avança o processo político-administrativo, só cria mais problemas.

Outro ponto delicado decorrente da fusão são as relações entre a prefeitura do Rio e o governo do estado. Elas sempre foram meio problemáticas, sobretudo quando o prefeito passou a ser eleito, não?

Exato. Mas já na própria fusão, o Faria Lima nomeou o Marcos Tamoio¹⁴ e eles viviam em conflito permanente. Viviam às turras, porque o Marcos Tamoio tinha ambição política, queria ser governador, era esperto, sabia andar entre cristais sem quebrar — parecia um macaco em casa de louça, era fantástico nesse ponto —, e quando o Faria Lima sentiu isso, começou a dar trancos nele. Porque o Faria Lima não tinha

¹⁴ Marcos Tamoio (1926-81), engenheiro e empresário, participou da equipe técnica do governo Carlos Lacerda na Guanabara. Nomeado prefeito do município do Rio de Janeiro por indicação do governador Faria Lima, exerceu o cargo de 1975 a 1979. Ver *DHBB*, op. cit.

interesse algum em que ninguém saísse do seio do governo dele como candidato a nada. Ele queria dizer o seguinte: “A fusão foi consolidada por mim, como uma missão militar que recebi do presidente Ernesto Geisel”. A sucessão dele — foi o Chagas que o sucedeu — foi encaminhada por Brasília. O próprio Geisel achou melhor pôr o estado na mão do Chagas. Que era também para manter aquela aparência de que, em um estado do país, havia um governo de oposição.

Os dois caciques

De modo geral se considera que a fusão foi muito ruim para Amaral Peixoto.

Não, não. Ela deu ao Amaral um espaço político maior. Por quê? Porque se definiram dois grupos dentro do MDB, o dele e o dos chaguistas. Todos aqueles que não marcharam com o Chagas ficaram com o Amaral, tanto os políticos cariocas quanto os tradicionais fluminenses. E o Amaral se contrapôs ao Chagas como líder da corrente autêntica do MDB.

Mas Amaral perdeu o controle do diretório do MDB.

Perdeu o controle do diretório em tese, numa oportunidade, mas fez o vice do Chagas, depois do Faria Lima.

Mas a aliança Amaral-Chagas, que em 1978 levou Hamilton Xavier a vice, fazia parte de um acordo que na verdade não foi totalmente cumprido.

Mas isso foi bom para a corrente do Amaral. Porque imagina se o Chagas cumpre o acordo e dá ao grupo do Amaral quatro secretarias. O que é que ia ocorrer? O grupo do Amaral, a nível de autenticidade, desapareceria, certo? Como o Chagas não cumpriu essa parte do acordo, o Hamilton ficou como um vice-governador sem função. E com isso o grupo do Amaral cresceu na oposição ao Chagas. Ganhou espaço eleitoral.

Mas o espaço foi ficando muito fechado, tanto que Amaral Peixoto acabou indo para o PDS.

Mas isso foi depois. Nós estamos no período de 75, da fusão. É melhor esquecer por agora o PDS, senão você confunde um pouco a coisa. Qual era o grande objetivo do Amaral dentro desse processo da fusão, em

confronto com o Chagas? Era impor a liderança do Moreira Franco, à época seu genro, como seu herdeiro, em contraponto ao Miro Teixeira, que era o herdeiro do Chagas. E o Amaral conseguiu esse objetivo. Como? Num determinado momento, tirou o Moreira da Câmara dos Deputados — o Moreira foi o deputado mais votado da história do antigo Estado do Rio, fechou aquele ciclo eleitoral de 1974 com quase 200 mil votos...

Moreira nessa eleição foi inclusive apoiado pela esquerda.

Foi apoiado pela esquerda. O grupo do PCB apoiou o Amaral. Você vê a competência do Amaral, até para costurar isso... Mas, como eu dizia, Amaral tirou o Moreira da Câmara, e o Moreira se elegeu prefeito de Niterói. Esse é que foi o centro das grandes articulações do grupo amarelista, já dentro da política do novo estado do Rio. E aí, por que o Amaral passou para o PDS? Tivemos o fim do bipartidarismo, a anistia, a volta ao pluripartidarismo, e ele sentiu que tinha que abrir um espaço ainda maior para o Moreira. E a única maneira era essa, era ele e o Moreira passarem, naquele momento, para o PDS. A explicação que ele dava era que tanto o PDS quanto o PMDB eram dois partidos novos, que a dicotomia do MDB e da Arena tinha-se encerrado com o fim do bipartidarismo. Foi uma maneira, aí sim, de fugir. Não interessava mais a ele ficar confrontando o Chagas dentro do PMDB. Ele então foi procurar fazer política com os instrumentos do poder, e não mais só com o perfil ideológico das pessoas que o acompanhavam, inclusive o Moreira. E foi aí que o Moreira conseguiu fazer aquela brilhante administração em Niterói. Aliou-se com o Mário Andreazza, que despejou rios de recursos para ele mudar a face de Niterói, criar aquele oásis de Jurujuba, de Charitas. No final do mandato, o Moreira já estava no PDS. Quando o Amaral foi, ele foi junto.¹⁵

¹⁵ Apoiado na grande influência política exercida por seu sogro, Ernani do Amaral Peixoto, em 1974 Wellington Moreira Franco foi eleito deputado federal pelo Estado do Rio na legenda do MDB. Em novembro de 1976 foi eleito prefeito de Niterói, iniciando sua gestão em janeiro de 1977. Com o fim do bipartidarismo, acompanhou seu sogro e no início de 1980 filiou-se ao PDS. Seu mandato na prefeitura deveria encerrar-se em janeiro de 1983, mas em maio de 1982 desincompatibilizou-se para se candidatar, pelo PDS, ao governo do estado. Foi derrotado por Leonel Brizola mas em 1986, já na legenda do PMDB, voltou a disputar a eleição para governador, sendo então bem-sucedido. Foi governador do estado de 1987 a 1991. Ver *DHBB*, op. cit.

E digo mais. Moreira ganhou a eleição de 86 para o governo do estado do Rio depois de ter disputado a de 82 pelo PDS. Depois que enfrentou o Brizola e perdeu por poucos votos, aí sim, ele voltou para o PMDB. Por quê? O PMDB não tinha mais o Chagas, o Chagas tinha acabado, e ele voltou como salvador do PMDB. Isso tudo foi articulado pelo Amaral.

Na sua avaliação, então, a fusão foi positiva para Amaral Peixoto.

Eu acho que foi. Porque deu um espaço maior para o vôo político do grupo dele. O espaço era muito limitado no antigo Estado do Rio. O Amaral, lá, não tinha nem adversário. Aqui ele encontrou o Chagas para brigar. E aí se impôs ideologicamente. O Amaral é uma figura tão fantástica, dentro do quadro político brasileiro, que foi uma das únicas lideranças que conseguiram sair de um processo de ditadura e se reciclar, se compor com os novos tempos e acabar líder democrático de uma facção que incluía até pessoas com passado comprovadamente de esquerda. Ele participou de um processo duro, a ditadura dele no Estado Novo, quando foi interventor, de 37 a 45, foi uma ditadura que criou muitos inimigos no antigo Estado do Rio. E ele conseguiu, depois, no processo de redemocratização do país, se recompor. Mais tarde, nos tempos da Arena e do MDB, dentro do regime de exceção, conseguiu se converter numa liderança de oposição respeitada e terminou a vida como líder democrático. Quer dizer, o Amaral conseguiu apagar um pedaço do próprio passado político, aquilo em que ele era mais contestado.

E quanto à tese de que Chagas Freitas foi o grande vencedor da fusão?

Chagas foi vencedor por ter ganho o governo. Agora, eu faço uma pergunta: terá sido mesmo? Porque, vejam bem, o Chagas acabou no seu segundo mandato, e o Amaral não. O Moreira, herdeiro do Amaral, se elegeu governador. O herdeiro do Chagas não se elegeu.

O chaguismo acabou se identificando muito com o regime militar.

É. Mas a História é feita de incoerências, e algumas delas são até positivas. Embora o Chagas fosse um homem composto com a revolução — se não fosse, não teria sido governador indireto dentro do processo revolucionário —, ainda assim deixou um espaço em que foi possível aproveitar as forças que se contrapunham ao regime de exceção militar, para ocupar

determinadas funções na área parlamentar. O Chagas fazia composições, por ter o comando do MDB, com algumas parcelas da esquerda que se elegiam sob a legenda do chaguismo. Quando eu digo legenda do chaguismo é porque naquela época o MDB era o Chagas. Ele tinha um livro de atas do MDB. Fazia as reuniões, levava o livro debaixo do braço, todo mundo assinava, ele guardava e decidia o que queria.

Quando se decidiu a fusão, e ficou evidente que seria preciso criar o novo diretório do MDB, integrar os dois que havia antes, o que foi que o Chagas começou a fazer? Na época ele era o governador da Guanabara, já tinha o poder na mão, e então usou esse poder para cooptar políticos do antigo Estado do Rio, como, por exemplo, os da Baixada Fluminense. Ele tinha como conceder alguma coisa a esses políticos, benefícios, coisas menores que dão embasamento a uma atuação política. Só o fato de aqueles políticos da Baixada dizerem que tinham estado com Chagas Freitas criava um impacto na localidade. Além disso, Chagas tinha a arma principal, que era o jornal. Aqueles políticos começaram a ser divulgados por *O Dia*. Ficava a marca, já aí, do político que estava acertado com o Chagas. O sujeito começava a sair no noticiário.

Para entender o chaguismo, é preciso ver o seguinte: quando o Chagas começou a vislumbrar horizontes de liderança política — porque ele foi várias vezes o deputado federal mais votado do antigo Distrito Federal pelo PSP, foi o grande nome do ademarismo aqui —, percebeu que podia dar o grande salto político da sua carreira fazendo do jornal o ponto principal de apoio das suas campanhas. Ele tinha então o jornal e o partido como instrumentos para atingir os seus objetivos políticos. Mais adiante, conseguiu se eleger indiretamente governador da Guanabara e formou um tripé: partido, jornal e poder.

O importante, a seu ver, seria o fato de que o chaguismo não sobreviveu ao segundo governo Chagas, pós-fusão. Não deixou um legado.

Não deixou. Tanto que eu acho que a expressão mais notável, a frase mais definitiva sobre a morte do chaguismo é do próprio Miro Teixeira. E essa frase ele disse a mim, quando perdeu a eleição de 82 para o Brizola. Diga-se de passagem que o Miro, hoje, é um dos políticos mais importantes do Rio de Janeiro, naquilo que você pode classificar como defesa dos interesses do estado, com uma grande visão nacional. O papel do Miro naquele processo de 82 também foi muito importante. A vitó-

ria do Brizola, realmente, se tornou possível porque o Miro se considerou derrotado no terceiro dia de apuração. Com isso ele evitou que aquela fraude da Proconsult¹⁶ prosseguisse, se consumasse. Mas depois da eleição fiz uma entrevista com ele e perguntei: "Miro, o que é que houve realmente? Por que você perdeu?" Ele respondeu: "Você entenda uma coisa: a era da bica d'água acabou".

O chaguismo foi isso, o chaguismo foi a bica d'água. Agora, foi a bica d'água colocada com muita inteligência. Chagas sabia a hora de instalar a bica, de fazer o calçamento da travessa x e de escolher os homens para capitalizar aquela obra. O chaguismo foi obreiro, mas não de grandes obras. Acho que não existe uma grande obra do Chagas na paisagem carioca.

Nesse sentido, os perfis do líder Amaral Peixoto e do líder Chagas Freitas são completamente diferentes.

Completamente diferentes. E eu acho que o Amaral ganha nesse confronto, porque ele continua depois, e o Chagas acaba na eleição de 82. O Amaral ainda viu o genro ser eleito governador, morreu depois disso.

Algumas interpretações vêem o governo Chagas Freitas como um período de regionalização, o que teria sido importante para criar uma máquina estadual. O senhor concorda?

Concordo. Claro. E o poder do Chagas se esgotou quando a máquina envelheceu. Quando houve a abertura, o que foi que surpreendeu o chaguismo, o que foi que se contrapôs à máquina? O discurso ideológico. O chaguismo não imaginava que a eleição de 82 fosse se passar no grande cenário da televisão, que foi o grande palanque, nem que o Brizola fosse realmente conseguir empolgar.

Miro percebeu isso, tentou se afastar daquela origem de "bica d'água" e buscar a assessoria dos "luas-pretas",¹⁷ mas não adiantou.

Não, acho que quando o Miro tomou aquela atitude, já sabia que tinha perdido a eleição. Miro é muito inteligente, é um político que está

¹⁶ Ver, neste volume, o depoimento de Pedro do Coutto, nota 31.

¹⁷ Idem, nota 30.

muito acima da geração dele. Pensa muito adiante da maior parte das lideranças do Rio de Janeiro de hoje. Quando sentiu que o processo ideológico estava avançando, estava ganhando espaço e ia dominar a eleição de 82, já sabia que ia ser difícil para ele romper aquela barreira.

Líderes e lideranças

O chaguismo esgotou-se em si mesmo, como se esgotam todos os movimentos que se personalizam numa liderança só, porque são movimentos individualizados. Acho até que é um erro se falar em amaralismo, porque aí foi diferente, o PSD sempre foi maior do que o Amaral. Quer dizer, o Amaral não suplantava a força do partido, enquanto o Chagas superava a força do PSP, era maior que o PSP e foi maior que o MDB, que ele criou. Quando o país começou a ganhar as condições efetivas de abertura, o chaguismo começou a desmoronar. Como desmoronou o lacerdismo. Porque o lacerdismo, também, foi um movimento personalizado.

E o brizolismo?

Também. Você repara que esses movimentos têm quase que um ciclo parecido de 10 anos. O período áureo do lacerdismo durou 10 anos, da contestação e da queda de Vargas, em 54, até 64, com Lacerda governador da Guanabara. Depois, Lacerda foi cassado, perdeu os direitos, ficou no vácuo e acabou na fumaça. E não teve substituto, não teve seguidor. Depois você teve o chaguismo, e depois o brizolismo. É a mesma coisa. O brizolismo teve também o seu ciclo, de 82 a 92. Acredito até que o Brizola possa se eleger senador pelo estado do Rio, hoje, e muito bem votado. E aí fica a dúvida, pode ser até que ele consiga estender mais um pouco o chamado brizolismo. Mas ele também não tem substituto. Quem é o herdeiro do Brizola? Ninguém.

O chaguismo, no episódio da fusão, foi muito facilitado porque o Chagas tinha o governo, tinha o partido — o segmento mais forte do novo MDB, que era o da Guanabara, com um monte de deputados estaduais e federais — e tinha o jornal. Acho que o jornal, realmente, foi a principal arma eleitoral do Chagas, em todo o seu período de ascensão. Ele soube usar o jornal como ninguém. Sem despersonalizá-lo naquilo que ele se

propunha, que era ser uma resenha policial e um veículo de defesa dos interesses do cidadão, do bairro, que dava a dica do pagamento do INSS. *O Dia* era um jornal de serviço e de polícia. Ninguém soube usar tanto um veículo próprio quanto o Chagas. O que também é um mérito, na minha opinião.

Lacerda foi um líder nacional de expressão, mas acho que o Chagas, desses governadores todos do estado da Guanabara, foi o que mais expressou aquilo que eu reclamo tanto, o sentimento bairrista que falta ao carioca. Orgulho carioca. Com o Chagas você teve isso. O Rio, naquele período em que ele foi governador, deixou de ser apenas o grande arauto da política nacional. Embora, paralelamente, as coisas acontecessem por aqui. Mas ele era diferente do Negrão e diferente do Lacerda, que eram governadores que jogavam mais para o nacional.

Como o senhor definiria Brizola? Ele também não fez o jogo do regionalismo.

Não. Pelo contrário. Só quis jogar no nacional. A nível regionalista, foi o pior momento. O estado do Rio, hoje, tem 91 municípios contando com a capital, mas quando o Brizola foi governador pela primeira vez, não chegava a ter 70. Brizola foi governador durante quatro anos, e acho que não chegou a visitar metade desses municípios. Foi um governador de periferia, do Grande Rio. Brizola não gosta de varejo. Chagas gostava. A diferença está aí. Chagas sabia quem era quem em Quintino, quem era quem em Bangu... Era paciente para ouvir o político, gostava de ouvir. Esse governo de bica d'água que ele fazia, como o Miro definiu, era feito junto com o político que o apoiava em cada região do Rio, em cada município. As obras eram liberadas através desse político, as nomeações eram feitas através dele. Acho que a importância do Chagas estava aí, ele regionalizou. Mas deixou um vácuo. Não tinha força de liderança nacional para jogar também na aceitação federativa das grandes propostas do estado.

Um dos grandes erros do Brizola foi não ter, da primeira vez que foi governador, se desincompatibilizado e disputado o mandato de deputado federal ou até de senador. Aí ele ia correr o interior todo e talvez criasse um elo de ligação. Mas a coisa mais fantástica que eu vejo no Brizola e no PDT é a capacidade que eles têm de renascer das cinzas. Tanto que eu não me arrisco a dizer que o brizolismo acabou, como acabou o ciclo do lacerdismo ou do chaguismo. O Brizola ainda está aí, e é imprevisível o que

pode acontecer. Ele tem um carisma indiscutível. Se parar para conversar com você na rua vai juntar gente em volta dele. Ele tem aquele carisma que pouquíssimos políticos têm. É fascinante, isso. Acho que ele merece até um estudo de ciência política mais profundo.

Se se pudesse juntar personalidades... Vejam que coisa fantástica, o que seria de bom para a história do estado do Rio, se se pudesse juntar numa figura só o ímpeto do Lacerda, a capacidade de ouvir do Chagas Freitas, o carisma de líder nacional do Brizola e o poder de articulação do Amaral Peixoto... Imaginem que figura fantástica ia sair daí!

Acho que, hoje, uma das causas da falta de lideranças mais fortes é que se deixou de fazer política na universidade. A universidade deixou de ser, realmente, a grande fonte geradora de novas lideranças. Isso foi uma coisa que a revolução fez deliberadamente, com aquelas portarias que o Jarbas Passarinho bolou para matar o discurso dentro da universidade. Esse discurso não renasceu nunca mais, não sei se por falta de competência ou de interesse dos governos, ou dos próprios condutores do processo universitário no Brasil. Hoje o Poder Legislativo está se transformando numa colcha de retalhos das grandes corporações. A Igreja Batista está avançando muito, a Igreja Universal tem uma bancada própria, há o pessoal que representa o Banco do Brasil, que representa a Caixa Econômica, os ruralistas, não sei que mais... Essa falta da política na universidade pode ser drástica para o nosso futuro enquanto nação! Isso me preocupa muito.

PAULO BRANCO

PAULO BRANCO é jornalista desde 1968. Kursou ciências sociais no IFCS mas não concluiu o curso. Foi repórter, chefe de redação e colunista da *Tribuna da Imprensa*, repórter de *O Globo*, da *Última Hora* e da *Bloch*. Por 10 anos comentarista político da TV Bandeirantes, aí apresentou também os debates políticos realizados em várias eleições. Foi presidente da Fundação Roquette Pinto, onde não abriu mão de atuar como jornalista na TV Educativa. Hoje dirige uma *letter* chamada *Raioxis-Rio* e está lançando um jornal tablóide, *Rio Capital*. Trabalhou em várias ocasiões para o governo, inclusive como coordenador de Comunicação Social do Ministério da Fazenda na gestão de Francisco Dornelles.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e a Américo Freire em 6 de maio de 1998.

A escolha do caminho

Onde o senhor nasceu, qual foi sua formação escolar e universitária?

Sou de uma cidade de muita tradição — Vassouras, no Estado do Rio —, filho de um médico muito querido, muito prestigiado na cidade, com um nível de vida que lhe permitiu mandar os filhos estudarem desde cedo no Rio de Janeiro, o que já foi uma grande conquista para nós. Estudei em bons colégios na época. Fiz o primário no São Bento do Alto da Boavista, internato, o ginásio no São José e no Andrews, e entrei para o IFCS em 1969 ou 70, não me lembro bem. Comecei ciências sociais, mas não terminei. Foi um momento difícil, em que era quase um ato de heroísmo você se manter naquele curso, principalmente para mim, que já trabalhava, já tinha uma militância profissional. Cheguei na redação muito cedo, num momento delicado, mas consegui me profissionalizar com rapidez. Eu tinha interesse pela política, era um leitor inveterado de jornal, e o país estava saindo de um momento de muita ebulição, que foi 64. Foi um movimento muito forte, traumático, e ninguém ficava neutro numa conjuntura daquelas.

O senhor participou de alguma coisa em 68?

Profundamente! Assisti a tudo, participei de tudo. Naturalmente não como personagem, eu era muito jovem. Era um ativista das passeatas, apenas mais um entre muitos.

Por que a opção pelas ciências sociais?

Era um pouco do meu protesto, um pouco da moda da profissão, um pouco do meu interesse pela política. Por isso resolvi fazer ciências sociais. Acho que entrei num cano deslumbrante, a profissão vivia um momento muito duro, particularmente pesado. Andar com determinados livros que se era obrigado a ler fazia você se sentir na clandestinidade... Pelo fato de ter entrado muito cedo em jornal, acontecia também uma coisa curiosa: Eremildo Viana era um sujeito estigmatizado no

IFCS.¹ Ele gostaria, vamos dizer assim, de ter uma boa relação com o dono do jornal em que eu trabalhava, Hélio Fernandes, que batia pesado nele, e então me sinalizava, me parava no corredor. Aquela simples parada no corredor era um editorial contra. Eu morria de medo de encontrar o Eremildo Viana... Isso é bom para as pessoas avaliarem como era o momento político brasileiro, radicalizado. Andar com o livro de um filósofo no bolso era um problema, você podia ser preso. O IFCS naquele momento viveu um esvaziamento muito profundo, com perda de quadros. Ou o sujeito estava exilado ou estava indo para a escola privada, porque já existia esse movimento também. Nós ficamos ali com um quadro de professores muito precário. Realmente não concluí o curso, mas não pelo desânimo em si. É que fui me profissionalizando, saindo cada vez mais tarde da redação. Acabei trancando a matrícula.

*Seu começo em jornal foi na Tribuna da Imprensa?*² *Como foi isso?*

Foi muito engraçado. Cheguei no jornal querendo fazer um estágio, porque tinha a convicção de que daria certo. A redação era chefiada por um jornalista, Pedro Porfírio, que foi membro do MR-8, foi preso e mais tarde se tornou vereador aqui no Rio de Janeiro. O Porfírio já tinha uma militância, já estava numa semiclandestinidade, cheguei lá

¹ Eremildo Viana foi diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e, após a reforma universitária de 1967, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo J. L. Werneck da Silva, em *A deformação da história, ou Para não esquecer* (2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986), p. 52, ainda na FNFi, em maio de 1964, entregou ao general Acir da Rocha Nóbrega, presidente da Comissão de Investigações instalada na universidade, uma lista com 44 nomes de professores acusados de formar “um grupo vermelho” sob o suposto nome de “Célula Anchieta”. A Comissão de Investigação inocentou os acusados, e os processos decorrentes da acusação foram arquivados em 1967.

² Sobre as origens da *Tribuna da Imprensa*, ver, neste volume, o depoimento de Murilo Melo Filho, nota 1. Em outubro de 1961, o fundador do jornal, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, vendeu a *Tribuna* a Manuel Francisco do Nascimento Brito, que manteve a linha de oposição aos herdeiros políticos de Vargas e entregou a direção do jornal a Mário Faustino e Paulo Francis. Pouco tempo depois, contudo, em 12 de março de 1962, o jornal foi vendido a Hélio Fernandes. Sob sua direção a *Tribuna* fez

muito arrumadinho, e ele imaginou que eu fosse da polícia! E então me pediu que eu provasse que estava estudando comunicação. Eu tinha dito que estava, mas não estava. Saí de lá, me matriculei no curso Platão, me deram uma carteira de estudante, de pré-vestibulando, levei e fui acolhido na *Tribuna*. E até hoje sou muito grato ao Pedro Porfírio, manifestei sempre a minha gratidão a ele, quando ele foi preso fui visitá-lo com o coração na mão, levava livros, muitos dos quais nunca voltaram — vocês sabem que isso vai passando de mão em mão e acaba sendo apreendido. Era essa a atmosfera que a gente vivia naquela época. E que, se de um lado alienou uma parte da nossa geração, de outro levou quem já estava participando a aprofundar mais a sua participação, o seu envolvimento na política. O meu foi um envolvimento jornalístico. A despeito do dever que em algumas empresas você tinha que cumprir, de ouvir os dois lados, nós éramos sempre tendenciosamente a favor do MDB.

Entreí na *Tribuna* em 1968 e fiquei lá um ano e pouco. Depois fui para *O Globo*, d'*O Globo* fui para a *Última Hora*, e da *Última Hora* fui para a Bloch. Fiquei dois anos na Bloch. Eu não gostaria de registrar isso, mas houve empresas em que, por causa de alguns envolvimento políticos, trabalhei durante algum tempo sem carteira assinada. O que era uma burrice, porque você assinava a matéria mas eles não assinavam a sua carteira para não mostrar envolvimento. Enfim, eram dificuldades, que foram se acentuando cada vez mais com o desdobramento do regime militar.

O senhor chegou a sofrer alguma perseguição explícita?

Sofri umas perseguições de que só o tempo fez com que eu me desse conta. Eram coisas sutis... Por exemplo, no tempo do IFCS eu era

oposição a Goulart, apoiou o golpe de 64, mas em seguida passou a combater o governo Castelo Branco. Quatro dias antes das eleições legislativas de 1966, Hélio Fernandes teve sua candidatura a deputado federal pelo MDB impugnada e foi proibido de assinar qualquer matéria em seu jornal, passando então a usar o pseudônimo de João da Silva. Em julho de 1967, por ocasião da morte de Castelo Branco, escreveu um violento editorial sobre o ex-presidente, que provocou indignação nas Forças Armadas e o levou à prisão, durante 30 dias, em Fernando de Noronha. Desde então outras crises ocorreram, e o jornal, até hoje sob a direção de Hélio Fernandes, tem-se mantido fiel a uma posição nacionalista. Ver *DHBB*, op. cit.

seguido por um policial permanentemente. Achava uma grande coincidência sempre encontrar um sujeito da polícia de Vassouras: “Que coincidência!” O cara estava me seguindo, foi destacada uma pessoa que me conhecia, da minha terra, para me acompanhar. Mas isso não era perseguição. Perseguição que eu considero foi a seguinte: houve um momento na história do país em que eu cheguei a responder a seis processos simultâneos pela Lei de Segurança Nacional. Eram processos de intimidação, que nos jogavam na defensiva e criavam efetivamente embaraços. Você tinha que constituir advogado etc. Graças a Deus, tive a sorte de encontrar duas figuras na minha vida, que foram Evaristo de Moraes Filho e Jorge Tavares, que nunca me cobraram nada em processo algum. Outro foi José de Castro Ferreira. Mas só você onerar figuras dessa importância para defendê-lo é uma coisa desagradável.

Também só algum tempo depois me dei conta de por que foi que passei tantos anos sem carteira de identidade. Não sei se vocês se lembram, mas houve uma época em que para tirar carteira de identidade se levava quase um ano, era uma burocracia complicadíssima, uma fila enorme. Perdi a minha carteira, fui tirar outra, demorei um tempo imenso para recebê-la, e quando recebi e o sujeito me mandou conferir, o meu nome estava grafado errado: meu nome é Paulo Cezar, com z, e estava grafado com s. “Então o senhor vai ter que deixar a carteira aqui”. Eu disse: “Ah, não é possível! Estou há um ano esperando essa carteira!” “Não, o senhor tem que fazer o procedimento de novo.” Fiz novamente o procedimento, e veio a carteira com a data de nascimento errada. Foi a segunda carteira que eu devolvi. Na terceira, o nome da minha mãe veio errado. Quando o sujeito me mostrou a terceira carteira de identidade, eu estava no quinto ou sexto ano sem documento, disse: “Está certo”. Botei a carteira no bolso e fiquei muitos anos com ela.

Só me dei conta de que isso era uma atitude política porque o passaporte, que devia ser muito mais difícil tirar, eles me entregavam com facilidade. Quer dizer, para ir embora você tinha documento, mas para viver a sua vida normal, não. Para embarcar num avião para Brasília, para fazer matérias políticas, eu tinha que ter uma pessoa me abonando no aeroporto, porque não tinha identidade. Como eu era uma pessoa simples, de vida modesta e sem ambição material, a carteira não me fazia tanta falta. Mas para quem precisava fazer negócios, abrir conta em

banco, pegar financiamentos, não ter carteira com certeza representava um empecilho, era uma maneira de tumultuar a vida da pessoa. Para as minhas viagens isso criava dificuldades, mas sempre encarei com *fair-play*, achava que fazia parte do jogo.

Depois da redemocratização do país, um grande contingente de jornalistas foi à Justiça reivindicar uma aposentadoria especial. Eu não reivindiquei nada. Fiz a oposição que fiz porque quis fazer, pelas minhas convicções e por uma decisão unilateral. Ninguém me obrigou a ser oposição. Uma vez publiquei uma nota que nem era contra nada, era uma opinião do ministro do Exército que foi mal interpretada, e eles fizeram uma nota oficial de umas 90 linhas me espinafando, que foi lida na "Voz do Brasil". Quer dizer, o que eu posso fazer? Você está num regime de exceção... Fui processado, um processo que realmente deu um trabalho danado ao Evaristinho. Enfim, tudo isso são coisas desgastantes, mas são caminhos pelos quais você envereda sem que ninguém o convide, porque você quis. Poderia ter seguido outros caminhos, outra profissão. Escolhi o caminho que quis e arqueei, e até hoje arco, com o ônus disso.

Na *Tribuna da Imprensa*

Na Tribuna da Imprensa o senhor entrou direto na política?

Não. Fazia reportagem. Aprendi tocando de ouvido. Depois, quando fui trabalhar n'O *Globo*, a política — é uma coisa curiosa — ficava lá pela 13ª, 15ª página. As páginas dois e três vinham com notícias de Cedae, engarrafamento de trânsito. Foi uma época que marcou o sepultamento da política. Era mais importante o engarrafamento do que uma matéria de âmbito nacional, uma medida do presidente da República, um discurso no Congresso. As medidas econômicas não, essas eram sempre muito divulgadas, muito badaladas. A economia tinha um peso muito significativo naquela época.

Quando o senhor começou a fazer crônica política?

Mais ou menos em 1978, quando pedi ao Hélio Fernandes para fazer uma experiência como colunista. Em 1972, 73 eu tinha voltado para a *Tribuna*. Mas mesmo depois de voltar fiz outras coisas também:

fiz a *Manchete*, fiz rádio, fiz a TV Bandeirantes, sempre junto com a *Tribuna*.

A Tribuna, digamos, era o seu emprego mais estável.

Mais estável no sentido de permanência, mas eu me considerava mal remunerado. Fazia então participações em programas de televisão, um *free lance* aqui e ali, escrevia matérias para o *Opinião*, para o *Movimento*. Fiz muita pesquisa para político, trabalhei como *ghost writer*, ajudava candidatos a gravar programas em período eleitoral, enfim, dava assessoramento. Não só no sentido intelectual, mas às vezes técnico mesmo, ajudava o sujeito a falar no rádio, na televisão. A *Tribuna* foi o meu emprego estável por muito tempo até porque eu não ia lá. Durante um período fui chefe de redação do jornal, mas num outro período fui colunista em casa. Só ia ao centro da cidade receber o salário. Passei um bom tempo assim.

*O senhor estava na Tribuna na época das bombas, dos incêndios de bancas de jornal?*³

Estava. Aquilo tudo era provocação criminosas. Eles queriam fechar o regime de qualquer maneira, não queriam saber de abertura. O regime militar, em 1973, cometeu um erro imperdoável. Naquela crise do petróleo, em que o barril, que custava US\$3,00, foi parar em US\$20,00, o Brasil se manteve como uma ilha de tranquilidade, segundo a expressão usada pelo Geisel na época. Nós não tivemos uma correção de preços, não sofremos nenhum impacto. É claro que isso onerou a balança comercial do Brasil desbragadamente. E isso, na minha opinião, foi um marco para o fim do regime militar, o regime começou a andar contra o relógio a partir dali. Mas houve um determinado momento em que se tentou reverter o processo de liquidação do regime através da violência, dos aten-

³ Entre abril e setembro de 1980, bancas que vendiam jornais de esquerda começaram a ser atacadas em diversas cidades do país, enquanto vários atentados a bomba eram perpetrados contra jornais e instituições. Na OAB, uma carta-bomba matou a secretária Lyda Monteiro em 27 de agosto. Em 1981 foi a vez da *Tribuna da Imprensa*, onde uma bomba destruiu rotativas e instalações. Ver DHBB, op. cit., e Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araújo e Celso Castro, *A volta aos quartéis. Memória militar sobre a abertura* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995).

tados a bomba. Culminou com o caso do Riocentro,⁴ que foi inclusive avisado a alguns participantes do governo. Meu amigo Eduardo Portela, quando concedeu a anistia ao Darcy Ribeiro para ele voltar ao IFCS, foi chamado pelo general Medeiros, que fez uma advertência de que haveria em breve um confronto, que o país estava correndo risco. Logo em seguida veio o atentado do Riocentro.

Qual era a posição de Hélio Fernandes dentro da Tribuna nessa conjuntura? A Tribuna foi um jornal com uma trajetória ambígua em relação ao regime militar.

O Hélio assinou a sentença de morte dele, empresarial, quando escreveu um artigo no dia da morte do Castelo Branco. Um artigo profundamente violento, com texto excepcional, muito sincero mas muito ranco-roso. A *Tribuna* era, até então, um jornal do *establishment*, foi um jornal que participou da revolução, mas o Hélio rompeu com a revolução em função da cassação dos seus direitos políticos, por razões que imagino que ele não saiba quais foram, e que talvez não existissem mesmo. Reagiu com fúria, e a *Tribuna* ficou na contramão do regime militar.

Mas de certa forma os militares deixaram um espaço para Hélio Fernandes, não? A Tribuna sobreviveu.

A *Tribuna* é um jornal de poucas páginas que ganha na venda avulsa. Sobreviveu, na minha opinião, também em função dos seus custos operacionais muito baixos. A grande imprensa inventou uma fórmu-

⁴ Em 30 de abril de 1981, durante *show* de música popular para 20 mil pessoas, realizado no Riocentro, na Barra da Tijuca, em comemoração ao 1º de maio, uma bomba explodiu dentro de um automóvel no estacionamento, causando a morte do sargento Guilherme Pereira do Rosário e ferindo gravemente o capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército. Surgiram suspeitas de que o atentado visasse a comemoração e de que a explosão tivesse vitimado acidentalmente os militares, mas o IPM instalado para apurar os fatos acabou sendo arquivado por falta de indícios de autoria. Em agosto o general Golbery do Couto e Silva, principal articulador da abertura, demitiu-se da chefia do Gabinete Civil do presidente João Figueiredo. A imprensa destacou na época suas divergências com o general Otávio Medeiros, chefe do SNI, em relação às conclusões do IPM do Riocentro. Ver Gláucio Ary Dillon Soares et alii, op. cit.

la de vender serviços através de agências de notícias, e a *Tribuna* tinha o serviço da agência Estado de S. Paulo. Na redação havia uma meia dúzia de redatores que praticamente reproduzia o noticiário da agência, e o jornal incorporava colunas. Havia a minha coluna na página dois, a do Sebastião Nery na página quatro, a do Paulo Francis não sei em que página, a do Hélio Fernandes, a do Marcio Moreira Alves. Eram essas pessoas que davam sustentação de leitura ao jornal. A *Tribuna* sempre foi um jornal de colunistas. Uma fórmula que se mantém até hoje.

Houve um determinado momento em que tive grandes oportunidades de sair da *Tribuna* e ir para outros projetos. Mas me sentia moralmente impedido. Quer dizer, um sujeito mete uma bomba no jornal, você está ali dentro, respondendo a vários processos vinculados àquilo que faz, como é que você vai embora? Não dá! Você cria um nível de compromisso. Não recuso esse compromisso, acho que o Hélio Fernandes tem uma marca que lhe é muito favorável: durante todo o período em que trabalhei lá, nunca interferiu no meu trabalho.

Ele não tinha mesmo alguém que o bancasse politicamente, não estava comprometido com algum grupo dentro do governo militar?

Não estava, não. O custo do jornal era tão baixo que qualquer faturamento lhe dava condições razoáveis de funcionar.

O jornal foi censurado?

Muito! A censura foi uma coisa brutal! E era uma coisa muito covarde. Você fazia uma matéria e, se pudesse deixar aquele espaço em branco, ficava caracterizada uma censura, um protesto, além de se fazer uma economia de meios. Até um determinado ponto nós conseguimos manter aquele espaço em branco. Depois a censura sentiu que estava nos favorecendo, porque estava consolidando para nós uma imagem de vítimas dela e não estava corroendo comercialmente o jornal. Então passou a nos obrigar a preencher os brancos. Essa foi a maneira de moderar o jornal, porque o sujeito que não queria escrever para não sair passou a escrever de uma maneira moderada, para sair.

A censura era feita na própria redação?

Era, e por pessoas muito burras, muito despreparadas. Era até engraçado. Era proibido falar de autoridade, e houve um dia lá em que

cles censuraram, na página de esportes, uma crítica ao presidente do Bangu. O cara considerou: "Presidente é autoridade, autoridade não pode, então não pode o presidente do Bangu!" Chegou a esse nível. O *Estado de S. Paulo* também foi muito censurado, houve um momento em que publicava na primeira página receitas de bolo...

A *Tribuna* não tinha nenhuma articulação empresarial. Tinha publicidade de empresas muito independentes. Você pega um banco privado, por exemplo o Bradesco, do Amador Aguiar: você acha que ele tinha que pedir licença ao Golbery para publicar o anúncio lá? Era só ele querer, era só ter razão, para publicar. Magalhães Pinto, com o Banco Nacional: você acha que ele não ia publicar porque o Golbery não deixa, porque o Medeiros não quer? Se fosse o caso, publicava. E o custo da *Tribuna* era tão baixo que com pouco anúncio se segurava a despesa. O Hélio nunca viveu bem, nunca foi rico, como empresário. Sempre viveu disciplinadamente, uma vida pessoal simples. Do Hélio Fernandes eu diria o seguinte: ele foi vítima desse artigo contra o Castelo, e acho até que não se arrepende. Mas ele deveria ter ido para Brasília. Foi esse o maior pecado. É um grande jornalista e, se tivesse ido para Brasília, teria marcado uma presença muito maior, como nos tempos em que era jornalista sem ser dono de jornal. Aqui no Rio ele ficou longe da notícia.

A Tribuna não criou um escritório em Brasília?

Havia lá uma coisa muito pequena, muito incipiente. Manter a *Tribuna* virou uma luta de resistência. Não era uma questão de crescer e melhorar, era uma questão de não morrer.

Apesar de tudo, a Tribuna continuou sendo um jornal importante.

Sim. E teve uma importância tão grande que eu saí dali convidado pelo Tancredo Neves para participar da equipe dele.⁵ Houve, vamos di-

⁵ Em 1984 foi lançada a candidatura de Tancredo Neves à eleição, ainda indireta, para a presidência da República, a ser realizada em 15 de janeiro de 1985. Tancredo montou sua equipe de governo, mas faleceu em 21 de abril de 1985, antes de tomar posse. Em seu lugar assumiu o vice-presidente José Sarney, que manteve os indicados, entre eles Francisco Dornelles, ministro da Fazenda de 15 de março a 27 de agosto de 1985. Fonte: CPDOC-FGV, Setor de Atualização do *DHBB*.

zer assim, um amor à primeira vista meu com o Dornelles, e fui trabalhar com o Dornelles no Ministério da Fazenda. Aquilo demonstrava não só a nossa participação naquele processo, o nosso peso específico, como a própria importância do jornal. Foi um jornal que teve, naquele momento de retomada da democracia, alguém saído dos seus quadros dentro do governo, representando uma corrente de apoio à implantação da Nova República, que infelizmente deu no que deu: no governo do Sarney.

O senhor então foi para Brasília? E depois? Saiu junto com Dornelles?

Fui para Brasília, fiquei um ano lá. Saí do Ministério da Fazenda quando o Dornelles saiu, mas ainda tive uma pequena passagem no Ministério da Indústria e Comércio, com o Roberto Gusmão. Eu estava muito azedo. Estava muito informado e não queria usar aquele *know-how* que tinha adquirido dentro do governo contra o próprio governo. Então fiquei um período de quarentena. Aí voltei para o Rio de Janeiro e voltei para a *Tribuna*. Não deveria ter voltado, de certa maneira escolhi o caminho mais fácil, em vez de tomar outra direção. Mas voltei com uma outra postura, fui também para a TV Bandeirantes, fazia comentário diário na televisão. Apresentei os debates da emissora em várias ocasiões.

Só saí da *Tribuna* no governo Itamar, para ser presidente da Fundação Roquette Pinto. Nos dois anos do Itamar fiquei dirigindo a TV Educativa e a Rádio MEC. Afinal, quando saí da TV Educativa, resolvi fazer um negócio meu. Chega um momento na sua vida em que aquele compromisso com a redação já não atende mais. É muito tempo por um salário que não corresponde. Resolvi fazer uma experiência e tenho uma *letter* minha, chamada *Raioxis-Rio*. Está aí, entrando no seu quinto ano, e estou muito feliz. Estou lançando agora, também, um tablóide chamado *Rio Capital*, que é uma edição ampliada da *letter*.

Brasília, Rio de Janeiro e estado do Rio

Na sua visão, o que significou para o Rio de Janeiro a perda do status de capital federal e, conseqüentemente, o deslocamento do eixo político para Brasília?

Durante um certo tempo se resistiu muito em transferir a capital. Até os anos 80 ainda havia muita coisa funcionando no Rio de Janeiro. E os políticos também, todos eles tinham casa no Rio. Onde era a base do

Magalhães Pinto? Era embaixo do Tancredo Neves, no mesmo prédio. Havia um prédio no Rio onde tinham apartamento Tancredo Neves, Magalhães Pinto, Walter Moreira Sales, enfim, pessoas importantes. Todos os políticos viviam no Rio de Janeiro, passavam férias no Rio de Janeiro. Peguei o tempo do Palácio Monroe, em que os políticos vinham aqui para dar entrevista. Conheci Petrônio Portela assim, vindo ao Rio conversar com a gente. Daniel Krieger. Era uma deferência, uma coisa mais ou menos nostálgica, antes da afirmação de Brasília como capital. Um grupo de jornalistas criou o Clube dos Repórteres Políticos, que funcionou na Casa da Suíça, para atrair esses políticos para o Rio, para darem entrevista. Os mais aflitos, e menos conformados com a mudança da capital, iam para o aeroporto para encontrar os políticos e manter o noticiário aceso. Mas isso foi acabando.

A seu ver, quando se rompeu esse clima, quando o Rio perdeu mesmo a parada?

Acho que na metade dos anos 80. Até então ainda havia coisas expressivas aqui no Rio. A mesa do Banco Central: a transferência foi há pouco tempo. Até recentemente ainda funcionavam aqui os órgãos mais importantes dos ministérios da Fazenda, das Minas e Energia e da Indústria e Comércio.

Daqui a pouco nós vamos fazer 25 anos de fusão do estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio, e até hoje esse tema continua polêmico e suscita divergências. Como o senhor vê isso?

À luz da história, a fusão nasceu de um projeto muito pessoal que está descrito num livro que todo mundo cita e ninguém leu, que é o *Geopolítica*, do general Golbery.⁶ Ele tinha razões, acho que até consistentes, para dizer que a Guanabara, como cidade-estado, era uma coisa meio deformada. Então plantou-se a idéia de se constituir um novo estado do Rio. Mas o primeiro movimento que se fez no sentido de fundir os dois estados foi logo depois do movimento militar de 31 de março, que eu chamo de 1º de abril, porque aconteceu efetivamente em 1º de abril. Quando o Golbery se tornou chefe do SNI esse projeto dele já

⁶ Trata-se de *Geopolítica do Brasil*, de Golbery do Couto e Silva (Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Documentos Brasileiros).

afloorou, foi discutido, mas houve rejeição dos dois lados. O Estado do Rio, com aquele caciquismo tradicional, reagiu, e a antiga Guanabara também, porque entendia que iria perder muito incorporando a pobreza geral — no sentido político, econômico e de costumes — do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Naquele período houve também o seguinte: o governador Negrão de Lima, no exercício do seu mandato, foi muito cortejado por um grupo que queria dissolver a idéia da fusão e criar municípios no Rio de Janeiro. O projeto que venderam a ele era o de fazer da Guanabara um estado como outro qualquer, com a criação de três municípios — se não me engano, Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Campo Grande ou Bangu. Eram pessoas que estavam interessadas em construir nichos políticos, em se eleger deputados por aquelas regiões. Um dos que participaram disso foi Aristóteles Drummond, então diretor da Cehab e amigo do governador. Mas Negrão era devedor do general Golbery. Se recuarmos um pouco mais na história, vamos ver que o Negrão só se fez governador da Guanabara graças ao apoio que recebeu do regime militar contra a candidatura do Flexa Ribeiro, que era apoiada pelo Carlos Lacerda. Como o Negrão já não era uma pessoa corajosa e voluntariosa, e era devedor, essa idéia de criar municípios desapareceu.

A idéia da fusão, que não prosperou naquele momento, foi retomada, já com uma razão subjacente, por volta de 1973, 74. Quando se percebeu que a antiga Guanabara tinha-se tornado o nicho das oposições, resolveu-se forçar a mão e criar um novo estado.

Na verdade, a idéia da fusão é anterior a 64. Quando se ia transferir a capital para Brasília, em 60, houve um debate entre os que já naquele momento queriam a fusão e os que achavam que devia ser criado o estado da Guanabara. A idéia é anterior ao regime militar.

Pode ser. Eu diria o seguinte: o projeto em si é pertinente, tem lógica. O Rio de Janeiro era uma cidade riquíssima, e o Estado do Rio, em todos os sentidos, era o mais pobre, embora o Paulo Torres, que foi governador do antigo Estado do Rio, dissesse o contrário, que o Estado do Rio iria empobrecer com a fusão. Eles sim, iam perder os feudos que comandavam. Mas a idéia é altamente pertinente. E se me perguntarem se deu certo, não tenho nenhuma dúvida em dizer que deu. Acho que a cultura da Guanabara acabou predominando, acabou se impondo sobre

a do estado do Rio de Janeiro. A cultura política, a cultura administrativa, a cultura econômica da Guanabara se impôs. Você vê o funcionamento da máquina administrativa: a prevalência absoluta é da cultura carioca. Foi uma assimilação difícil!

Muitos acham que até hoje não houve uma junção. Fala-se na turma da Guanabara e na turma do Estado do Rio...

Até hoje você tem a turma da Guanabara e a turma do Rio de Janeiro. Mas quero dizer o seguinte: em todas as instâncias, dos tribunais, do Judiciário, as práticas são muito mais características da Guanabara do que do Estado do Rio. Quem faz qualquer coisa prevalecer ou não são os meios de comunicação. E os meios de comunicação sempre deram mais ressonância, por todas as razões, à vertente carioca em detrimento da vertente fluminense. Você pega a Assembléia Legislativa, pega os tribunais, e vê que as figuras com representatividade são cariocas. Isso a despeito de o Legislativo, hoje, ser constituído majoritariamente de políticos do interior do estado. A cultura dominante é a formada aqui pelo Rio de Janeiro. E acho que nós todos ganhamos ou ganharemos com isso mais adiante. Se prevalecesse o *modus operandi* da política do Estado do Rio, estaríamos aniquilados. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

Na sua opinião, se houvesse um plebiscito hoje, ganharia a fusão ou a desfusão?

Acho que ganharia a desfusão, porque a questão se resume no poder. Se você for dividir o poder por dois, os dois lados vão gostar, quem vai voltar a ser poder no antigo Estado do Rio e quem vai passar a ser poder aqui na Guanabara. Mas essa é uma questão que não se coloca. O que se tem que avaliar é como funcionou a integração do estado. Eu não saberia avaliar, o problema migratório hoje se acentuou de tal maneira que eu não sei dizer. Falta um estudo mais detalhado. Você pega, por exemplo, a assistência médico-hospitalar que é dada nos hospitais da cidade do Rio de Janeiro à população do estado do Rio de Janeiro. Como separar isso? Queer dissociar, separar, significa uma certa nostalgia. É preciso ao contrário integrar o estado, andar para a frente. E acho que já há um esforço muito grande nesse sentido. O governo do Marcello Alencar, até por deficiências gerais, priorizou o investimento no interior, e é importante que isso tenha sido feito. Quando faltam recursos para grandes obras, os governos inves-

tem no interior, e com esse tipo de atitude tornam a fusão irreversível. Eu, que sou do antigo Estado do Rio, não vejo muita graça nessa história de desfusão, nem vejo chances de sucesso. Você pode promover a desfusão, mas vai ser um processo tão doloroso quanto foi o da fusão.

Haveria um gasto que seria uma loucura! Uma irracionalidade.

Mas você vai sempre encontrar quem queira fazer isso, não tenha dúvida. Porque você vai ser obrigado a ter dois tribunais de contas, duas assembléias legislativas, dois governos de estado... Isso está dentro da nossa cultura. Acho a idéia de desfusão tão inocente quanto o projeto de retornar a capital da República para o Rio de Janeiro. São coisas que não dão mais! O Rio de Janeiro hoje, com as suas características, com a dimensão demográfica que ganhou o país, com o comportamento humano, com o nível de participação política, não permite que você bote um presidente da República na rua do Catete! O sujeito, da calçada, joga uma pedra na cabeça do presidente despachando! As coisas mudaram muito!

As faces de Chagas Freitas

Como o senhor viu, na época da fusão, o conflito entre os grupos políticos carioca e fluminense, ou seja, entre chaguistas e amaralistas?

Na intelectualidade, havia evidentemente um grande sentimento de rejeição ao regime militar. Então as coisas estavam muito bem departamentalizadas: o mocinho era o segmento do Amaral Peixoto, que fora forçado a ir para o MDB quando criaram Arena e MDB — isso as pessoas não lembram, ninguém queria ir para o MDB, foi preciso passar uma cantada no Amaral Peixoto para ele não aderir ao partido da revolução —, enquanto o Chagas ficou numa posição meio atravessada, porque passou a ser o homem do regime no MDB. Quer dizer, foi o sujeito que se dispôs a legitimar o regime militar fazendo aquele papel que a sociedade recusava para o MDB, de colaborar com o regime governando de forma adesista o único estado de oposição na Federação. Acho que é bom voltar a essa briga porque há histórias muito interessantes. E acho que devemos nos deter um pouco também na figura de Chagas Freitas, porque eu, por exemplo, fiz muita oposição a ele, mas uma oposição emocional. Nós vivíamos aquela conjuntura de desfavorecimento, de au-

sência de liberdade, e ele era uma figura, vamos dizer assim, proscrita para as oposições, mas que fez o dever de casa como governador.

Chagas era uma figura controvertida. Mas era uma pessoa menos ruim do que a história o pintou. Vou contar uma passagem que julgo muito importante. Carlos Lacerda, quando era governador, desapropriou o Parque Lage. Era uma área fantástica, adquirida pelo Roberto Marinho, que evidentemente queria fazer projetos imobiliários ali. A sociedade apoiou a desapropriação, mas o governo do estado não pagou por ela. Acabou o governo Lacerda, acabou o governo Negrão, e quando o Chagas tomou posse, Roberto Marinho fez gestões para receber, o que era absolutamente legítimo. Mas Chagas fez pé firme: “Não tenho condições de pagar, o estado não tem economias para isso, politicamente é uma questão muito polêmica”, e não pagou. Uma coisa realmente curiosa: eram colegas, donos de jornal, amigos, solidários, com as mesmas causas, os mesmos projetos. Muito bem. Roberto Marinho foi então ao Geisel, e o Geisel pediu ao Chagas que pagasse os precatórios que o estado tinha para pagar — os precatórios têm que ser pagos pela ordem de entrada, você não pode pegar um precatório lá de baixo e pagar na frente. O que o Geisel disse ao Chagas Freitas foi o seguinte: “Você paga os que estão na frente, que é para o que está embaixo chegar logo em cima, para o Roberto Marinho receber o dele”. Quem pagou esses precatórios foi a União. É por isso que o Parque Lage é federal. Essa história banal é altamente reveladora de um lado zeloso do Chagas Freitas. Ele fez dois governos, um mais ou menos e o outro muito ruim, mas com as preocupações fundamentais de gerente atendidas.

Agora, acho que o Chagas Freitas, ao mesmo tempo em que tinha um lado bom, de preocupação com a cultura, de preocupação em manter o serviço público funcionando, se lixava para a questão ideológica. Era um populista, só queria o poder e tinha práticas muito ruins. Pelo voto, fazia qualquer papel. Todo mundo se queixa das pesquisas de opinião que são feitas hoje. *O Dia*, que sempre foi um jornal fortíssimo, juntava uns deputados ligados ao Chagas Freitas e fazia uma pesquisa falsa, listava os 50 mais votados a critério deles e publicava. Lá no meio, no 42º lugar, eles botavam um cara de esquerda para legitimar a pesquisa. Botavam o resultado na rua, todo mundo acreditava, e acabava dando certo! Todo mundo era eleito! Quer dizer, Chagas era um homem que tinha esse nível, permitia que o jornal dele fosse usado para isso.

Como operava a democracia interna de Chagas Freitas, com seu domínio partidário fantástico? Aparecia uma vaga de delegado na 1ª Zona, e ele dizia: “Na 1ª Zona tem que ser um sujeito... Vamos botar um crioulo lá!” Pegava uma pasta que ele tinha — era um arquivo pessoal —, escolhia a pessoa pela cara e nomeava. Se você pega um sujeito do lumpesinato e dá a ele um DAS-8, que naquela época eram quase US\$2 mil, o sujeito virava vassalo... Chagas tem esse ônus, trouxe para a política o lumpesinato, deu mandato a gente despolitizada, botou na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa pessoas desse naipe. Piorou a vida pública. Mandou como ninguém e, se para baixo usava o tacape, para cima batia continência.

Na sucessão do Faria Lima, o médico Guilherme Romano, dono da Casa de Saúde Santa Lúcia, foi talvez o principal co-autor da absorção do nome do Chagas para o governo do estado. Todo mundo dizia que o Romano mandava e desmandava no Golbery, o que não é verdade, o Romano gozava de prestígio junto à dona Esmeralda, mulher do Golbery, que era uma pessoa muito destemperada e era obcecada por ele. Quem impôs o Romano ali naquele convívio foi ela. E o Romano era uma pessoa muito esperta, audaciosa, e acabou com uma influência grande mas sem nenhum prestígio público. Deu muito chá de cadeira no Chagas Freitas, que ia ali para a Casa de Saúde Santa Lúcia para cavar espaço junto a Brasília para governar o estado. Uma vez eles foram, os dois juntos, conversar com o Golbery na Granja do Ipê. O Golbery aproveitou que o Chagas estava voltando com o Romano e deu uma dúzia de ovos de pavão para ele trazer. O Chagas trouxe aquilo com grande cuidado, morrendo de medo de quebrar aqueles ovos! E o Romano contou para todo mundo na época, jogou o Chagas num grande ridículo. Mas ajudou muito o Chagas a ser absorvido, em troca de um acordo que era o seguinte: Chagas governador e Romano prefeito. E o José Luiz Montelo, velho amigo do Romano, ia ter uma diretoria no Banerj. Muito bem. Chagas, feito governador, precisava dar uma volta nesse acordo. O que ele fez? Escolheu para prefeito uma pessoa mais forte do que o próprio Romano junto ao Golbery, o Israel Klabin,⁷ o que aliás deu um grande

⁷ Israel Klabin foi prefeito nomeado do Rio de Janeiro de 15 de março de 1979 a 3 de junho de 1980. Fonte: CPDOC-FGV, Setor de Atualização do *DHBB*.

alívio ao Golbery, que também não queria o ônus de indicar o Romano, que era uma pessoa polêmica, desabrida. Às vezes as coisas acontecem e ninguém entende por quê. O Chagas se vingou e deu ao Romano desprezo, o engavetou. Por isso é que o Romano ficou até o final da vida dele associado politicamente ao Nelson Carneiro.

Chagas era uma figura assim. Comandava com mão de ferro um partido em que ele botava as pessoas que queria nos lugares que queria. *O Dia* ajudava inventando fatos, passeatas do MDB que nunca aconteceram: “A passeata vai sair de tal lugar, passar por tal lugar e desembocar em Copacabana, na Zona Sul...” Nunca saiu passeata nenhuma! Tem até uma história muito engraçada, do Benjamim Farah, que foi para uma esquina do bairro de Fátima esperar a passeata, ficou de nove às 11 e depois, no dia seguinte, leu que a passeata tinha passado. “Como é que eu não vi essa passeata?” O Chagas: “Você chegou tarde”...

Chagas Freitas foi a melhor alternativa do regime militar para suceder a Faria Lima?

Não sei se foi a melhor alternativa, mas foi a alternativa à mão e cumpriu a tarefa de uma maneira muito saborosa para o regime. Agora, também gerou muita animosidade e muito ódio, porque nesse processo todo houve algumas coisas truculentas. Por exemplo, ele deixou de dar posse a uma suplente que tinha direito mas era contra ele, uma moça de Volta Redonda, Rosalice Fernandes. Pressionou o presidente da Assembleia, que na época era o Cláudio Moacir, para não dar posse. Passaram por cima da lei e não deram.

Abrindo um parêntese, há uma passagem engraçada. Uma vez nós fomos ao Líbano — era uma delegação de jornalistas e parlamentares — e fomos recebidos à meia-noite pelo Yasser Arafat. Todo mundo achava que era um momento histórico e queria fazer discurso: um em defesa da causa do homem negro, outro das minorias etc. Lá pelas duas horas da manhã, levanta-se o Edson Khair — era até de origem chaguis-ta, depois mudou de lado, não sei por que brigou — e faz um discurso, perante um homem do porte do Yasser Arafat, com aquele seu mundo de preocupações, para denunciar Chagas Freitas! Um negócio realmente inacreditável! Você vê o nível de paixão que a coisa despertava! Eu estava sentado do lado do Arafat e, quando o Khair disse aquilo, mexi um

pouquinho com a perna. Pois o Arafat bateu em mim — fiquei impressionadíssimo —, senti que aquilo era um sinal de intolerância minha. Devia estar treinadíssimo, imagina as delegações que não devia receber, o que não devia ouvir. Pediu paciência!

O nível de paixão era esse. Chagas tinha coisas incríveis. Na eleição de 70, o MDB elegeu na Guanabara Nelson Carneiro, Danton Jobim e Benjamim Farah, os três de uma vez, para senador. O Chagas fez a campanha do Nelson com raiva. Mandou fazer cartazes coloridos acentuando a boca de negro do senador. O Nelson ficou furioso, mas depois concluiu que aquilo deu resultado eleitoral. Até morrer usou aqueles cartazes. Nelson Carneiro foi meu amigo até morrer, mas tinha umas coisas... Certa vez fui entrevistá-lo para a *Fatos & Fotos*, que estava numa fase muito boa, e mexi na questão do racismo. O senador ficou chateado. Disse que não era negro, que seus pais eram brancos e seus filhos também. Fiquei desconcertado, numa grande inibição. O irmão do Nelson, Edson Carneiro, se intitulou a vida toda o primeiro sociólogo negro do Brasil... Não tive nem coragem de fazer esse comentário na hora.

Eu não saberia fazer uma avaliação do desempenho econômico dos governos Chagas, mas consta que foi muito favorável, porque quando ele assumiu o segundo governo o Rio de Janeiro estava com uma taxa de crescimento mínima, e quando terminou estava com uma taxa altíssima, bem melhor. Eu diria mais o seguinte: se há uma coisa que ele fez bem foi cuidar da cultura. Praticamente entregou a área à mulher dele, dona Zoé, que fez coisas muito importantes aqui no estado. Ruim foi o pessoal que ele desembarcou na política.

Vou contar um caso só para ilustrar. Na Câmara Municipal havia um vereador chamado Paulo Maia. Era um rapaz modestíssimo, dono de um barzinho numa favela. Chegaram aqueles caras e disseram: “Precisamos eleger alguém lá, vamos botar o Paulo Maia”. O Paulo Maia de repente virou vereador. Ele, que era um sujeito simplíssimo, comprou um terno branco, ganhou aquele primeiro salário na Câmara e arrumou uma loura. Exerceu o mandato quatro anos, com a história da coincidência de mandatos houve a prorrogação por mais dois, viveu nababescamente seis anos, e aí perdeu a reeleição. Esse rapaz apenas morreu. Descobriu, depois de derrotado, que não tinha um tostão, não tinha emprego, não tinha nem o botequim, e morreu do coração.

Chagas fazia isso: guindava ao cenário político pessoas sem nenhuma expressão. Escolhia a pessoa, botava alguém para escrever uma coluna para ela no jornal e elegia.

Ele elegeu muita gente: Sandra Salim, que foi muito bem votada, Edgar de Carvalho Jr., Marcelo Medeiros...

O Marcelo não pode ser citado nesse grupo. A grande figura da cozinha do Chagas foi Marcelo Medeiros. Hoje está vivendo a vida dele, é advogado, com causas importantes, inclusive fora do Brasil. Na hora da sucessão Chagas ficou entre ele e o Miro. Houve um momento em que o Chagas fez a opção pelo Miro, e fez a opção errada, porque o Marcelo era mais qualificado. Se o Chagas tivesse feito a opção pelo Marcelo teria sido outra coisa, a história teria tomado outra direção. Miro Teixeira ficou muito exposto com os 500 mil votos que obteve, mas sua atuação na Câmara não correspondia.

Miro não se colocava.

Não se colocava, era uma coisa difícil para ele. Mas quando o poder resolveu que estava na hora de fazer o sucessor, Chagas abriu todos os espaços, e o Miro acabou, num processo muito curioso, assimilando as esquerdas. Criaram uma assessoria para ele, os “luas-pretas”,⁸ e ele, como neófito, foi tomando contato com aquele tipo de problema, com aquele tipo de realidade — vivi muito intensamente isso porque tentei fazer do Hélió Fernandes o candidato dele a senador. Fiquei durante um ano e tanto aproximando o Hélió do Miro, eles se entenderam, o Hélió seria candidato, mas depois viu-se que a coisa não tinha muita consistência e eles acabaram rompidos naquela mesma eleição. Mas o que aconteceu foi que o Miro se encantou com a esquerda e esqueceu Chagas Freitas. Eu vi uma coisa impressionante no enterro do Ivan Chagas Freitas, filho do Chagas. O Miro foi lá cumprimentá-lo e o Chagas deu as costas, não aceitou o cumprimento num momento daquela dramaticidade. Eu soube depois que antes de o Chagas morrer, alguém fez o reencontro dos dois.

⁸ Ver, neste volume, o depoimento de Pedro do Coutto, nota 30.

Chagas x Amaral

Vamos voltar ao conflito entre Chagas Freitas e Amaral Peixoto na época da fusão?

Vamos lá. Amaral não era um homem de esquerda, era um homem conservador. Logo na fusão, ele e o Chagas começaram a bater chapa pelo controle do MDB. Houve uma figura-chave nesse processo, que era ligada ao Amaral Peixoto, o deputado Cláudio Moacir. Cláudio Moacir não era um líder importante, mas era uma pessoa muito curiosa, meio falante. O Amaral uma vez me disse que ele ia ser um futuro governador do estado do Rio de Janeiro... Era um sujeito de Macaé, calça branca, meio mal-ajambrado, mas tinha um discurso, falava bem pra burro, tinha *timing*. Depois que você via como ele tocava o discurso dele, percebia que não tinha tanto mistério. Mas impressionava. Eu não saberia detalhar os motivos pelos quais, na grande convenção de 76, ele mudou a direção do voto dele e de alguns outros, e o partido acabou nas mãos do Chagas Freitas. Mas tenho certeza absoluta de que foi o Cláudio Moacir que desequilibrou. Eu me lembro, foi uma diferença mínima, de um ou dois votos. Outra pessoa que deve ter pesado também contra o Amaral deve ter sido o Ecil Batista. Era um usineiro de Campos que tinha ligações com o Amaral e parece que depois mudou de lado. Houve algumas figuras do Estado do Rio que mudaram de lado.⁹

A impressão que se tem — essas coisas não estão muito bem estudadas ainda, é por isso inclusive que estamos empenhados neste projeto — é de que, com a fusão, Chagas conseguiu penetrar no interior do Estado do Rio, inclusive nos redutos de Amaral Peixoto.

Sim, mas há duas coisas. Se você olhar sob a ótica do poder, o Chagas realmente tomou conta da máquina administrativa. Agora, quem ficou do outro lado também realizou o seu grande sonho, o seu grande projeto de fazer oposição. Porque o Chagas funcionou como um gancho nesse pro-

⁹ Em 18 de janeiro de 1976 foi realizada convenção do MDB fluminense, na qual a chapa chaguista recebeu 433 votos contra 415 dados aos amaralistas, garantindo 23 representantes no diretório fluminense, número esse que representava a metade mais um de seus membros. Ver *DHBB*, op. cit.

cesso em que a luta era contra o regime. Você pega um Lisâneas Maciel: ele se elegeu deputado federal em cima de um discurso radicalíssimo. Esse rapaz de que falei, o Edson Khair, não tinha consistência para grandes vôos e se elegeu deputado, primeiro estadual e depois federal. J. G. de Araújo Jorge: era um antichaguista, chamava os chaguistas de “chagásicos”...

Acho que valeu a pena ficar do outro lado. Roberto Saturnino,¹⁰ por exemplo, conquistou um mandato parlamentar importante, derrotou o Paulo Torres para o Senado no Estado do Rio naquela eleição de 74 em que ninguém acreditava no MDB e a oposição acabou varrendo o Brasil. Eu me lembro que liguei para o Roberto e disse: “Roberto, vamos fazer alguma coisa para ganhar!” Ele: “Olha, Paulo, se eu não conseguir ganhar, tudo bem. Na próxima me elejo deputado...” Essa história do sujeito atirar numa coisa e acertar em outra é muito engraçada. Ele não era candidato a nada, porque não tinha chance de se eleger deputado federal. O candidato natural ao Senado seria o Afonso Celso Ribeiro de Castro, de Campos, um sujeito de valor, que ficou doente. O Amaral lembrou: “Então vamos fazer o seguinte: vamos botar o Saturnino. Pelo menos é uma ajuda a ele”. E o Saturnino dizendo: “Olha, posso não me eleger... Mas na próxima com certeza vou ser deputado...” Saturnino sempre foi um bom caráter, limpo, mas muito ruim de voto. Assisti a um caso muito parecido com esse na eleição do Collor. O Collor imaginava que ia perder a eleição, ia transferir o domicílio para o Rio, eleger-se governador aqui e em 94 ganhar a presidência...

Se Chagas Freitas controlou tão bem o MDB do Rio de Janeiro, por que, depois da reforma partidária de 1979, ele foi para o PP?

Por projeto de poder e afinidades ideológicas. Eu até fui a única testemunha do encontro do Tancredo Neves com o Magalhães Pinto, na

¹⁰ Roberto Saturnino Braga foi eleito deputado federal pelo Estado do Rio em 1962 apoiado por coligação formada pelo Partido Socialista Brasileiro, o Movimento Trabalhista Renovador e o Partido Social Trabalhista. Assumiu o mandato em 1963 e tentou a reeleição em 1966, na legenda do MDB, mas foi derrotado. Em 1974 foi eleito senador pelo MDB fluminense. Em 1985 tornou-se o primeiro prefeito eleito pelo voto direto do Rio de Janeiro, na legenda do PDT. Durante sua gestão rompeu com Brizola, deixou o PDT e filiou-se ao PSB. Nessa legenda foi vereador no Rio de Janeiro de 1992 a 1996. Fonte: CPDOC-FGV, Setor de Atualização do *DHBB*.

casa do Magalhães Pinto, para a criação do PP. Os dois ficaram conversando, e o José Aparecido de Oliveira, que não assistiu à conversa, me colocou numa cadeira, como testemunha do entendimento deles. Resolveu-se fazer o PP, que seria uma espécie de PFL, e eu me lembro de que o mais difícil desse entendimento foi trazer São Paulo. Os mineiros se entenderam rapidamente em torno de projetos, o Magalhães não era candidato a governador e isso facilitou muito a formação do partido, que era de base mineira. Eles pegaram também o Tales Ramalho, o Olavo Setúbal e o Chagas, aqui no Rio.

Com a ida de Chagas para o PP, como ficou o aí já PMDB do Rio de Janeiro?

Deu uma esvaziada. O problema é que as lideranças no Brasil se constroem em cima do poder, da possibilidade que a pessoa tem de dar. Tem poder quem pode dar. Se você vai fundar ou expandir um partido com um sujeito que é parlamentar, outro que não tem dinheiro e outro que não tem instrumentos, fica uma coisa restrita a Jorge Leite, a Zézito Colagrossi, a Roberto Saturnino, a Artur da Távola e outros.

Amaral nesse momento ainda ficou no PMDB. Só depois é que ele foi para o PDS, quando Chagas voltou para o PMDB.

Amaral Peixoto, no final, estava jogando no projeto do genro dele. Fez a opção pelo partido do governo, o PDS, e sem dúvida, se não fosse ele, o Moreira não teria sido governador. Ele teve a sensibilidade de aderir na hora certa, perdeu a eleição de 82, que não estava no *script* dele perder, mas ganhou logo a seguinte.

Amaral e Moreira praticamente fundaram o PDS aqui no Rio de Janeiro. Em 1975, Chagas era o MDB carioca, foi para o Estado do Rio e incorporou o MDB fluminense. No início dos anos 80, houve um movimento contrário: Amaral, velho cacique fluminense, veio com o PDS liderar a antiga Arena.

Aquilo ali era um projeto de poder. O que o regime militar queria? Queria ter sobrevida. Então eles fizeram um esforço extremo para eleger o Moreira, uma coisa brutal no sentido de investimentos. Na verdade, você vê o seguinte: o regime militar brasileiro deu sinais de exaustão muito cedo. Eles foram remendando, fazendo barganhas, dando cargos para um, cargos para outro. O Amaral sentiu e aderiu, entrou no partido deles.

Conheci o Amaral em 1968, 69, freqüentei-o muito. Era uma figura extraordinária, pela sua biografia, pelos favores que fez. Chegou a ser cogitado para presidente em 55, mas se manteve sempre muito próximo do Juscelino. Tinha acesso a todo mundo, às empresas de comunicação, à indústria, com a maior tranqüilidade. Jogou com grande habilidade, com grande maestria, para fazer o projeto do genro. A verdade é essa. Jogou as últimas fichas, porque não queria nem mais se reeleger. Já se elegeu senador biônico dentro de um projeto de manter a base, de segurar até o Moreira decolar. Acho até que depois ele morreu com críticas ao Moreira. Agora, foi um homem que se consagrou, porque depois de tudo o que fez — começou como interventor, foi governador eleito, deputado federal, ministro do Tribunal de Contas, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, ministro da Viação, senador eleito, senador biônico — ainda corrou a carreira com a eleição do Moreira Franco.

Como o senhor compararia Chagas e Amaral?

Acho que o Chagas teve uma preocupação com a história menor do que o Amaral. Voou mais rasante. Chegou a ser citado para vice-presidente, mas vice dos generais... O Amaral, na verdade, tinha uma coisa favorável e negativa na condição de genro do Getúlio. Não tinha outro caminho a não ser o que ele trilhou. E trilhou com dignidade, com muita moderação. Já o Chagas, o destino de governador caiu no colo dele. Em condições normais, Chagas jamais poderia ser governador do estado do Rio, a despeito de sempre ter sido um deputado muito bem votado. Não fui chaguista, não fui amaralista, fui um jornalista que tive por eles respeito, muito mais pelo Amaral do que pelo Chagas, e não tenho deveres de fidelidade a nenhum dos dois. Tenho o compromisso de falar a verdade. Estou repetindo aqui o que algum dia já escrevi.

A eleição de 1982

Como o senhor viu a eleição de 1982?

A verdade é que a eleição de 82, Nelson Rodrigues diria que estava escrita há mil anos. O que aconteceu? Aconteceu que deixaram o Brizola se registrar como candidato. E desgraçadamente ele escolheu o Rio de Janeiro. Podia ter escolhido o Rio Grande do Sul, mas como o Rio Grande

do Sul já conhecia a inapetência dele para o gerenciamento da coisa pública, ele veio para cá, com o SNI tentando administrar a eleição. Foi muito interessante. Eles fizeram cálculos de que, para eleger o Moreira Franco, o Brizola tinha que crescer de 3%, que era o percentual a que estava confinado, e chegar a 17%. Então começaram a dar força para o Brizola, a dar espaço na mídia, a construir a candidatura. Só que não combinaram com o Brizola nem com a opinião pública. O Brizola saiu de 3% e não parou mais.

Como isso foi feito?

É muito fácil: você constrói uma candidatura de maneira artificial. O *establishment* que comanda a imprensa abre espaço para o sujeito falar, e ele cresce. O Brizola tinha biografia, tudo de que ele precisava era um pouquinho de espaço para existir. O SNI teve uma presença fortíssima, inclusive na liberação de papel para o Brizola. Papel da Klabin. Uma ironia, mas também uma verdade. O Brizola renasceu pelas mãos do regime militar.

O objetivo era neutralizar a candidatura do Miro?

Era, mas a prioridade, depois de um determinado momento, com o eclipse da Sandra Cavalcanti, foi fazer o Moreira Franco. Houve um momento em que o Miro, que era o candidato palatável, influenciado pela sua assessoria, para ganhar legitimidade, teve que fazer uma coisa afirmativa contra o regime militar. Foi fazer um comício em Madureira e falou na "maldita comunidade de informação". Como o pessoal d'O *Globo* estava associado à campanha dele, para dar uma valorizada no Miro, para lhe dar um novo verniz, botou em manchete: "Miro denuncia maldita comunidade de informação". A partir daí a comunidade de informação se dirigiu à candidatura do Moreira Franco.

Nesse meio tempo houve uma questão muito mal esclarecida, que foi a candidatura da Sandra Cavalcanti. Era uma pessoa bem-falante, tinha aquela ligação com Carlos Lacerda, era uma pessoa forte, mas não tinha nenhuma consistência em termos de campanha. E foi muito mal assessorada por uma pessoa que até já morreu, Maurício Cibulares. Correm rumores de que o Maurício teria detonado a candidatura dela. Teria feito lá alguns acordos, e as lideranças que a estavam apoiando teriam migrado para o Moreira. Acho que isso é superestimar o Maurício Cibulares. A Sandra na verdade era uma má candidata. Era uma pessoa com alguns es-

tigmas de coisas de que até não tinha culpa, negócio de matar mendigo no rio da Guarda, aquela bobagem, isso nunca existiu. Mas ela não soube tocar a campanha. Fazia uma campanha de portas fechadas, não recebia ninguém, e entrou cedo no “já ganhou”. As pessoas queriam trabalhar como voluntárias na campanha e ela não recebia. Conclusão: os outros passaram batidos por ela. Ela foi acabando, foi acabando e terminou com 3%.

A mudança de postura de Miro Teixeira foi apenas uma estratégia para se diferenciar de Chagas Freitas?

Ele queria se diferenciar do Chagas, mas não só isso. Quero prestar um depoimento: Miro entrou na campanha ainda desequipado como quadro de oposição, mas rapidamente se tornou um homem de esquerda. Uma vez, em Brasília, fui tomar café da manhã com ele — ele era secretário executivo do Ministério da Administração, do Aluísio Alves — e tomei um susto, me senti diante de um cara do PC do B, radical. Ele tinha incorporado uma nova cultura, estava vivendo uma nova realidade. Foi uma pessoa estigmatizada pela sua ligação com o regime militar através do Chagas Freitas, e sobretudo pela sua omissão como parlamentar. Hoje é um outro homem público.

Na hora da eleição eu estava tão obcecado por aquela briga que, quando tive um sinal de fraude na apuração, imaginei que fosse para favorecer o Miro. Cheguei a ligar, com um amigo meu, Nonato Cruz, para o Brizola, para dizer a ele que o Flávio Paret, procurador do PMDB, estava dentro da sala do presidente do TRE fumando um cachimbo, o que era uma coisa altamente suspeita.

Chegamos ao caso da Proconsult. Essa questão é muito polêmica e muito pouco esclarecida. Qual é a sua visão a respeito da fraude?

Fraudar eleição é uma coisa inaceitável. Eu hoje sei como a coisa funciona porque vi o procedimento nas últimas eleições, vi como eles fazem. O roubo de voto nunca vai acabar! Você pode informatizar, pode contar um a um na presença de todo mundo, que sempre vai haver roubo. O roubo é feito com o eleitorado que migra. O sujeito mora em Nova Iguaçu e transfere o título para Volta Redonda. Vai efetivamente a Volta Redonda, para votar em fulano de tal, e recebe para votar, é pago a peso de ouro. Na minha cidade, Vassouras, apareceu recentemente um sujeito que transferiu 2 mil votos para lá. Ele nunca mais perdeu eleição em Vassouras!

Mas se o voto é transferido, deixa de estar em outro lugar.

Claro. O mais certo é transferir de um colégio grande para um colégio pequeno. Se sumirem 2 mil votos de um colégio eleitoral de 200 mil ninguém percebe. Agora, se sumirem de um colégio eleitoral de 10 mil votos, todo mundo sabe. É feito um remanejamento de votos, concretamente. Você pode informatizar e desinformatizar à vontade.

Mas o caso da Proconsult não foi exatamente esse. Era um problema na contagem, não?

Era um problema de contar com a ignorância geral em relação à informática. Havia um programa que desviaria votos, eu não saberia dizer como. Até me orgulho de não saber isso. Mas aí o *Jornal do Brasil* entrou na história. O Miro também ajudou, reconheceu a vitória do Brizola e deu uma guinada na carreira.

E o que o senhor diz da votação surpreendente do Brizola?

O Brizola veio com uma carga histórica. Era um homem que tinha saído daqui enxotado, com o Jango. Eu até não os considerava vítimas, porque eles cavaram o golpe militar, motivaram os golpistas. Mas o golpe não deu certo, foi um projeto fracassado em termos de governo, de regeneração dos costumes, de moralização do país, de retomada do desenvolvimento, e veio o Brizola com essa marca. Independentemente da coloração partidária das pessoas, todos queriam que ele redimisse a sociedade com a sua eleição. Foi facilímo vender isso para a opinião pública, dizer que a eleição do Brizola seria o fim do regime militar. Acho que esse foi o sentimento, foi a motivação de todas as pessoas, até das que não concordavam com ele. Foi muito fácil, depois que ele chegou a um determinado patamar, tocar a coisa adiante. Infelizmente o Brizola fez mau uso do governo. E é por isso que eu costumo dizer que a política do Rio de Janeiro é vítima de fatos subjacentes.

Em que sentido?

Brizola, quando ganhou o governo do estado, achou que estava no penúltimo degrau para chegar à presidência da República. O que ele fez então? Não governou o estado do Rio de Janeiro, botou um ou dois projetos na rua, entre os quais o dos Cieps — era uma coisa muito bem-

intencionada mas muito mal concebida, em que se priorizava a arquitetura e o que estava lá dentro não tinha nenhuma assistência, tanto que estão aí dezenas de Cieps sem condições de funcionamento —, e tocou uma campanha presidencial. Quer dizer, fez o governo do estado de olho na presidência da República. Brizola veio acima do bem e do mal! Não teve critério para montar a equipe, incorporou quem viesse, quem quisesse, entregou cargos a pessoas que não podiam receber cargos!

Mas ele também não tinha uma base, um grupo político bem estruturado. O PDT era muito fraco.

Pois é. Eu sou generoso com o Brizola, como também compreendi o Collor. Aliás, o Jânio também foi muito isso. O sujeito se elege em cima do seu prestígio pessoal, quer incorporar quadros e não consegue — o Collor foi um exemplo disso, fez um grande esforço para atrair o PSDB, e o PSDB queria que ele se danasse. Até o Fernando Henrique estava muito tentado a participar do governo e dar essa sustentação, mas o Covas não deixou. Quer dizer, falta aí uma visão de país, uma visão de Estado, das pessoas.

Brizola foi diferente. Brizola foi um fenômeno eleitoral e trouxe junto com ele uma bancada de deputados estaduais e federais. Mas não congregou. O projeto dele era ser presidente da República, e então ele não governou, porque ficou tudo em função de uma eleição presidencial. Já no segundo governo o problema foi outro. Ele foi governador do estado pela segunda vez não por falta de acuidade do eleitor, mas porque estava com a campanha feita. Vinha de uma campanha presidencial, estava com o nome construído e enfrentou uma pessoa frágil como era o Nelson Carneiro. Teve uma eleição folgadíssima. Mas nesse segundo governo, mais uma vez, houve uma questão subjacente: em vez de sonhar com a presidência da República, o Brizola quis descarregar todo o rancor e o ressentimento dele em cima da sociedade. Frustrado na eleição presidencial, reassumiu o governo com um sentimento de revanche pela derrota. Governou com ressentimento, responsabilizando a classe média pelos maus resultados que tinha tido. A verdade é que o segundo governo do Brizola foi um caos, porque eles sentiram que não haveria uma terceira oportunidade. Então ninguém gerenciou nada, ninguém tocou nada.

No segundo governo não havia projeto nenhum?

O Brizola governava de casa! Várias pessoas que foram despachar com ele na avenida Atlântica me disseram que em alguns casos ele recebia de pijama! Ele tinha dois apartamentos, um no terceiro andar, em que recebia os políticos, e outro no sexto ou sétimo, onde morava. Descia, recebia as pessoas ali embaixo, tinha uma inapetência total e absoluta.

Há uma legião de pessoas que saíram do brizolismo e estão por aí: Marcello Alencar, César Maia...

Se você somar as pessoas que largaram o Brizola... Pela ordem: Agnaldo Timóteo, um homem de 500 mil votos, o deixou. José Colagrosso, uma pessoa que teve uma influência muito grande no sentido da composição do partido, o deixou. Roberto Saturnino, que foi eleito prefeito do Rio com ele, o deixou. Sebastião Nery, que foi um deputado muito importante, o deixou. César Maia o deixou. Marcello Alencar o deixou. Jamil Haddad, prefeito do Rio, o deixou. Brizola é uma pessoa muito obstinada no projeto pessoal dele. Agora, isso dá trabalho. Brizola é de uma época em que as coisas se resolviam num palanque, em que o país tinha uma economia pequena, com demandas menores...

Cultura do indivíduo, vocação nacional

Brizola não conseguiu construir um partido para além da sua liderança, mas esse não é um problema só do PDT. O estado do Rio não tem partidos fortes. Mesmo o PSDB, o PFL, não são partidos fortes.

Estão em cima de uma pessoa. A gente pensa que está falando mal das pessoas e na verdade está falando mal da nossa cultura. Amaral Peixoto foi um cacique aqui no Rio de Janeiro porque as pessoas incorporavam o estilo dele. Da mesma forma o Chagas, o Brizola. Brizola desprezava esse negócio de partido. Quer dizer, sempre se é obrigado a encenar aquele apetite pela democracia, mas hoje a gente vê que nem o PT tem uma democracia funcionando nos moldes daquilo que eles pregam. Brizola tinha uma coisa muito engraçada. Marcava uma assembléia para as oito horas da noite: "Vamos discutir uma pauta de temas aí, vamos sair com decisões unânimes". O pessoal chegava, começava a discutir, e al-

guém dizia: "Vamos esperar, o Brizola está chegando". Ele chegava à uma hora da manhã, o pessoal já estava debatendo havia cinco horas, falava de uma às três, ninguém agüentava mais, todo mundo queria ir embora e votava o que ele queria! Essa é que era a democracia que ele praticava. Outros nem isso faziam. Chagas nunca fez isso, nunca se deu ao trabalho de reunir o partido.

A dificuldade de construir partidos mais sólidos é um problema brasileiro. Mas o senhor acha que no Rio de Janeiro isso é mais grave do que em outros estados?

Acho que é. No Rio de Janeiro é mais grave por uma série de fatores. As pessoas têm muito a idéia de que o Rio de Janeiro ainda é o grande trampolim para a presidência da República. Isso acontece porque a imprensa do Rio acha que é a mais importante do Brasil. Não é, mas acha que é. Como a TV Globo está baseada no Rio de Janeiro, gerando os fatos a partir do Rio de Janeiro, nós não nos convencemos de que a imprensa daqui não é mais a mais importante. Vêm o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, e fazem um produto como se o jornal fosse lido no Brasil inteiro. No entanto, você vai a Brasília, e *O Globo* e o *Jornal do Brasil* vendem tão pouco quanto qualquer jornal de qualquer estado.

A vocação para o nacional continua então entranhada na cabeça do carioca?

Claro! Moreira Franco, por exemplo, elegeu-se governador devendo tudo ao Sarney. Ganhou o governo do estado no auge do Plano Cruzado: o Funaro veio aqui, botou a mão na cabeça dele e o elegeu. Mas o Moreira não entendeu nada do que aconteceu naquele eleição. Não percebeu que ele era o resultado de uma coligação de forças políticas que iam da direita à esquerda. Só conseguiu ser governador porque tinha um rescaldo de aliança com o regime militar e porque ocupou uma legenda que não era a dele, porque retornou ao PMDB para ser candidato. Teve então facilidade para criar um leque de apoios e assumiu achando que tinha ganhado o governo do estado por ele. Por isso brigou com todo mundo que estava ao seu redor. Mas ficou com aquela sementezinha, de que quem é governador do Rio de Janeiro está a um passo da presidência de República. Qual foi o primeiro movimento forte nacional que ele fez? Foi querer reduzir o mandato do Sarney, uma pessoa com quem ele tinha uma dívida. O preço que o estado do Rio pagou por isso, com o bloqueio de todos

os seus pleitos federais, foi uma coisa fantástica! Brizola também, quando se colocava como candidato automático à presidência da República, você acha que o governo federal, que àquela altura estava nas mãos do general Figueiredo, ia ajudar em alguma coisa? Não. No desespero, o que ele fez? Defendeu mais um ano para o Figueiredo! Quer dizer, é o projeto do indivíduo se sobrepondo a partido, a tudo. Sempre foi assim.

Acho, curiosamente, que quem, se não deu um bom exemplo de gestão, pelo menos foi diferente de tudo o que vimos até agora foi o Marcello Alencar — hoje já se sabe que ele tem limitações de saúde e não tinha alternativas econômicas para governar o Rio de Janeiro de outra forma. O que ele fez? Fez o jogo do momento. Enxugou as dívidas, trabalhou no sentido de atrair investimentos, fez o jogo que convém ao estado. Como não tinha saúde, disposição física ou idade para tocar um projeto pessoal, acabou fazendo aquilo que todos deveriam ter feito. A bancada federal do Rio de Janeiro que está aí hoje é a primeira bancada parlamentar, talvez em 30 anos, que tem um comportamento de dar atenção aos interesses do estado. De tantos em tantos dias ou de tantas em tantas semanas, eles sentam juntos para discutir as questões do estado que unem o PT, o PDT, o PMDB, o PSDB.

O senhor acha que houve uma melhoria de qualidade na representação federal?

Não. O Rio de Janeiro foi tão onerado ao longo dos últimos 30 anos com esse tipo de comportamento egoísta, em que o sujeito se elege e vai tocar seu projeto pessoal, que fica difícil... Você pega a nossa queridíssima bancada e vê que ela está muito mais preocupada com o *apartheid* em alguns países da África do que com o problema aqui da Rocinha...

Mas afinal não houve uma mudança no sentido de priorizar os interesses do estado a partir do governo Marcello Alencar?

Eu não diria que houve uma mudança. Acho que o Marcello Alencar, pelas razões que mencionei, está governando no caminho certo. Nós chegamos a um *imbroglio* tal no Rio de Janeiro que não dava para tocar de outra maneira. Você tem um crescimento vegetativo da folha de 2 ou 3%, e a economia não responde a isso, não há crescimento de arrecadação. O que é preciso fazer, então? Só existe um caminho: mesmo que não queira, você tem que privatizar, tem que desonerar a folha, tem que viabilizar

o funcionamento da máquina. Tem que pagar menos pessoal para ter esparadrapo no hospital, ou para poder fazer a previdência estadual funcionar. Ele não tinha outra saída. Associada a isso, houve uma tomada de consciência dos parlamentares. Houve um momento, há quatro ou cinco anos, em que se discutiu muito isso: "Toda vez que entra em discussão um tema do interesse de São Paulo ou de Minas, todos se unem em torno desse objetivo". Resolveu-se fazer a mesma coisa. Mas as pessoas fazem a coisa compulsoriamente, como uma obrigação: "Se eu não for lá levo falta..." Ninguém está efetivamente preocupado se o Rio de Janeiro aumentou a absorção de mão-de-obra, se desempregou mais...

A seu ver a saída para o Rio de Janeiro é a regionalização, no sentido de os seus políticos criarem uma consciência de que é preciso lutar pelos interesses do estado no âmbito da Federação?

Eu diria o seguinte: é uma questão de zelo. O Rio de Janeiro sofreu um esvaziamento econômico, e acho que a preocupação deve ser tentar revitalizar o estado com investimentos, com captação de recursos, seja de que maneira for. É uma preocupação normal. Uma pessoa que está lá em Manaus tem os mesmos dramas, e tem que discutir da mesma maneira. Agora, há um utilitarismo na ação política. Se você precisa juntar uma bancada com 40 deputados para forçar o presidente da República a transferir um investimento para o Rio de Janeiro, acho que isso tem que ser feito. É uma coisa elementar. Por que você vai deixar para um outro estado? Nenhum estado funciona assim. A preocupação com a economia interna tem que andar *pari passu* com o conjunto da economia do país. Não quero que um deputado federal tenha uma postura de vereador, muito pelo contrário. Mas acho que existem deveres, compromissos de cidadania, até porque o sujeito vota aqui, vive aqui.

O comportamento dos políticos cariocas e fluminenses, de pouco empenho na defesa dos interesses do estado, seria resultado de uma situação de passado de capital federal, agravada em seguida pela fusão?

Não acho. Acho que o país ainda está muito doente em seus costumes. O sujeito que conquista um mandato de deputado federal ou estadual passa por um vestibular na vida que mexe com a cabeça dele. Ele passa a ficar sintonizado basicamente com a sua reeleição. Infelizmente,

hoje, a reeleição de um político é uma coisa muito penosa, muito dolorosa e às vezes até comprometedora. O sujeito fica preocupado em fazer os acordos de conveniência e em ter uma atuação de conveniência para ter a garantia de que vai estar entre aqueles 50, 60% que voltam.

Mas os paulistas não conseguem costurar melhor acordos do interesse de São Paulo? Os representantes do Rio de Janeiro parece que não conseguem cumprir esse papel...

Mas o problema não é só dos políticos. O estado do Rio de Janeiro não é a mesma coisa que São Paulo. Você bota junto dos políticos de São Paulo um empresariado poderosíssimo, e é meio caminho andado. Faltam homens no estado do Rio de Janeiro. Se você for ver as figuras mais preeminentes, mais importantes da vida política do estado do Rio de Janeiro, eles estão jogando para as empresas deles, estão jogando para eles mesmos. O sujeito conquista um mandato de senador e acha que ganhou oito anos, só vai voltar ao Rio dali a quatro anos porque quer uma reeleição. Quer dizer, falta espírito público.

Vamos deixar São Paulo. Como se comportam os mineiros, por exemplo?

Acho que Minas é bem regionalista. Nas questões atinentes ao interesse do estado eles são bem bairristas. Mas não quero colocar isso como uma preocupação minha. Longe de mim querer que os homens públicos se amesquinhem, se preocupem com a coisa paroquial. O deputado federal, o senador têm lá as atribuições deles. Eu gostava muito do Darcy Ribeiro. Era um sujeito com muitos defeitos, mas era um senador da República! Artur da Távola é um senador da República! É um sujeito que você percebe que está preocupado com as coisas banais e também com as coisas importantes da educação, da cultura, da comunicação. Não vou cobrar do Artur da Távola o desempenho que eu cobro de um deputado federal que está ali lutando para renovar o seu mandato.

Estamos discutindo isso por uma razão muito simples: porque o Rio de Janeiro sempre foi o estado das grandes figuras políticas. Tivemos um Brizola, que é uma figura que está na história do Brasil atual; tivemos um Carlos Lacerda, um Negrão de Lima, tivemos pessoas importantes. São um tipo de pessoa cuja linha se espera que o estado retome em algum momento.

A seu ver, quais são as novas figuras potenciais capazes de atuar na cena nacional?

Acho que o Rio de Janeiro está vivendo uma entressafra muito grande. Eu diria o seguinte, a contragosto: acho que o espaço da direita será muito bem ocupado pelo César Maia. É uma pessoa que entendeu como funciona o poder, não tem muita cerimônia em fazer o jogo pessoal dele, tornou-se uma pessoa da confiança do *establishment*. Pela direita, vai ser uma presença sempre forte. Não acredito muito no partido dele, acho que o PFL é uma coisa nordestina, mas se ele conseguir alianças aqui no Sul do país, como é o sonho do PFL, vai ser um político forte. Acho que temos que apostar nos novos valores, nas pessoas que têm um nível de descompromisso, um nível de coragem. Gosto muito do Sérgio Cabral Filho, acho que é um garoto que tem, até por ser garoto, uma audácia muito grande. É muito empreendedor e articulado. Gosto muito do Francisco Dornelles, pela qualificação e vocação política. Admiro também o Wladimir Palmeira, na vertente da esquerda.

Agora, quero apostar numa geração que ainda vem, com novos valores, com uma nova cultura incorporada. Estamos vivendo o final de uma era, de um ciclo econômico, de um ciclo político. Acho que o Brasil não volta mais para trás, só vai andar para a frente. Pode ser que eu esteja enganado, mas acho que essa cultura da estabilidade econômica, da retomada de crescimento, vai criar uma geração nova de políticos com outra visão do processo.

Jornais: grandes, pequenos e virtuais

Como o senhor vê hoje um jornal do porte da Tribuna da Imprensa?

Estou fora de lá desde 1992, mas acho que hoje a *Tribuna* encontrou uma estabilidade, não sei se de uma forma auspiciosa ou não. Acho que o jornal perde o charme com o nacionalismo xenófobo. Mas isso reflete muito a cabeça do Hélio. Eu não faria o jornal que ele está fazendo. A *Tribuna* antes era um jornal negado diariamente, mas era um milagre que se repetia a cada dia. Você ia na banca e a *Tribuna* estava lá. Por mais que as pessoas negassem, ela estava lá, resistindo e existindo, com um nível de presença bem razoável. Essa linha do nacionalismo exacerbado é ruim. Nacionalismo, na minha opinião, não é ideologia. É obrigação de todo cidadão.

Acontece que as coisas se alteram. Há dias, a Confederação Nacional da Indústria divulgou um estudo mostrando que, 10 anos depois da abertura comercial, a indústria brasileira continuava gastando menos de 10% da sua receita com a modernização da sua produção. Esse pessoal não quer competir, e pregar o nacionalismo nessas circunstâncias é defender cartórios para maus empresários. Também não acho justo manter um monte de estatais deficitárias nas mãos do Estado. O Hélio mexe muito nisso.

Atualmente, qual é a tiragem da Tribuna?

Hoje eu não saberia dizer, mas o problema é o seguinte: se você vender na avenida Rio Branco mil exemplares de um jornal, isso é mais importante em termos de repercussão política do que vender 100 mil na região da Leopoldina, porque lá quem compra o seu jornal são pessoas aposentadas: lê o homem, lê a mulher, e se esgota ali a força do que é dito. Já o efeito multiplicador de uma notícia lida no *clipping* de uma Petrobras é muito grande. Os jornais menores, do porte da *Tribuna*, do *Jornal do Commercio*, têm uma presença quase igual à dos grandes jornais no centro nervoso. Quando faço assessorias, a minha equipe produz um *clipping* que coloca no mesmo nível de igualdade as informações publicadas pela *Tribuna*, pelo *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Povo*, *O Dia*, o *Jornal do Commercio*, enfim, todos os jornais que circulam no Rio de Janeiro com notícias relativas à área do Judiciário, contas etc. E a opinião de quem está na administração pública pesa muito mais do que a do sujeito que está em Campo Grande.

Negar a existência desses jornais menores é antes de tudo uma burrice. Esses jornais existem e têm um papel. Eu até diria o seguinte: acho que a imprensa teve um papel na história do Brasil muito mais importante, muito mais forte, no tempo em que se tinha produtos de 20 páginas. A *Tribuna* tinha 20 páginas, a *Última Hora* também. O país era muito mais aceso, mais democrático, e os jornais eram muito mais representativos das correntes de pensamento. Qual é o grande jornal com 100 páginas que vai bater de frente com uma multinacional, com uma empresa estatal poderosa? Hoje os jornais grandes só faltam dar jornal de graça. Os prêmios que dão aos assinantes valem mais do que o próprio produto. É sinal de que alguma coisa está errada ou está mudando. Acho que o jornalismo no Brasil era muito mais saudável no tempo em que se tinha, no Rio de Janeiro, 10, 12 jornais vivendo da venda avulsa.

Saudades do pré-64?

Não, o *Diário de Notícias* fechou nos anos 70. O *Correio da Manhã* também. Mas o Brasil era um outro Brasil. Você fazia um jornal de 24 páginas e influía no pensamento político do país. A *Tribuna* e a *Última Hora* eram dois jornais incipientes e travaram batalhas de vida ou morte neste país, em épocas de grande ebulição. O *Correio da Manhã* foi um jornal fortíssimo! Acho que era o caminho mais saudável. A grande imprensa fez uma opção pelo jornalismo americano, e os jornais-empresa são verdadeiros dinossauros que se movem com uma lentidão muito grande.

Como o senhor vê a Internet e o futuro do jornalismo?

Acho que a comunicação vai mudar radicalmente, embora não saiba que fórmula eles vão dar. Você hoje ainda pode preferir o papel, não gostar da Internet por uma questão cultural. Mas vai incorporar esse hábito brevemente. Televisão, por exemplo: minha mulher tem mania de reclamar de Ratinho, de Sílvio Santos, e eu digo: "Tânia, esquece! Essa televisão não é mais feita para você. A sua televisão é a cabo". As emissoras abertas estão falando para um público cada vez mais baixo para manter aquele nível de audiência. E os jornais vão pelo mesmo caminho! Vai haver uma mudança brusca aí, não sei como... O que eu acho que vai acontecer é que daqui a mais um tempo você vai pagar para ler jornal na Internet. Porque se o jornal não cobrar, ele vai acabar com uma das fontes de lucro. Estou me habituando a ler jornal pela Internet. Mas continuo assinando alguns jornais impressos.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- Abelheira, Fernando* 149
- Abissâmara, Alberto* 65
- Abramo, Cláudio* 184
- Aguiar, Amador* 240
- Aguiar, Anésio Frola* 41, 72
- Aguiar, Paulo* 214
- Albuquerque, José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros de* 18
- Alencar, Chico* [Francisco Alencar, dito] 102
- Alencar, José Martiniano de* 29
- Alencar, Marcello Nunes de* ... 53, 57, 59, 106, 127, 142-3, 148, 155-6, 173, 204, 221, 244, 259, 261
- Alencar, Maurício Nunes de* 127, 155-6
- Alkmin, José Maria* 70, 80
- Almeida, Cândido Mendes de* 18
- Almeida, Fernando Mendes de* 18
- Almeida, Hélio Melo de* 141
- Almeida, José Américo de* 36, 55
- Alves, Aluísio* 51, 256
- Alves, Branca Moreira* 178
- Alves, Hermano de Deus Nobre* ... 69, 148, 187-8
- Alves, Honorato* 176
- Alves, João* 176
- Alves, Marcio de Melo Franco* 177
- Alves, Marcio Moreira* ... 8, 13-5, 148, 175, 178-9, 239
- Alves, Paulo de Castro* 215
- Alves, Tiburtina* 176
- Alves, Violeta de Melo Franco* 176
- Amaral Neto, Fidélis dos Santos* .. 68, 75, 77, 92
- Amaral Valente, Francisco Gurgel do* ... 41
- Amorim, Paulo Henrique* 45, 170
- Ana Lúdia* 152
- Andrada, Antônio Carlos Ribeiro de* ... 176
- Andrada, José Bonifácio Lafayette de* .. 70
- Andrade, Aldo de Moura* 132
- Andrade, Armindo Marcílio Doutel de* 211

- Andrade, Evandro Carlos de* ... 50, 156, 193, 195
Andrade, Jeferson de 155
Andrade, Joaquim Pedro Melo Franco de 177
Andrade, Nuno de 18
Andreazza, Mário Davi 157, 224
Anselmo (cabo) | José Anselmo dos Santos, dito | 129, 131
Arafat, Yasser 248-9
Aragão, Cândido da Costa ... 129, 131
Aranha, Oswaldo Euclides de Sousa ... 94, 96-7, 118
Araújo, Paulo Bruno Brito de 201
Araújo Filho, Teotônio Ferreira de ... 211
Arimos, Afonso: ver Franco, Afonso Arinos de Melo
Assis, Joaquim Maria Machado de ... 29, 97
Astaire, Fred 122
Atala, Fuad 120
Azambuja, Herófilo Carvalho de ... 71-2
Azeredo, Luís Henrique Xavier de ... 202
- B**
- Baffa, Ayrton* 69
Bahia, Luís Alberto Ferreira ... 119-23, 155, 178, 181, 184
Bahout, Eduardo 148
Balbino, Antônio: ver Carvalho Filho, Antônio Balbino de
Baleeiro, Aliomar de Andrade ... 54, 70
Barbosa, Paulo Sérgio 216
Barbosa de Oliveira, Rui 77
Barriga Filho, José 36
Barros, Ademar Pereira de 33, 38, 105-6, 109, 143-4, 146
Barros, Paulo Alberto Monteiro de ... 253, 263
Bastos, Evandro Oliveira 138-9
Bastos, Joaquim Justino Alves 210
Batista, Ecil 251
Batista, Fulgêncio 86
Batista, Gervásio 69
Batista, Nelson 154
Batista, Pedro Ernesto 22
Bejo: ver Vargas, Benjamim Dornelles Beltrão, Heitor da Nóbrega 41, 55
Benchimol, Aarão 79
Bernardes, Artur da Silva 23
Bittar, Rescala 179
Bittencourt, Carlos Alberto Lúcio ... 55
Bittencourt, Edmundo 96
Bittencourt, Niomar Moniz Sodré 126-7, 154-5, 157, 159, 179, 185-7
Bittencourt, Paulo 14, 67, 82, 96, 120-1, 126, 178, 180, 184
Bloch, Adolpho 69, 83-5, 88
Bloch, Oscar 69, 83
Bocayuva, Baby | Luís Fernando Bocayuva Cunha, dito | 72
Bogart, Humphrey 122
Borba, José Osório de Moraes 42
Borges, Gustavo 77
Borghi, Hugo 113
Borja, Célio de Oliveira 57, 100, 217, 219
Braga, Humberto 137
Braga, Márcio 178
Braga, Roberto Saturnino ... 252-3, 259
Branco, Aluísio 120

Branco, Paulo Cezar . . 8, 13, 15-6, 231
Brandão Vilela, Avelar66
Brando, Marlon134
Brasiliense de Almeida Melo, Américo . .
 42
Brito, Kiko Nascimento |Manuel Francisco do Nascimento Brito Filho, dito|.195
Brito, Manuel Francisco do Nascimento43, 201, 233
Brizola, Leonel de Moura . . 16, 53, 60, 108, 116, 132, 135-6, 143, 163, 167, 169-73, 205-6, 211, 224-30, 252-3, 255-61, 263
Brunini Filho, Raul74, 92
Bulhões, Octavio Gouvêa de105

C

Cabral, Carlos Castilho72
Cabral Filho, Sérgio8, 11, 264
Café Filho, João . . 39, 42, 73-5, 78-80, 92, 97, 103
Caldas Jr., Francisco Antônio Vieira . . 35
Calheiros, Renan199, 217
Callado, Antônio152, 179-82
Calmon, João de Medeiros84
Calmon Moniz de Bittencourt, Pedro . .
 147
Câmara, Helder Pessoa66
Câmara, Jaime67
Campelo, Hugo de Sá214
Campos, Cândido de33
Campos, Domar105
Campos, Humberto de29
Campos, Milton Soares111
Campos, Roberto de Oliveira . .25, 187
Canut, Calil32
Capanema Filho, Gustavo . .32, 80, 190
Carboni, Antônio56
Cardoso, Aduauto Lúcio55, 70
Cardoso, Alexandre221
Cardoso, Felicitíssimo24
Cardoso, Fernando Henrique . . 24, 51-3, 258
Cardoso, Joaquim Inácio Batista . . .24
Cardoso, Leônidas Fernandes24
Cardoso Pais, Oséas182-3
Carlos, Newton69
Carneiro, Alcides75
Carneiro, Camilo Pereira19
Carneiro, Edson249
Carneiro, Enéas Ferreira60
Carneiro, Ernesto Pereira18, 43
Carneiro, Maurina Dunshee de Abranches Pereira43
Carneiro, Nelson de Sousa . .57, 165-6, 248-9, 258
Carneiro, Raimundo79
Carpeaux, Otto Maria . . 115, 120, 122, 124, 132, 139-40, 180-1
Carta, Mino45
Carvalho, Ary de33, 38, 144
Carvalho, Francisco Homem de . . .213
Carvalho, Horácio de82
Carvalho, Ronald de170
Carvalho, Último de80
Carvalho, Waldir de204
Carvalho Filho, Antônio Balbino de . .
 55, 147
Carvalho Jr., Edgar de250
Cascon, Afonso153

- Castello Branco, Carlos* ... 44, 47, 69-70, 85, 117, 184
- Castelo Branco, Camilo Ferreira Botelho* 29
- Castelo Branco, Humberto de Alencar* .. 25, 98, 115, 135, 209, 234, 238
- Castro, Afonso Celso Ribeiro de* 252
- Castro, Aluísio de* 55
- Castro, Fidel* 86-7, 113
- Castro, Pedro Luís Correia e* 73
- Cavalcanti de Albuquerque, Natalício Tenório* 39, 41, 107, 109-11, 142, 146, 202
- Cavalcanti de Albuquerque, Sandra Martins* 57, 60, 165, 168-9, 255
- Cerejeira (cardeal)* 185
- Chacel, Julian* 105
- Chagas, Carlos* 50, 139
- Chateaubriand, Gilberto* 84
- Chateaubriand Bandeira de Melo, Francisco de Assis* 46, 48, 71, 82, 84, 176
- Chauí, Marilena* 128
- Christie, Agatha* 159
- Churchill, Winston* 114
- Cibulares, Maurício* 255
- Citadino, Pascoal* 168
- Coelho, Danton* 55
- Coelho, Lopo de Carvalho* 41, 55
- Coelho Neto, Jaime* 200
- Coelho Neto, Leticia Agnello* 200
- Coelho Neto, Rogério* 8, 13, 15-6
- Colagrossi, Zezito [José Colagrossi Filho, dito]* 253, 259
- Collor de Mello, Fernando* 19, 58, 90-1, 98, 217, 252, 258
- Conde, Luiz Paulo* 59, 102
- Cony, Carlos Heitor* 120
- Corção Braga, Gustavo* 96, 153
- Corrêa, Carlota Cruz de Lima* 28
- Corrêa, Luiz Antonio Villas-Bôas* 7, 13-4, 39, 41, 43, 69-70, 139, 144, 216-7
- Corrêa, Marcos Sá* 216-7
- Corrêa, Maria Saphira Villas-Bôas* .. 28
- Corrêa, Merolino Raymundo Lima* .. 28
- Correia, Oscar Dias* 70
- Cortes, Geraldo de Meneses* 57, 99
- Costa, Antônio Rodrigues da* 213
- Costa, Canrobert Pereira da* 103
- Costa, Ivan* 216
- Costa, João Batista da* 202
- Costa Filho, Odylo* 42-4, 46-7, 50
- Coutinho, Benedito* 47-8
- Couto Filho, Miguel* 201, 205, 215
- Coutto, Francisco Pedro do* .. 8, 13-6, 95, 227, 250
- Coutto, Pedro do* 130, 153
- Coutto Jr., Pedro do* 153
- Covas Jr., Mário* 162, 190, 258
- Cruz, Nonato* 256
- Cunha, Vasco Tristão Leitão da* 86
- Cunto, Walter* 69, 77

D

- Dantas, Francisco Clementino de Santiago* 99, 186-7
- Dantas, Orlando Ribeiro* 42, 82
- Dantas, Rodolfo de Sousa* 18
- Dayan, Moshé* 182
- Delfim Neto, Antônio* 51, 161
- Denys, Odylio* 103
- Di Cavalcanti, Emiliano* 179
- Dines, Alberto* 43

Dornelles, Francisco ... 231, 240-1, 264
Dorticós, Oswaldo 86
Drummond, Aristóteles 243
Duarte, João 152
Duarte Filho, João 69
Duque, Gilda 216
Dutra, Eurico Gaspar . 73, 113, 140, 210

E

Eirado Silva, Raimundo Manuel dos Bastos 113
Eisenhower, Dwight 65
Enéas: ver Carneiro, Enéas Ferreira
Ernesto, Pedro: ver Batista, Pedro Ernesto
Etchegoyen, Alcides Gonçalves 133
Etchegoyen, Léo 133
Etcheverry, João 72

F

Falcão, Armando Ribeiro 51, 72, 133-4, 185
Falcão, Sebastião Marinho Muniz . 182
Farah, Benjamim Miguel 145, 147, 248-9
Faria Neto, João Luís 216
Farias, Oswaldo Cordeiro de 117-8
Faustino, Mário 233
Fernandes, Álvaro 205, 207
Fernandes, Hélio 124, 233-4, 236, 238-40, 250, 264-5
Fernandes, Rosalice 248
Ferrari, Fernando 37, 86, 111
Ferraz, José Cândido 51
Ferreira, José de Castro 235

Ferreira, Oliveiros 45
Ferreira, Valdemar Martins 82
Figueiredo, João Batista de Oliveira . 89, 238, 261
Figueiredo, Wilson 139
Fonseca, Oswaldo da Cunha 92-3
Fontes, Geremias de Matos 211-4
Fontoura, João Neves da 122, 124
França, Eurico Nogueira 122
Francis, Paulo [Franz Paulo Heilborn, dito] 233, 239
Franco, Afonso Arinos de Melo ... 34, 48, 54, 70, 81, 96-7, 185
Franco, Afrânio de Melo 176
Franco, Itamar Augusto Cautiero.. 241
Franco, Virgílio de Melo 176
Franco, Wellington Moreira . 60, 169-73, 224-5, 253-5, 260
Freire da Fonseca, Aníbal 18
Freitas, Abner de 64, 66-7
Freitas, Antônio de Pádua Chagas . . . 15-6, 33, 38-9, 53, 55, 57, 143-50, 164, 166-8, 217-8, 225-7, 230, 245-8, 250-2, 256
Freitas, Ivan Chagas 250
Freitas, Jânio de 126-7
Freitas, Zoé Noronha Chagas 249
Funaro, Dilson 260
Furtado, Celso Monteiro 189

G

Galvão, George 46, 166
Gama Filho, Luís Gonzaga Prado Ferreira da 41, 138
Garbo, Greta 116
Garcia, Luiz 69

<i>Garotinho, Anthony</i>	208
<i>Garrincha</i> [Manuel Francisco dos Santos, dito].....	122
<i>Gaspari, Elio</i>	216
<i>Gaulle, Charles André Joseph Marie de</i>	132
<i>Geisel, Ernesto</i> ...20, 89, 100, 153, 161, 218-9, 221, 223, 237, 246	
<i>Geisel, Orlando</i>	168
<i>Gomes, Ciro</i>	59
<i>Gomes, Eduardo</i>	31, 113
<i>Gomes, Pedro</i>	42
<i>Gomides, Herval</i>	32
<i>Goulart, João Belchior Marques</i> ... 41, 57, 81, 89, 92, 98, 105-6, 108, 111, 114, 116, 119, 121, 123, 125, 127-34, 141, 155, 169, 202, 205-6, 208, 234, 257	
<i>Gregório, Augusto de</i>	207
<i>Grünewald, José Lino</i>	122
<i>Guanabara, Leo</i>	152
<i>Gudin Filho, Eugênio</i>	161
<i>Guevara, Ernesto Che</i>	86, 117
<i>Guimarães, Ulisses Silveira</i> 20, 72, 168	
<i>Gusmão, Roberto</i>	241
<i>Gustavo, Miguel</i>	166

H

<i>Haddad, Jamil</i>	259
<i>Hitler, Adolf</i>	135
<i>Horta, Oscar Pedroso</i>	86, 118

I

<i>Ivo, Ledo</i>	69
------------------------	----

J

<i>Jango: ver Goulart, João Belchior Marques</i>	
<i>Jardim, Reinaldo</i> ... 43, 127, 155, 157-9	
<i>Jereissati, Tasso</i>	59
<i>Job, Francisco de Paula</i>	35-6
<i>Jobim, Danton Pinheiro</i> .. 82, 166, 249	
<i>Joffily Bezerra de Melo, José</i>	70
<i>Jorge, J. G. de Araújo</i>	252
<i>Jorge, Sami</i>	138

K

<i>Kafka, Alexandre</i>	105
<i>Kandir, Antônio</i>	162
<i>Kelly, Gene</i>	122
<i>Kelly, José Eduardo Prado</i>	70, 94
<i>Kennedy, John Fitzgerald</i>	116
<i>Kennedy, Robert</i>	141
<i>Khair, Edson</i>	248, 252
<i>Kiffer Neto</i>	206
<i>Klabin, Israel</i>	247
<i>Krieger, Daniel</i>	242
<i>Kubitschek de Oliveira, Juscelino</i> .. 15, 44, 47-8, 75, 78-80, 82-3, 85, 87-9, 92, 96-8, 102-5, 108-9, 114, 116-7, 121, 128, 130, 135, 140-1, 144, 180, 184-5, 254	

L

<i>Lacerda, Carlos Frederico Werneck de</i> 8, 14-6, 34, 48, 51, 53-5, 57, 66-83, 86, 89-92, 96-7, 99, 102, 105-7, 109-12, 114-21, 123, 125, 131, 133-42, 159, 166-7, 172, 180, 185, 206, 217-8, 228-30, 233, 243, 246, 255, 263	
--	--

- Lacerda, Cláudio* 69
Lacerda, Gustavo de 22
Lacerda, Letícia Abuzzini de 133
Lacerda, Maurício Caminha de 180
Lacerda Paiva, Odilon 72
Laet, Carlos de 18
Lamarca, Carlos 191
Lanes, Tadeu 171
Lavenère Machado, Marcelo 19
Lavoura, Joaquim 213-4
Leão, Múcio 18
Leite, Ascendino 47, 114, 120
Leite, Aureliano 82
Leite, Hilcar 69, 77
Leite, Jorge 253
Lemos, Carlos 69
Leonam, Carlos 69
Lerer, Davi 189-90
Leuenroth, Cícero 186
Leuenroth, Edgar 186
Levy, Herbert Vítor 82
Lima, Alexandre José Barbosa 22
Lima, Fernando Barbosa 45
Lima, Floriano Peixoto Faria 57,
 143, 214, 218-9, 222-3, 247-8
Lima, Francisco Negrão de 8, 55, 57,
 110, 112, 114-5, 125, 135-7, 139-40,
 142-3, 146, 148, 150, 177, 229, 243, 263
Lima, Hermes 70, 89
Lima, Hugo Amorim de 110
Lima, Roberto Gonçalves 136
Lima, Santa Cruz 39
*Lima Sobrinho, Alexandre José Barbo-
 sa* 7, 13-5, 18-20, 22-5, 168
Lins, Álvaro de Barros 71, 82, 122,
 124, 180
Lobão, Haroldo 170
Lodi, Euvaldo 72
Londres, Genival 79
Lopes, Gildo 123
Lovetti, Jorge 204-5
*Lott, Henrique Batista Duffles Teixei-
 ra* 78-80, 85, 102-5, 111-3, 137, 185
Louzeiro, José 120, 132
Lupion de Troya, Moisés 109
Luz, Carlos Coimbra da 78, 80, 97,
 103-4
- M**
- Machado, Edgar de Godói da Mata* ...
 189
Machado, Guilherme 72
Machado, Wilson Luís Chaves 238
Maciel, Ciro Aguiar 30, 32
Maciel, Leandro Maynard 86, 111
Maciel, Lisâneas Dias 169, 252
Magalhães, Agamenon Sérgio de Godói
 23, 157
Magalhães, Antônio Carlos 170-1
Magalhães, Juracy Montenegro ... 94,
 102, 150, 182
Magalhães, Luís Eduardo 93
Magalhães, Paulo Germano 157
Magalhães, Rafael de Almeida 133
Magalhães Jr., Raimundo 70
Magalhães Jr., Sérgio Nunes de ... 8, 102,
 106-8, 110-2, 114, 116-7, 127, 146, 206
Magalhães Pinto, José de 86, 116,
 126, 134, 185, 192, 240, 242, 252-3
Maia, César 59, 142, 259, 264
Maia, Paulo 249

- Malvaux, André*128
Malta, Dácio216
Malta, Otávio72
Manckiewicz, Joseph L.134
Mangabeira, João70
Mangabeira, Otávio34, 51, 55,
 65, 70
Manzon, Jean84
Muranhão, Djalma Carvalho62
Maria, Antônio: ver Moraes, Antônio
Maria Araújo de
Marinho, Roberto150-1, 156, 246
Mário, Joaquim145
Mariz, Dinarte de Medeiros74
Marroquin, Murilo48
Martins, João84, 181
Martins, Mário de Sousa 15, 91-2,
 108, 147-9
Martins, Ozéas73-4
Matarazzo, Francisco72, 121
Matos, José de200
Maurício, Jayme122, 179
Máximo, João158
Mazzilli, Pascoal Ranieri22
Medeiros, Marcelo Machado250
Medeiros, Olavo Galvão de74
Medeiros, Otávio238, 240
Médici, Emílio Garrastazu 89, 99,
 191, 215
Meira, Lúcio Martins201
Melo, Américo Brasiliense de Almeida ..
 42
Melo, João22
Melo, Tarcilo Vieira de51, 55,
 70, 80-1, 185
Melo Filho, Murilo 7, 8, 13-5, 47,
 65-8, 70, 72-4, 76, 82-3, 87-8, 115,
 117-8, 121, 233
Mendes, Humberto183
Mendonça, Dario de22
Merquior, José Guilherme128
Mesquita, Júlio César Ferreira de ...42
Mesquita Neto, Júlio de43, 133
Miranda, Francisco Rodrigues de ...202
Moacir Azevedo, Cláudio248, 251
Moniz, Edmundo138
Monteiro, Pedro Aurélio de Góis ..34,
 36
Montelo, José Luiz247
Montenegro, Paulo109, 138, 142
Montgomery, Bernard114
Moraes, Mário de84
Moraes, Adail de97
Moraes, Angelo Mendes de .. 68, 107, 111
Moraes, Antônio Maria Araújo de ..110
Moraes, Ermírio de121
Moraes, Marcus Vinícius Pratini de .. 97
Moraes Filho, Evaristo de235
Moraes Neto, Prudente de ..47-8, 70, 82
Moreira, Joaquim177
Moreira, Leopoldo176
Moses, Herbert22
Mota, Sílvio129
Motta, Nelson173
Moura, Getúlio Barbosa de .. 201, 204,
 215
Mourão Filho, Olímpio ...82, 129, 131
Muniz, Luís Gonzaga de Paiva .. 205,
 207
Murat, Luís18

N

<i>Nabuco de Araújo, Joaquim Aurélio Barreto</i>	18
<i>Nabuco de Araújo, Maurício Hilário Barreto</i>	126
<i>Nasser, David</i>	84, 124
<i>Navarro, Hélio Henrique Pereira</i> ..	190
<i>Nery, Sebastião</i>	239, 259
<i>Neves, Jáder</i>	83, 88
<i>Neves, Levi</i>	138
<i>Neves, Tancredo de Almeida</i> ..32, 40-1, 70, 89, 92, 116, 124, 128-9, 192, 240, 242, 252	
<i>Niemeyer, Oscar</i>	83
<i>Nóbrega, Acir da Rocha</i>	233
<i>Nogueira, Armando</i>	172
<i>Nogueira, Arnaldo</i>	94

O

<i>Oliveira, Franklin de</i>	122, 124, 150, 159
<i>Oliveira, Guilhermino de</i>	80
<i>Oliveira, José Aparecido de</i>	253
<i>Oliveira, Rafael Correia de</i>	70, 91
<i>Olivier, Lawrence</i>	139-40
<i>Ornelas, Waldeck</i>	170-1

P

<i>Padilha, Deraldo</i>	77-8
<i>Padilha, Raymundo</i>	199, 212, 214-6
<i>Padilha Filho, Raymundo</i>	215
<i>Palmeira, Wladimir Gracindo Soares</i> ..	264

<i>Paret, Flávio</i>	256
<i>Parreira, Antônio</i>	40-1
<i>Pasqualini, Alberto</i>	37
<i>Passarinho, Jarbas Gonçalves</i>	230
<i>Passos, Fonseca</i>	165
<i>Passos, Wilson</i>	69
<i>Paulo Filho</i>	82
<i>Peçanha, Celso</i>	92-3, 201, 207
<i>Pederneiras, Raul</i>	22
<i>Pedreira, Fernando</i>	50
<i>Pedro, Erasmo Martins</i>	10, 146-7, 149
<i>Peixoto, Alzira Vargas do Amaral</i> ..	37, 164
<i>Peixoto, Ernani do Amaral</i> ..	8, 16, 143, 164-5, 177, 204, 209-12, 215, 223-5, 227, 230, 245, 251, 253, 259
<i>Pelé [Edson Arantes do Nascimento, dito]</i>	122
<i>Peralva, Osvaldo</i>	127, 154
<i>Pereira, Armando Temperani</i>	37
<i>Pereira, Jesus Soares</i>	105
<i>Perón, Juan Domingo</i>	81
<i>Pessoa, Epitácio Lindolfo da Silva</i> ..	177
<i>Pinheiro, Caio</i>	69
<i>Pinheiro da Silva, Israel</i> ..	115, 136, 147
<i>Pinheiro da Silva Neto, João</i>	128-9
<i>Pinho, Demóstenes Madureira de</i>	31
<i>Pinto, Carlos</i>	202
<i>Pinto, Dalton Feliciano</i>	200
<i>Pinto, Olavo Bilac Pereira</i>	70
<i>Pires, Waldir</i>	170
<i>Porfírio, Pedro</i>	233-4
<i>Portela, Eduardo</i>	238
<i>Portela de Melo, Jaime</i>	191
<i>Portela Nunes, Petrônio</i>	242

Portinari, Cândido 179
Prestes de Albuquerque, Júlio 176

Q

Quadros, Jânio da Silva... 48, 50, 85-7,
 89, 92, 98, 102, 109, 111-2, 116-9,
 127, 130, 140, 154, 184-6, 258
Queiroz, Eça de 29
Queiroz, Eusébio de 163

R

Rajão, Alberto 187
Ramalho, Tales Bezerra de Albuquerque 253
Ramos, Alberto Guerreiro 105
Ramos, Francisco Otaviano da Silva ...
 33-4
Ramos, Graciliano 180
Ramos, Nereu de Oliveira 65, 103
Ramos, Plínio de Abreu 96
Ramos, Rui 37
Rangel, Inácio 105
Ratinho [Carlos Massa, dito] 266
Rego, Pedro da Costa 36, 48, 96
Resende, Otto Lara 128
Ribeiro, Carlos Otávio Flexa ... 8, 92,
 110, 243
Ribeiro, Darcy 210, 238, 263
Ribeiro, Francisco de Paula Quintani-
lha 86
Roberto, Marcelo 22
Roberto, Milton 22
Rocha, Francisco de Paula Brochado
da 37, 89

Rocha, Manuel de Oliveira 33
Rodrigues, Nelson 141, 254
Rodrigues, Newton 139
Rodrigues, Paulo Mário da Cunha... 129,
 131
Romano, Guilherme 247-8
Rommel, Erwin 114
Roosevelt, Franklin Delano 135
Rosa, Noel 125
Rosado Maia, Jerônimo Dix-Huit .. 74
Rosário, Guilherme Pereira do 238
Rottschild, Walter 160
Russell, Bertrand 133

S

Sá, Joaquim Bittencourt Fernandes de ..
 32-3
Saad, Miguel 206
Sales, Eugênio de Araújo 165
Sales, Manuel Ferraz de Campos... 42
Sales, Walter Moreira 72, 121, 242
Salim, Sandra 250
Salles, Heráclio . 14, 36, 39, 42, 50, 70, 79
Sanches, Homero 172
Santana, Reinaldo 166, 168
Santos, Adalberto Pereira dos 20
Santos, Rui 55
Santos, Saragoça 29
Santos, Sílvio 94, 266
Sarney Costa, José . 38, 52, 240-1, 260
Sartre, Jean Paul 128, 126
Serpa, Jorge 123, 126
Serra, José 133
Serrador, Francisco 75
Setúbal, Olavo Egídio 253

Setúbal, Paulo29
Shakespeare, William134, 139
Silva, Artur da Costa e50, 89, 98,
 135, 152, 157, 191-2
Silva, Esmeralda do Couto e247
Silva, Frederico Gomes da156
Silva, Golbery do Couto e162, 238,
 240, 242-3, 247-8
Silva, José Luís Azeredo da202
Silva, Palmir205
Silveira, Badger Teixeira da202,
 207-9, 215
Silveira, Breno Dália da39-41
Silveira, Joel70, 119
Silveira, Jorge Roberto da206, 208
Silveira, Roberto Teixeira da ...8, 108,
 111, 199, 201-6, 208
Simão, Salim134
Simões, Valdir148-9
Snyder, John73
Soares, José Carlos de Macedo81
Soares, José Eduardo de Macedo ..48, 82,
 122, 124
Soares Filho, José Monteiro70, 94
Sousa, Belisário de22
Sousa, Pompeu de70
Stalin, Josef135
Sued, Ibrahim65

T

Tamoio da Silva, Marcos Tito222
Tavares, Jorge235
Távola, Artur da: ver Barros, Paulo
 Alberto Monteiro de
Távora, José66, 76

Távora, Juarez do Nascimento Fer-
nandes103, 114
Teixeira, Jorge Leão185
Teixeira, Miro [Valdemiro Abdalla
 Teixeira, dito]60, 143, 167-70,
 224, 226-7, 229, 250, 255-7
Teles, Oyama47, 80
Tenório, Oscar112
Teodoro, Gontijo104
Timóteo, Agnaldo259
Torquato Neto159
Torres, Acúrcio Francisco ...210, 213
Torres, Alberto Francisco25, 163,
 202, 204-5, 210, 213
Torres, Paulo Francisco209-14,
 216, 243, 252
Travassos, Prudêncio Luís Ferreira...202

U

Urrutia, Manuel86

V

Valadares Ribeiro, Benedito30
Valle Jr., Hedyl Rodrigues170-1
Vargas, Benjamim Dornelles76
Vargas, Getúlio Dornelles ..22-3, 30-1,
 34, 37, 41-2, 46-8, 55, 66, 68, 71, 73-6,
 78, 81-2, 92, 103, 105, 111, 113-4,
 125, 137, 140-1, 143-4, 146-7, 164,
 166, 176-7, 206, 228, 233, 254
Vargas, Lutero Sarmanho ..37, 96, 105,
 136, 206
Vargas Martins, Cândida Ivete190

<i>Vargas Neto</i> , Manuel do Nascimento.	<i>Vieira</i> , Paulo Afonso	189
55	<i>Vila Nova</i> , Fabiano.	187
<i>Vaz</i> , Rubens Florentino.	<i>Vilela</i> , Teotônio Brandão.	183
73-4, 77	<i>Villas-Bôas</i> , Luiz de Castro	28-9
<i>Veloso</i> , Haroldo Coimbra.		
77, 191		
<i>Ventura</i> , Zuenir		
69		
<i>Verona</i> , Manuel		
117		
<i>Viana</i> , Antônio Augusto Moniz		
47,		
122-3, 126		
<i>Viana</i> , Eremildo.		
232-3		
<i>Viana</i> , Fernando de Melo		
176		
<i>Viana</i> , José de Segadas.		
37, 41		
<i>Viana</i> , Luís.		
55		
<i>Viana</i> , Nilson		
69		
<i>Viana</i> , Teobaldo		
79		
<i>Vieira</i> , Eugênio Doin		
189		

W

<i>Wainer</i> , Samuel	70-3, 120-1
<i>Wanderley</i> , Indalécio.	84
<i>Welles</i> , Orson	116
<i>Wilde</i> , Oscar.	153

X

<i>Xavier</i> , Hamilton	10, 165, 223
------------------------------------	--------------